COLÉGIO ESTADUAL DO NÚCLEO RESIDENCIAL PINDORAMA

ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO

PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO/PROPOSTA PEDAGÓGICA

Quedas do Iguaçu, 13 de outubro de 2017.

Colégio Estadual do Núcleo Residencial Pindorama

PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO/PROPOSTA PEDAGÓGICA

Quedas do Iguaçu, 13 de outubro de 2017.

SUMÁRIO

I IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO DE ENSINO 10

1.1 Dados de identificação da Instituição de Ensino 10

1.2 Aspectos históricos da Instituição 11

1.3 Caracterização do atendimento na instituição e quantidade de estudantes 12

1.4 Estrutura física, materiais e espaços pedagógicos 13

1.5 Recursos Humanos 14

II DIAGNÓSTICO DA INSTITUIÇÃO DE ENSINO (MARCO SITUACIONAL) 16

2.1 Gestão Escolar 17

2.2 Ensino-Aprendizagem 18

2.3 Atendimento Educacional Especializado ao Público – alvo da Educação Especial 20

2.4 Articulação entre as etapas de ensino 20

2.5 Articulação entre diretores, pedagogos, professores e demais profissionais da educação 20

2.6 Articulação da Instituição de Ensino com os Pais e/ou Responsáveis 21

2.7 Formação Continuada dos Profissionais da Educação 21

2.8 Acompanhamento e Realização da Hora-Atividade 22

2.9 Organização do tempo e espaço pedagógico e critérios de organização das turmas 23

2.10 Índices de Aproveitamento Escolar (indicadores externos e internos), abandono/evasão e relação idade/ano 24

2.11 Patrula Escolar 25

2.12 Rede de Proteção 26

2.13 Relação entre profissionais da educação e discentes 26

III FUNDAMENTOS TEÓRICOS – MARCO CONCEITUAL 27

3.1 Diversidade dos sujeitos escolares 29

3.2 Tecnologia e educação 32

3.3 Currículo e Conhecimento 32

3.4 Cuidar e educar 33

3.5 Educação em Direitos Humanos 34

3.6 Educação Ambiental 35

3.7 Violências e o Uso de Álcool e outras Drogas em âmbito escolar 36

3.8 Educação Especial 36

3.9 Educação, Homem (infância, adolescência, juventude, adulto e idoso), Mundo, Sociedade, Cidadania 37

3.10 Formação Humana Integral, Cultura, Trabalho, Escola 40

3.11 Gestão Escolar 42

3.12 Ensino-Aprendizagem, Alfabetização e letramento e Avaliação 43

3.13 Tempo e espaço Pedagógico e educação Inclusiva 45

3.14 Formação Continuada 45

IV PLANEJAMENTO – MARCO OPERACIONAL 46

4.1 Avaliação 47

4.2 Recuperação 49
4.3 Conselho de Classe 50
4.4 Reclassificação 51
4.5 Progressão Parcial 52
4.6 Promoção 53
4.7 Estágio obrigatório e não obrigatório 54
4.8 Calendário Escolar 55
4.9 Semana de Integração Escola X Comunidade 56
4.10 Brigada Escolar 56
4.11 Equipe Multidisciplinar 61
4.12 Matriz Curricular 68
4.12.1. Matriz Curricular do Ensino Fundamental 68
4.12.2 Matriz Curricular do Ensino Médio 69
4.13 Ações Didático Pedagógicas 70
4.13.1 CELEM 70
4.14 Ações referentes à Flexibilização Curricular 71
4.14.1 SAREH – Serviço de Atendimento à Rede de Escolarização Hospitalar e aluna gestante 72
4.14.2 Flexibilização Curricular na Educação Especial 73
4.15 Legislações Articuladas ao Currículo 74
4.16 PROPOSTA PEDAGÓGICA CURRICULAR 75
4.16.1 PROPOSTA PEDAGÓGICA CURRICULAR – ELEMENTOS 77
4.16.2 PROPOSTA PEDAGÓGICA CURRICULAR DA DISCIPLINA DE ARTE 79
4.16.3 PROPOSTA PEDAGÓGICA CURRICULAR DE BIOLOGIA 101
4.16.4 PROPOSTA PEDAGÓGICA CURRICULAR DE CIÊNCIAS 115
4.16.5 PROPOSTA PEDAGÓGICA CURRICULAR DE EDUCAÇÃO FÍSICA 132
4.16.6 PROPOSTA PEDAGÓGICA CURRICULAR DE ENSINO RELIGIOSO 152
4.16.7 PROPOSTA PEDAGÓGICA CURRICULAR DA DISCIPLINA DE FILOSOFIA 159
4.16.8 PROPOSTA PEDAGÓGICA CURRICULAR DA DISCIPLINA DE FÍSICA 173
4.16.9 PROPOSTA PEDAGÓGICA CURRICULAR DE GEOGRAFIA 183
4.16.10 PROPOSTA PEDAGÓGICA CURRICULAR DE HISTÓRIA 203
4.16.11 PROPOSTA PEDAGÓGICA CURRICULAR DE L.E.M. - INGLÊS 213
4.16.12 PROPOSTA PEDAGÓGICA CURRICULAR DE ENSINO LÍNGUA PORTUGUESA 235
4.16.13 PROPOSTA PEDAGÓGICA CURRICULAR DE MATEMÁTICA 264
4.16.14 PROPOSTA PEDAGÓGICA CURRICULAR DE QUÍMICA 278
4.16.15 PROPOSTA PEDAGÓGICA CURRICULAR DE SOCIOLOGIA 293
4.16.16 PROPOSTA PEDAGÓGICA CURRICULAR DE LÍNGUA ESTRANGEIRA MODERNA - CELEM – LÍNGUA ESPANHOLA 307
4.16.17 PROPOSTA PEDAGÓGICA CURRICULAR PROGRAMA DE AMPLIAÇÃO DE JORNADA 337
V AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL 342
VI ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DO PPP 342
VII PLANO DE AÇÃO 344

7.1 Plano de Ação Pedagogas **344**

7.2 Plano de Ação do Diretor **347**

7.3 Plano de Ação Escola **354**

VIII CÓPIA DA ATA AO CONSELHO ESCOLAR PARA APROVAÇÃO DO PPP **360**

REFERÊNCIAS **361**

APRESENTAÇÃO

O Projeto Político Pedagógico é a vida da Instituição de Ensino, e é sinônimo de autonomia, pois é partindo de sua construção que a Instituição tem liberdade de pensamento e de construção, seja ela no seu papel político ou ideológico de desenvolver o trabalho.

Um de seus idealistas Dermeval Saviani, já na década de 70, almejava a consolidação de um documento dentro da escola em que garantisse o direito de autonomia e construção pedagógica, tendo o seu nascimento nas universidades e abrangendo posteriormente todas as escolas de nosso país. Porém para a sua real efetivação todos os envolvidos na escola devem ter plena participação e conhecimento desse documento, que serve como norte para determinado espaço escolar, garantindo direitos e deveres, para os envolvidos no sistema educacional.

Assim sendo, a proposta de reformulação do Projeto Político-Pedagógico visa embasar as práticas educativas nos pressupostos básicos da educação emancipatória, autonomia, decisão democrática, consciência crítica e libertadora e transformação. Para isso, a instituição deve ser curiosa, ousada, buscando dialogar com todas as culturas e concepções de mundo, provocando a análise crítica e estando, portanto, comprometida com as causas dos seus sujeitos. Mas, e principalmente, deve permitir que as pessoas que estão direta ou indiretamente envolvidas com a ação educativa escrevam sua própria história, criando possibilidades de mudança e libertação de condicionamentos determinados.

Assim, o Projeto Político Pedagógico do Colégio Estadual do Núcleo Residencial Pindorama - Ensino Fundamental e Médio, tem por objetivo expressar a síntese do pensamento administrativo pedagógico institucional retratando o percurso que vem sendo percorrido pela comunidade escolar na consolidação de uma educação de qualidade.

Através do Projeto Político Pedagógico busca-se envolver o aluno, fazendo-o perceber-se e perceber o mundo, questionando a realidade em que está inserido e através do investimento em suas ideias resolvê-las, de forma dinâmica e criativa, melhorando e se adaptando no mundo, onde o mesmo passa a ser um agente do seu conhecimento e membro atuante do seu meio.

Construir o Projeto Político Pedagógico de forma participativa, analisando limites e possibilidades, aglutinando crenças, convicções, conhecimentos da comunidade escolar e, do contexto social e científico, constitui-se um compromisso político-pedagógico coletivo, o qual aparece expresso na LDBEN 9.394/96.

O direcionamento do Projeto Político Pedagógico mediante suas ações deve contribuir com o desenvolvimento educacional da comunidade em que a Instituição está inserida, proporcionando relações dialéticas que contribuam com o desenvolvimento da criticidade, solidariedade, tolerância, respeito e cidadania. Tais conceitos são necessários à formação do homem, para que possamos resolver os conflitos individuais e sociais, amplamente existentes em nossa sociedade.

INTRODUÇÃO

Este documento, construído coletivamente e reformulado anualmente com base nas necessidades dos envolvidos no processo educativo contém aspectos legais e filosóficos adotados pelo Colégio, bem como o quadro de professores e agentes educacionais I e II da Instituição, a forma de gestão adotada e a forma de avaliação utilizada pelo Colégio.

Está dividido em três partes: marco situacional (a realidade em que o Colégio está inserido), marco conceitual (as concepções necessárias para o entendimento da nossa prática pedagógica como um todo, partindo da realidade descrita no marco conceitual) e o marco operacional (o planejamento de nossas ações, partindo do diagnóstico levantado na Instituição de Ensino).

Torna-se indispensável reconstruirmos a proposta educacional junto com toda a comunidade escolar, partindo da utopia, para então juntos traçarmos linhas de ação que tornarão possível a concretização dos sonhos. Para isso, é preciso incorporar a ideia de que o Projeto Político Pedagógico é uma construção coletiva da identidade da escola, um processo qualitativo que visa uma educação fundamentada na democracia. Um projeto onde todos se comprometam despertará também o comprometimento coletivo no momento de sua total execução.

> "o projeto pedagógico exige profunda reflexão sobre as finalidades da escola, assim como a explicação do seu papel social e a clara definição dos caminhos, formas operacionais e ações a serem empreendidos por todos os envolvidos com o processo educativo. Seu processo de construção aglutinará crenças convicções, conhecimentos e comunidade escolar do contexto social e cientifico constituindo-se em compromisso político e pedagógico coletivo". (VEIGA, 1998, pág. 09)

Sendo assim, partimos da premissa de que todos os envolvidos no processo educativo são responsáveis pela construção da escola que temos, assim como, da escola que queremos, pois se não houver envolvimento de todas as partes, o processo educativo não estará completo, tampouco atingirá seu objetivo que é desenvolver o processo de ensino-aprendizagem com a máxima eficiência que é esperada. Nesse caso, cabe a nós educadores, orientar e incentivar os educandos quanto à sua responsabilidade diante a construção de um documento que norteia todos os passos de uma Instituição de Ensino, bem como de sua responsabilidade diante a execução do que foi proposto no mesmo. Somente assim, teremos

cidadãos participativos, críticos e capazes de construir uma sociedade onde todos têm oportunidade de acesso ao conhecimento.

I IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO DE ENSINO

1.1 Dados de identificação da Instituição de Ensino

Colégio Estadual do Núcleo Residencial Pindorama - Ensino Fundamental e Ensino Médio.	
Código da Instituição	00635
Endereço	Rua Indaiá, s/n Cep: 85460-000
Telefone	(46) 3532-7040 ou (46) 3532-7042
E-mail da Escola	qigpindorama@seed.pr.gov.br
Município	Quedas do Iguaçu - PR
Código do Município	2110
NRE	Laranjeiras do Sul
Código do NRE	31
Oferta de Ensino	Ensino Fundamental Anos Finais e Ensino Médio
Ato de Autorização da Escola	Resolução nº 272/85 de 29/01/1985
Ato de Reconhecimento da Escola	Resolução nº 2567/89 de 02/10/1989
Ato de Renovação do Reconhecimento da Escola	Resolução nº 2457/02 de 18/07/02
Parecer de aprovação do Regimento escolar	n° 45/2014 de 05/12/2014
Ato Administrativo de aprovação do Regimento Escolar	n° 45/2014 de 05/12/2014
Entidade Mantenedora	GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ

1.2 Aspectos históricos da Instituição

O funcionamento da escola teve autorização em 20/01/85 através do ato de autorização-resolução nº 272/85 e seu reconhecimento em 02/10/89 através da resolução nº 2567/89. A renovação do reconhecimento ocorreu em 18/07/02, através da resolução nº 2457/02 e em 2015 a Escola passou a denominar-se Colégio Estadual do Núcleo Residencial Pindorama – Ensino Fundamental e Médio – código 00635, de acordo com o Ato de Reconhecimento do Ensino Médio nº 1397/15 de 22 de maio de 2015.

Esta Instituição tornou-se realidade graças ao esforço da comunidade que, em 1985, solicitou ao Governador do Estado, José Richa, a abertura e funcionamento de uma turma de 5ª série, por se tratar de um lugar distante 6 km do centro da cidade e de outras escolas que ofereciam o ensino de 5ª a 8ª séries e também pelo fato de que nesse núcleo habitacional já funcionava, na época, o ensino básico, compreendido de pré-escola a 4ª série. A comunidade, percebendo a importância da escola e também, devido às dificuldades que as famílias teriam com o deslocamento das crianças, pois dependeriam de transporte, que na época teria que ser pago por eles, passou a se mobilizar para a abertura da 5ª série. A distância e o fato de depender de transporte para se deslocar, ocasionou o abandono dos estudos por um grande número de alunos que haviam concluído a 4ª série e passaram a trabalhar para ajudar na renda familiar.

A comunidade, sob a direção do Sr. Ademar Harca, presidente da Associação dos Moradores, juntamente com os senhores Lauri Camargo, Danilo Molon, José Faustino e Cláudio Lucas reivindicaram a abertura da 5ª série, comprovando a sua necessidade de funcionamento no período noturno e posteriormente a implantação das demais séries.

A escola teve como primeira diretora a Professora Juvelina Medeiros no período entre 1985 a 1990 e na sequência foram: Professora Maria Mazor – 1990 e 1991; Professora Salete Molossi – 1992 e 1993; Professor Rogel A. Barreto – 1994; Professora Roseli Xavier – 1995; Professora Ivone Fª. Bariviera – 1996 e 1997; Professora Lisete Clara Granetto – 1998 a 2005; Professora Márcia Terezinha Veronese – 2006 a 2011. Professora Iselda Canton - 2012 a 2015 e atualmente está no cargo de diretor o Agente Educacional II Marcelo Rodrigo Gonçalves. Em 2014 foi implantado o Ensino Médio noturno.

O prédio onde atualmente funciona o Colégio é próprio, possuindo sete (07) salas de aulas, sendo que quatro (04) são cedidas à Escola Municipal Independência que utiliza-se da estrutura física para atender alunos da pré-escola ao quinto ano, inclusive o pátio, banheiros e ginásio são utilizados de forma concomitante.

1.3 Caracterização do atendimento na instituição e quantidade de estudantes

Turmas Matutino	Turmas Vespertino	Turmas Noturno
6º A – 22 alunos	6º A – 21 alunos	1º A – 21 alunos
6° B – 20 alunos		
7º A – 28 alunos	7º A – 22 alunos	2º A – 19 alunos
8º A – 32 alunos	9º A – 22 alunos	3º A – 20 alunos
Total alunos: 227 alunos		

A Instituição de Ensino oferta o Ensino Fundamental-Anos Finais e o Ensino Médio. A forma de avaliação é trimestral. O tempo escolar está organizado em anos e a organização curricular utilizada é por disciplina, sendo a parte diversificada da matriz curricular composta por Língua Estrangeira Moderna Inglês, conforme matriz curricular. Além disso, atendemos também uma turma de Futsal com 21 (vinte e um) alunos, e uma de Tênis de Mesa com 16 (dezesseis) alunos e duas turmas de CELEM – Língua Estrangeira-Espanhol, uma com 31 (trinta e um) alunos e outra com 21 (vinte e um) alunos.

Quanto ao quantitativo em relação à raça/cor, aproximadamente 80% se declaram brancos, 15% pardos e 5% pretos. Em relação ao gênero, temos aproximadamente 50% meninos e 50% meninas.

Horário de funcionamento do Colégio:

Manhã	Tarde	Noite
07:15 – 08:05 - 1ª aula	13:10 – 14:00	18:50 – 19:40
08:05 – 08:55 – 2ª aula	14:00 – 14:50	19:40 – 20:30
08:55 – 09:45 – 3ª aula	14:50 – 15: 40	20:30 – 21:20
09:45 – 09:55 - intervalo	15:40 – 15:50	21:20 – 21:30
09:55 – 10:45 – 4ª aula	15:50 – 16:40	21:30 – 22:20
10:45 - 11:35 – 5ª aula	16:40 – 17:30	22:20 – 23:10

O Ensino Fundamental – Anos finais é ofertado nos turnos matutino e vespertino e o Ensino Médio somente no noturno.

1.4 Estrutura física, materiais e espaços pedagógicos

O terreno onde o Colégio está localizado mede aproximadamente 4.950 m², sendo aproximadamente 2.012 m² de área construída.

O Colégio Estadual do Núcleo Residencial Pindorama possui:

4	salas de aula
1	Sala para biblioteca
1	Laboratório de Ciências
1	Laboratório de Informática
1	lavanderia
1	cozinha com despensa
1	secretaria
1	sala para os professores
1	sala para direção e equipe pedagógica (juntas)
1	banheiro interno (para uso dos professores e agentes educacionais)
1	um banheiro masculino com duas divisões individuais e um mictório coletivo
1	banheiro feminino com quatro divisões individuais
1	banheiro adaptado para alunos com deficiência ou mobilidade reduzida
1	saguão coberto, que é utilizado como refeitório
1	pátio grande descoberto
1	quadra de esportes coberta, que é usada concomitantemente com a escola Municipal Independência

Os materiais pedagógicos que o colégio possui são:

1	Videocassete
5	Aparelhos de Televisão

1	Antena parabólica
3	Impressoras
3	Aparelhos de DVD
3	Aparelho de som
1	Projetores de multimídia – data show
1	Fax
1	Máquina fotográfica/filmadora
38	Computadores
3	Impressora Multifuncional

1.5 Recursos Humanos

Nome	Função	Vínculo funcional	Curso de graduação e habilitação em Educação	Turno de atuação
Marcelo Rodrigo Gonçalves	Direção	QFEB	Pedagogia	Manhã e noite
Márcia Teresinha Veronese Lara	Direção auxiliar	QPM	Matemática	Manhã- Professora Tarde- Dir. Auxiliar
Célia Bay	Secretária	QFEB	Pedagogia	Manhã e tarde
Carla Maria Dotto	Pedagogo	QPM	Pedagogia	Manhã
Dejane Fátima Ferreira	Pedagogo	QPM	Pedagogia	Noite
Elizandra Simone Quintiliano	Pedagogo	QPM	Pedagogia	Tarde
Adriano Robércio de Souza	Professor	QPM	Química	Noite
Alini Czervinski	Professora	PSS	Letras	Noite
Andrea Cristina Ferreira Tajariol	Professora	QPM	Letras	Manhã e tarde
Angela Maria Kulesza	Professora	QPM	Ciências	Manhã
Claudiane Regina Budske	Professora	QPM	Letras	Manhã e noite
Claudio Cezar Kloster	Professor	QPM	História	Manhã/tarde e noite

Cristiane Alves de Miranda	Professora	PSS	Artes	Noite
Daniel de Oliveira Pruencio	Professor AETE Futsal	QPM	Educação Física	Intermediário Tarde
Eliane Toquetto	Professora	PSS	Letras	Manhã
Elielli dos Santos Geron	Professora	PSS	Biologia	Tarde e noite
Ivone Fatima Bariviera	Professora	QPM	Geografia	Tarde e noite
João Mendes	Professor	QPM	Arte	Manhã e tarde
Josiane Lourenço Ramos	Professora	PSS	Arte	Tarde
Jurene Siqueira da Silva	Professora	QPM	Matemática	Noite
Jussara Terezinha Kasanoski	Professora	QPM	Química	Noite
Leandra Bariviera	Professor	PSS	Sociologia	Noite
Leandro Antonio Aschidamini	Professora	PSS	Geografia	Manhã
Loreni Pedrozo Ramos	Professora - CELEM	PSS	Letras	Tarde
Lucélia Marinês Piasecki	Professora	PSS	Matemática	Manhã e tarde
Marcos Borges Kammers dos Santos	Professor	PSS	Filosofia	Manhã e tarde
Mariluce Bertollo	Professora	PSS	História	Noite
Osny Soares da Silva	Professor	QPM	Letras	Noite
Perez Alberto Secchi	Professor AETE Tênis de Mesa	QPM	Educação Física	Manhã, tarde e noite
Raquel Andreiv	Professora	PSS	Física	Noite
Raquel Maffei Camargo	Professora	PSS	Geografia	Manhã
Roseli Edelamar Waldov Costa	Professora	PSS	Matemática	Tarde
Sueli Ribeiro	Professora	QPM	Letras	Tarde
Valdemir Domingues Mendes	Professor	PSS	Sociologia	Noite
Vanessa Caimi	Professora	PSS	Biologia	Noite
Andréia da Rocha	Ag. Educacional II (Secretária)	QFEB	Pedagogia	Manhã e tarde
Delinar Matuczack	Ag. Educacional II	QFEB	Pedagogia	Manhã e noite
Ineas Luis Vargas	Ag. Educacional I	QFEB	Profuncionário	Manhã e tarde
Maria Leoni de Jesus	Ag. Educacional I	PSS	Pedagogia	Manhã e noite
Nelci Rocha Faustino	Ag. Educacional I	QFEB	Recursos Humanos	Tarde e noite

Neuraci Aparecida dos Santos	Ag. Educacional I	PEAD	Profuncionário	Manhã e tarde
Sandra Apª Soboleski	Ag. Educacional I	PSS	Pedagogia	Tarde
Simone Pelagia Laskowski Miri	Ag. Educacional II	QFEB	Pedagogia	Tarde

II DIAGNÓSTICO DA INSTITUIÇÃO DE ENSINO (MARCO SITUACIONAL)

O Projeto Político-Pedagógico, ao fundamentar as demais instâncias do planejamento escolar, deve conter a possibilidade de análise da sua realidade escolar para delinear a identidade institucional da escola e fortalecer práticas pedagógicas coerentes com essa identidade. A análise possibilita definições de permanências e/ou mudanças pautadas em concepções condizentes com os princípios da escola pública e que visem à aprendizagem de todos os estudantes. Esse território educacional é registrado no Marco Situacional do Projeto Político Pedagógico, onde se apresenta uma descrição da realidade escolar com as características mais relevantes da comunidade em que a escola está inserida (perfil socioeconômico), incluindo a diversidade dos sujeitos e priorizando os aspectos que implicam no processo de ensino aprendizagem. As considerações a respeito da realidade da instituição incluem os aspectos positivos e negativos a fim de subsidiar o planejamento. Os dados devem abordar sobre os seguintes aspectos:

2.1 Gestão Escolar

Entendemos a Gestão escolar como a atuação da comunidade escolar e dos profissionais envolvidos que foca em promover a organização, mobilização e articulação das condições essenciais para garantir o pleno desenvolvimento do processo socioeducacional da instituição de ensino e possibilitar a promoção do aprendizado dos estudantes de forma efetiva.

As instâncias colegiadas são organizações compostas por representantes da comunidade escolar e local. Elas têm por finalidade fazer funcionar a gestão democrática no ensino público, ou seja, fazer com que seja pensado e decidido coletivamente as propostas de caráter educacional. São instâncias colegiadas: a APMF (Associação de Pais, Mestres e Funcionáros), o Conselho Escolar e o Grêmio Estudantil.

A Associação de Pais, Mestres e Funcionários é o principal elo entre pais, professores e funcionários com a comunidade, prima também pela busca de soluções equilibradas para os problemas coletivos do cotidiano escolar, dando suporte à direção e à equipe, visando o bem-estar e formação integral dos alunos. Todos os envolvidos no processo são igualmente responsáveis pelo sucesso da educação gratuita e com qualidade nas escolas públicas estaduais do Paraná.

O Conselho Escolar é o órgão máximo para a tomada de decisões realizadas no interior de uma escola. Este é formado pela representação de todos os segmentos que compõem a comunidade escolar, como: alunos, professores, pais ou responsáveis, funcionários, pedagogos, diretores e comunidade externa.

O Grêmio Estudantil assegurar a participação efetiva dos alunos nos processos de tomada de decisão do coletivo da escola, bem como planejar, propor, assessorar, executar e avaliar a formação continuada, presencial e a distância, nas diferentes áreas de atuação previstas. Busca instrumentalizar os alunos, bem como a comunidade escolar, para que compreendam a importância da sua participação no processo de democratização da sociedade e da educação, entendendo que a realidade escolar não pode se distanciar da realidade social. Portanto, é preciso que, desde cedo, as nossas crianças e jovens possam participar da vida política e exercer um papel de agentes de concretização dos direitos inerentes a cada pessoa e a todas elas pela via da participação coletiva nos processos decisórios e de controle social.

Nossa LDB 9394/96 em seu Art. 14, item II, estabelece que:

Art. 14. Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios:

II-participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes.

De acordo com o Plano de Ação da Direção Escolar:

> “a gestão democrática visa organizar ações que desencadeiem a participação coletiva no planejamento; na tomada de decisões; na definição do uso de recursos e necessidades de investimento; na execução das decisões coletivas; nas avaliações da escola e na garantia da permanência na escola.
>
> A gestão democrática será desenvolvida por meio de reuniões com todas as instâncias colegiadas, fazendo com que as decisões sejam tomadas coletivamente, ressaltando o papel de cada membro, buscando a melhoria na relação e a interação entre o gestor e os profissionais que atuam na escola, considerando a família como uma importante e imprescindível ferramenta de apoio no processo de ensino e aprendizagem.
>
> Entende-se por Gestão Democrática a igualdade de condições para acesso e permanência na escola. Saviani (2001), nos alerta para o fato de que há uma desigualdade no ponto de partida, mas a igualdade no ponto de chegada deve ser garantida pela mediação da Escola.
>
> Igualdade por sua vez requer respeitar a opinião de todos, realizando uma gestão onde todos têm direito a participar ativamente das decisões escolares dando sua parcela de contribuição para a melhoria da qualidade de educação e da permanência de todos na escola realizando com prazer suas ações educativas.
>
> **AÇÃO:** Realizar reuniões pedagógicas não somente para relatar decisões já tomadas pela equipe gestora, mas ter momentos de pedir sugestões de melhorias na instituição, de planejar juntos a melhor opção para solucionar problemas e desafios constantes nas entidades educacionais, juntamente com as instâncias colegiadas.”

Sendo assim, em nossa Instituição de Ensino a Gestão Escolar se dá de forma democrática, onde a Equipe Diretiva propõe as ações e junto com os professores e funcionários essas propostas são analisadas se serão viáveis ou não para serem realizadas com os alunos, visando sempre o pleno desenvolvimento do processo de ensino aprendizagem.

2.2 Ensino-Aprendizagem

Aprendizado ou aprendizagem é um processo, através do qual o indivíduo adquire informações, habilidades, atitudes e valores a partir de seu contato com a realidade, com

o meio ambiente e com as pessoas. Pensando nesse aprendizado, o Plano de trabalho Docente, que é um documento elaborado pelo professor e que visa planejar suas ações no decorrer do ano letivo, construído de acordo com a realidade da turma, deverá estar em consonância com o Projeto Político Pedagógico e de acordo com a legislação vigente. Neste documento deve estar claro o sistema de avaliação da Instituição de Ensino.

Para alguns estudiosos, a aprendizagem é um processo integrado que provoca uma transformação qualitativa na estrutura mental daquele que aprende. Essa transformação se dá através da alteração de conduta de um indivíduo, seja por condicionamento operante, experiência ou ambos, de uma forma razoavelmente permanente. As informações podem ser absorvidas através de técnicas de ensino ou até pela simples aquisição de hábitos. O ato ou vontade de aprender é uma característica essencial do psiquismo humano, pois somente este possui o caráter intencional, ou a intenção de aprender; dinâmico, por estar sempre em mutação e procurar informações para a aprendizagem; criador, por buscar novos métodos visando à melhoria da própria aprendizagem, por exemplo, pela tentativa e erro.

Para tanto, existe o Conselho de Classe que é um órgão colegiado de natureza consultiva e deliberativa em assuntos didático-pedagógicos, fundamentado no Projeto Político Pedagógico da escola e no Regimento Escolar.

É o momento em que professores, equipe pedagógica e direção se reúnem para discutir, avaliar as ações educacionais e indicar alternativas que busquem garantir a efetivação do processo de ensino e aprendizagem dos estudantes.

As discussões e tomadas de decisões devem estar respaldadas em critérios qualitativos como: os avanços obtidos pelo estudante na aprendizagem, o trabalho realizado pelo professor para que o estudante melhore a aprendizagem, a metodologia de trabalho utilizada pelo professor, o desempenho do aluno em todas as disciplinas, o acompanhamento do aluno no ano seguinte, as situações de inclusão, as questões estruturais, os critérios e instrumentos de avaliação utilizados pelos docentes e outros.

Cabe à equipe pedagógica a organização, articulação e acompanhamento de todo o processo do Conselho de Classe, bem como a mediação das discussões que deverão favorecer o desenvolvimento das práticas pedagógicas.

2.3 Atendimento Educacional Especializado ao Público – alvo da Educação Especial

Nossa Instituição de Ensino, a partir de julho de 2017 possui Sala de Recursos, onde 07 (sete) alunos são atendidos. No entanto, os alunos que possuem necessidades educativas especiais recebem atendimento diferenciado, mesmo na turma regular, pois nossos profissionais são qualificados para tal ação. O que falta são materiais diferenciados, específicos para o atendimento desses alunos, de acordo com a necessidade de cada um. A Professora da Sala de Recursos Multifuncional possui todas as qualificações necessárias para o atendimento aos alunos, onde através do trabalho desenvolvido e do vínculo afetivo criado, os alunos quase não faltas às aulas, causando grande satisfação nos pais e avanços significativos na aprendizagem dos alunos.

2.4 Articulação entre as etapas de ensino

O Ensino Fundamental é dividido entre duas etapas com organizações distintas, porém a continuidade no processo educativo dos estudantes deve ser objeto de atenção e ações de acolhimento pessoal e intelectual. Assim, a forma como a escola faz a transição do 5° para o 6° ano pode determinar o sucesso ou o insucesso do ensino-aprendizagem nesse início de etapa. Dessa forma, a articulação da instituição com os alunos em sua transição do Ensino Fundamental I para o II e do Ensino Fundamental para o Ensino Médio acontece de forma que os alunos sintam-se acolhidos e tenham atenção especial com o objetivo de garantir o desenvolvimento contínuo dos alunos, sem a interrupção com a passagem de uma modalidade de ensino para outra.

2.5 Articulação entre diretores, pedagogos, professores e demais profissionais da educação

A organização do trabalho pedagógico passa pela integração entre os envolvidos na dinâmica escolar na perspectiva de que tudo na escola é educativo e em função de objetivos comuns. É essencial ter momentos e formas de diálogo com a equipe escolar, em que canais de integração possam ser estabelecidos ou fortalecidos coletivamente e se

reflitam na prática diária com um clima de trabalho propício à satisfação das expectativas de toda a comunidade escolar, permeado por democracia, solidariedade, respeito à diversidade, combate à discriminação, clareza quanto a direitos e deveres.

É de fundamental importância que todos os segmentos da educação estejam bem articulados para que uma instituição de ensino tenha êxito em suas ações propostas. Nosso colégio prima pelo entrosamento entre todos os funcionários e professores, motivo este que nossas propostas são sempre bem aceitas e na prática resultam sempre em ações de sucesso.

A Equipe Diretiva realiza reuniões com todos os setores da escola, estabelecendo critérios, funções e responsabilidades para cada um. Conforme consta em calendário escolar, são realizadas reuniões pedagógicas onde são discutidas e decididas as medidas que nortearão os trabalhos no decorrer do ano letivo.

2.6 Articulação da Instituição de Ensino com os Pais e/ou Responsáveis

É uma relação que requer a visibilidade e transparência da participação tanto da escola quanto dos pais ou responsáveis no processo de educação de qualidade. Segundo o Estatuto da Criança e Adolescente: “É direito dos pais ou responsáveis ter ciência do processo pedagógico, bem como participar da definição das propostas educacionais” (cap. IV, parágrafo único).

Os pais e/ou responsáveis são bastante participativos em nosso colégio, pois a maioria comparece às reuniões e, mesmo sem serem chamados vêem periodicamente ao colégio para saber da vida escolar dos filhos. Poucos são os casos que precisamos enviar bilhete convocando ou ligando para que compareçam à escola. Quando necessário a participação dos pais em eventos, os mesmos participam juntos com os filhos, ajudando no que for necessário. Na APMF e no Conselho Escolar temos um número bem expressivo de pais que são bem atuantes nas decisões do colégio.

2.7 Formação Continuada dos Profissionais da Educação

Sempre consideramos importante e necessária a formação continuada de nossos profissionais e incentivamos a participação dos mesmos nos eventos organizados pela

SEED/NRE, bem como aqueles promovidos pela escola como os grupos de estudos, as reuniões pedagógicas, entre outros, que proporcionem aquisição de conhecimentos tendo em vista o desenvolvimento do processo ensino-aprendizagem.

- Realização de grupos de estudo, com discussão e análise das práticas educativas;
- Participação na Semana Pedagógica, Formação em Ação Disciplinar, PDE e GTR;
- Ressignificado da hora atividade como espaço para estudo, reflexão e interlocução;
- Valorização e incentivo à formação continuada de todos os segmentos da comunidade escolar, em cursos e eventos que venham ao encontro as necessidades da escola;
- Participação na Equipe Multidisciplinar, de acordo com o número de vagas ofertadas por escola. No ano de 2016, em nosso Colégio foi desenvolvido o projeto que culminou com exposição de trabalhos, apresentações, lanche especial, etc.

Estamos conscientes de que somente com o esforço constante e a participação de todos aqueles que fazem parte do contexto escolar é que construiremos uma escola mais justa, humana, igualitária e transformadora.

2.8 Acompanhamento e Realização da Hora-Atividade

Constitui-se no tempo reservado ao professor para estudos, planejamento, avaliações e participação em formação continuada, devendo ser cumprida na instituição de ensino onde o professor esteja suprido em horário normal das aulas a ele atribuídas. A hora-atividade deve favorecer o trabalho coletivo dos professores, conforme preconiza a Instrução nº 006/2017 – SUED/SEED.

No Colégio Estadual do Núcleo Residencial Pindorama, as horas atividades dos professores são organizadas de forma a encaixarem-se no mesmo dia das aulas, pois o colégio fica distante da cidade 6 Km e são cumpridas de acordo com orientações recebidas via NRE, ficando a critério de cada professor as atividades que serão desenvolvidas, desde que as mesmas sejam referentes a esta Instituição. A pedagoga de cada turno, o diretor e a diretora auxiliar sempre acompanham o cumprimento das horas atividades bem como, auxiliam no que for necessário quando solicitado material e equipamentos que contribuam para o desenvolvimento das aulas. É o momento de troca

de ideias entre professores e equipe diretiva do colégio, é quando surgem novos projetos, novas ações que beneficiam o colégio e seus alunos.

É o momento de reflexão dos professores acerca de sua prática pedagógica, onde os objetivos propostos em suas atividades são reavaliados e suas ações replanejadas, de forma que suas ações atinjam o resultado esperado.

2.9 Organização do tempo e espaço pedagógico e critérios de organização das turmas

No Colégio Estadual do Núcleo Residencial Pindorama, a organização dos horários de cada Agente Educacional é organizado e distribuido conforme a necessidade do colégio. Já o horário dos professores é organizado, visando a distribuição das aulas e o horário dos mesmos em outras escolas, pois são poucos que possuem aulas somente nesta Instituição de Ensino. Os espaços que o colégio possui são todos utilizados, pois uma boa parte do espaço é cedido à Escola Municipal Independência, que funciona em anexo ao nosso colégio.

O tempo escolar está organizado em anos e a organização curricular utilizada é por disciplina, sendo a parte diversificada da matriz curricular composta por Língua Estrangeira Moderna Inglês, conforme matriz curricular. As diferentes modalidades de ensino são ofertadas em turnos/horários distintos, o Ensino Fundamental – Séries Finais é ofertado no período diurno e o Ensino Médio, no período noturno.

O colégio sempre participou do Programa das salas de apoio à aprendizagem (SAA) nas disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática, que possui organização de conteúdos de acordo com as necessidades apresentadas pelos alunos, organizadas em bimestres, porém neste ano de 2017 não foi contemplado com a abertura das Salas de Apoio.

Como atividade de ampliação de Jornada escolar nosso Colégio contempla o Treinamento Tênis de Mesa, no turno da tarde e Treinamento Futsal, no horário intermediário.

As formas de registro de avaliação dos alunos das turmas regulares são trimestrais. Os anos/séries que possuem turmas únicas, são organizadas de forma que se cumpra o número mínimo e máximo de alunos por turma. Já, os anos/séries que possuem mais de uma turma são organizadas com números semelhantes, de maneira que uma turma não

se sobreponha à outra em relação ao número de alunos, salvo nos casos em que se faça necessário o remanejamento de alunos.

2.10 Índices de Aproveitamento Escolar (indicadores externos e internos), abandono/evasão e relação idade/ano

Dados referentes a 2016

Turma	Nº total alunos	aprovados	reprovados	evadidos
6ºA	26	22	04	00
6º B	28	27	01	00
7ºA	31	28	03	00
8ºA	22	20	02	00
9ºA	18	15	03	00
9ºB	17	17	00	00
1º A	27	18	09	00
2º A	24	24	00	00
3° A	20	20	00	00

Notas **IDEB**

Nota atingida no IDEB 2015	**4,9**
Nota pretendida IDEB para 2017	**4,8**

Referente ao Abandono Escolar, temos o Programa de Combate ao Abandono Escolar, que é um plano de ação destinado a combater o abandono escolar nas instituições de ensino da Rede Estadual de Educação. Seu objetivo principal é resgatar estudantes com 5 (cinco) faltas/dias consecutivas ou 7(sete) faltas/dias alternados por meio de ações integradas entre a escola e a Rede de Proteção à criança e ao adolescente, para evitar que essas faltas se efetivem como evasão escolar.

Para que a evasão não aconteça, a instituição escolar deve ficar atenta, a fim de perceber em que momento as causas que levam à infrequência extrapolam a sua competência, para então acionar as demais instituições que compõem a Rede de Proteção da criança e do adolescente para promover a reintegração escolar do estudante infrequente. Sempre que um aluno faltar às aulas por 05 dias consecutivos ou 07 dias alternados, enviamos um ofício contendo os dados do aluno, bem como as datas das faltas ao Conselho Tutelar do município, a fim de que possam entrar em contato com a família e o aluno para averiguar o motivo das faltas. Este trabalho conjunto entre escola e Conselho Tutelar tem um efeito positivo, pois em sua maioria, assim que contatados, os alunos retornam à escola e retomam os estudos.

Quanto a Prevenção ao uso de Álcool e outras Drogas e Enfrentamento ás Violências Na Instituição de Ensino, o Colégio não possui um programa específico, porém na medida do possível, são realizadas palestras com profissionais da área da saúde (geralmente na Semana da Família na escola) e também são realizados trabalhos em sala de aula, orientados pelos professores, principalmente das disciplinas de Ciências e Biologia.

2.11 Patrulha escolar

O Batalhão da Patrulha Escolar Comunitária (BPE) atende as escolas com o Programa Patrulha Escolar Comunitária (PEC) e Programa Educacional de Resistência às Drogas e a Violência (PROERD) com o objetivo de ampliar a rede de proteção à criança e adolescente por meio da educação preventiva sobre violência e drogas lícitas e ilícitas. Na comunidade de Rio da Prata a Patrulha Escolar atende com o Proerd nos anos iniciais na Escola Municipal que funciona em dualidade com a estadual, o Colégio Estadual do Campo de Rio da Prata, com visitas periódicas.

A escola atende aos critérios da Patrulha Escolar quando torna o local mais seguro e funcional avisando a polícia militar da proximidade de estranhos suspeitos nos arredores da escola. Identifica-se problemas de violência entre alguns alunos resolvendo-se com diálogo ou em outro nível no chamamento de pais ou responsáveis para juntos promover-se a responsabilidade da cessação dos conflitos.

Na educação preventiva promove-se aconselhamento aos alunos com problemas de violência, identificados no decorrer do período letivo, no livro ata da Patrulha Escolar com a participação da equipe da Patrulha Escolar, e também palestras interativas sobre

drogas, orientações sobre o Estatuto da Criança e Adolescente entre outros analisados pela escola e relacionado a educação preventiva sobre violência e o uso de drogas ilícitas e lícitas na sociedade.

2.12 Rede de Proteção

A Rede de Proteção envolve a ação de várias instituições/áreas governamentais ou não, que visam atuar em questões sociais de extrema complexidade, definindo estratégias para a prevenção, atendimento e fomento de políticas públicas para crianças e adolescentes em situação de risco.

A escola é uma instituição que integra a Rede de Proteção e tem a responsabilidade de junto aos outros agentes da rede identificar, notificar, atender e manter uma atitude vigilante, de acordo com a necessidade e gravidade do caso, com a proposição de ações preventivas. Além da área da educação (escola), também fazem parte da Rede de Proteção às áreas da saúde, da assistência social e da segurança pública, que por meio de seus atores articulam ações no sentido de combater a violência contra a criança e o adolescente, bem como garantir os seus direitos.

2.13 Relação entre profissionais da educação e discentes

A relação entre os profissionais da educação e os alunos é familiar, ou seja, sempre que algum educador percebe que algo não está bem com um aluno, o motivo é investigado e solucionado. Muitos professores e funcionários, em épocas de frio, levam agasalhos aos alunos mais carentes. Calçados para participarem de campeonatos esportivos, também são doados por professores e funcionários, ou até mesmo por pessoas da comunidade que através de pedidos de doação enviam materiais ao colégio. Todos são respeitados e, quando algum caso de desrespeito acontece o aluno é chamado para conversar, para entendermos o motivo de sua agressividade. Se com a conversa não obtivermos êxito, os pais são chamados para juntos solucionarmos o problema e o mesmo não voltar a se repetir.

III FUNDAMENTOS TEÓRICOS – MARCO CONCEITUAL

Um dos fatores de maior desigualdade no Brasil é a educação. Uma pessoa com mais anos de estudo, ganha cerca de quinze vezes mais do que ganha uma pessoa sem nenhuma educação. A sociedade global vive uma profunda crise ética, pois convive silenciosamente com a morte de inocentes, com a crescente concentração de renda, com o desemprego, com a falta de uma educação de qualidade e com o desprezo pelo meio ambiente.

Investir em educação é muito mais do que abrir vagas, é ter responsabilidade com a formação de um novo cidadão que integrará o processo social, e será o principal personagem na busca pelo desenvolvimento e transformação da realidade vergonhosa que nosso país tem vivido. Esse investimento só trará frutos se for feito a partir da semente, ou seja, a educação como um todo, valorizada em sua totalidade.

Sobre esse assunto, Paulo Freire enfatiza bem a verdadeira condição da escolarização democrática vivida pela sociedade atual, onde afirma que:

> "Um desses sonhos para que lutar, sonho possível, mas cuja concretização demanda coerência, valor, tenacidade, senso de justiça, força para brigar, de todas e de todos os que a ele se entreguem, é o sonho por um mundo menos feio, em que as desigualdades diminuam em que as discriminações de raça, de sexo, de classe sejam sinais de vergonha e não de afirmação orgulhosa ou de lamentação puramente cavilosa. No fundo, é um sonho sem cuja realização a democracia de que tanto falamos, sobretudo hoje, é uma farsa". (Freire, Paulo. Política e Educação).

A educação se faz extremamente necessária para as pessoas. Tanto que a LDB 9394/96 confere o direito à educação, garantido pela Constituição Federal. Estabelece os princípios da educação e os deveres do Estado em relação à educação escolar pública, definindo as responsabilidades, em regime de colaboração, entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios. A educação é a chave para o desenvolvimento. O Paraná oferece praticamente acesso universal ao ensino fundamental, mesmo assim, 4,7% das crianças de 7 a 14 anos estão fora do sistema educacional. No ensino médio a situação é preocupante, devido à evasão e à defasagem, a taxa líquida de matrícula não é superior a 50%. No Paraná, em 2000, apenas 60% dos adolescentes de 15 a 17 anos tinham concluído a 8ª série. Em jovens de 18 a 24 anos, esse índice era de 64%.

A situação da educação começa a se agravar no ensino médio. A baixa taxa de conclusão do ensino fundamental reflete em poucas matrículas no ensino médio. Além

disso, 15 anos é a idade esperada para a conclusão do 9º ano, e o que se percebe no Estado é que muitos jovens terminam o ensino fundamental após esta faixa etária. Segundo levantamento do Orbis, no Paraná, a taxa líquida de matrícula no ensino médio aumentou de 18,6% em 1991, para 52,3% em 2004.

A educação escolar é produto do trabalho humano históricamente determinado, analisando-a à luz dos pressupostos da Pedagogia Histórico-Crítica a qual tem seu fundamento epistemológico assentado no materialismo histórico dialético.

Saviani, desde 1984, vem denominando sua concepção pedagógica – enquanto ciência da educação – de Pedagogia Histórico-Crítica. Saviani (1991, p.10) esclarece que se dedicou por vários anos a tarefa de "rastrear o percurso da educação desde suas origens remotas tendo como guia o conceito do 'modo de produção'". É um estudo mediato na perspectiva de transformação social e que tem como tese principal "explicitar como as mudanças das formas de produção da existência humana foram gerando historicamente novas formas de educação as quais, por sua vez, exerceram influxo sobre o processo de transformação do modo de produção correspondente" (SAVIANI, 1991, pg. 10).

O trabalho é categoria central na análise de Saviani. O homem se humaniza (ou se desumaniza) pelo trabalho na medida em que é por esta prática que ele transforma a realidade (natureza) adaptando-a as suas necessidades. Ao transformá-la, ele mesmo se transforma mediado pelas relações que estabelece no processo de produção. Desse modo, pelo trabalho o homem se auto produz, alterando sua visão de mundo. Segundo SAVIANI (1991, p.19);

> Diferentemente dos outros animais, que se adaptam a realidade natural tendo sua existência garantida naturalmente, o homem necessita produzir continuamente sua própria existência. Tara tanto, em lugar de se adaptar à natureza, ele tem que adaptar a natureza a si, isto é, transformá-la. E isto é feito pelo trabalho.

Pode-se afirmar, desta forma que, o que diferencia o homem dos outros animais é o processo de trabalho. O trabalho não é qualquer tipo de atividade, mas, uma ação em que seu agente antecipa mentalmente e de forma intencional visando atingir, por este meio, um fim. Conforme Antunes (1998, p. 121):

> O trabalho desenvolve-se pelos laços de cooperação social existentes no processo de produção material. O ato de produção e reprodução da vida humana realiza-se pelo trabalho. É a partir do trabalho, em sua cotidianidade, que o homem torna-se ser social, distinguindo-se de todas as formas não humanas.

Saviani (1991, p. 19) afirma que “para sobreviver o homem necessita extrair da natureza, ativa e intencionalmente, os meios de sua subsistência. Ao fazer isso ele inicia o processo de transformação da natureza, criando um mundo humano (o mundo da cultura)”. Reafirmando a centralidade do trabalho demonstra que também a cultura e, portanto, a educação tem aí sua origem. Decorre desta relação que “a educação é um fenômeno próprio dos seres humanos. Assim sendo, a compreensão da natureza da educação passa pela compreensão da natureza humana”. Saviani (1991, p. 19). Sendo assim, a educação é uma exigência do e para o processo de trabalho no qual é, ela própria, um processo de trabalho e este é tido como princípio educativo. Nas palavras de Saviani (1991, p. 15), “o homem não se faz homem naturalmente, ele não nasce sabendo ser homem, vale dizer, ele não nasce sabendo sentir, pensar, avaliar, agir. Para saber pensar e sentir, para saber querer, agir ou avaliar é preciso aprender, o que implica o trabalho educativo”. Portanto, a educação é vista como parte de um processo de trabalho.

Escola é o lugar, ou melhor, uma instituição que tem como papel fundamental a socialização do saber sistematizado. SAVIANI (2005, p.15) afirma que a escola existe para “(...) propiciar a aquisição dos instrumentos que possibilitam o acesso ao saber elaborado (ciência), bem como o próprio acesso aos rudimentos desse saber”. Nesta perspectiva, é preciso a sistematização de um currículo a partir do saber sistematizado, do conhecimento elaborado, que se dá através da transmissão-assimilação do saber sistematizado. Por isso é que o currículo deve ser entendido como a “organização do conjunto das atividades nucleares distribuídas no espaço e tempo escolares” (SAVIANI, 2005, p. 18). Ou seja, o currículo nada mais é que, a escola funcionando e desempenhando a função que lhe é própria. Na efetivação prática do currículo é importante que a criança assimile de modo sequenciado e dosado no espaço escolar e, ao longo de um tempo determinado, o saber sistematizado. Isto consiste o saber escolar.

3.1 Diversidade dos sujeitos escolares

Atualmente, o município conta com 18 (dezoito) escolas municipais do 1º ao 5º ano e 08 (oito) creches de Educação Infantil. Na área social existe a Casa de Abrigo, o Projeto Gente administrado pela irmã Eliana que tem o auxílio da comunidade, da prefeitura e de empresários, além disso, conta com outros programas e instituições de assistência às pessoas mais carentes. Existem 14 (quatorze) colégios estaduais que ofertam o Ensino Fundamental e Ensino Médio destes, o Colégio Estadual Padre Sigismundo oferta cursos profissionalizantes, como Técnico em Informática, Técnico em Administração e Formação

de Docentes e também há em nosso munícipio a APAE (Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais).

Além destes, temos mais 03 (três) instituições de ensino que ofertam apenas o Ensino Fundamental, localizados na zona urbana e rural. Também há um Colégio particular conveniado com o Sistema Expoente, que oferta Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio, 01 (uma) Escola que oferta Educação Infantil e está implantando gradativamente os anos iniciais do Ensino Fundamental conveniada com o Sistema de Ensino Dom Bosco.

Grande parte da população é descendente de poloneses, vindos da Polônia, de italianos e alemães, ou reimigrantes do Rio Grande do Sul que vieram para cá a partir da década de 30.

O município de Quedas do Iguaçu possui questões importantes a resolver, principalmente no que se refere à ocupação de terras. No momento, existem assentamentos do MST (Movimento Sem Terra), nas terras que eram da Empresa Araupel e acampamentos em terras que estão sendo disputadas judicialmente. O conflito pela posse das terras em nossa região vem acontecendo há muito tempo.

Quedas do Iguaçu tem muitos caminhos a traçar, problemas para solucionar, mas nem por isso deixa de ser um lugar agradável de viver, trabalhar e criar raízes. É uma cidade que tem um povo acolhedor, hospitaleiro, trabalhador e participativo, pois, ao longo de sua história não faltaram pessoas para encarar as dificuldades construir, reconstruir, semear e colher os frutos.

O Núcleo Residencial Pindorama está localizado a 6 km do centro da cidade. As famílias, de modo geral, são de baixa renda, grande parte dos moradores são funcionários das empresas ARAUPEL S/A, IBERSUL e outras pequenas fábricas. Temos também trabalhadores temporários na colheita da maçã, em Santa Catarina, alguns trabalhadores autônomos, entre outros.

O bairro é formado basicamente por pequenas residências e poucos estabelecimentos comerciais. Não dispõe de opções de lazer, o que faz com que os alunos queiram vir na escola em horário contrário também. Uma das alternativas da comunidade é utilizar a quadra de esporte da escola, em horários alternativos (feriados, período noturno, finais de semana).

Os pais, dentro de suas possibilidades são participativos e atuantes no tocante ao acompanhamento da vida escolar dos filhos bem como no auxílio a eventos promovidos pela escola, pois, a reconhecem como um local seguro, onde seus filhos estão adquirindo

conhecimentos e valores diferenciados. Na opinião deles, esta aquisição deveria ser global, incluindo os conhecimentos estabelecidos (currículo) e outros como o conhecimento de novas tecnologias, pois os mesmos tem consciência de que é através da educação que seus filhos terão condições para uma vida melhor, amenizando as dificuldades que os pais enfrentam.

A maioria das crianças e adolescentes que estudam nesta escola moram com os pais, outros em menor quantidade moram com a mãe e padrasto e ainda um menor número de alunos reside com pai e madrasta e/ou com avós e tios. Um percentual de alunos vem dos bairros próximos, como o Bairro Luzitani e Santa Fé. Outros veem de bairros um pouco mais distantes como Vila Dias, Serraria Seis, Entre Vilas e beira Rio, que são locais onde passa o transporte escolar, facilitando a vinda dos mesmos para esta escola, uma vez que não tem escola para eles em seus bairros.

Os alunos consideram a escola um espaço agradável e aconchegante, portanto um lugar propício para implantação de programas que procuram integrar a escola e comunidade. Dentro do Colégio os alunos mantêm relacionamentos de amizade e afetividade com colegas, funcionários e professores. A participação dos mesmos é efetivada nas atividades diferenciadas tais como em Gincanas, Celem (Língua Espanhola), Projetos de Tênis de Mesa e Futsal, entre outros. Também utilizam a quadra de esportes nos finais de semana, feriados e no período noturno como opção de lazer, juntamente com a comunidade, em função da distância da cidade, o que inviabiliza sua locomoção e dificulta os momentos de lazer no centro da cidade.

Quanto a Lei 10. 639/03 e a Lei complementar 11.645/08 que inclui no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira" e “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”, desenvolvemos o Projeto da Equipe Multidisciplinar, onde os participantes atuam como disseminadores, realizando em sala de aula atividades referentes à temática e na Semana da Consciência Negra realizamos o fechamento das atividades, com exposições dos trabalhos desenvolvidos durante o ano letivo.

Já, de acordo com o Projeto de Lei nº 3.547/2015 que fala que a Temática Cigana deve ser abordada, a mesma é desenvolvida pelas disciplinas de História, Geografia e Arte, como parte dos conteúdos diversificados.

Outras temáticas são abordadas nas disciplinas de Ciências e Biologia, bem como nas demais disciplinas, sempre que necessário, como as questões de gênero que envolvem lésbicas, gays, travestis e transexuais, combatendo toda forma de preconceito e discriminação.

3.2 Tecnologia e educação

Atualmente não temos como não associar educação à tecnologia, especialmente, informática, computador e internet. O meio em que vivemos está cercado de recursos tecnológicos e o computador vem auxiliar no processo de ensino-aprendizagem. A escola deve fazer uso desse meio, questionando a evolução desse processo de transformação que muitas vezes não percebemos a rapidez com que avança. Os meios tecnológicos ajudam a promover o crescimento integral do homem, de todas as classes sociais e a educação tem seu papel voltado para a cidadania, da relação de trocas culturais. O principal desafio na atualidade é preparar os jovens para o mundo do trabalho, onde o educador não pode neutralizar-se diante da grande influência que recebem dos meios tecnológicos, pois informação não é sinônimo de conhecimento. É necessário que se faça uma seleção de informações e que utilizemos a tecnologia de forma que ela nos proporcione uma nova forma de pensar e de transformar o mundo.

3.3 Currículo e Conhecimento

O currículo é um importante elemento dentro do contexto escolar, é um dos documentos que norteiam o trabalho do professor por isso deve ser elaborado coletivamente e estar de acordo com a realidade escolar e dos alunos, de modo que propicie a diversidade de conteúdos, inclusão de alunos com necessidades especiais e atividades desenvolvidas extraclasse.

Ao currículo não é dada sua devida importância, pois nas discussões que envolvam questões relacionadas à educação não se menciona o currículo escolar como elemento relevante. Só é dada alguma importância ao currículo escolar quando se discute a inserção ou a eliminação de uma disciplina em um currículo já existente.

O conhecimento é um dos elementos centrais do currículo e que sua aprendizagem constitui condição indispensável para que os conhecimentos socialmente produzidos possam ser apreendidos, criticados e reconstruídos por todos os estudantes do país. Daí a necessidade de um ensino ativo e efetivo, com professores comprometidos, que conheçam bem, escolham, organizem e trabalhem os conhecimentos a serem aprendidos pelos alunos. Daí a importância de selecionarmos, para inclusão no currículo, conhecimentos relevantes e significativos. Ou seja, vemos o conhecimento escolar como um tipo de conhecimento produzido pelo sistema escolar e pelo contexto social e

econômico. Em outras palavras, a compreensão do processo de construção do conhecimento escolar facilita ao professor uma maior compreensão do próprio processo pedagógico, o que pode estimular novas abordagens, na tentativa tanto de bem selecionar e organizar os conhecimentos quanto de conferir uma orientação cultural ao currículo.

3.4 Cuidar e educar

Segundo ARANHA (1996), a história da Educação Infantil foi caracterizada pelo assistencialismo, aonde as crianças iam à escola para serem cuidadas e disciplinadas por adultos. Com o passar dos tempos aconteceram algumas mudanças na concepção destas escolas, ora a preocupação era de educar, ora de cuidar. Este binômio sempre esteve presente nesta história, como pontos antagônicos.

Atualmente, ultrapassando esta visão, pressupõe-se que educar e cuidar são pontos complementares, quando se fala em Educação, em qualquer nível. Embora a ação de cuidar e a ação de educar sejam processos interligados, pois uma completa a outra, se faz necessário a distinção de ambos, para termos uma compreensão coerente em suas semelhanças e diferenças.

O educar é proporcionar ao aluno a oportunidades de desenvolver suas capacidades e habilidades, pois educar significa proporcionar ao aluno momentos, espaços e valores de diversas formas e natureza, através da disciplina, do lúdico e da troca de opiniões e sentimentos. Oferecer ao aluno um ambiente acolhedor, onde ele possa ter liberdade de expressão, sendo visto como um sujeito possuidor de seus direitos. Oportunizar a esse ser o despertar de suas potencialidades e capacidades, proporcionando uma aprendizagem significativa, interagindo através de comportamento social correto, organizado e baseado na construção do diálogo e na disciplina de seus atos.

Cuidar significa auxiliar o aluno em seus primeiros passos. O cuidar não é restrito ao aspecto biológico do corpo, mas é associado também à dimensão afetiva, pois o aluno precisa de segurança, apoio, incentivo e envolvimento do professor. É relevante considerar as necessidades dos alunos, que quando observadas, ouvidas e respeitadas, podem nos fornecer dados significativos sobre a qualidade do que estão recebendo. Cabe ao educador estabelecer um vínculo com quem é cuidado, auxiliando o aluno a identificar suas necessidades e priorizá-las, assim como atendê-las de forma eficaz.

Uma vez que a Educação deve ser estruturada com base paralelamente ao educar e o ensinar, é de suma importância a formação consciente do professor, como agente transformador do futuro desses alunos.

Desta forma o trabalho do educador deve estar centrado na organização do tempo, na escolha correta dos conteúdos e na disciplina rotineira do ambiente escolar, como hábitos de comportamentos saudáveis gerando um convívio harmonioso e, consequentemente, criador de atitudes sérias e produtivas.

Portanto, o cuidar e o educar são indissolúveis e devem ser trabalhados juntos, sem esquecer-se de buscar o equilíbrio entre ambos, pois ao mesmo tempo em que sabemos que os alunos precisam de cuidados especiais, devemos também reconhecê-las, como agentes ativos da sociedade onde vivemos e que construiremos.

3.5 Educação em Direitos Humanos

Educação e Direitos Humanos são questões indissociáveis e complementares, justificadas pelas legislações que indicam o fortalecimento de direitos que protegem e promovem os sujeitos de direitos e de responsabilidades. De acordo com a Constituição Federal em seu Art. 6º, “São direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição”.

A partir da Resolução nº 01 de 30 de maio de 2012, passamos a seguir as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos com a finalidade de promover a educação para a mudança e a transformação social, fundamentada nos seguintes princípios:

I - dignidade humana;

II - igualdade de direitos;

III - reconhecimento e valorização das diferenças e das diversidades;

IV - laicidade do Estado;

V - democracia na educação;

VI - transversalidade, vivência e globalidade; e

VII - sustentabilidade socioambiental.

Ainda temos a Deliberação 02/2015 – CEE - que estabelece Normas Estaduais para a Educação em Direitos Humanos no Sistema Estadual de Ensino no Paraná onde dentre os objetivos estabelecidos estão a formação para a vida e para a convivência, no exercício cotidiano dos Direitos Humanos como forma de vida e de organização social e o fortalecimento das políticas afirmativas do Estado Democrático de Direito nas áreas correlatas à Educação em Direitos Humanos, com vistas a fortalecer a Cultura da paz e do respeito à vida.

Nesse sentido, a valorização à vida, a igualdade de direitos e o respeito à democracia são os princípios fundamentais da dignidade humana e devem sempre ser respeitados e contemplados em todas as disciplinas curriculares e atividades extracurriculares referentes ao contexto escolar.

3.6 Educação Ambiental

A Educação ambiental é uma área do conhecimento que aborda questões socioambientais que devem ser tratadas de modo sistêmico, integrado na perspectiva de uma visão de mundo que favoreça o diálogo, e a compreensão da sustentabilidade do planeta, em âmbitos local e global.

Segundo a Lei 9.795/99 em seu Art. 1° entende-se por educação ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade.

Neste sentido, objetivando o encontro de soluções que promovam uma sociedade justa, igualitária e sustentável e ambiental, construindo oportunidades de construir um projeto de sociedade que atue de forma mais consciente na solução dos desafios e problemas enfrentados pela sociedade atual os quais comprometem o futuro da humanidade, a lei acima citada diz em seu Art. 2º que a educação ambiental é um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não-formal.

3.7 Violências e o Uso de Álcool e outras Drogas em âmbito escolar

Diante dos desafios contemporâneos postos ao sistema educacional, é imprescindível que a escola esteja preparada para tratar de temáticas que suscitam um fazer pedagógico, sendo assim destacamos o Programa de Combate do Abandono Escolar – PCAE, onde em conjunto com o Conselho Tutelar e o Ministério Público torna-se possível combatermos a evasão, a violência e o uso de álcool e drogas no ambiente escolar.

Primeiramente a escola comunica a família sobre a situação em que o aluno se encontra. Caso a escola não obtenha retorno, no caso da evasão escolar, a família é notificada, através do Conselho Tutelar, que desenvolve seu trabalho de orientação e acompanhamento do aluno no retorno à escola. O mesmo acontece quanto aos casos de violência e uso de álcool e droga no âmbito escolar, a família é convocada a comparecer ao colégio, em caso negativo, o Conselho Tutelar intermedia, entrando em contato com os responsáveis pelo aluno. Caso o trabalho realizado pela Escola e Conselho Tutelar não obtenha êxito os alunos, bem como seus responsáveis são encaminhados ao Ministério Público, a fim de tomares as providências cabíveis de ajustamento de conduta.

3.8 Educação Especial

Segundo o art. 58 da Lei de diretrizes e bases da educação nacional, nº 9394 de 20 de dezembro de 1996; “entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de Educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais.**”**

O que difere a educação em geral da educação especial é o atendimento, de acordo com as diferenças individuais do aluno, pois a inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais, em classes comuns, exige que a escola se organize de forma a oferecer possibilidades objetivas de aprendizagem a todos os alunos, especialmente àqueles com deficiências.

Para tanto, na escola regular, são necessárias as adaptações curriculares, onde o professor desenvolverá atividades de acordo com as orientações contidas nos pareceres neurológicos/psicopedagógicos, no caso dos alunos que possuem tais avaliações., possibilitando a inclusão dos mesmos.

3.9 Educação, Homem (infância, adolescência, juventude, adulto e idoso), Mundo, Sociedade, Cidadania

A educação é uma atividade específica dos homens situando-os dentro da história – ela nunca muda o mundo, mas o mundo pode ser mudado pela sua ação na sociedade e nas suas relações de trabalho. “Educação é um fenômeno próprio dos seres humanos, significa afirmar que ela é ao mesmo tempo uma exigência do e para o processo de trabalho”. (Saviani, 1992, p. 19).

A educação cria o homem para a sociedade e automaticamente, esta é modificada, em benefício do próprio homem.

O homem se apropria do conhecimento científico, político e cultural acumulado pela humanidade ao longo da história para garantia e satisfação de suas necessidades, fazendo uma avaliação crítica deste conhecimento acumulado a fim de reorganizá-los acrescentando novos conhecimentos através de sua atividade cognitiva.

A educação tem por finalidade aperfeiçoar o homem para que este possa intervir na realidade, transformando-a conforme suas necessidades.

O homem é considerado um ser social, pois ele atua e interfere na sociedade e na natureza, transformando-a segundo suas necessidades e para além delas. (Saviani, 1992).

O homem necessita produzir continuamente sua própria existência. Para tanto, em lugar de se adaptar à natureza, ele tem que adaptar a natureza a si, isto é, transformá-la pelo trabalho, garantindo, assim, sua participação ativa e criativa nas diversas esferas de sociedade.

A transformação inicia pelas fases que o homem passa até atingir a fase adulta, segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA - 1990), criança é considerada a pessoa até os doze anos incompletos, enquanto entre os doze e dezoito anos, idade da maioridade civil, encontra-se a adolescência. A concepção de infância vai sendo mudada conforme a sociedade passa a vê-la com um olhar mais centrado de que esta é um indivíduo que pertence à sociedade, que está inserido em sua cultura e dela aprendem, tem “voz”, ou seja, tem sua forma de vivê-la, e por esta é influenciada e a esta também influencia. Elas possuem uma natureza singular, que as caracterizam como seres que sentem e pensam o mundo de um jeito muito próprio, e isto porque, através das interações que estabelecem desde cedo com as pessoas que lhe são próximas e com o meio que as circunda, as crianças revelam seu esforço para compreender o mundo em

que vivem as relações contraditórias que presenciam e, por meio das brincadeiras, explicitam as condições de vida a que estão submetidas e seus anseios e desejos.

Em seguida, vem a adolescência que deve ser pensada para além da idade cronológica, da puberdade e transformações físicas que ela acarreta, dos ritos de passagem, ou de elementos determinados de modo natural. A adolescência deve ser pensada como uma categoria que se constrói, se exercita e se reconstrói dentro de uma história e tempo específicos.

Elaborar conclusões sobre a concepção atual de infância e da adolescência na contemporaneidade evidencia-se uma tarefa impossível de ser levada a cabo. A compreensão da impossibilidade de se tomarem as grandes narrativas como verdades cristalizadas, a certeza da multiplicidade de vivências e de seus significados que se ancoram nas também múltiplas historicidades, a aceitação da parcialidade das verdades, são elementos que não podem ser deixados de lado.

Geralmente, quando psicólogos vão se referir a essa fase entre a infância e a maturidade, chamam-na de adolescência. Já os historiadores, demográficos e sociólogos a definem como juventude.

Entre as políticas públicas, o termo adolescência também ganhou mais peso, já que entrou na agenda dos direitos humanos, a partir das discussões dos direitos da criança e do adolescente. O Estatuto da Criança e do Adolescente foi resultado da reivindicação realizada em prol dessas fases da vida. No ECA, a adolescência se dá dos 12 aos 18 anos, período no qual se alcança a maturidade legal.

A partir dos anos 90, notou-se a necessidade de também definir o período que ia além dos 18 anos, já que dadas as circunstâncias de cada local, mesmo o indivíduo alcançando a maioridade legal, as oportunidades do mundo do trabalho, por exemplo, não eram semelhantes para todos. Assim, as políticas públicas pensadas para a adolescência já não davam conta das necessidades desse grupo.

Na fase seguinte, temos a fase adulta. O adulto é considerado pelos restantes como alguém que já atingiu uma idade que lhe permita casar, que já responde pelos seus atos e que, em geral, pode realizar ações que lhe são restritas.

Casar, votar, tornar-se militar, conduzir, viajar sozinho para o estrangeiro, consumir bebidas alcoólicas, fumar, ficar sem direitos parentais, ser modelo ou ator pornográfico, são exemplos de atividades que podem ser reservadas a adultos.

A entrada legal na idade adulta varia entre os 16 e os 21 anos, dependendo da região em causa. Em algumas culturas africanas consideram adultos todos os maiores de 13 anos, mas a maior parte das civilizações enquadram essa idade na adolescência,

sendo a idade comum de entrada na maioridade a de 18 anos. Assim, tornar-se adulto, quando e como, depende da cultura em que se vive.

A última fase, a chamada 3ª idade, que segundo a política nacional do idoso (PNI), a Lei nº8. 842, de 4 de janeiro de 1994, e o estatuto do Idoso, Lei nº 10.741,de 1º de outubro de 2003, define como Idoso pessoas com 60 anos ou mais. Já a Organização Mundial da Saúde (OMS) (2002) define o idoso a partir da idade cronológica, portanto, idosa é aquela pessoa com 60 anos ou mais, em países em desenvolvimento e com 65 anos ou mais em países desenvolvidos. É importante reconhecer que a idade cronológica não é um marcador preciso para as mudanças que acompanham o envelhecimento. Existem diferenças significativas relacionadas ao estado de saúde, participação e níveis de independência entre pessoas que possuem a mesma idade (Brasil, 2005).

Envelhecer é um processo natural que caracteriza uma etapa da vida do homem e dá-se por mudanças físicas, psicológicas e sociais que acometem de forma particular cada indivíduo com sobrevida prolongada.

Porem torna-se necessário delimitar uma faixa etária para o idoso brasileiro principalmente na formulação da política pública e na demarcação de grupo populacional dos beneficiários focalizando os recursos e concebendo direitos a esta população.

Sendo assim o processo de envelhecimento é um conjunto de fatores que vai além do fato de ter mais de 60 anos, deve-se levar em consideração também as condições biológicas, que está intimamente relacionada com a idade cronológica, traduzindo-se por um declínio harmônico de todo conjunto orgânico, tornando-se mais acelerado quanto maior a idade; as condições sociais variam de acordo com o momento histórico e cultural; as condições econômicas são marcadas pela aposentadoria; a intelectual é quando suas faculdades cognitivas começam a falhar, apresentando problemas de memória, atenção, orientação e concentração; e a funcional é quando há perda da independência e autonomia, precisando de ajuda para desempenhar suas atividades básicas do dia-a-dia.

A condição humana nos impõe a necessidade de vivermos em sociedade. O processo de socialização começa no momento da concepção, pois desde aí começamos a receber a influência do meio externo. A relação homem com o mundo acontece de várias formas. É a família nosso primeiro grupo social. A forma como percebemos o que nos rodeia, como aceitamos o outro, enfim a flexibilidade em relação ao diferente são fatores de grande importância na socialização. As diferentes necessidades humanas influenciam no comportamento ocasionando uma grande diversidade nas relações dos homens entre si em todos os campos. Relações de trabalho, de amizades, familiares.

Se olharmos bem uns para os outros podemos notar aspectos semelhantes, mas veremos que somos todos diferentes, costumeiramente chamados seres singulares, não

apenas física, mas também intelectual e espiritualmente, enfim em toda nossa forma de ser e agir. Alguns com grande facilidade de crescimento em todos os aspectos, destacando-se perante os demais, outros com um pouco mais de dificuldade, mas buscando respostas e aqueles que não as encontram e também não vão ao encontro destas. O caráter de cada indivíduo molda seu comportamento dentro da sociedade.

Podemos concluir que a socialização compreende todas as formas de aprendizado em sociedade. Tem início com as exigências de condutas dentro da família, que é nossa primeira experiência de vida social, se estendendo depois aos contatos sociais cada vez mais amplos como a escola, a vizinhança, as amizades, o ambiente profissional, a vida religiosa, a participação em associações ou clubes, os lazeres etc. Pode-se dizer, ainda, que a socialização é uma forma de educação, mas vai para além dela. Mesmo em contextos nos quais as pessoas não têm consciência de que estão se educando mutuamente, o contato social indica formas esperadas de comportamento.

3.10 Formação Humana Integral, Cultura, Trabalho, Escola

Atualmente, muito se fala sobre formação Integral do aluno, termo que, por muitas vezes, é confundido com educação de tempo Integral. Porém, há grandes e significativas diferenças entre os dois. A formação integral do aluno engloba todos os esforços que a escola promove para que sejam trabalhados os aspectos sociais, psicológicos, pedagógicos e afetivos, enquanto a educação de tempo integral está relacionada diretamente a quantidade de horas que o aluno permanece no ambiente escolar, independentemente se ele usufrui ou não de uma formação realmente integral e integrada.

A formação integral dos alunos, desde a Educação Infantil, é de extrema importância para o desenvolvimento da criança e, posteriormente, do adolescente, pois trabalha as relações humanas de forma mais ampla, indo além dos aspectos da racionalidade ou cognição, dando relevância às artes em geral, ao desenvolvimento de dimensões afetivas, aos valores e ao bem-estar do indivíduo.

O trabalho de formação integral do aluno conta, também, com a participação ativa dos pais para promover o desenvolvimento da consciência de valores éticos e morais, a partir de uma perspectiva sobre as situações do cotidiano, permitindo que o estudante reconheça seus direitos e deveres dentro da sociedade na qual está inserido.

Com base nessa concepção, é papel da escola oferecer atividades diversificadas aos seus alunos, que os levem a conhecerem seus pontos fortes e pontos a melhorar. Ao trabalhar com as múltiplas inteligências, a escola está formando um aluno-cidadão capaz de fazer suas próprias escolhas no futuro, com autonomia e autoconhecimento.

Segundo Saviani, "… para sobreviver o homem necessita extrair da natureza, ativa e intencionalmente, os meios de subsistência. Ao fazer isso ele inicia o processo de transformação da natureza, criando um mundo humano (o mundo da cultura)." (1992, p. 19). Cultura é o resultado de toda produção humana.

Para podermos considerar, "De um ponto de vista antropológico, cultura é tudo o que elabora, e elaborou o ser humano, desde a mais sublime música ou obra literária até as formas de destruir-se a si mesmo e as técnicas de tortura, a arte, a ciência, a linguagem, os costumes, os hábitos de vida, os sistemas morais, as instituições sociais, as crenças, as religiões, as formas de trabalhar". (Sacristan, 2001, p. 105)

Toda organização curricular, por sua natureza e especificidade precisa completar várias dimensões da ação humana, entre elas a concepção de cultura. Na escola, em sua prática há a necessidade da consciência de tais diversidades culturais, especialmente da sua função de trabalhar as culturas populares de forma a levá-los à produção de uma cultura erudita.

Respeitando a diversidade cultural e valorizando a cultura popular e erudita, cabe à escola aproveitar essa diversidade existente, para fazer dela um espaço motivador aberto e democrático.

O homem em suas relações sociais dentro da sociedade produz bens. Porém, é preciso compreender que o trabalho não acontece de forma tranquila estando sobrecarregado. No trabalho educativo o fazer e o pensar entrelaçam-se dialeticamente e é nesta dimensão que esta posta a formação do homem.

O trabalho é uma atividade que está na base de todas as relações humanas, condicionando e determinando a vida. É uma atividade humana intencional que envolve forma de organização objetivando a produção dos bens necessários à vida.

O trabalho educativo é o ato de produzir direta e intencionalmente, em cada indivíduo singular, a humanidade que é produzida histórica e coletivamente pelo conjunto dos homens. Assim, o objeto da educação diz respeito de um lado a identificação dos elementos culturais que precisam ser assinalados pelos indivíduos da espécie humana para que eles se tornem humanos e de outro lado e concomitantemente, à descoberta das formas mais adequadas para atingir esse objetivo.

A escola sentiu a necessidade de maiores aprofundamentos sobre concepções, pois elas fundamentam a forma como nossos alunos aprendem e como ocorre o processo ensino-aprendizagem e a relação entre sujeito que ensina, o sujeito que aprende e o objeto a ser aprendido. A concepção ensino aprendizagem indica à escola a existência humana objetivada na apropriação dos conceitos científicos e dos fenômenos culturais resultantes da prática.

3.11 Gestão Escolar

A Gestão Democrática está baseada na coordenação de atitudes e ações que propõem a participação social, ou seja, a comunidade escolar (professores, alunos, pais, direção, equipe pedagógica e demais funcionários) é considerada sujeito ativo em todo o processo da gestão, participando de todas as decisões da escola. Assim, é imprescindível que cada um destes sujeitos tenha clareza e conhecimento de seu papel quanto participante da comunidade escolar ou das instâncias colegiadas, que são organizações compostas por representantes da comunidade escolar e local, tais como: APMF, Conselho Escolar, Conselho de Classe e Grêmio Estudantil. Elas têm por finalidade fazer funcionar a Gestão Democrática no ensino público, isto é, fazer com que seja pensado e decidido coletivamente as propostas de caráter educacional.

Buscando a realização de uma gestão democrática, e atendendo a solicitação dos pais que em sua totalidade consideram extremamente necessárias as reuniões bimestrais para acompanhamento do desempenho escolar do(s) filho(s), a Escola propicia esses encontros que visam esclarecer dúvidas e dar sugestões sobre a melhor forma dos pais auxiliarem seus filhos, não só em termos de aprendizagem, mas também e em especial questões sobre adolescência, valores, respeito próprio e ao outro, discriminação, entre outros.

Também trabalhamos em conjunto com o Conselho Escolar e a Associação de Pais Mestres e Funcionários (APMF) fazendo reuniões periódicas para escolha do uso de recursos e prioridades de aquisição, prestação de contas, discussões sobre o desenvolvimento do ensino e aprendizagem, avaliação, indisciplina e outros, para resolução conjunta de todas as ações do contexto escolar, orientando nos na tomada de decisões.

3.12 Ensino-Aprendizagem, Alfabetização e letramento e Avaliação

Nas palavras do educador Paulo Freire, não existe ensino sem aprendizagem. Para ele e vários educadores contemporâneos, educar alguém é um processo dialógico, um intercâmbio constante. Nessa relação, educador e educando trocam de papéis o tempo inteiro: o educando aprende ao passo que ensina seu educador e o educador ensina e aprende com seu estudante.

Ainda para Freire, no processo pedagógico, alunos e professores devem assumir seus papéis conscientemente – não são apenas sujeitos do “ensinar” e do “aprender”, e sim, seres humanos com histórias e trajetórias únicas. Para o educador, no processo de **ensino-aprendizagem** é preciso reconhecer o Outro (professor e aluno) em toda sua complexidade, em suas esferas biológicas, sociais, culturais, afetivas, linguísticas entre outras.

O **ensino-aprendizagem** promove o diálogo entre o currículo (formal) e os conteúdos únicos (vivências, história, individualidade) tanto do professor quanto do estudante.

Para tanto, a alfabetização consiste no aprendizado do alfabeto e de sua utilização como código de comunicação. De um modo mais abrangente, a alfabetização é definida como um processo no qual o indivíduo constrói a gramática e em suas variações. Esse processo não se resume apenas na aquisição dessas habilidades mecânicas (codificação e decodificação) do ato de ler, mas na capacidade de interpretar, compreender, criticar, resignificar e produzir conhecimento.

A alfabetização de um indivíduo promove sua socialização, já que possibilita o estabelecimento de novos tipos de trocas simbólicas com outros indivíduos, acesso a bens culturais e a facilidades oferecidas pelas instituições sociais. A alfabetização é um fator propulsor do exercício consciente da cidadania e do desenvolvimento da sociedade como um todo.

Já o letramento é o estado ou a condição que adquire um grupo social ou um indivíduo como consequência de ter-se apropriado da escrita (SOARES, 2003). Não se deve, portanto, restringir a caracterização de um indivíduo letrado ao que domina apenas a técnica de escrever (ser alfabetizado), mas sim aquele que utiliza a escrita e sabe "responder às exigências de leitura e escrita que a sociedade faz continuamente" O que entende-se hoje como letramento é dominar a leitura e a escrita, neste sentido uma pessoa letrada é aquela que as domina e utiliza com competência, em seu meio social, pois só assim o indivíduo se tornará alfabetizado e letrado.

Ou seja, ao mesmo tempo que a alfabetização e letramento são dois processos distintos, estão interligados. Pois, para ser uma pessoa letrada, é importante já ter passado pelo processo de alfabetização.

Para analisar e interpretar os dados da aprendizagem e do seu próprio trabalho, o professor utiliza a avaliação, que tem a finalidade de aperfeiçoar/ sanar as dificuldades apresentadas no processo de ensino-aprendizagem.

A avaliação da aprendizagem escolar, da aprendizagem formal, deve estar articulada com o Projeto Político Pedagógico da escola, deve ser organizada de forma que os alunos possam entendê-la claramente e tenham conhecimento de todos os critérios que dela fazem parte. Para os professores a avaliação deve ser encarada como uma parte a mais de sua prática pedagógica, sendo imensamente importante para a reflexão de sua prática e para a realização das mudanças necessárias em sua próxima prática educativa.

Segundo Paulo Freire:

> É a partir deste saber fundamental: *mudar é difícil mas é possível*, que vamos programar nossa ação político-pedagógica, não importa se o projeto com o qual nos comprometemos é de alfabetização de adultos ou de crianças, se de ação sanitária, se de evangelização, se de formação de mão-de-obra técnica. (1996, 88)

Luckesi nos coloca que:

> “De fato, o momento de avaliação deveria ser um “momento de fôlego” na escalada, para em seguida, ocorrer a retomada da marcha de forma mais adequada, e nunca um ponto definitivo de chegada, especialmente quando o objeto da ação avaliativa é dinâmico, como, no caso, a aprendizagem”. (2011, 82)

Como vimos, a função da avaliação é diagnosticar onde estão as falhas para então, retomar os conteúdos e efetivar realmente a aprendizagem. No entanto, o que vemos, é a avaliação como um ponto final do processo, como a conclusão do processo de ensino aprendizagem.

A avaliação na atualidade deve ter um grande distanciamento das práticas avaliativas autoritárias, que não tem a função de reorganizar, retomar a avaliação e sim obter números para atribuirmos valores aos alunos. Cabe então ao pedagogo acompanhar os avanços e as dificuldades dos alunos e assegurar-lhes a possibilidade de avançar no processo de ensino aprendizagem, tornando a avaliação menos excludente.

3.13 Tempo e espaço Pedagógico e educação Inclusiva

A escola funciona com cinco horas aulas diárias, de segunda a sexta-feira, totalizando vinte e cinco horas aulas semanais por turno, funcionando nos três turnos. A biblioteca permanece abeta nos três turnos, com um agente de leitura que faz o atendimento ao público. O pátio é utilizado na entrada, saída e no intervalo (recreio), exceto nos dias de chuva, pois o mesmo não é coberto. A sala dos professores é o local onde os professores encontram-se na chegada e nas horas- atividades, pois o colégio não possui local próprio para o cumprimento das mesmas. É também o local onde os professores lancham no intervalo (recreio). A sala da equipe pedagógica e do diretor, que são juntas, é o local onde realizamos atendimento aos alunos, conversamos com pais e com professores, quando necessário termos uma conversa particular. Na hora do lanche os alunos organizam-se em filas, assim como no início da aula, momento em que é feito uma oração. O uso do uniforme nas dependências do colégio é obrigatório e disponibilizamos de algumas peças para empréstimo para os casos de alunos que excepcionalmente comparecem ao colégio sem uniforme. O ginásio de esportes é utilizado pela Escola Municipal Independência nas terças-feiras e pelo nosso colégio nos demais dias da semana. Nos finais de semana é utilizado pelas pessoas da comunidade, sendo o guarda municipal responsável pela organização dos horários.

Os banheiros também são de uso comum do nosso colégio e da Escola Municipal Independência, sendo um feminino e um masculino. A cozinha é de uso somente de nosso estabelecimento, pois o colégio municipal possui cozinha própria, bem como o laboratório de Informática e o Laboratório de Ciências, Física e Química.

Quanto à acessibilidade, o colégio possui rampas na entrada do colégio que dão acesso ao saguão, aos banheiros e às salas de aulas e biblioteca. Possui um banheiro adaptado com barras disponíveis para cadeirantes. Neste ano letivo não possuímos nenhum aluno cadeirante, porém nosso ginásio não possui acesso adaptado.

3.14 Formação Continuada

Sempre consideramos importante e necessária a formação continuada de nossos profissionais e incentivamos a participação dos mesmos nos eventos organizados pela SEED/NRE, bem como aqueles promovidos pela escola como os grupos de estudos, as

reuniões formativas entre outros, que proporcionem aquisição de conhecimentos tendo em vista o desenvolvimento do processo ensino-aprendizagem.

- Realização de grupos de estudo, com discussão e análise das práticas educativas;

- Maior realização de simpósios, eventos e palestras de cunho educacional, promovidos pela SEED;

- Resignificado da hora atividade como espaço para estudo, reflexão e interlocução;

- Valorização e incentivo à formação continuada de todos os segmentos da comunidade escolar, em cursos e eventos que venham ao encontro as necessidades da escola;

- Promoção de encontros pedagógicos periódicos para reflexões sobre a prática pedagógica.

Estamos conscientes de que somente com o esforço constante e a participação de todos aqueles que fazem parte do contexto escolar é que construiremos uma escola mais justa, humana, igualitária e transformadora.

IV PLANEJAMENTO – MARCO OPERACIONAL

O Planejamento é um processo contínuo de conhecimento e análise da realidade escolar em busca da solução de problemas no propósito de tomada de decisões. É intrínseco ao planejamento possibilitando a revisão, a correção e o redirecionamento das ações. Ele indica o caminho a seguir antecipando resultados, uma vez que articula objetivos e elementos para atingi-los, como as estratégias, os recursos e os responsáveis. Assim, definem-se ações de curto, médio e longo prazo, nas perspectivas pedagógica, administrativa e político-social.

Nossas ações partem da realidade dos alunos, onde o Plano de trabalho Docente, que é um documento elaborado pelo professor é a expressão da Proposta Pedagógica Curricular, a qual, por sua vez, expressa o Projeto Político-Pedagógico. O plano é a representação escrita do planejamento do professor. Neste sentido, ele contempla o recorte do conteúdo selecionado para um dado período. Tal conteúdo traz consigo essa intencionalidade traduzida a partir dos critérios de avaliação. Para que isto se efetive, o

professor deve ter clareza do que o aluno deve aprender (conteúdos), por que aprender tal conteúdo (intencionalidade–objetivos), como trabalhá-lo em sala (encaminhamentos metodológicos), e como serão avaliados (critérios e instrumentos de avaliação). A seleção dos conteúdos, retomando, não é aleatória. Ela foi feita exatamente com base em alguma intenção (PARANÁ, 2010, p. 16-17).

O Plano de Trabalho Docente deve conter os seguintes dados: elementos para identificação; conteúdos (estruturante, básicos e específicos); justificativa; objetivos; encaminhamentos metodológicos; recursos didáticos; avaliação (critérios e instrumentos) e referências bibliográficas.

4.1 Avaliação

De acordo com a Instrução nº 15/2017, a Avaliação da Aprendizagem deve ser entendida como um dos aspectos do ensino pelo qual o (a) docente estuda e interpreta os dados da aprendizagem e de seu próprio trabalho, com as finalidades de acompanhar e aperfeiçoar o processo de aprendizagem dos (as) estudantes, bem como diagnosticar seus resultados e atribuir-lhes valor/conceito. A avaliação do aproveitamento escolar deverá incidir sobre o desempenho do (a) estudante em diferentes situações de aprendizagem. A avaliação utilizará técnicas e instrumentos diversificados, sendo vedado submeter o estudante a uma única oportunidade e a um único instrumento de avaliação: entende-se por instrumento de avaliação a ferramenta (produção escrita, gráfica, cênica ou oral, prova objetiva ou descritiva, relatório, mapa conceitual, seminário, portfólio, exposição, entre outras produções variadas) pela qual se obtém dados e informações, intencionalmente selecionadas, relativas ao processo de ensino-aprendizagem; compreende-se que a diversidade de instrumentos avaliativos possibilita ao(a) estudante variadas oportunidades e maneiras de expressar seu conhecimento, bem como permite ao(a) docente acompanhar o desenvolvimento dos processos cognitivos dos(as) estudantes, tais como: observação, descrição, argumentação, interpretação, formulação de hipóteses, entre outros; na avaliação da aprendizagem dar-se-á relevância à atividade crítica, à capacidade de análise e síntese e à elaboração pessoal; a individualidade de cada estudante e sua apreensão dos conteúdos básicos deverão ser asseguradas nas decisões sobre o processo de avaliação, evitando-se a comparação com os demais; a avaliação de estudantes da Educação Especial deverá ser flexibilizada, adotando diferentes critérios, instrumentos, procedimentos e temporalidade, de forma a atender às especificidades.

Para que a avaliação cumpra sua finalidade educativa, deverá ser contínua, permanente, cumulativa e diagnóstica, com o objetivo de acompanhar o desenvolvimento educacional do (a) estudante, considerando suas características individuais deste (a) no conjunto dos componentes curriculares cursados, com preponderância dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos. Os critérios de avaliação do aproveitamento escolar deverão ser explicitados no Plano de Trabalho Docente-PTD, elaborados em consonância com a organização curricular descrita na Proposta Pedagógica Curricular ou no Plano de Curso;

a) entende-se por critério de avaliação cada um dos princípios que servem de base para análise e julgamento do nível de aprendizagem dos (as) estudantes e do ensino do (a) docente;

b) os critérios de avaliação estão diretamente ligados à intencionalidade do ensino de um determinado conteúdo, ou seja, consistem naquilo que é imprescindível para a compreensão do conhecimento na sua totalidade. Os critérios delimitam o que dentro de cada conteúdo, se pretende efetivamente que o (a) estudante aprenda.

Na avaliação da aprendizagem devem ser considerados os resultados obtidos ao longo de cada período avaliativo, em um processo contínuo, expressando o seu desenvolvimento escolar, tomado na sua melhor forma, observando os avanços e as necessidades detectadas para estabelecer novas ações pedagógicas. Para aprovação exige-se média igual ou superior a 6,0 (seis vírgula zero) e frequência igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento) no cômputo geral (total de horas letivas);

Sendo assim, o **sistema de avaliação de nossa Instituição de Ensino**, ocorre da seguinte forma: o período avaliativo é TRIMESTRAL, o número mínimo de avaliações e recuperações são três (03), sendo uma (01) avaliação escrita valendo 6,0 (seis vírgula zero) e duas (02) avaliações em forma de trabalhos orais/escritos/em grupo/individual, totalizando 4,0 (quatro vírgula zero). As disciplinas de Arte e Educação Física têm uma (01) avaliação escrita valendo 4,0 (quatro vírgula zero) e avaliações práticas/ e ou diárias sendo no número mínimo de duas (02), totalizando 6,0 (seis vírgula zero). A regra de cálculo é por somatória.

A disciplina de **Ensino Religioso,** de acordo com a Orientação nº 24/2017, é uma disciplina de oferta obrigatória aos 6ºs e 7ºs anos do Ensino Fundamental, facultativa para o educando e sua avaliação não tem como objetivo classificar, ou selecionar, fundamenta-se num processo contínuo de ensino e aprendizagem e não terá aferição de notas.

As Atividades dos Programas de Ampliação de Jornada, por serem optativas e com organização flexível para formação de turmas, não necessitam ser submetidas ao mesmo processo de avaliação das disciplinas da Matriz Curricular quanto ao registro de

notas. Contudo, o acompanhamento do percurso formativo dos estudantes, deverá ser realizado e registrado por meio de portfólio e/ou outros instrumentos, conforme expresso na Proposta Pedagógica Curricular de cada atividade.

4.2 Recuperação

A Recuperação de estudos deve proporcionar ao aluno uma nova oportunidade de rever os conteúdos não assimilados e uma nova verificação de conhecimento dos mesmos, através da aplicação de um novo instrumento avaliativo, que possibilite ao professor diagnosticar a aprendizagem do aluno para que este tenha condições de acompanhar os conteúdos posteriores. Será considerado em recuperação, o aluno que que não atingir 60% (sessenta por cento) do valor da avaliação realizada. A recuperação de estudos, bem com a sua oferta, é direito de todos os estudantes, independente do nível de apropriação dos conhecimentos básicos, sendo sua oferta obrigatória.

A recuperação de conteúdos, deverá ser entendida como um dos aspectos do processo ensino-aprendizagem pelo qual o (a) docente reorganizará sua metodologia em função dos resultados de aprendizagem apresentados pelos (as) estudantes. A recuperação de estudos deve acontecer de forma permanente e concomitante ao processo de ensino-aprendizagem, realizada ao longo do período avaliativo (bimestre/trimestre/semestre), assegurando a todos os estudantes novas oportunidades de aprendizagem. A oferta de recuperação de estudos é obrigatória e visa garantir a efetiva apropriação dos conteúdos básicos, portanto deve ser oportunizada a todos (as) os (as) estudantes, independente de estarem ou não com o rendimento acima da média. Compreende-se que a recuperação de estudos é composta de dois momentos obrigatórios: a retomada de conteúdos e a reavaliação, ficando vetada a aplicação de instrumento de reavaliação sem a retomada dos conteúdos. Considerando que o processo de ensino-aprendizagem visa o pleno desenvolvimento do (a) estudante e que o processo de recuperação de estudos visa recuperar 100% (cem por cento) dos conteúdos trabalhados, é vetado oportunizar um único momento de recuperação de estudos ao longo do período avaliativo, no caso deste colégio – trimestre. É vedado realizar apenas a recuperação das avaliações escritas (provas). Caso o (a) estudante tenha obtido, no processo de recuperação, um valor acima daquele anteriormente atribuído, a nota deverá ser substitutiva, uma vez que o maior valor expressa o melhor momento do (a) estudante em relação à aprendizagem dos conteúdos. Os resultados da recuperação deverão ser tomados na sua melhor forma e registrados no Livro Registro de Classe on line (RCO). A recuperação de estudos deverá contemplar os conteúdos da disciplina/componente

curricular a serem retomados, utilizando-se de procedimentos didáticos-metodológicos diversificados e de novos instrumentos avaliativos, com a finalidade de atender aos critérios de aprendizagem de cada conteúdo.

O aluno que não comparecer na data da avaliação, que deverá ser previamente marcada com a turma, pelo professor, terá o direito de realizar a 2ª chamada mediante apresentação de Atestado Médico, Declaração de Trabalho ou Justificativa clara do motivo da ausência, no prazo de até 48 horas, junto à secretaria do colégio ou Equipe Pedagógica.

No caso de haver mais de um aluno que não realizou determinada avaliação e os mesmos possuírem justificativas/atestados/declarações, deverá o professor agendar uma nova data, informando os mesmos, para a realização da 2ª chamada. O mesmo acontecerá para faltas justificadas em dias de recuperação.

Caso o aluno não compareça na data da avaliação e não apresente atestado/declaração/justificativa no prazo determinado, perderá o mesmo o direito de realizar a 2ª chamada da avaliação, devendo realizar a recuperação.

A média anual será calculada usando a seguinte fórmula:

$$\textbf{M. A.} = \frac{1^{o}\,T + 2^{o}\,T + 3^{o}\,T}{3} = \textbf{ou maior que 6,0 (seis vírgula zero)}$$

Cabe destacar que mesmo o aluno não atingindo a média anual 6,0 (seis vírgula zero), o Conselho de Classe tem autonomia para aprová-lo, com base na progressão quanto aos aspectos qualitativos, apresentada durante o ano letivo.

4.3 Conselho de Classe

O Conselho de Classe é órgão colegiado de natureza consultiva e deliberativa em assuntos didático-pedagógicos, fundamentado no Projeto Político Pedagógico da escola e no Regimento Escolar.

É o momento em que professores, equipe pedagógica e direção se reúnem para discutir, avaliar as ações educacionais e indicar alternativas que busquem garantir a efetivação do processo de ensino e aprendizagem dos estudantes.

O Conselho de Classe pode ser organizado em três momentos:

- Pré-conselho: levantamento de dados do processo de ensino e disponibilização aos professores para análise comparativa do desempenho dos estudantes, das observações, dos encaminhamentos didático-metodológicos realizados e outros, de forma a dar agilidade ao Conselho de Classe. É um espaço de diagnóstico.

- Conselho de Classe: momento em que todos os envolvidos no processo se posicionam frente ao diagnóstico e definem em conjunto as proposições que favoreçam a aprendizagem dos alunos.

- Pós-conselho: momento e que as ações previstas no Conselho de Classe são efetivadas.

As discussões e tomadas de decisões devem estar respaldadas em critérios qualitativos como: os avanços obtidos pelo estudante na aprendizagem, o trabalho realizado pelo professor para que o estudante melhore a aprendizagem, a metodologia de trabalho utilizada pelo professor, o desempenho do aluno em todas as disciplinas, o acompanhamento do aluno no ano seguinte, as situações de inclusão, as questões estruturais, os critérios e instrumentos de avaliação utilizados pelos docentes e outros.

4.4 Reclassificação

Sobre a Reclassificação, de acordo com a Instrução 08/2017, é um processo pedagógico que se concretiza através da avaliação do estudante matriculado e com frequência na série/ano sob a responsabilidade da instituição de ensino que, considerando as normas curriculares, encaminha o (a) estudante à etapa de estudos compatível com a experiência e desempenho escolar demonstrados, independentemente do que registre o seu Histórico Escolar. O processo de reclassificação poderá ser aplicado como verificação da possibilidade de avanço em qualquer ano/série do nível da Educação Básica, quando devidamente demonstrado pelo (a) estudante, sendo vedada a reclassificação para a conclusão do Ensino Fundamental e do Ensino Médio. A instituição de ensino deverá contemplar em seu Regimento Escolar a oferta de reclassificação do (a) estudante. Preferencialmente no início do ano letivo, constatada possibilidade de avanço de aprendizagem do (a) estudante, devidamente matriculado (a), no (a) ano/série, a instituição de ensino deverá notificar o seu Núcleo Regional de Educação para que este proceda orientação para o início do processo e acompanhamento quanto aos preceitos legais e as normas que o fundamentam. Para a notificação, a instituição de ensino deverá protocolar no seu Núcleo Regional de Educação o cronograma de ações referentes ao

processo de reclassificação, cópia das avaliações diagnósticas das disciplinas do (a) ano/série em curso e um parecer descritivo com as seguintes informações sobre o(a) estudante: idade, data de matrícula, rendimento escolar e frequência nos últimos dois anos letivos. É vedado à instituição de ensino iniciar os trâmites do processo de reclassificação sem o parecer do seu Núcleo Regional de Educação.

O (a) estudante ou seu (sua) responsável (quando criança ou adolescente), poderá solicitar a reclassificação, cabendo à instituição de ensino analisar a possibilidade de encaminhamento dos procedimentos e trâmites do processo. Os instrumentos avaliativos deverão contemplar os conteúdos fundamentais correspondentes a todos (as) ano (s)/série (s) de avanço, com base na Proposta Pedagógica Curricular da instituição de ensino. Para ser beneficiado pelo processo de reclassificação, o (a) estudante deverá demonstrar apropriação de conhecimento igual ou superior a 60% (sessenta por cento) em cada um dos instrumentos de avaliação aplicados. A instituição de ensino deverá lavrar em Ata as decisões das reuniões referentes ao processo de reclassificação, anexando os documentos que registrem os procedimentos avaliativos realizados, para que sejam arquivados na Pasta Individual do (a) estudante. Os resultados da avaliação deverão ser registrados em Ata, com ciência do (a) estudante ou seu (sua) responsável (quando criança ou adolescente), e serão divulgados no prazo de 7(sete) dias após a conclusão das correções e de sua validação pelo Conselho de Classe extraordinário, convocado para esse fim. O (a) estudante beneficiado (a) pelo processo de reclassificação deverá ser acompanhado pela Equipe Pedagógica da instituição de ensino, durante dois anos, quanto à frequência e rendimento de sua aprendizagem. O resultado final do processo de reclassificação, realizado pela instituição de ensino, será registrado no Relatório Final. A reclassificação é vedada para ano/bloco/série inferior ao (à) anteriormente cursado (a).

4.5 Progressão Parcial

A matrícula com Progressão Parcial é aquela por meio da qual o aluno, não obtendo aprovação final em até 3 (três) disciplinas em regime seriado, poderá cursá-las subsequente e concomitantemente às séries seguintes.

Esta Instituição de Ensino não oferta aos seus alunos matrícula com Progressão Parcial, porém recebe alunos transferidos que possuem tal Progressão em seu histórico escolar. Neste caso, o (a) aluno (a) que estiver em dependência realizará trabalhos de pesquisa, de acordo com a série/ano em questão, com conteúdo determinado pelo professor que estiver ministrando as aulas daquela disciplina, naquele ano/série, no

determinado ano letivo. O número de trabalhos a serem realizados será de, no mínimo 03 (três) por trimestre, totalizando o valor 10,0 (dez vírgula zero), devendo o aluno obter a média 6,0 (seis vírgula zero) para aprovação na disciplina.

Todos os procedimentos referentes à Progressão Parcial devem ser registados em Livro Ata, em consonância da Direção, Pedagogo, Professor da (s) disciplina (s) referente (s) à Progressão Parcial, aluno (a) e responsável pelo aluno, quando este tiver menos de 18 (dezoito) anos de idade. Na Ata deve conter nome do aluno, série/ano a que se refere a Progressão Parcial, disciplina (s), professor responsável pela elaboração e correção dos trabalhos, data em que o aluno está recebendo o trabalho e prazo de entrega do trabalho à Equipe pedagógica do Colégio, para posterior correção do professor.

Após a correção dos trabalhos deverá o professor (a) repassar à Secretária (o) do Colégio, que registrará a nota no sistema e arquivará o mesmo na Pasta Individual do aluno.

É vedada a matrícula inicial no Ensino Médio ao aluno com dependência de disciplina no Ensino Fundamental.

A expedição de Certificado de conclusão do Ensino Médio ocorrerá após atendida a carga horária mínima exigida em lei.

Ao final do Ensino Médio, havendo disciplina em dependência, o aluno será matriculado na série, para cursar somente a (s) disciplina(s) em dependência(s) e o Certificado do Ensino Médio será expedido após a sua conclusão.

4.6 Promoção

A promoção é o resultado da avaliação do aproveitamento escolar do aluno, aliada à apuração da sua frequência.

Na promoção ou certificação de conclusão, para os anos finais do Ensino Fundamental e Médio a média final mínima exigida é de 6,0 (seis vírgula zero), observando a frequência mínima exigida em lei.

Os alunos dos anos finais do Ensino Fundamental e Médio que apresentarem frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento) do total de horas letivas e média anual igual ou superior a 6,0 (seis vírgula zero) em cada disciplina, serão considerados aprovados ao final do ano letivo.

Poderão ser promovidos por Conselho de Classe os alunos que demonstrarem apropriação dos conteúdos mínimos essenciais e que demonstrem condições de dar continuidade de estudos nas séries/anos seguintes.

Os alunos dos anos finais do Ensino Fundamental e Médio serão considerados retidos ao final do ano letivo quando apresentarem:

I. frequência inferior a 75% (setenta e cinco por cento) do total de horas letivas, independentemente do aproveitamento escolar;

II. frequência superior a 75% (setenta e cinco por cento) do total de horas letivas e média inferior a 6,0 (seis vírgula zero) em cada disciplina.

4.7 Estágio obrigatório e não obrigatório

Nosso Colégio frequentemente recebe alunos estagiários de Instituições de Ensino Superior – IES que visam realizar suas observações e aulas práticas.

Seguindo os procedimentos legais, o aluno estagiário apresenta-se no Colégio, portando uma carta de Apresentação da IES, onde consta a carga horária e disciplina a ser realizado o estágio. Tal estágio é acompanhado pelo (a) professor(a) regente da disciplina, que ao término assina o relatório de conclusão, para que o(a) estagiário(a) possa apresentá-lo à IES.

No Colégio, as cartas de apresentações dos Estagiários ficam arquivadas para possíveis conferências.

4.8 Calendário Escolar

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

COLÉGIO ESTADUAL DO NÚCLEO RESIDENCIAL PINDORAMA – EFM

Turno: Manhã, Tarde e Noite **Município: Quedas do Iguaçu**

CALENDÁRIO ESCOLAR - 2017

Considerados como dias letivos: semana pedagógica (04 dias); formação continuada (02 dias); planejamento (03) dias; formação disciplinar (01 dia)– Deliberação 02/2002-CEE/PR

Janeiro

D	S	T	Q	Q	S	S
1	2	3	4	5	6	7
8	9	10	11	12	13	14
15	16	17	18	19	20	21
22	23	24	25	26	27	28
29	30	31				

1 Dia Mundial da Paz

Fevereiro

D	S	T	Q	Q	S	S
			1	2	3	4
5	6	7	8	9	10	11
12	13	14	15	16	17	18
19	20	21	22	23	24	25
26	27	28				

28 - Carnaval

10 dias

Março

D	S	T	Q	Q	S	S
			1	2	3	4
5	6	7	8	9	10	11
12	13	14	15	16	17	18
19	20	21	22	23	24	25
26	27	28	29	30	31	

Abril

D	S	T	Q	Q	S	S
						1
2	3	4	5	6	7	8
9	10	11	12	13	14	15
16	17	18	19	20	21	22
23	24	25	26	27	28	29
30						

18 dias

14 Paixão **21 Tiradentes**

Maio

D	S	T	Q	Q	S	S
	1	2	3	4	5	6
7	8	9	10	11	12	13
14	15	16	17	18	19	20
21	22	23	24	25	26	27
28	29	30	31			

1 Dia do Trabalho

22 dias

Junho

D	S	T	Q	Q	S	S
				1	2	3
4	5	6	7	8	9	10
11	12	13	14	15	16	17
18	19	20	21	22	23	24
25	26	27	28	29	30	

15 Corpus Christi

Julho

D	S	T	Q	Q	S	S
						1
2	3	4	5	6	7	8
9	10	11	12	13	14	15
16	17	18	19	20	21	22
23	24	25	26	27	28	29
30	31					

10 dias

6 dias

Agosto

D	S	T	Q	Q	S	S
		1	2	3	4	5
6	7	8	9	10	11	12
13	14	15	16	17	18	19
20	21	22	23	24	25	26
27	28	29	30	31		

7 Dia do Funcionário de Escola

23 dias

Setembro

D	S	T	Q	Q	S	S
					1	2
3	4	5	6	7	8	9
10	11	12	13	14	15	16
17	18	19	20	21	22	23
24	25	26	27	28	29	30

7 Independência

Outubro

D	S	T	Q	Q	S	S
1	2	3	4	5	6	7
8	9	10	11	12	13	14
15	16	17	18	19	20	21
22	23	24	25	26	27	28
29	30	31				

19 dias

12 N. S. Aparecida

15 Dia do Professor

18 Feriado Municipal

Novembro

D	S	T	Q	Q	S	S
			1	2	3	4
5	6	7	8	9	10	11
12	13	14	15	16	17	18
19	20	21	22	23	24	25
26	27	28	29	30		

2 Finados

15 Proclamação da República

20 Dia Nacional da Consciência Negra

19 dias

Dezembro

D	S	T	Q	Q	S	S
					1	2
3	4	5	6	7	8	9
10	11	12	13	14	15	16
17	18	19	20	21	22	23
24	25	26	27	28	29	30
31						

19 Emancipação Política do PR

25 Natal

- Início/Término das aulas
- Planejamento
- Férias
- Recesso
- Semana Pedagógica
- Feriados
- Formação continuada
- Fechamento do ano letivo 21 e 22/12
- Formação disciplinar - 01 (um) dia, a ser determinado pelo NRE e DEB/SUED
- Plano de Abandono
- Início/Término de trimestre
- Conselho de Classe 27/05, 02/09 e 22/12
- Reunião Pedagógica
- Celem
- Celem

Férias Discentes	
MÊS	DIAS
janeiro/fev	44
julho	9
dezembro	11
recessos	6
Total	70

Férias/Recesso/Docentes	
MÊS	DIAS
janeiro/ férias	30
fev/recesso	12
julho/recesso	7
dez/recesso	6
outros recessos	6
Total	61

Horário de aula	
Manhã	07:15 às 11:35
Tarde	13:10 às 17:30
Noite	18:50 às 23:10

4.9 Semana de Integração Escola X Comunidade

A Semana de Integração escola/comunidade é a oportunidade de um envolvimento maior entre escola e comunidade, possibilitando tanto de professores, quanto de profissionais da própria comunidade o desenvolvimento de ações esportivas/culturais voltadas aos alunos e ao público em geral, destacando e valorizando a cultura local, como oficinas de danças, meio ambiente, artesanato, turismo, etc, bem como suas participações e integrações em equipes esportivas."

O principal objetivo é melhorar a relações professores-alunos-comunidade, através de atividades esportivas e culturais, integradas aos interesses pedagógicos e sociais dos mesmos.

Em nosso Colégio, as atividades relacionadas à Semana de Integração Escola e Comunidade são realizadas no mês de novembro, onde são realizadas atividades envolvendo alunos, professores, pais e comunidade em geral. Tais atividades são:

- Palestra com temas voltados à Família;
- Gincana;
- Feira e exposição de trabalhos;
- Passeios a Pontos turísticos da cidade;
- Jogos intersalas com a participação dos pais;
- Almoço com a participação dos pais.

4.10 Brigada Escolar

O Programa Brigadas Escolares – Defesa Civil na Escola é uma parceria da Secretaria de Estado da Educação e da Casa Militar da Governadoria – Divisão de Defesa Civil, que visa promover a conscientização e a capacitação da Comunidade Escolar do Estado do Paraná, para ações de enfrentamento de eventos danosos, naturais ou antropogênicos, bem como o enfrentamento de situações emergenciais no interior das escolas.

Objetivos:

- construir uma cultura de prevenção a partir do ambiente escolar;
- proporcionar aos alunos da rede estadual de ensino condições mínimas para enfrentamento de situações emergenciais no interior das escolas;
- promover o levantamento das necessidades de adequação do ambiente escolar;
- articular os trabalhos entre os integrantes da Defesa Civil Estadual, do Corpo de Bombeiros, da Polícia Militar (Patrulha Escolar Comunitária) e dos Núcleos de Educação;
- adequar as edificações escolares estaduais às normas mais recentes de prevenção contra incêndio e pânico do Corpo de Bombeiros da Polícia Militar do Paraná.

Plano de Abandono

O Plano de Abandono Escolar é de responsabilidade da direção da escola, com o apoio da Brigada Escolar, e constitui-se em um planejamento da sistemática adequada à realidade de cada escola da Rede Estadual de Educação, com vistas à saída emergencial, de maneira organizada e segura, de todos os ocupantes da edificação escolar, colocando-os em um local igualmente seguro.

O planejamento contempla uma série de funções específicas para as quais os servidores são designados pela direção da escola. Cada função possui um rol de atribuições cujo desempenho garante a dinâmica de operacionalização do abandono propriamente dito. O Plano de Abandono deve levar em consideração a Planta de Risco da escola, pois esse mapa indica os principais riscos quanto ao incêndio e ao pânico presentes na edificação escolar. O planejamento procurará levar os ocupantes da edificação a percorrer caminhos que evitem locais considerados de maior risco, fazendo com que as pessoas saiam da edificação escolar percorrendo as rotas mais seguras possíveis.

Ponto de Encontro

Deve ser um local seguro, previamente estabelecido, onde serão reunidos todos os alunos, professores, funcionários e outras pessoas que eventualmente estejam na escola. Haverá equipe de servidores designados pelo diretor, denominada de Equipe do Ponto de Encontro. Em nosso Colégio o ponto de encontro será em frente ao portão da escola, Rua Indaiá.

O que fazer no ponto de encontro

• A Equipe do Ponto de Encontro atuará nesse local, inicialmente recebendo as turmas que lá chegam, sempre em fila indiana.

• As turmas são dispostas lado a lado, orientadas pela Equipe do Ponto de Encontro e pelo professor.

• Já posicionadas as turmas, manter os alunos em fila indiana e sentados (a posição sentada facilita o controle, evitando tumultos e facilitando a conferência). • O Professor confere os alunos pela lista de chamada.

• Em caso de ser detectada a falta de alunos ou servidores, a ausência deve ser comunicada imediatamente ao responsável pelo Ponto de Encontro.

• O Responsável pelo Ponto de Encontro, por sua vez, deve repassar as informações ao diretor e à Brigada Escolar, que informará às equipes de emergência para que possam determinar o foco de suas ações de busca na edificação escolar.

• O professor deve permanecer durante todo o tempo junto à sua turma de alunos, para manter o controle.

• Para que haja maior facilidade de organização dos alunos no Ponto de Encontro, sugere-se que as portas de todas as salas da escola sejam numeradas e que o Ponto de Encontro também seja identificado com essa numeração, mesmo que discretamente, para que as turmas se posicionem no local do Ponto de Encontro identificado com o número de sua sala de aula. Dessa forma, após alguns treinamentos, cada turma já saberá exatamente qual o seu lugar. Sugerimos ainda que cada monitor leve erguida, na altura do peito, uma folha sulfite, constando a identificação da sua sala, o que facilitaria a identificação das turmas.

Rota de Fuga

É o trajeto a ser percorrido, em passo rápido, do local onde esteja a pessoa na edificação até a saída de emergência, em direção ao Ponto de Encontro.

Como determinar uma Rota de Fuga

Para determinação da Rota de Fuga, deve-se:

- identificar os percursos possíveis para sair da edificação;

- identificar, dentre os percursos possíveis, quais os melhores em termos de qualidade, observando: a largura de corredores, escadas e portas – sendo mais largos, permitem um melhor fluxo das pessoas;

- a existência de elementos potencialmente obstrutivos (vasos de plantas, portões, colunas, elementos decorativos etc.) que dificultem ou impeçam o tráfego, potenciais geradores de acidentes ou aglomeração de pessoas – havendo tais elementos, estes devem ser eliminados ou relocados.

- na impossibilidade de sua eliminação ou relocação, deve ser considerada outra Rota de Fuga. Não havendo outra Rota de Fuga possível, ou com qualidade suficiente, os elementos obstrutivos devem ser amplamente sinalizados e, sendo possível, agregar aos mesmos outros elementos que desviem o tráfego, evitando que pessoas colidam com eles ou sejam impedidas de se locomover;

- a existência de corrimãos e de guarda-corpo em escadas – esses elementos facilitam o deslocamento pelas escadas. A inexistência de corrimãos não inabilita uma escada para que seja utilizada em uma Rota de Fuga, porém a atenção das pessoas deve ser redobrada. Nesse caso, as pessoas devem tocar a parede com uma das mãos, utilizando-a como anteparo que as ajudará em caso de queda. Nas escadas que possuam vãos livres, desprotegidos, ou seja, sem a existência de guarda-corpo instalado, as pessoas devem deslocar-se pelo lado da parede, mantendo-se distantes de tais vãos, considerando o risco de queda;

- a existência de elemento antiderrapante em degraus de escadas – as escadas devem ser providas de tais elementos. A sua inexistência não inabilita a utilização da escada na Rota de Fuga. Contudo, o risco de quedas é aumentado em escadas sem o elemento antiderrapante. A distância a ser percorrida até a saída da edificação – quanto menor a distância, mais rapidamente será realizado o abandono da edificação; a distância da saída de emergência em relação ao Ponto de Encontro – quanto menor a distância da saída de emergência, menor o tempo de chegada ao Ponto de Encontro e mais rapidamente será realizada a conferência dos ocupantes da edificação;

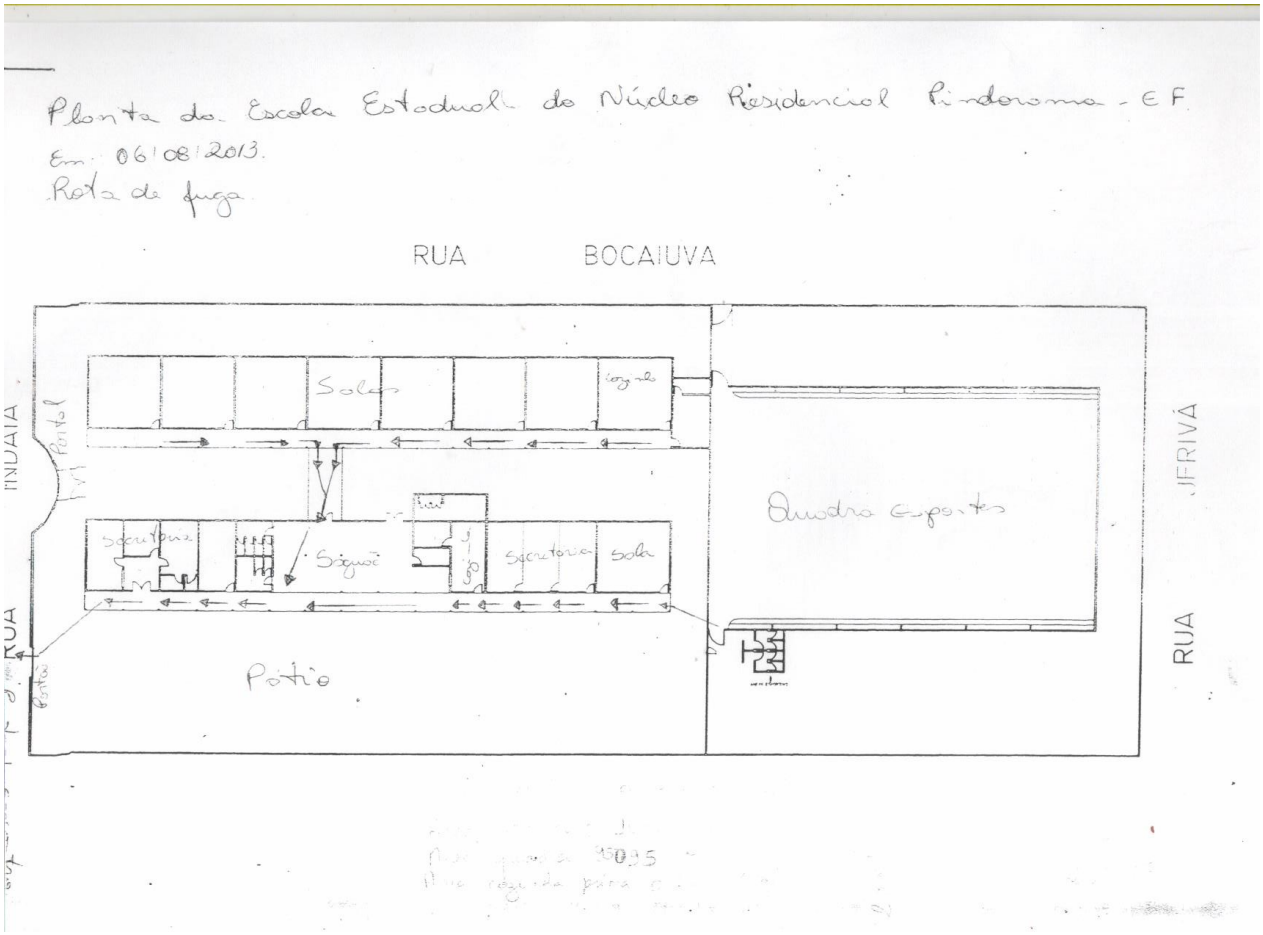
- após selecionado o percurso para a Rota de Fuga, testá-lo por meio de uma simulação de abandono, validando-o;

–confeccionar as Plantas de Emergência. Para detalhes a respeito da instalação das sinalizações das Rotas de Fuga, deve ser consultada a Resolução Normativa nº 01 da Sude, de Agosto de 2012, no item que trata da Sinalização de Emergência.

Saída de Emergência

É a porta ou passagem de saída de um edifício escolar. Uma Rota de Fuga deve levar os ocupantes da edificação a uma saída para o ambiente externo e, a partir da Saída de Emergência as pessoas deslocar-se-ão ao Ponto de Encontro. Ainda nas Saídas de Emergência deverão estar posicionadas pessoas da Equipe do Edifício que direcionam para o Ponto de Encontro as pessoas que estão efetivamente abandonando o edifício considerado.

<u>Planta de Emergência</u>



4.11 Equipe Multidisciplinar

Equipes Multidisciplinares são instâncias do trabalho escolar oficialmente legitimadas pelo Artigo 26A da LDB, Lei n.º 9394/96, pela Deliberação n.º 04/06 CEE/PR, pela Instrução nº. 017/06 Sued/Seed, pela Resolução n.º 3399/10 Sued/Seed e a Instrução n.º 010/10 Sued/Seed.

São espaços de debates, estratégias e de ações pedagógicas que fortaleçam a implementação da Lei n.º 10.639/03 e da Lei nº 11.645/08, bem como das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena no currículo escolar das instituições de ensino da rede pública estadual e escolas conveniadas do Paraná.

Na perspectiva da construção de uma educação de qualidade, da consolidação da política educacional e da construção de uma cultura escolar que conhece, reconhece, valoriza e respeita a diversidade étnico-racial, a Equipe Multidisciplinar tem como prerrogativa articular os segmentos profissionais da educação, instâncias colegiadas e comunidade escolar.

PLANO DE AÇÃO DA EQUIPE MULTIDISCIPLINAR DO COLÉGIO ESTADUAL DO NÚCLEO RESIDENCIAL PINDORAMA

1. IDENTIFICAÇÃO

Instituição de Ensino: Colégio Estadual do Núcleo Residencial Pindorama – E. F. M

Município: Quedas do Iguaçu

NRE: Laranjeiras do Sul

Coordenadora: Carla Maria Dotto

Componentes da Equipe Multidisciplinar: Carla Maria Dotto, Elizandra Simone Quintiliano, Nelci Rocha Faustino, Inéas Luis Vargas, Andréia da Rocha, Célia Maria Bay, Delinar Matuczak, Simone Pelagia Laskowski Miri, Andréa Cristina Tajariol e Márcia Terezinha Veronese de Lara.

2. JUSTIFICATIVA

As questões pluriculturais têm se destacado cada vez mais no cenário educacional, onde temos vivenciado uma série de debates e discussões. As Leis 10.639/03 e 11.645/08 são uma tentativa de minimizar o débito histórico para com a população negra e indígena do país. Neste contexto, trabalhar a realidade do Colégio Estadual do Núcleo Residencial Pindorama relacionada à História da Cultura Afro, Cultura Afro Brasileira e Indígena, torna-se uma possibilidade para o ensino-aprendizagem sobre o ensino das relações étnico e racial.

Percebemos que os profissionais da nossa instituição escolar encontram muita resistência junto aos alunos para desenvolver os trabalhos propostos. Isso ocorre devido à grande diversidade cultural existente, para tanto buscamos desenvolver junto aos professores estratégias diferentes, pois é na escola que o aluno tem oportunidade de demonstrar as suas habilidades, sua cultura e desenvolver suas potencialidades. O trabalho de uma educação não discriminatória deve começar cedo, envolvendo não apenas os alunos, mas também a família, visando ampliar o acesso ao conhecimento a toda comunidade escolar assim para alcançar uma sociedade não discriminatória mais justa.

3. OBJETIVO GERAL

O objetivo principal do trabalho realizado pela Equipe Multidisciplinar visa o reconhecimento, a valorização e fortalecimento da identidade da população negra, que se caracteriza por meio das lutas dos movimentos sociais negros e das políticas públicas implementadas pelas instituições. As Leis 10.6369/03 e 11.645/08 que instituem a obrigatoriedade do ensino de história e cultura afro-brasileira, africana e indígena, nos possibilitam criar condições para colocar em prática as discussões sobre o assunto, visando desenvolver nos alunos, principalmente o conhecimento e o respeito diante às diferentes etnias/raças que formam o nosso país.

4. PLANEJAMENTO DAS AÇÕES

Ações Práticas didático-pedagógicas para efetivar o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena nas disciplinas curriculares.

<u>Atividades:</u>

• História/Sociologia: Pesquisa sobre jogos e brincadeiras africanas. Disponível em: http://portaldoprofessor.mec.gov.br/fichaTecnicaAula.html?aula=22256.

Pesquisar no YouTube canais em que os apresentadores sejam afrodescendente, levantar o perfil biográfico do Youtuber, e dentre as várias temáticas que eles tratam, escolher um vídeo, assistir e fazer um resumo para apresentar aos colegas.

• Geografia: Exibição de vídeos (filmes e documentários). Conhecer melhor o Continente Africano. Disponível em: http://portaldoprofessor.mec.gov.br/fichaTecnicaAula.html?aula=27352.

Realizar um Safari pelo Continente Africano. Disponível em: http://portaldoprofessor.mec.gov.br/fichaTecnicaAula.html?aula=22749.

Estudar as rotas de migração dos africanos. Disponível em: http://portaldoprofessor.mec.gov.br/fichaTecnicaAula.html?aula=26788.

• Ciências/Biologia/ Química: Organizar um caderno sobre a culinária e chás trazidos da cultura afro-brasileira e indígena.

• Língua Portuguesa: Construção de um álbum/glossário com palavras de origem africana, curiosidades sobre o povo africano, atualidades, etc; Produção de Texto; Explorar filmes relacionados ao tema e valorizar sua interpretação escrita e oral. Estudo da culinária da África e suas heranças no Brasil, disponível em: http://portaldoprofessor.mec.gov.br/fichaTecnicaAula.html?aula=23814.

• Arte e Educação Física: Confecção de cartazes com imagens impactantes de negros e índios, para exposição no encerramento do Projeto; Apresentação de danças e teatro relacionados ao tema e que poderão ser apresentados na Semana da Consciência Negra, disponível em http://portaldoprofessor.mec.gov.br/fichaTecnicaAula.html?aula=21515.

Conhecer a história do Maracatu, que é uma manifestação cultural da música folclórica pernambucana afro-brasileira. Disponível em: http://portaldoprofessor.mec.gov.br/fichaTecnicaAula.html?aula=23636.

Jogos e brincadeiras africanas. Disponível em: http://conscienciaafro.blogspot.com.br/2010/10/brincadeiras-africanas-para-se-fazer-no.html.

Curiosidades sobre a África, o país da Copa 2010.

• Matemática: Estudo e construção de gráficos de acordo com o número de negros que vieram para o Brasil no período da escravidão e números de negros e indígenas que existem hoje em nosso país. Estudo das formas geométricas em adereços indígenas. Mosaicos com figuras geométricas nos adereços indígenas.

• Inglês: realizar um estudo sobre o uso de termos africanos na Língua Inglesa. Pesquisar nomes de comidas típicas africanas em inglês e trabalhar recortes do filme mãos talentosas.

• Pedagogas: intermediar o trabalho dos professores, dando suporte sempre que necessário, providenciando materiais e organizando a semana da Consciência Negra, bem como o Seminário de encerramento e a gincana.

Sugestão de filmes:

• 12 anos de escravidão: Baseado em fatos reais, 12 Anos de Escravidão (2013) retrata a chocante história real de Solomon Northup (Chiwetel Ejiofor), um homem livre que é sequestrado e forçado a trabalhar durante 12 anos, até conseguir a liberdade com a ajuda de um advogado. O filme chocou as plateias com seu retrato cruel do racismo e do passado de escravidão nos Estados Unidos.

• Ali: Ali (2002) mostra a ascensão do ídolo esportivo Muhammad Ali, e a dificuldade que ele enfrentou em sua trajetória no boxe, incluindo os obstáculos criados por seus opositores. Will Smith interpreta o protagonista, nesta trama que também reflete sobre a morte de dois ídolos negros: Malcolm X e Martin Luther King.

• Histórias Cruzadas: Histórias Cruzadas (2011) é um caso particular: grande sucesso de público, ele acabou despertando um debate entre críticos, afinal, nesta trama, as empregadas domésticas negras só conseguem se emancipar com a ajuda de uma jovem branca (Emma Stone). Seria preconceito sugerir que os negros só conseguiriam melhores condições de vida com a ajuda dos brancos?

• A Cor Púrpura: A Cor Púrpura (1986) não tem como foco principal as disputas entre brancos e negros, mas as condições de vida precárias dos negros em geral, nos Estados Unidos do início do século XX. Este grande drama de Steven Spielberg trata de temas complexos como o estupro, o incesto e a escravidão, e beneficia de uma excelente atuação de Whoopi Goldberg no papel principal de uma garota abusada, que perde todas as pessoas que ama.

• Adivinhe Quem Vem para Jantar: Adivinhe Quem Vem para Jantar (1967) é um clássico caso de história de amor interracial: no caso, Joey Drayton (Katharine Houghton) e John Prentice (Sidney Poitier) estão apaixonados, mas devem enfrentar a forte

resistência dos pais da garota, que não querem vê-la casada com um homem negro. A história é otimista, revelando que os adultos são capazes de mudar de ideia e ultrapassar o preconceito. O trailer dos anos 1960 inclusive apresenta a trama como "uma história de amor dos dias de hoje".

• Mãos Talentosas: Baseado em uma história real sobre Dr. Ben Carson, O filme conta a história do menino pobre que se tornou neurocirurgião de fama mundial. O jovem Ben Carson não tinha muita chance. Menino pobre, negro, filho de mãe separada e analfabeta, Ben era um aluno com baixíssimo rendimento, que sofria preconceito por parte de seus colegas e que se achava completamente incapaz de ser e conseguir algo na vida.

O ponto culminante do nosso projeto será a exposição dos trabalhos desenvolvidos em sala de aula, pelos alunos e professores, no decorrer dos nossos estudos. Essa exposição será realizada a toda comunidade escolar, com a participação de todos os profissionais da educação do Colégio, bem como da APMF e Conselho Escolar.

Na Semana da Consciência Negra, como forma de encerramento do projeto deste ano letivo, acontecerão, além da exposição dos trabalhos desenvolvidos durante o ano letivo, um Seminário relacionado ao tema “A beleza, a riqueza e a resistência dos povos africanos, afro-brasileiros e indígenas” e uma Gincana com os alunos sobre a cultura africana e indígena.

Ação Mobilizadora de Reconhecimento e Valorização Afro-Brasileira, Quilombola e Indígena.

Toda ação é realizada no trabalho com os alunos, onde no dia a dia, os mesmos percebem a importância da cultura negra e indígena em nosso meio. Toda sua contribuição e o seu legado, que mesmo sem saber utilizamos. É essencial esse convívio entre diferentes raças, bem como a realização de trabalhos de pesquisa, com o objetivo de conhecermos a história desses povos e sua contribuição para os dias atuais.

Ação de incentivo à autodeclaração.

Levantamento do percentual de cor e raça declaradas pelos alunos.

Esse trabalho de incentivo à autodeclaração é realizado no momento da matrícula, pelos agentes educacionais II, onde o responsável pelo aluno deve declarar sua cor e raça.

Ações para a Promoção de Igualdade Racial garantindo a participação e atuação multiplicadora dos Agentes Educacionais e Estudantes integrantes da EM.

• Agentes Educacionais I: Pesquisar pratos típicos. Serão responsáveis pela produção dos alimentos que serão servidos na Semana da Consciência Negra, bem

como, organizar uma breve explicação da origem deste prato e o porque está sendo servido nesta semana especifica. Em diálogo com os alunos repassar o quanto é importante o respeito pela cultura negra e indígena no nosso dia a dia.

• Agentes Educacionais II: auxílio aos professores e assessoramento no laboratório de informática e biblioteca com as pesquisas que forem realizadas. Assessoria na organização e exposição de trabalhos durante a semana da consciência negra, como divulgação, montagem de painéis, confecção e impressão de materiais.

Realização do seminário na Semana da Consciência Negra.

Na Semana da Consciência Negra, como forma de encerramento do projeto deste ano letivo, acontecerão, além da exposição dos trabalhos desenvolvidos durante o ano letivo, um Seminário relacionado ao tema “A beleza, a riqueza e a resistência dos povos africanos, afro-brasileiros e indígenas” e uma Gincana com os alunos sobre a cultura africana e indígena.

Ações pedagógicas o assessoramento e monitoramento das EM das instituições de ensino.

CAMPO A SER PREENCHIDO SOMENTE PELA EQUIPE MULTIDISCIPLINAR DOS NRE.

5. CRONOGRAMA

•Encontro 1 - Povos Africanos, Afro-brasileiros e Indígenas: direitos e conquistas na educação.

- Compreender que as Histórias da África, dos Afro-Brasileiros e dos Indígenas são relevantes para a sociedade brasileira e que a escola tem o papel de protagonista no processo de ensinar e aprender, por intermédio das Equipes Multidisciplinares, na perspectiva de superar a desigualdade racial e a exclusão social em que vivem as populações negras e indígenas em nossa sociedade.De 10/07 a 23/08 – Responsáveis: Componentes da Equipe Multidisciplinar

•Encontro 2 - Belezas e Riquezas Ocultas na História dos povos africanos e indígenas.

- Entender que os povos africanos foram responsáveis por invenções e propagações científicas e tecnológicas como a medicina, metalurgia, agricultura, matemática, entre outras, o que permitirá perceber a capacidade de migração para habitar e por consequência levar todas as culturas e tecnologias desenvolvidas para outros povos e continentes. De 23/08 a 20/09- Responsáveis: Componentes da Equipe Multidisciplinar

•Encontro 3 - Diversidade Cultural.

- Implementar o plano de ação e valorizar a diversidade cultural presente em nosso meio. De 20/09 a 25/10 – Responsáveis: Componentes da Equipe Multidisciplinar

•Encontro 4 - Organização social e movimentos de resistência

- Implementar o plano de ação e valorizar a diversidade cultural presente em nosso, destacando os movimentos de resistência dos negros e indígenas. De 25/10 a 22/11 – Responsáveis: Componentes da Equipe Multidisciplinar

•Seminário - Consciência Negra: Memória e Visibilidade Avaliar o desenvolvimento do Plano de ação através da mostra de trabalhos apresentados na Semana da Consciência Negra e organização e prática de um Seminário sobre a Beleza e a Riqueza dos Povos Africanos.

Semana da Consciência Negra - de 20/11 a 24/11 – Responsáveis: Componentes da Equipe Multidisciplinar

6. AVALIAÇÃO

A avaliação das atividades da E.M. se dará em cada encontro, onde será feita uma reflexão de nossas ações e se necessário, uma nova ação será planejada. Todas as sugestões serão consideradas e nortearão nosso trabalho, bem como a avaliação final, onde os demais professores e agentes educacionais serão consultados, visando melhorar/aprimorar nosso trabalho para o ano seguinte.

7. REFERÊNCIAS

BRASIL, LDB. Lei 9394/96 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em < www.planalto.gov.br >.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Brasília, DF: 2004. Lei 10639/03. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.639.htm

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO. Colégio Estadual do Núcleo Residencial Pindorama. Versão 2014.

SECRETARIA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DO PARANÁ. Diretrizes Curriculares da Educação Básica da Disciplina de História.

Lei 11.645/2008–http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm

Lei 10. 639/2003 - http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.639.html

4.12 Matriz Curricular

Adaptação de estudos ocorre quando um aluno transferido apresentar, no ato da matrícula, histórico escolar com modelo curricular diferente. Os estudos de adaptação curricular têm a função de auxiliar na transição de um esquema para outro.

As adaptações de estudos no colégio serão feitas sob a orientação da Equipe Pedagógica e Administrativa tendo por finalidade a complementação de carga horária e/ou componentes curriculares ausentes, visando o ajustamento necessário ao novo modelo curricular, através de de trabalhos, onde serão realizados , no mínimo 03 (três) por trimestre, totalizando o valor de 10,0 (dez vírgula zero), devendo o aluno obter a média 6,0 (seis vírgula zero) para aprovação na disciplina.

O Plano Especial de Estudos elaborado pelo professor da disciplina para cumprir as atividades de adaptação e será feito o registro na Ficha do aluno e em Ata.

4.12.1.MATRIZ CURRICULAR DO ENSINO FUNDAMENTAL

NRE: 31 LARANJEIRAS DO SUL **MUNICÍPIO: 2110 QUEDAS DO IGUAÇU**
ESTABELECIMENTO: 00635 COLÉGIO ESTADUAL DO NÚCLEO RESIDENCIAL PINDORAMA
ENDERECO: R. INDAIÁ, S/Nº
TELEFONE: (46)3532 7040
ENTIDADE MANTENEDORA: GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ
CURSO: 4039 **ENSINO FUNDAMENTAL 6º / 9º ano**
TURNO: Manhã **MÓDULO: 40 SEMANAS**
ANO DE IMPLANTAÇÃO: 2013 FORMA: SIMULTÂNEA

	DISCIPLINAS / ANOS	**6º**	**7º**	**8º**	**9º**
BASE NACIONAL COMUM	Arte	2	2	2	2
	Ciências	3	3	3	3
	Educação Física	2	2	2	2
	Ensino Religioso *	1	1	-	-
	Geografia	2	3	3	3
	História	3	2	3	3
	Língua Portuguesa	5	5	5	5
	Matemática	5	5	5	5
BNC	**SUB-TOTAL**	23	23	23	23
PARTE DIVERSIFICADA	L.E.M. – Inglês	2	2	2	2
PD	**SUB-TOTAL**	2	2	2	2
	TOTAL GERAL	25	25	25	25

Nota: Matriz Curricular de acordo com a LDB no 9394/96.
*Ensino Religioso - Disciplina de matrícula facultativa para o aluno.

4.12.2 MATRIZ CURRICULAR DO ENSINO MÉDIO

MATRIZ CURRICULAR PARA O ENSINO MÉDIO
ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

NRE: 031 - Laranjeiras do Sul	**MUNICÍPIO:** 2110 – Quedas do Iguaçu

ESTABELECIMENTO: 00635 – Escola Estadual Do Núcleo Residencial Pindorama – Ensino Fundamental

ENDEREÇO: Rua Indaiá, s/nº **BAIRRO:** Pindorama

FONE/FAX: (46) 3532-7040 **E-MAIL:** qigpindorama@seed.pr.gov.br

ENTIDADE MANTENEDORA: Governo do Estado do Paraná

CURSO: 0009 – ENSINO MÉDIO **ANO DE IMPLANTAÇÃO:** 2014 **FORMA:** (X) Simultânea	**TURNO:** ( ) Manhã ( ) Tarde (X) Noite **MÓDULO:**

	DISCIPLINAS	**SÉRIES**		
		1ª	**2ª**	**3ª**
BASE NACIONAL COMUM	ARTE	2	-	-
	BIOLOGIA	2	2	2
	EDUCAÇÃO FÍSICA	2	2	2
	FILOSOFIA	2	2	2
	FÍSICA	2	2	2
	GEOGRAFIA	2	2	2
	HISTÓRIA	2	2	2
	LÍNGUA PORTUGUESA	3	3	3
	MATEMÁTICA	4	4	4
	QUÍMICA	2	2	2
	SOCIOLOGIA	2	2	2
	SUB-TOTAL	**25**	**23**	**23**
PARTE DIVERSIFICADA	LEM – INGLÊS	-	2	2
	* LEM - ESPANHOL	4	4	4
	SUB-TOTAL	**4**	**6**	**6**
TOTAL GERAL	**29**	**29**	**29**	**29**
TOTAL CARGA HORÁRIA	**1000**	**1000**	**1000**	**1000**

Observações:
Matriz Curricular de acordo com a LDB nº 9394/96 e Instrução Normativa Nº 015/2010-SUED/SEED.
* Disciplina de matrícula facultativa ofertada no turno contrário no CELEM.

4.13 Ações Didático Pedagógicas

O colégio contempla dois projetos de Treinamento Esportivo: Tênis de Mesa e Futsal.

O projeto de Tênis de Mesa é ofertado no turno da tarde e atende 16 alunos. A prática do Tênis de Mesa estimula o desenvolvimento da velocidade, coordenação, resistência, força e flexibilidade. No aspecto muscular, todos os grupos musculares são solicitados na prática deste esporte. Sob o ponto de vista psicológico, a prática do tênis de mesa estimula a capacidade de seleção de informações, atenção e concentração, além da reação e tomada de decisões, que poderão influenciar diretamente na vida cotidiana do atleta.

O projeto de Futsal é realizado no horário intermediário e atende 21 alunos, tendo como objetivos: desenvolver habilidades motoras do educando para a aprendizagem dos fundamentos básicos, facilitando a prática; possibilitar um bom desempenho de jogo em equipe, propiciando ao educando o conhecimento de seu posicionamento em quadra, aprendendo a noção de tempo e espaço em jogo; proporcionar ao educando o conhecimento de seu posicionamento em quadra, impedindo e dificultando o ataque do adversário; conhecer, manipular, explorar, criar e recriar a realidade, desenvolvendo-a e exercitando-a.

Ao incluir o aluno na elaboração das propostas de ensino e aprendizagem serão consideradas sua realidade social e pessoal, sua percepção de si mesmo e do outro, suas dúvidas e necessidades de compreensão desta mesma realidade.

O colégio também contempla os projetos financeiros, como: PDDE, Escola 1000 e Fundo Rotativo.

4.13.1 CELEM

O CENTRO DE LÍNGUAS ESTRANGEIRAS MODERNAS – CELEM é uma oferta extracurricular e gratuita de ensino de Línguas Estrangeiras nas escolas da Rede Pública do Estado do Paraná, destinado a alunos, professores, funcionários e à comunidade.

Nossa Instituição de Ensino oferta a Língua Espanhola, uma turma de nível 1 e uma turma de nível 2.

O trabalho realizado através do Celem tem contribuído de maneira significativa na realidade educacional do Paraná com oportunidades de melhoria na perspectiva profissional, conhecimento das línguas e preservação da cultura das etnias formadoras do seu povo.

Sendo a língua a expressão natural de uma cultura, aprender uma língua é apropriar-se de acesso à outras culturas, é também aprender diferentes maneiras de construir sentidos, é formar subjetividades, independentes do grau de proficiência atingido.

Espera-se que os conteúdos trabalhados possam contribuir para que os educandos sejam capazes de:

Ler e compreender pequenos textos retirando deles informações necessárias;

• Ter maior consciência sobre o papel das línguas na sociedade;

• Reconhecer e compreender a diversidade linguística e cultural, constatando seus benefícios para o desenvolvimento cultural do país;

• Despertar a curiosidade em conhecer a língua espanhola;

• Levar ao educando a aquisição de estruturas básicas da língua espanhola, bem como, ler e escrever mediante estruturas e vocábulos;

• Ser capaz de usar a língua em situações básicas de comunicação;

• Levar ao conhecimento do educando a diferença entre a pronúncia e a escrita;

• Levar o educando a integrar-se no mundo atual e independente caracterizado pelo avanço tecnológico e pelo intercâmbio entre povos;

• Reconhecer e compreender a diversidade linguística e cultural, constatando seus benefícios para o desenvolvimento cultural do país;

• Ser capaz de usar a língua em situações básicas de comunicação.

4.14 Ações referentes à Flexibilização Curricular

A atual Constituição da República Federativa do Brasil, em seu artigo Art. 205, determina que “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.” Para esse princípio se efetivar há que se prever ações para as exceções – são as flexibilizações curriculares que possibilitam o acesso à educação em casos específicos, como dos estudantes da educação especial, os atendidos pelo Serviço de Apoio à Rede Escolarização Hospitalar – SAREH, os estudantes afastados pelo Decreto

Lei nº 1044/69 e pela Lei nº 6202/75, os estudantes em cumprimento de medidas socioeducativas, estudantes do Programa de Aceleração de Estudos – PAE e outras situações.

4.14.1 SAREH – Serviço de atendimento à Rede de Escolarização Hospitalar – e estudante gestante

A Resolução nº 2527/2007, institui o Serviço de Atendimento à Rede de Escolarização Hospitalar SAREH, no Estado do Paraná. O trabalho será desenvolvido por professores e pedagogos do Quadro Próprio do Magistério, previamente selecionados, conforme edital publicado pela Secretaria de Estado da Educação.

O direito à Educação encontra-se claro em nossa legislação desde a Constituição da República Federativa do Brasil já no art. 205, assim como no Estatuto da Criança do Adolescente, no Art. 53. Assim sendo, é imprescindível que todas as crianças e e adolescentes sejam atendidos pela escola independente de seu estado de saúde ou desenvolvimento.

Com a LDB - Lei n. o 9394/96 que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional no seu art. 2º torna-se ainda mais claro que a educação é direito de todos e dever do Estado e da família.

As Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica é instituída pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) com a Resolução no 2/2001 e orienta a organização do atendimento educacional especializado a alunos impossibilitados de estar em sala de aula, devido a tratamento de saúde que implique em internação hospitalar, atendimento ambulatorial ou permanência prolongada em domicílio.

Nosso Colégio não contempla o SAREH, que é o Serviço de Atendimento à Rede de Escolarização Hospitalar, porém os alunos que se encontram impossibilitados de frequentar a escola, em virtude de situação de internamento hospitalar ou tratamento de saúde, quando por um período longo de afastamento, ou Licença Maternidade em caso de aluna gestante lhes é possibilitada a continuidade dos estudos através de atividades domiciliares/hospitalares, onde a família encarrega-se de realizar o contato com a escola, que fornece trabalhos, a fim de que o aluno não seja prejudicado durante o período em que se encontra ausente do colégio. Não disponibilizamos de um profissional que faça o atendimento domiciliar ou hospitalar.

Quanto aos estudantes que cumprem medidas socioeducativas, não temos nenhum aluno nessa situação, pois em nosso município, quando necessário o cumprimento de tais medidas, o aluno cumpre no horário contrário ao seu horário de aulas.

Já o PAE – Programa de Aceleração de Estudos, tem como objetivo corrigir a distorção idade/ano das(os) estudantes do Ensino Fundamental – Anos Finais da rede pública estadual de educação do Paraná, possibilitando o acesso, a permanência e o sucesso dos alunos público-alvo deste programa. Nosso colégio também não participa deste programa.

4.14.2 Flexibilização Curricular na Educação Especial

A flexibilização curricular é uma proposta que visa promover o desenvolvimento e a aprendizagem dos estudantes que apresentam necessidades educacionais especiais, tendo como referência a elaboração do projeto pedagógico e a implementação de práticas inclusivas no sistema escolar. A proposta de flexibilização curricular deve ser considerada como indicador do que os estudantes devem aprender, de como e quando aprender, das distintas formas de organização do ensino e de avaliação da aprendizagem com ênfase na necessidade de previsão e provisão de recursos e apoios adequados, ou seja, diz respeito às modificações em forma de complementação ou suplementação dos conteúdos ou da estrutura curricular que está prevista para os estudantes da escola como um todo.

O currículo, bem como o planejamento é flexibilizado, de forma a atender os alunos portadores de necessidades especiais de acordo com sua especificidade, atendendo as orientações contidas nas avaliações neurológicas/psicopedagógicas de cada aluno.

De acordo com os estudantes da Educação Especial seguimos as orientações contidas nas avaliações neurológicas/psicopedagógicas de cada aluno, bem como os conteúdos desenvolvidos são adequados às necessidades de cada aluno.

Nosso Colégio, a partir de julho de 2017 possui Sala de Recurso Multifuncional, no período da tarde, onde são atendidos 07 (sete) alunos. A forma de avaliação desses alunos se dá de forma individualizada, de acordo com as dificuldades encontradas por cada um. O professor destina uma parcela de tempo maior para os mesmos realizarem as avaliações e suas atividades são avaliadas qualitativamente.

A Constituição Federal prevê, em seu artigo 208, inciso III o dever da oferta, pelo Estado, de atendimento educacional especializado:

> **Art. 208.** O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:
>
> III – atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino.

Ainda a LDB determina as adaptações e flexibilizações curriculares para os alunos inclusos, as Diretrizes da Educação Especial orientam essas adaptações/flexibilizações, deixando claro que as mesmas não são recortes de conteúdos, pois dessa forma, os alunos estariam sendo excluídos.

Da mesma ocorre a flexibilização na avaliação dos alunos com necessidades educacionais especiais, onde a partir da adaptação curricular, os professores elaboram as avaliações, visando seu desenvolvimento, de acordo com com suas especificidades e limites.

4.15 Legislações Articuladas ao Currículo

Algumas legislações conferem ações específicas no campo da educação escolar e devem permear a Proposta Pedagógica Curricular, seja nos encaminhamentos metodológicos ou nos conteúdos. Outras são atendidas em projetos incorporados à organização do trabalho pedagógico da escola.

- Lei Educacional Ambiental (L.F. 9795/99, Dec. 4201/02);

- Lei Estadual nº 17505/13 – Educação Ambiental;

- História e Cultura Afro-Brasileira (10.639/03);

- História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena (11.645/08);

- Instrução nº 17/16 SUED/SEED – História e Cultura Afro-Brasileira;

- Estatuto do idoso – (10741/03);

- Lei Estadual nº 17858/13 – Política de proteção ao Idoso;

- Prevenção ao Uso Indevido de Drogas (11.343/06);

- Lei Estadual nº 17650/13- Programa de resistência às Drogas e à Violência;

- Educação Fiscal/Educação Tributária (Dec. 1143/02);

- Enfrentamento à Violência Contra a Criança e o Adolescente (L. F. 11525/07);

- Gênero e Diversidade Sexual (Lei Estadual nº 16. 454/10 de 17 de maio de 2010), Resolução nº 12 de 16 de janeiro de 2016;

- Lei Estadual nº 17.335/12 – Programa de Combate ao Bullyng;

- Lei 18447/15 – Semana Estadual Maria da Penhas nas Escolas;

- Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos 2006 – Ministério da Educação;

- Lei nº 11947/09 – Educação Alimentar e Nutricional;

- Lei nº 9503/97: Código de Trânsito Brasileiro – Educação para o Trânsito;

- Decreto nº 7037/09: Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH 3) - Educação em Direitos Humanos;

- Lei nº 11769/08 – inclui parágrafo no art. 26, sobre música como conteúdo obrigatório;

- Lei Estadual nº 13381/01 – História do Paraná.

4.16 PROPOSTA PEDAGÓGICA CURRICULAR

A Proposta Pedagógica Curricular é um documento que fundamenta e sistematiza a organização do conhecimento no currículo. Expressa os fundamentos conceituais, metodológicos e avaliativos de cada disciplina/componente curricular/áreas do conhecimento, elencados na Matriz Curricular, assim como os conteúdos de ensino dispostos de acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais, Diretrizes Curriculares Orientadoras da Educação Básica para a Rede Estadual de Ensino e demais leis vigentes (Anexo VI, da Instrução 003/2015 SUED/SEED) por etapas e modalidades de ensino).

A Proposta Pedagógica Curricular deve ser estruturada por todos dos professores que ministram determinadas disciplinas nesta Instituição de Ensino, devendo haver apenas uma PPC para cada disciplina e deve ser retomada sempre que necessário para fazer adequações atendendo as especificidades dos educandos de acordo com a sua realidade.

Ao elaborar a Proposta Pedagógica Curricular desta Instituição, a qual atende a diversidade, deve ser pensando em um Currículo Sociocultural, devendo ser flexível e adaptar aos contextos políticos e culturais nos quais esta instituição esta inserida.

Dessa forma fundamentamos nas Diretrizes Curriculares Gerais para a Educação Básica que define o Currículo como:

> Conjunto de valores e práticas que proporcionam a população e a socialização de significados no espaço social e que contribuem, intensamente para a construção de identidades sociais e culturais dos estudantes. Entendida dessa forma, ele se refere não apenas aos conteúdos selecionados, ensinados e aprendidos por meio das atividades de leitura, escrita e interpretação de texto, pesquisas, dentre outras estratégias de ensino e aprendizagem, mas também aos mais variados tipos de rituais da escola , tais como atividades recreativa, as feitas culturais, os jogos escolares, as atividades comemorativas, dentre outra. Diretrizes Curriculares Nacionais da educação Básica. Pg 394.

Nesse sentido, no que se refere às escolas Indígenas, o currículo deve ser intercultural. Ao elaborar a Proposta Pedagógica curricular deve ser considerando os valores e interesses etnopoliíticos da comunidade Indígena e considerar as condições de escolarização dos educandos indígenas em cada etapa e modalidade de ensino.

Cabe ainda destacar a necessidade de abordar conhecimentos que tradicionalmente não compõem os livros didáticos ou as abordagens convencionais das disciplinas e que conteúdo são conhecimentos historicamente acumulados e constituem direitos de aprendizagem das/os estudantes. Conhecimentos sobre o corpo e as diversas expressões da sexualidade humana; a homossexualidade, heterossexualidade, bissexualidade, sobre a saúde sexual e reprodutiva, bem como das diferentes expressões da identidade de gênero: a cisgeneridade e transgeneridade. Conhecimentos sobre a própria cultura e etnia das/os educandas/os e sobre outras culturas e etnias. Nesse sentido elencamos conhecimentos da história e cultura africana e afro-brasileira e indígena, sobre a cultura cigana, quilombola, ilhéu e ribeirinha. Esses são conhecimentos não hegemônicos e, portanto muitos nem sempre estiveram presentes na formação inicial dos profissionais que atuam nas disciplinas escolares. No entanto, são conhecimentos que precisam ser considerados e que dispõem de Diretrizes curriculares específicas.

4.16.1 PROPOSTA PEDAGÓGICA CURRICULAR – ELEMENTOS

A Proposta Pedagógica Curricular é um documento de autoria do professor e como documentos norteadores devem utilizar o Projeto Político Pedagógico, o Regimento Escolar desta Instituição e as Diretrizes Curriculares da educação Básica(DCE) e outros que julguem necessários. Os fundamentos conceituais, metodológicos e avaliativos de cada disciplina ofertada por esta Instituição de Ensino das diferentes etapas e modalidades da Educação Básica, bem como a descrição dos conteúdos estruturantes e básicos de acordo com as Diretrizes Curriculares Estaduais Orientadoras para a Educação Básica da Rede Estadual de Educação, o Caderno de Expectativas de Aprendizagem e as Diretrizes Nacionais Gerais para a Educação Básica, definidos por ano/série tomando-se como referência o tempo definido na Matriz Curricular

Na Proposta Pedagógica Curricular deve conter:

- **Apresentação da disciplina:**

Consiste em:

- Apresentar o objeto de estudo da disciplina;

- Fazer alusão a importância histórica da disciplina;

- Apresentar uma concepção de disciplina coerente com a DCE;

- Apresentar os objetivos da disciplina;

- Justificar por que o conhecimento desta disciplina é importante e como contribui para a formação do estudante

- **Conteúdos Estruturantes e Básicos:**

Consiste em:

- Apresentar os conteúdos estruturantes da disciplina (DCE);

- Apresentar os Conteúdos Básicos (DCE);

- Os Conteúdos Específicos devem constar no Plano de Trabalho Docente.

- **Metodologia:**

Consiste em:

- Explicar de forma clara a metodologia e as práticas pedagógicas a serem desenvolvidas no ensino da disciplina;

- Apresentar coerência com os encaminhamentos metodológicos propostos na DCE;

- Apresentar recursos e materiais didáticos pedagógicos a serem utilizados;

- **Avaliação**

- A concepção de avaliação deve estar coerente com a LDB, com DCE da disciplina, com o PPP e com o Regimento Escolar da Instituição de Ensino;

- Os critérios de avaliação apresentados precisam estar articulados com a com a concepção teórica metodológica, objetivos e conteúdos das disciplinas;

- Explicar de fora geral, diferentes instrumentos de avaliação.

- **Referências:**

- Todos os materiais usados para a construção da Proposta Pedagógica Curricular.

Os encaminhamentos metodológicos e avaliativos de cada conteúdo devem estar expressos de forma mais ampla na elaboração do Plano de Trabalho Docente

A proposta Pedagógica Curricular será apresentada por disciplina, obedecendo a ordem alfabética.

4.16.2 PROPOSTA PEDAGÓGICA CURRICULAR DA DISCIPLINA DE ARTE

APRESENTAÇÃO DA DISCIPLINA

A dimensão histórica da disciplina de arte aborda alguns marcos do desenvolvimento da Arte no âmbito escolar. Conhecer tanto quanto possível esta história, permitirá aprofundar a compreensão sobre a disciplina nas escolas do Paraná e do Brasil.

Segundo a Diretriz Curricular da disciplina de Arte, 2008, no período colonial, de 1500 a 1759, nas vilas e reduções jesuíticas desenvolveu-se, para grupos de portugueses e indígenas, uma educação de tradição religiosa, já havendo o ensino de artes e ofícios, por meio da retórica, literatura, música, teatro, pintura, escultura e artes manuais. Ensinava-se uma arte de linhas renascentistas, mas valorizando também a cultura local. Foi um período importante, pois influenciou a constituição da matriz cultural brasileira, como nas músicas caipiras, no folclore que permanecem até hoje com algumas variantes.

Neste mesmo período, a Europa passa por profundas transformações que culminam com o Iluminismo. Em todo este processo, houve uma ruptura com o modelo teocêntrico medieval em favor do projeto iluminista. Neste contexto, o governo português do Marques de Pombal expulsa os jesuítas do Brasil e estabelece uma reforma educacional, chamada Reforma Pombalina, que na prática não se registrou notáveis mudanças. Em lugar dos colégios jesuítas passaram a funcionar colégios seminários dirigidos por padres mestres eram responsáveis pelo ensino que era estritamente literário, com estudos em gramática, retórica, latim e música.

Em 1808, com a vinda da família real, uma série de obras foram iniciadas para atender, cultural e materialmente a corte portuguesa. Destacou-se a vinda de artistas franceses, com a criação da fundação da academia de Belas-Artes, na qual os alunos poderiam aprender as artes e ofícios artísticos. Grupo conhecido como Missão Francesa com vinculações ao estilo Neoclássico, onde propunham exercícios de cópia e reprodução de obras consagradas.

Esse padrão entra em conflito com a arte colonial, como o Barroco presente na arquitetura, escultura, talhe e pintura nas obras de aleijadinho.

Nesse período houve a laicização do ensino no Brasil, transformando os colégios seminários em estabelecimentos públicos de ensino.

No Paraná, foi fundado o Liceu de Curitiba. Em 1886 foi criada por Antônio Mariano de Lima, a escola de Belas Artes e Indústrias que desempenhou papel importante no

desenvolvimento das artes plásticas e da música na cidade. Em 1917, cria-se a Escola Profissional Feminina.

Em 1890, com a Proclamação da República, ocorreu a primeira reforma educacional no Brasil, com ideias positivistas e liberais. Benjamin Constant, responsável pelo texto da reforma, direcionou o ensino para a valorização da ciência e da geometria, secundarizando o ensino de Arte, que passou a bordar tão somente as técnicas e artes manuais.(DCE, Arte, 2008 p. 40)

No período do governo Getúlio Vargas (1930-1945), as políticas educacionais foram mais centradas ás demandas da produção e do mercado de trabalho. Na ditadura militar (1964-1985) surge o ensino técnico compulsório para o segundo grau, e na segunda metade de década de 1990, com a pedagogia das competências e habilidades que fundamentaram os Parâmetros Curriculares Nacionais. Entretanto, o ensino de Arte nas escolas e os cursos de Arte oferecidos nos mais diversos espaços sociais são influenciados, também, por movimentos políticos e sociais.

O ensino da arte passou a ter, então, enfoque na expressividade, espontaeismo e criatividade, apoiou-se muito na pedagogia da Escola Nova, fundamentada na livre expressão das formas. Pela primeira vez uma tendência pedagógica, Escola Nova, centrava sua ação no aluno e na sua cultura.

No Paraná, houve reflexos desses vários processos pelos quais passou o ensino da Arte, assim como no final do século XIX, com a chegada dos imigrantes, vieram novas ideias e experiências culturais. As características da nova sociedade em formação e a necessária valorização da realidade local estimularam movimentos em favor da Arte se tornar disciplina escolar.

Entre os artistas e professores que participaram desse momento histórico destacaram-se: Mariano de Lima, Alfredo Andersen, Guido Viaro, Emma Koch, Ricardo Koch, Bento Mossurunga e outros considerados precursores do ensino da Arte no Paraná.(DCE, Arte, 2008 p. 42)

A partir da década de 60, as produções e movimentos artísticos se intensificam. Esses movimentos tiveram caráter ideológico, propunham uma nova realidade social e, gradativamente, deixaram de acontecer com o endurecimento do regime militar. Em 1971, foi promulgada a Lei federal 5692/71, que determinava a obrigatoriedade do ensino da arte nos currículos do ensino fundamental e do ensino Médio. Entretanto seu ensino foi fundamentado para o desenvolvimento de habilidades e técnicas, que minimizou o conteúdo, o trabalho criativo e o sentido estético da arte.

No currículo escolar, a Educação Artística passou a compor a área de conhecimento denominada Comunicação e Expressão. A produção artística, por sua vez, ficou sujeita aos atos que instituíram a censura militar.

A partir de 1980, o país iniciou um amplo processo de mobilização social pela redemocratização e elaborou uma nova constituição, entre os fundamentos pensados para a educação nesse período, destacou-se a pedagogia Histórico - critica, elaborada por Saviani e a teoria da Libertação de Paulo Freire. Essas teorias propunham oferecer aos educandos acesso aos conhecimentos da cultura para uma pratica social transformadora.

O Currículo básico para Ensino de 1º Grau e o documento de reestruturação do Ensino de 2º grau, pretendiam fazer da escola um instrumento para a transformação social e nelas, o ensino de Arte, retomou a formação do aluno pela humanização dos sentidos, pelo saber estético e pelo trabalho artístico.

Os PCNs, em Arte, tiveram como principal fundamentação a proposta da Ana Mãe Barbosa, denominada de Metodologia Triangular, inicialmente pensada para o trabalho em museus.(DCE, Arte, 2008 p. 44)

Na década de 1990, as empresas de capacitação de executivos e demais profissionais passaram a ver a arte e os conceitos de estética como meio e princípio nos seus cursos. Esse padrão foi muito adotado nas capacitações de professores da Rede Pública em Faxinal do Céu de 1997 a 2002. Além do caráter motivacional e de sensibilização que marcou a capacitação de professores naquele período, outra característica é a de professores da academia ministrando cursos para professores de educação básica, em situações idealizadas, com reflexos poucos palpáveis no cotidiano da escola.

Em 2003 teve início, no Paraná, um processo de discussão com os professores da Educação Básica do Estado, Núcleos Regionais e Instituições de Ensino Superior, pautado na retomada de uma prática reflexiva para a construção coletiva de diretrizes curriculares estaduais. Além disso, os livros de literatura universal e os livros de fundamentos teórico-metodológicos de todas as áreas de arte foram enviados às escolas da rede, o Livro Didático Publico de Arte. O acesso, nas escolas a equipamentos e recursos tecnológicos, entre outros ampliaram a possibilidade de estudar, para assim o ensino de arte deixar de ser coadjuvante no sistema educacional para se ocupar também do desenvolvimento do sujeito frente a uma sociedade construída historicamente e em constante transformação.(DCE, Arte, 2008 p. 46)

Arte, enquanto disciplina escolar possibilita o estudo da arte como campo de conhecimento constituído de saberes específicos, envolvendo as manifestações culturais locais, nacionais e globais: o contexto histórico-social e o repertório de conhecimento do aluno.

Interferindo na formação do indivíduo como fluídos de cultura e conhecedor da construção de sua própria nação, a disciplina assume um compromisso com a diversidade cultural, reconhecendo-a como patrimônio da humanidade, considerando desde o repertório de conhecimento do aluno até as produções de grupos sociais que podem ter sido marginalizados pela concepção de arte elitista.

A arte acontece por meio da interação de saberes. A apropriação dos conhecimentos estéticos se dará pela experimentação, pela análise estética de diferentes manifestações artísticas e a reflexão do aluno a respeito dessa produção e dos conhecimentos que envolvem esse fazer.

Só um saber consciente e informado torna possível a aprendizagem em arte, este saber tem propósito de possibilitar a ampliação do conhecimento estético (pela análise e experimentação) presente nas diferentes linguagens e no processo de produções das manifestações artísticas.

É preciso desvendar a história e a cultura para que o aluno se torne conhecedor de si próprio e do coletivo. A cultura é um fenômeno plural, multiforme, heterogêneo, dinâmico e envolve tudo que é produzido pelo ser humano e que, portanto, produz sentido e significado no ensino da arte evitando que o currículo se torne mais um elemento de exclusão.

A complexidade do atual contexto, marcado pela globalização exige que a disciplina de artes propicie ao aluno oportunidades de leitura das diferentes culturas superando preconceitos e valorizando a riqueza da diversidade.

A disciplina de Arte explicitará o compromisso de favorecer a democratização da produção cultural, o objeto de estudo e o conhecimento estético. Os saberes que decorrem do objeto de estudo permitem que a arte seja entendida como um conjunto de linguagens, cada uma com seus elementos e códigos.

Além de apresentar elementos da linguagem visual, musical ou cênica, relaciona características com seus respectivos autores e conhecedor da história dita “universal”. Mas, para que a informação se torne conhecimento, é necessário interpretar, questionar, analisar os processos de criação e execução.

A função da disciplina de Arte não é a formação, mas o domínio, a fluência e a compreensão estética das complexas formas humanas de expressão que movimentam processos afetivos, cognitivos e psicomotores, contemplando as linguagens das artes visuais, da dança, da música, do teatro e o conhecimento sistematizado, fazendo relação entre as diversas áreas do conhecimento. Também o ensino de Arte tem como objetivo propiciar ao aluno uma compreensão mais próxima da totalidade da arte. Somente abordando metodologicamente, de forma horizontal, os elementos formais, composição e movimentos e períodos, relacionados entre si e demonstrando que são interdependentes, possibilita-se ao aluno a compreensão da arte como forma de conhecimento, como ideologia e como trabalho criador. O ensino de Arte deve ser direcionado com os seguintes objetivos:

• A compreensão dos elementos que estruturam e organizam a arte e sua relação com a sociedade contemporânea;

• A produção de trabalhos de arte visando à atuação do sujeito em sua realidade singular e social;

• A apropriação prática e teórica dos modos de composição da arte nas diversas culturas e mídias, relacionadas à produção, divulgação e consumo.

CONTEÚDOS ESTRUTURANTES E BÁSICOS

6º ANO - ÁREA MÚSICA

CONTEÚDOS ESTRUTURANTES	
ELEMENTOS FORMAIS	COMPOSIÇÃO
CONTEÚDOS BÁSICOS PARA O ANO	
Altura	Ritmo
Duração	Melodia
Timbre	Escalas: diatônica, pentatônica cromática
Intensidade	Maior, menor, Improvisação
Densidade	Gêneros: erudito, popular

7º ANO - ÁREA MÚSICA

CONTEÚDOS ESTRUTURANTES	
ELEMENTOS FORMAIS	COMPOSIÇÃO
CONTEÚDOS BÁSICOS O ANO	
Altura	Ritmo
Duração	Melodia
Timbre	Escalas
Intensidade	Estrutura
Densidade	Gêneros: folclórico, popular, étnico
	Técnicas: vocal, instrumental, mista
	Improvisação

8º ANO - ÁREA MÚSICA

CONTEÚDOS ESTRUTURANTES		
ELEMENTOS FORMAIS	COMPOSIÇÃO	MOVIMENTOS E PERIODOS
CONTEÚDOS BÁSICOS O ANO		
Altura	Ritmo	
Duração	Melodia	
Timbre	Harmonia	
Intensidade	Tonal, modal e a fusão de ambos.	
Densidade	Técnicas: vocal, instrumental, eletrônica, informática e mista	
	Sonoplastia	

9º ANO - ÁREA MÚSICA

CONTEÚDOS ESTRUTURANTES	
ELEMENTOS FORMAIS	COMPOSIÇÃO
CONTEÚDOS BÁSICOS PARA O ANO	
Altura	Ritmo
Duração	Melodia
Timbre	Harmonia
Intensidade	Estrutura
Densidade	Técnicas: vocal, instrumental, mista
	Gêneros: popular, folclórico, étnico.

6º ANO – ÁREA ARTES VISUAIS

CONTEÚDOS ESTRUTURANTES	
ELEMENTOS FORMAIS	COMPOSIÇÃO
CONTEÚDOS BÁSICOS PARA O ANO	
Ponto	Bidimensional
Linha	Tridimensional
Textura	Figurativa/Abstrato
Forma	Geométrica
Superfície	Técnicas: Pintura, desenho, baixo e alto relevo, escultura, arquitetura...
Volume	
Cor	Gêneros: paisagem, retrato, cenas da mitologia
Luz	

7º ANO - ÁREA ARTES VISUAIS

CONTEÚDOS ESTRUTURANTES	
ELEMENTOS FORMAIS	COMPOSIÇÃO
CONTEÚDOS BÁSICOS PARA O ANO	
Ponto	Bidimensional
Linha	Tridimensional
Forma	Figurativa
Textura	Abstrata
Superfície	Geométrica
Volume	Técnicas: Pintura, desenho, escultura, modelagem, gravura, mista, pontilhismo...
Cor	
Luz	Gêneros: Paisagem, retrato, natureza morta.

8º ANO - ÁREA ARTES VISUAIS

CONTEÚDOS ESTRUTURANTES	
ELEMENTOS FORMAIS	COMPOSIÇÃO
CONTEÚDOS BÁSICOS PARA O ANO	
Linha	Bidimensional
Forma	Tridimensional
Textura	Figurativo
Superfície	Abstrato
Volume	Semelhanças
Cor	Deformação
Luz	Contrastes

	Ritmo Visual Cenografia Técnicas: pintura, desenho, fotografia, audiovisual, gravura. Gêneros: Natureza morta, retrato, paisagem.

9º ANO - ÁREA ARTES VISUAIS

CONTEÚDOS ESTRUTURANTES	
ELEMENTOS FORMAIS	COMPOSIÇÃO
CONTEÚDOS BÁSICOS PARA O ANO	
Linha	Bidimensional
Forma	Tridimensional
Textura	Figurativo
Superfície	Geométrica
Volume	Figura fundo
Cor	Perspectiva
Luz	Semelhanças
	Contrastes
	Ritmo Visual
	Cenografia
	Técnica: Pintura, desenho, performance...
	Gêneros: Paisagem urbana, idealizada, cenas do cotidiano

6º ANO - ÁREA TEATRO

CONTEÚDOS ESTRUTURANTES	
ELEMENTOS FORMAIS	COMPOSIÇÃO
CONTEÚDOS BÁSICOS PARA O ANO	
Personagem: expressões corporais, vocais, gestuais e faciais Ação Espaço	Técnicas: jogos teatrais, teatro indireto e direto improvisação, manipulação, máscara Gênero: Tragédia, Comédia, enredo, roteiro. Espaço Cênico, circo. Adereços

7º ANO - ÁREA TEATRO

CONTEÚDOS ESTRUTURANTES	
ELEMENTOS FORMAIS	COMPOSIÇÃO
CONTEÚDOS BÁSICOS PARA O ANO	
Personagem: expressões corporais, vocais, gestuais e faciais Ação Espaço	Representação, Leitura dramática, Cenografia. Gêneros: Rua, Comédia, arena, Caracterização Técnicas: jogos dramáticos e teatrais, Mímica, improvisação, formas animadas...

8º ANO - ÁREA TEATRO

CONTEÚDOS ESTRUTURANTES	
ELEMENTOS FORMAIS	COMPOSIÇÃO
CONTEÚDOS BÁSICOS PARA O ANO	
Personagem: expressões corporais, vocais, gestuais e faciais Ação Espaço	Representação no Cinema e Mídias (Vídeo, TV e Computador) Texto dramático Cenografia Maquiagem Sonoplastia Roteiro, enredo Técnicas: jogos teatrais, sombra, adaptação cênica

9º ANO - ÁREA TEATRO

CONTEÚDOS ESTRUTURANTES	
ELEMENTOS FORMAIS	COMPOSIÇÃO
CONTEÚDOS BÁSICOS PARA O ANO	
Personagem: expressões corporais, vocais, gestuais e faciais Ação Espaço	Técnicas: Monólogo, jogos teatrais, direção, ensaio, Teatro-Fórum, Teatro Imagem Representação Roteiro, enredo Dramaturgia Cenografia Sonoplastia

	Iluminação Figurino Gêneros

6º ANO - ÁREA DANÇA

CONTEÚDOS ESTRUTURANTES	
ELEMENTOS FORMAIS	COMPOSIÇÃO
CONTEÚDOS BÁSICOS PARA O ANO	
Movimento Corporal	Ponto de Apoio Rotação
Tempo	Coreografia Salto e queda Peso (leve e pesado)
Espaço	Fluxo (livre, interrompido e conduzido) Lento, rápido e moderado Niveis (alto, médio e baixo) Formação Direção Gênero: Folclórica, popular e étnica

7º ANO - ÁREA DANÇA

CONTEÚDOS ESTRUTURANTES	
ELEMENTOS FORMAIS	COMPOSIÇÃO
CONTEÚDOS BÁSICOS PARA O ANO	
Movimento Corporal	Gênero: Folclórica, popular, étnica Ponto de Apoio
Tempo	Peso

Espaço	Fluxo Formação Rotação Coreografia Salto e queda Níveis (alto médio e baixo)

8º ANO - ÁREA DANÇA

CONTEÚDOS ESTRUTURANTES	
ELEMENTOS FORMAIS	COMPOSIÇÃO
CONTEÚDOS BÁSICOS PARA O ANO	
Movimento Corporal	Direções Dinâmicas
Tempo	Aceleração Improvisação
Espaço	Coreografia Sonoplastia Gênero: Indústria Cultural, espetáculo

9º ANO - ÁREA DANÇA

CONTEÚDOS ESTRUTURANTES	
ELEMENTOS FORMAIS	COMPOSIÇÃO
CONTEÚDOS BÁSICOS PARA O ANO	

Movimento Corporal Tempo Espaço	Kinesfera Ponto de Apoio Peso Fluxo Quedas Saltos Giros Rolamentos Extensão (perto e longe) Coreografia Deslocamento Gênero: Performance e moderna

ARTE PARA O ENSINO MÉDIO

ÁREA MÚSICA

ELEMENTOS FORMAIS	COMPOSIÇÃO	MOVIMENTOS E PERÍODOS
CONTEÚDOS BÁSICOS PARA A SÉRIE		
Altura Duração Timbre Intensidade Densidade	Ritmo Melodia Harmonia Escalas Modal, Tonal e fusão de ambos. Gêneros: erudito, clássico, popular, étnico, folclórico,	Música Popular Brasileira Paranaense Popular Indústria Cultural Engajada Vanguarda Ocidental

	Pop. Técnicas: vocal, instrumental, eletrônica, informática e mista Improvisação	Oriental Africana Latino-Americana

ÁREA ARTES VISUAIS

ELEMENTOS FORMAIS	COMPOSIÇÃO	MOVIMENTOS E PERÍODOS
CONTEÚDOS BÁSICOS PARA A SÉRIE		
Ponto Linha Forma Textura Superfície Volume Cor Luz	Bidimensional Tridimensional Figura e fundo Figurativo Abstrato Perspectiva Semelhanças Contrastes Ritmo Visual Simetria Deformação Estilização Técnica: Pintura, desenho, modelagem, instalação performance, fotografia, gravura e esculturas,	Arte Ocidental Arte Oriental Arte Africana Arte Brasileira Arte Paranaense Arte Popular Arte de Vanguarda Indústria Cultural Arte Contemporânea Arte Latino- Americana

	arquitetura, história em quadrinhos... Gêneros: paisagem, natureza-morta, Cenas do Cotidiano, Histórica, Religiosa, da Mitologia...	

ÁREA TEATRO

ELEMENTOS FORMAIS	COMPOSIÇÃO	MOVIMENTOS E PERÍODOS
CONTEÚDOS BÁSICOS PARA A SÉRIE		
Personagem: expressões corporais, vocais, gestuais e faciais Ação Espaço	Técnicas: jogos teatrais, teatro direto e indireto, mímica, ensaio, Teatro-Fórum, Roteiro Encenação e leitura dramática Gêneros: Tragédia, Comédia, Drama e Épico Dramaturgia Representação nas mídias Caracterização Cenografia, sonoplastia, figurino e iluminação Direção , Produção	Teatro Greco- Romano Teatro Medieval Teatro Brasileiro Teatro Paranaense Teatro Popular Indústria Cultural Teatro Engajado Teatro Dialético Teatro Essencial Teatro do Oprimido Teatro Pobre Teatro de Vanguarda Teatro Renascentista Teatro Latino- Americano

		Teatro Realista Teatro Simbol

ÁREA DANÇA

ELEMENTOS FORMAIS	COMPOSIÇÃO	MOVIMENTOS E PERÍODOS
CONTEÚDOS BÁSICOS PARA A SÉRIE		
Movimento Corporal Tempo Espaço	Kinesfera - Fluxo - Peso Eixo - Salto e Queda Giro - Rolamento Movimentos articulares Lento, rápido e moderado Aceleração e desaceleração Níveis - Deslocamento Direções - Planos Improvisação - Coreografia Gêneros: Espetáculo, indústria cultural, étnica, folclórica, populares e salão	Pré-história - Greco-Romana Medieval - Renascimento Dança Clássica Dança Popular Brasileira Paranaense Africana Indígena Hip Hop Indústria Cultural Dança Moderna Vanguardas Dança Contemporânea

METODOLOGIA

Segundo as Diretrizes Curriculares da Educação Básica de Arte, 2008, nas aulas de Arte é necessária a unidade de abordagem dos conteúdos Estruturantes, em um encaminhamento metodológico orgânico, onde o conhecimento, as práticas e a fruição

artística estejam presentes em todos os momentos da prática pedagógica, em todas as séries da Educação Básica.

Para preparar as aulas, é preciso considerar para quem elas serão ministradas, como, por que e o que será trabalhado, tomando-se a escola como espaço de conhecimento. Dessa forma, devem-se contemplar, na metodologia do ensino da Arte, três momentos da organização pedagógica:

1. Teorizar: fundamenta e possibilita ao aluno que perceba e aproprie a obra artística, bem como, desenvolva um trabalho artístico para formar conceitos artísticos. Teorizar é a parte do trabalho metodológico que privilegia a cognição, em que a racionalidade opera para apreender o conhecimento historicamente produzido sobre arte. Tal conhecimento em arte é alcançado pelo trabalho com os conteúdos estruturastes elementos formais, composição, movimentos e períodos, abordados nas Artes Visuais, Dança, Música e Teatro. Esse conhecimento se efetiva quando os três momentos da metodologia são trabalhados. É imprescindível que o professor considere a origem cultural e o grupo social dos alunos e que trabalhe nas aulas os conhecimentos originados pela comunidade. Também é importante que discuta como as manifestações artísticas podem produzir significado de vida aos alunos, tanto na criação como na fruição de uma obra. Além disso, é preciso que ele reconheça a possibilidade do caráter provisório do conhecimento em arte, em função da mudança de valores culturais que pode ocorrer através do tempo nas diferentes sociedades e modos de produção. (DCE Arte, 2008 pg. 70)

2. Sentir e perceber: são as formas de apreciação, fruição, leitura e acesso à obra de arte. No processo pedagógico, os alunos devem ter acesso às obras de Música, Teatro, Dança e Artes Visuais para que se familiarizem com as diversas formas de produção artística. Trata-se de envolver a apreciação e apropriação dos objetos da natureza e da cultura em uma dimensão estética. A percepção e apropriação das obras artísticas se dão inicialmente pelos sentidos. De fato, a fruição e a percepção serão superficiais ou mais aprofundadas conforme as experiências e conhecimentos em arte que o aluno tiver em sua vida. O trabalho do professor é de possibilitar o acesso e mediar a percepção e apropriação dos conhecimentos sobre arte, para que o aluno possa interpretar as obras, transcender aparências e apreender, pela arte, aspectos da realidade humana em sua dimensão singular e social.(DCE Arte, 2008 págs. 71 e 72).

3. Trabalho artístico: é a prática criativa, o exercício com os elementos que compõe uma obra de arte. A prática artística – o trabalho criador – é expressão privilegiada, é o exercício da imaginação e criação. Apesar das dificuldades que a escola apresenta para desenvolver essa prática, ela é fundamental, pois a arte não pode ser apreendida somente de forma abstrata. De fato, o processo de produção do aluno acontece quando ele interioriza e se familiariza com os processos artísticos e humaniza seus sentidos. Essa abordagem metodológica é essencial no processo pedagógico em Arte. Os três aspectos metodológicos abordados na Diretriz – teorizar, sentir e perceber e trabalho artístico – são importantes porque sendo interdependentes, permitem que as aulas sejam planejadas com recursos e encaminhamentos específicos. Cabe também ao professor disponibilizar os materiais tecnológicos disponíveis na escola como ferramentas ativas de aprendizagem, tais como laboratório de informática, TV multimídia, pen-Drive, DVD, filmes, aparelho de som, música, etc.

O encaminhamento do trabalho pode ser escolhido pelo professor, entretanto, interessa que o aluno realize trabalhos referentes ao sentir e perceber, ao teorizar e ao trabalho artístico. (DCE Arte, 2008 pgs. 71 e 72).As leis abaixo descritas serão trabalhadas na disciplina de Arte, buscando relacionar com os conteúdos propostos no decorrer do ano letivo. Leis como:

- Lei Educação Ambiental (L.F. 9795/99, Dec. 4281/02);
- Lei Estadual nº 17505/13 – Educação Ambiental;
- História e Cultura Afro-brasileira (10.639/03);
- História e Cultura Afro- brasileira e Indígena (11.645/08)
- Instrução nº 17/16 SUED/SEED – História e Cultura Afro-brasileira;
- Estatuto do Idoso (10741/03)
- Lei Estadual nº 17858/13 – Política de Proteção ao Idoso;
- Prevenção ao uso indevido de drogas (11.343/06);
- Lei Estadual nº 17650/13 – Programa de Resistência às drogas e à violência;
- Educação Fiscal/tributária (Dec. 1143/99 Portaria 413/99 Portaria 413/02);
- Enfrentamento à Violência Contra a Criança e o Adolescente (L.F. 11525/07);

- Gênero e Diversidade Sexual (Lei Estadual nº 16.454/10 de 17 de maio de 2014, Resolução nº 12, de 16 de janeiro de 2016);
- Lei Estadual nº 17335/12 – Programa de Combate ao Bullyng;
- Lei 18447/15 – Semana Estadual Maria da Penha nas Escolas;
- Plano Nacional de Educação dos Direitos Humanos 2006 – Ministério da Educação;
- Lei nº11947/09 – Educação alimentar e nutricional;
- Lei nº 9503/97: Código de Trânsito Brasileiro – Educação para o Trânsito;
- Decreto nº 7037/09: Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH 3)- Educação em Direitos Humanos;
- Lei nº 11769/08 – inclui parágrafo no art. 26, sobre a música como conteúdo obrigatório;
- Lei Estadual nº 13381/01 – História do Paraná.

AVALIAÇÃO

A avaliação em arte, proposta pelas Diretrizes Curriculares Estaduais da disciplina de Arte, é diagnóstica e processual. Diagnóstica, pois, é a referência do professor para planejar as aulas e avaliar os alunos, e processual, pois abrangem todos os momentos da prática pedagógica. Por ser processual, devem ser avaliados todos os aspectos constituintes da prática, a aprendizagem, o ensino, que se refere ao desenvolvimento das aulas, bem como a auto avaliação dos alunos. Segundo a LDB nº 9.394/96, a avaliação deve ser contínua e cumulativa, sendo que os aspectos qualitativos devem sobressair aos quantitativos. O que irá ser avaliado é o desempenho de cada aluno, no decorrer da aplicação dos conteúdos, levando sempre em consideração a capacidade individual do aluno e sua participação nas atividades realizadas em sala. Não são utilizados parâmetros comparativos, pois cada aluno tem suas particularidades e próprias habilidades.

Na disciplina de Arte, a avaliação será dividida em duas partes: 01 avaliação teórica (prova escrita) com valor 4,0 (quatro vírgula zero) pontos; e trabalhos diversificados,

totalizando o valor 6,0 (seis vírgula zero) pontos. O período avaliativo será trimestral e a regra de cálculo será somatória.

Durante a avaliação deve-se incluir a observação e registro do processo de aprendizagem, com os avanços e dificuldades percebidos na apropriação do conhecimento pelos alunos. O professor deve avaliar como o aluno soluciona os problemas apresentados e como ele se relaciona com os colegas nas discussões em grupo. Da mesma forma, o aluno deve elaborar seus registros de forma organizada e sistematizada. Para que se efetive a aprendizagem é preciso utilizar alguns instrumentos de verificação, como: trabalhos artísticos individuais e em grupo; pesquisas bibliográficas e de campo; debates em forma de seminários e simpósios; provas teóricas e práticas; registros em forma de relatórios, gráficos, portfólio, recurso áudio visual e outros.

A Recuperação de conteúdos poderá assumir várias formas, como, por exemplo, através do atendimento individualizado aos alunos que apresentam dificuldades, bem como, com atividades extraclasses e trabalhos, que servirão de reforço para os conteúdos que apresentam defasagem. Poderá, também, utilizar de provas. A recuperação de notas será realizada sequencialmente após cada instrumento avaliativo. Sendo que realizará a recuperação o aluno que não atingir sessenta por cento da média trimestral, ou todos que queiram realizar a recuperação de notas. Sendo que conforme o sistema de recuperação da instituição deverão ser realizados no mínimo três recuperações.

Os alunos com necessidades educacionais especiais serão avaliados de acordo com suas potencialidades e seu desenvolvimento nos resultados obtidos, sendo que as adaptações curriculares serão realizadas de acordo com suas especificidades, buscando sempre incluir e integrar o educando ao ambiente educativo, promovendo o sucesso no seu aprendizado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AZEVEDO, Fernando de. A cultura brasileira. 5. ed., rev. e ampl. São Paulo:

Melhoramentos, USP, 1971.

BRASIL. Leis, decretos, etc. Lei n. 9394/96: lei de diretrizes e bases da educação nacional, LDB. Brasília, 1996.

CHAUÍ, M. Convite à filosofia. São Paulo: Ática, 2003.

Colégio Estadual do Núcleo Residencial Pindorama. EFM. Projeto Político Pedagógico. Quedas do Iguaçu, 2016.

Colégio Estadual do Núcleo Residencial Pindorama. EFM. Regimento Escolar. Quedas do Iguaçu, 2016.

OSINSKI, Dulce R. B. Ensino da arte: os pioneiros e a influência estrangeira naarte educação em Curitiba. Curitiba: UFPR, 1998. Dissertação (Mestrado).

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. Diretrizes Curriculares de Arte para a Educação Básica. Departamento de Ensino de Educação Básica.Curitiba, 2008.

PEIXOTO, Maria Inês Hamann. Arte e grande público: a distância a ser extinta.

Campinas: Autores Associados, 2003.

TROJAN, Rose Meri. Pedagogia das competências e diretrizes curriculares: A estetização das relações entre trabalho e educação. Curitiba: Tese (Doutorado), UFPR, 2005.

VAZQUEZ, A. S. Filosofia da práxis. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

4.16.3 PROPOSTA PEDAGÓGICA CURRICULAR DE BIOLOGIA

APRESENTAÇÃO DA DISCIPLINA

O objeto de estudo da Biologia é o fenômeno da vida em todas as suas manifestações, desde o nível molecular microscópico até a grande intrínseca teia da Biosfera. A vida não pode ser definida ou delimitada por um simples conceito, mas é possível caracterizá-la. Cabe a Biologia, portanto, investigar e levantar todos os dados possíveis, informações e processos sobre o fenômeno da vida. De modo a sintetizá-los, interpretá-los e torná-los compreensíveis ao homem.

A história da Ciência mostra que tentativas de definir a Vida têm origem na Antiguidade. Ideias desse período, que contribuíram para o desenvolvimento da Biologia, tiveram como um dos principais pensadores o filósofo Aristóteles (384 a.C. – 322 a.C.). Esse filósofo deixou contribuições relevantes quanto à organização dos seres vivos, com interpretações filosóficas que buscam, dentre outras, explicações para a compreensão da natureza.

No século IX e X, surgiram as primeiras universidades medievais para assim suprir a necessidade de organizar, sistematizar e agrupar o conhecimento produzido pelo homem.

A história da Ciência, na Renascença, também foi marcada pelo confronto de ideias. Ao mesmo tempo em que alguns naturalistas utilizaram o pensamento matemático como instrumento para interpretar a ordem mecânica da natureza (ROSSI, 2001), outros, como os botânicos, realizavam seus estudos sobre o enfoque descritivo. O número elevado de espécimes vegetais e a “uniformidade estrutural das plantas frutíferas (angiospermas) (MAYR, 1998, p. 99) despertaram maior interesse pela observação empírica e direta das plantas representando a preocupação dos naturalistas em descrever e ilustrar a natureza.

Os estudos de Zoologia desenvolveram-se mais rapidamente a partir do avanço tecnológico posteriores a 1800, com o desenvolvimento das técnicas de conservação dos animais, que permitiram estudos anatômicos comparativos, dando novo impulso à sistemática animal e aperfeiçoando as observações e descrições feitas por Aristóteles. (RONAN, 1987; MAYR, 1998).

Enquanto a Zoologia, a Botânica e a Medicina trataram de explicar a natureza de forma descritiva, no contexto filosófico discutia-se a proposição de um método científico a ser adotado para compreender a natureza. Em meio às contradições desse período histórico, o pensamento do filósofo Francis Bacon (1561 – 1626) contribuiu para uma nova visão de ciência, pois recuperou o domínio de homem sobre a natureza.

Neste mesmo período René Descartes (1596 – 1650) contrapõe-se ao pensamento baconiano considerando que “(...) o domínio e a compreensão do mundo requerem a aceitação de um poder especial na mente que assegurava a verdade: a razão humana (...)” (FEIJO, 2003, p. 20) O uso da razão é a faculdade máxima do conhecimento e para isto, o uso do método permite “ a ampliação ou o aumento dos conhecimentos e procedimentos seguros que permitem passar do já conhecido ao desconhecido”. (CHAUI, 2005, p.128)

Os embates teóricos tornaram-se mais evidentes com o questionamento sobre a origem da VIDA. A ideia sobre a geração espontânea aceita pelos naturalistas até o século XIX, começaram a ser contrariada no século XVII quando o físico italiano Francesco Redi (1626 – 1698), entre outros, apresentou estudos sobre a biogênese.

O pensamento mecanicista reafirmou-se com a invenção e o aperfeiçoamento de instrumentos que permitiram ampliar a visão anatômica e fisiológica. Para entender o funcionamento da vida, a Biologia fracionou os organismos vivos em partes cada vez mais especializadas e menores, com o propósito de compreender as relações de causa e efeito no funcionamento de cada uma delas.

No fim do século XVIII e início do século XIX, a imutabilidade da vida foi questionada com as evidências do processo evolutivo dos seres vivos. Estudos sobre a mutação das espécies ao longo do tempo foram apresentados principalmente por Erasmus Darwin (1731 – 1802), médico, poeta e naturalista e por Jean – Baptiste de Monet, conhecido por Lamarck (1744 -1829)

Erasmus Darwin acreditava na herança de características adquiridas e com essa crença, produziu o que era uma emergente teoria da evolução, embora, de fato, ainda deixasse muitas questões sem resposta (RONAN, 1987, p.9). Lamarck considerava a classificação importante, porém artificial, por acreditar na existência de uma “sequência natural” para origem de todas as criaturas vivas e que elas mudavam e criadas pelo ambiente (RONAN, 1987, p.9).

No início do século XIX, o naturalista britânico Charles Darwin (1809 – 1882) apresentou suas ideias sobre a evolução das espécies. Inicialmente, manteve-se fiel à doutrina da igreja anglicana. Entretanto os espécimes coletados na viagem pelas Ilhas Galápagos começaram a lhe fornecer evidências de um mundo mutável. Com Darwin, a concepção teológica criacionista, que compreendia as espécies, como imutável desde a sua criação, deu lugar à reorganização temporal dessas espécies, inclusive do homem. “Quando lemos a origem das espécies não surge dúvida nenhuma de que Darwin incluía o homem entre os produtos da seleção natural”. (REALE & ANTISERI, 2005, p. 344)

Ao se afirmar que todos os seres vivos, atuais e do passado, tiveram origem evolutiva e que o principal agente de modificação seria a ação da seleção natural sobre a ação individual. Criou-se a base para a teoria da evolução das espécies, assentada no ponto de intersecção entre o pensamento científico e filosófico. A ideia de propor generalizações teóricas, sobre os seres vivos e sugerir evidências científicas, e não mais teológicas, permitiu pensar também na mobilidade social do homem.

No século XIX, a biologia fez grandes progressos com a proposição da teoria celular a partir de descrições feitas por naturalistas como os alemães Matthias Schleiden (1804 – 1881), em 1838, Theodor Schwan (1810 – 1882), em 1839, ao afirmarem que todas as coisas vivas – animais e vegetais eram compostos por células. O aperfeiçoamento dos estudos sobre a origem da vida contribuiu para a refutação do vitalismo e da ideia de geração espontânea.

No século XX, a nova geração de geneticistas confirmou os trabalhos de Mendel e provocou uma revolução conceitual na biologia que contribuiu para a construção de um modelo explicativo dos mecanismos evolutivos vinculados ao material genético, sob influência do pensamento biológico evolutivo.

Os estudos do geneticista Thomas Hunt Morgan (1866 – 1945) contribuíram para que a genética se desenvolvesse como ciência e, aliada aos movimentos políticos e tecnológicos decorrentes das grandes guerras, promoveu uma ressignificação do darwinismo e deu força ao processo de unificação das ciências biológicas. Nesse contexto histórico e social, a Biologia começou a ser vista como utilitária pela aplicação de seus conhecimentos na medicina, na agricultura e em outras áreas.

A Biologia então ampliou sua área de atuação e se diversificou. Uma dessas áreas é a Biologia Molecular, considerada por Mayr (1998) o centro dos interesses biológicos da atualidade. Os avanços dessa área, sobretudo aos relativos à bioquímica, à biofísica e a própria biologia molecular permitiram o desenvolvimento de inovações tecnológicas e interferiram no pensamento biológico evolutivo. Por exemplo, ao conhecer a estrutura e a função dos cromossomos foi possível desenvolver técnicas que permitiram intervir na estrutura do material genético e, assim, compreender, manipular e modificar a estrutura físico-química dos seres vivos e as consequentes alterações biológicas. Organizar os conhecimentos biológicos construídos ao longo da história da humanidade e adequá-los ao sistema de ensino requer compreensão dos contextos em que a disciplina de Biologia é contemplada nos currículos escolares.

Assim, torna-se necessário levar os educandos a compreender que o conhecimento científico é o resultado de um longo processo histórico. Com isso eles poderão perceber

através da transdisciplinaridade e da contextualização dos produtos gerados pelos saberes científicos, que são resultado de uma combinação entre natureza e cultura e que os recursos da tecnologia são partes dessa nossa cultura científica, visando que nossos alunos desenvolvam a postura de que continuarão a aprender por toda a vida.

A grande importância da disciplina é que o aluno compreenda o fenômeno da VIDA, e que se torne um sujeito, crítico, reflexivo e analítico.

Em termos de objetivos gerais, o ensino da Biologia deve:

* identificar relações entre conhecimento científico, produção de tecnologia e condições de vida, no mundo de hoje e em sua evolução histórica e compreender a tecnologia como meio para suprir necessidades humanas, mas sabendo elaborar juízo sobre riscos e benefícios das praticas tecnológicas;

* compreender a natureza como uma intrincada rede de relação, um todo dinâmico o ser humano à parte integrante. Com ela interage, dela depende e nela interfere, reduzindo seu grau de dependência, mas jamais sendo independente;

* identificar a condição do ser humano de agente e paciente de transformações intencionais por ele produzidas;

* relacionar degradação ambiental e agravos á saúde humana, compreendendo-a como bem-estar físico, social e psicólogo e não como ausência de doença;

* Compreender a vida do ponto de vista biológico, como fenômeno que se manifesta de formas diversas, mas sempre como sistema organizado e integrado, que interage como meio físico-químico através de um ciclo de matéria e de um fluxo de energia;

* Compreender a diversificação das espécies como resultado de um processo evolutivo, que compreende dimensões temporais e espaciais;

* Compreender que o universo é composto por elementos que agem interativamente e que é essa interação que configura o universo, a natureza como algo dinâmico, o corpo como um todo integrado e que confere à célula condição de sistema vivo;

* Dar significado a conceitos científicos básicos em biologia tais como: energia, matéria, transformação, espaço, tempo, sistema equilíbrio dinâmico, hereditariedade e vida;

* Articular conceitos das diferentes Ciências particulares na interpretação e análise de fenômenos naturais e no embasamento da compreensão e julgamento de conquistas tecnológicas;

* Obter informações e dados através de observação, experimentação, e leituras de textos conceituais, combinando tais procedimentos a outros que permitam articulá-los a uma rede de idéias, sendo capaz de elaborar conceitos e realizar generalizações;

* Apresentar hipótese acerca dos fenômenos em estudo, utilizando-se de dados e articulações entre dados para validá-las ou refutá-las;

* Formular questões, diagnosticar e propor soluções para problemas reais a partir de elementos da Biologia, colocando em prática os conceitos, procedimentos e atitudes desenvolvidos no aprendizado escolar;

* Organizar registros de dados, fatos, idéias, discussões e comunicá-los através da produção de textos, esquemas, gráficos, tabelas, etc:

* Valorizar o trabalho em grupo, sendo capaz de ação critica e cooperativa para a construção coletiva do conhecimento.

CONTEÚDOS ESTRUTURANTES

Os Conteúdos Estruturantes são os saberes conhecimentos de grande amplitude, que identificam e organizam os campos de estudo de uma disciplina escolar, considerados fundamentais para a compreensão de seu objeto de estudo e ensino e, quando for o caso, de suas áreas de estudos.

Os conteúdos devem ser abordados de forma integrada, com ênfase aos aspectos essenciais da disciplina organizada da seguinte maneira:

CONTEÚDOS ESTRUTURANTES	**CONTEÚDOS BÁSICOS**
Organização dos Seres Vivos	Classificação dos seres vivos: Critérios taxonômicos e filogenéticos. Sistemas biológicos: anatomia, morfo-logia e fisiologia. Mecanismos de desenvolvimento Embriológico. Mecanismos celulares biofísicos e bioquímicos. Teorias evolutivas.

Mecanismos Biológicos Biodiversidade Manipulação Genética	Transmissão das características hereditárias. Dinâmica dos ecossistemas: relações entre os seres vivos e interdependência com o ambiente. Organismos geneticamente modificados.

METODOLOGIA

Compreender o fenômeno da vida e sua complexidade de relações, na disciplina de Biologia, significa analisar uma ciência em transformação, cujo caráter provisório permite a reavaliação dos seus resultados e possibilita repensar, mudar conceitos e teorias elaborados em cada momento histórico, social, político, econômico e cultural. As ciências biológicas têm apresentado uma expansão em seus conteúdos no decorrer dos tempos. De uma ciência que se concentrava na descrição e nos conhecimentos qualitativos, com o desenvolvimento na bioquímica e na biofísica, de processos experimentais e de mensuração, bem como da análise estatística, a biologia passou a ser um campo de conhecimento com leis gerais, o que alargou e aprofundou suas dimensões, tornando muito difícil para o professor decidir o que deve ser fundamental, portanto incluído em seu curso e o que deve ser acessório, podendo consequentemente ser deixado de lado (KRASILCHIK, 2004, p. 45).

Essa expansão contribuiu para o caráter enciclopédico assumido pela prática pedagógica, inclusive pela falta de critérios de seleção que permitissem ao professor decidir o que era fundamental e o que era acessório. A esse caráter enciclopédico somou-se a questão do tempo escolar, obviamente insuficiente para abranger um currículo tão extenso. Assim, os professores justificavam sua prática a-histórica, cuja intenção era divulgar os resultados da ciência. Se, por um lado, os conteúdos se tornavam a-históricos e enciclopédicos, por outro, não se abria mão do conhecimento científico que garantia o objeto de estudo da Biologia.

As Diretrizes Curriculares para o ensino de Biologia firmam-se na construção a partir da práxis do professor. Objetiva-se, portanto, trazer os conteúdos de volta para os currículos escolares, mas numa perspectiva diferenciada, em que se retome a história da

produção do conhecimento científico e da disciplina escolar e seus determinantes políticos, sociais e ideológicos.

A proposição dos conteúdos estruturantes na disciplina de Biologia sugere, inicialmente, a possibilidade de selecionar conteúdos específicos que farão parte da proposta curricular da escola. Outra possibilidade, igualmente importante, é relacionar os diversos conhecimentos específicos entre si e com outras áreas de conhecimento, propiciando reflexão constante sobre as mudanças conceituais em decorrência de questões emergentes.

Os quatro paradigmas metodológicos do conhecimento biológico, abordados anteriormente, o descritivo, o mecanicista, o evolutivo e o da manipulação genética representam um marco conceitual na construção do pensamento biológico identificado historicamente. De cada marco define-se um conteúdo estruturante e destacam-se metodologias de pesquisa utilizadas, à época, para compreender o fenômeno VIDA, e cuja preocupação está em estabelecer critérios para seleção de conhecimentos desta disciplina a serem abordados no decorrer do ensino médio.

Embora os conteúdos estruturantes tenham sido identificados como concepções paradigmáticas do conhecimento biológico localizadas no tempo histórico, eles são interdependentes, pois se considera neste caso, o esforço empreendido para ampliar os modelos teóricos interpretativos de fatos e fenômenos naturais estudados pela Biologia. Essa concepção metodológica permite que um mesmo conteúdo específico seja estudado em cada um dos conteúdos estruturantes, considerando-se a abordagem histórica que determinou a constituição daquele conteúdo estruturante e o seu propósito.

Assim, se o desenvolvimento dos conteúdos estruturantes se der de forma integrada, na medida em que se discuta um determinado conteúdo relacionado ao conteúdo estruturante Biodiversidade, por exemplo, requerem-se conhecimentos relacionados aos conteúdos estruturantes Mecanismos Biológicos e Organização dos Seres Vivos para compreender por que determinados fenômenos acontecem, como a vida se organiza na Terra e quais implicações dos avanços biológicos são decorrentes da manipulação do material genético, conteúdo este relacionado ao conteúdo estruturante Manipulação Genética.

Pretende-se discutir o processo de construção do pensamento biológico presente na história da ciência e reconhecê-la como uma construção humana, como luta de ideias, solução de problemas e proposição de novos modelos interpretativos, não enfatizando somente seus resultados.

As explicações para o surgimento e a diversidade da vida levam à proposição de conhecimentos científicos, os quais conviveram e convivem com outros sistemas explicativos, tais como: teológicos, filosóficos e artísticos.

Com a introdução de elementos da história, torna-se possível compreender que há uma ampla rede de relações entre a produção científica e o contexto social, o econômico, o político e o cultural, verificando-se que a formulação, a validade ou não das diferentes teorias científicas, estão associadas ao momento histórico em que foram propostas e aos interesses dominantes do período.

Ao considerar o embate entre as diferentes concepções teóricas propostas para compreender um fato científico ao longo da história, torna-se evidente a dificuldade de consolidar novas concepções, em virtude das teorias anteriores, pois estas podem agir como obstáculos epistemológicos.

Importa, então, conhecer e respeitar a diversidade social, cultural e as ideias primeiras do aluno, como elementos que também podem constituir obstáculos à aprendizagem dos conceitos científicos que levam à compreensão do conceito vida.

Como recurso para diagnosticar as ideias primeiras do aluno é recomendável favorecer o debate em sala de aula, pois ele oportuniza análise e contribui para a formação de um sujeito investigativo e interessado, que busca conhecer e compreender a realidade. Dizer que o aluno deva superar suas concepções anteriores implica promover ações pedagógicas que permitam tal superação.

Saviani (1997) e Gasparin (2002) apontam que o ensino dos conteúdos, neste caso conteúdos específicos de Biologia, necessita apoiar-se num processo pedagógico em que:

•a prática social se caracterize como ponto de partida, cujo objetivo é perceber e denotar, dar significação às concepções alternativas do aluno a partir de uma visão sincrética, desorganizada, de senso comum a respeito do conteúdo a ser trabalhado;

•a problematização implique o momento para detectar e apontar as questões a serem resolvidas na prática social e, por consequência, estabelecer que conhecimentos são necessários para a resolução destas questões e as exigências sociais de aplicação desse conhecimento;

•a instrumentalização consiste em apresentar os conteúdos sistematizados para que os alunos assimilem e os transformem em instrumento de construção pessoal e profissional. Os alunos devem se apropriar das ferramentas culturais necessárias à luta social para superar a condição de exploração em que vivem;

•a catarse seja a fase de aproximação entre o conhecimento adquirido pelo aluno e o problema em questão. A partir da apropriação dos instrumentos culturais, transformados em elementos ativos de transformação social, o aluno passa a entender e elaborar novas estruturas de conhecimento, ou seja, passa da ação para a conscientização;

•o retorno à prática social se caracterize pela apropriação do saber concreto e pensado para atuar e transformar as relações de produção que impedem a construção de uma sociedade mais igualitária. A visão sincrética apresentada pelo aluno no início do processo passa de um estágio de menor compreensão do conhecimento científico a uma fase de maior clareza e compreensão, explicitada numa visão sintética. O processo educacional põe-se a serviço da referida transformação das relações de produção.

Ao adotar esta estratégia e ao retomar as metodologias que favoreceram a determinação dos marcos conceituais apresentados nestas Diretrizes Curriculares para o ensino de Biologia, propõe-se que sejam considerados os princípios metodológicos usados naqueles momentos históricos, porém, adequados ao ensino da atualidade.

Em concordância com a Diretriz Curricular do Ensino de Biologia, a abordagem dos conteúdos deve permitir a integração dos quatro conteúdos estruturantes de modo que, ao introduzir a classificação dos seres vivos como tentativa de conhecer e compreender a diversidade biológica, agrupando-os e categorizando-os, seja possível, também, discutir o mecanismo de funcionamento, o processo evolutivo, a extinção das espécies e o surgimento natural e induzido de novos seres vivos. Deste modo, a abordagem do conteúdo “classificação dos seres vivos” não se restringe a um único conteúdo estruturante. Ao adotar esta abordagem pedagógica, o início do trabalho poderia ser o conteúdo “organismos geneticamente modificados”, partindo-se da compreensão das técnicas de manipulação do DNA, comparando-as com os processos naturais que determinam a diversidade biológica, chegando à classificação dos seres vivos.

Portanto, é imprescindível que se perceba a interdependência entre os quatro conteúdos estruturantes. Outro exemplo é a abordagem do funcionamento dos sistemas que constituem os diferentes grupos de seres vivos. Parte-se do conteúdo estruturante Mecanismos Biológicos, incluindo-se o conteúdo estruturante Organização dos Seres Vivos, que permitirá estabelecer a comparação entre os sistemas, envolvendo, inclusive, a célula, seus componentes e respectivas funções. Neste contexto, é importante que se perceba que a célula tanto pode ser compreendida como elemento da estrutura dos seres vivos, quanto um elemento que permite observar, comparar, agrupar e classificar os seres vivos. Da mesma forma, a abordagem do conteúdo estruturante Biodiversidade envolve o reconhecimento da existência dos diferentes grupos e mecanismos biológicos que determinam a diversidade, envolvendo a variabilidade genética, as relações ecológicas

estabelecidas entre eles e o meio ambiente, e os processos evolutivos pelos quais os seres vivos têm sofrido modificações naturais e as produzidas pelo homem.

Como recursos didáticos tecnológicos à disciplina de Biologia pode utilizar-se de diversos recursos didáticos como: TV Pendrive, revistas científicas, livros didáticos, livros de pesquisas, recursos da videoteca, mapas didáticos, desenvolvimento de atividades práticas quando forem possíveis.

Com a criação das Leis 10.639/03 e 11.645/08 tornou-se obrigatório o ensino sobre a "História e Cultura Afro, Afro-brasileira e Indígena" no currículo oficial da Rede de Ensino, buscando reparar danos ocasionados à identidade e aos direitos destes povos, educando os cidadãos para atuarem em uma sociedade multicultural e pluriétnica, construindo uma nação democrática que reconhece e valoriza a diversidade cultural, racial, social e econômica brasileira. *"Em outras palavras, aos estabelecimentos de ensino está sendo atribuída responsabilidade de acabar com o modo falso e reduzido de tratar a contribuição dos africanos escravizados e de seus descendentes para a construção da nação brasileira; de fiscalizar para que, no seu interior, os alunos negros deixem de sofrer os primeiros e continuados atos de racismo de que são vítimas. Sem dúvida, assumir estas responsabilidades implica compromisso com o entorno sociocultural da escola, da comunidade onde esta se encontra e a que serve, compromisso com a formação de cidadãos atuantes e democráticos, capazes de compreender as relações sociais e étnico-raciais de que participam e ajudam a manter e/ou a reelaborar, capazes de decodificar palavras, fatos e situações a partir de diferentes perspectivas, de desempenhar-se em áreas de competências que lhes permitam continuar e aprofundar estudos em diferentes níveis de formação."*(Cadernos Temáticos, 2008, p.14)

A educação fiscal, lei Nº 1143/99, é um processo de formação do ser humano e de preparação para a vida em sociedade. Também é um amplo projeto educativo que discute a relação do cidadão com o estado e busca integrar as vertentes de arrecadação e do gasto público, portanto a nova prática na área educacional que discute a relação do cidadão com o Estado, no campo financeiro, integrando suas duas vertentes: a arrecadação e o gasto público, e vigiando para que ambos sejam realizados com eficiência, transparência e honestidade.

A Educação Fiscal busca aproximar o Estado do Cidadão. O investimento em Educação Fiscal para a Cidadania é o investimento em Educação e Formação para a Cidadania.

Os tempos atuais requerem a formação de um cidadão, mais consciente, sensível e responsável, que pense global e haja localmente, que seja capaz de intervir e mudar a realidade social a partir de sua comunidade tornando sujeito de sua própria história.

Vivendo um momento de reconhecimento, as políticas educacionais visam a partir do reconhecimento e valorização da sociodiversidade enfrentado novos desafios quando se leva em conta a história da educação brasileira, recolocando ênfase a relação entre sociedade, cultura e escola. E como prevê a lei nº 10. 639/03, a nossa escola estará entrando em conformidade com a mesma, organizando-se para educação em direitos humanos e respeito às diferenças culturais, articulando o seu trabalho de modo a atender essas especificidades, promovendo reflexões sobre o assunto com o auxílio da Equipe Pedagógica, Direção, Professores, Alunos e Comunidade Escolar.

Com a criação da Lei 10.741 de 03 de outubro de 2003, a disciplina de Biologia poderá se ocupar da herança genética, das formas de educar para prevenir grande parte das doenças degenerativas e o conhecimento dos diferentes tratamentos médicos, a fim de retardar o avanço de algumas doenças; da sustentabilidade do planeta e da relação com o conceito de saúde; da reação de nosso sistema imunológico exposto a poluição, que afeta de maneira mais cruel crianças e pessoas idosas; do desenvolvimento de novas vacinas e medicamentos, a partir da manipulação genética; da preservação da saúde na velhice, determinada pela alimentação balanceada e pela adoção de correto estilo de vida, ou seja, aquele que atua a favor do organismo humano; o ciclo vital com seu processo biológico que desencadeia o envelhecimento, de características e necessidades diferenciadas, finalizando com morte; focalizar os fatores que estão determinando a morte do gênero masculino muito antes que as mulheres e quais as prevenções possíveis, entre outros conteúdos ou abordagens que forem pertinentes.

A escola trabalhará de acordo com a Lei nº. 9.795, de 27 de abril de 1999, em que dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências.

Seguindo essa lei, estaremos realizando um trabalho que envolva professores, alunos e comunidade escolar, desenvolvendo a conscientização à preservação do Meio Ambiente por intermédio de projetos que serão voltados ao meio ambiente, através de estudos de casos, experiências vinculadas ao meio ambiente, pesquisas bibliográficas, entre outras. Também serão realizados trabalhos como: palestras, seminários, aulas práticas, oficinas, projeto de leitura, exposição de trabalhos feitos pelos alunos, apresentação de teatros, entre outros. Os temas referentes ao uso indevido de drogas, sexualidade humana, enfrentamento à violência contra a criança e o adolescente serão

abordados com pesquisas, seminários, debates, palestras, entre outros, visando sempre a orientação para a superação desses problemas na comunidade escolar.

AVALIAÇÃO

A avaliação é uma atividade constante na vida de todas as pessoas. Precisamos, primeiramente, nos libertar da ideia de que o senso comum é suficiente para julgarmos um desempenho. Essa libertação permite estabelecer parâmetros para uma avaliação mais competente, tornando possível um maior desenvolvimento do indivíduo que estamos avaliando, neste caso, o aluno. Desse modo, a avaliação deve ser:

- Um processo contínuo e sistemático, portanto, deve ser constante e planejado, fornecendo retorno ao professor e permitindo a recuperação do aluno;
- Funcional, porque verifica se os objetivos previstos estão sendo atingidos;
- Orientadora, pois permite ao aluno conhecer erros e corrigir o quanto antes;
- Prova escrita – é uma forma eficaz de avaliar se o aluno aprendeu a matéria com questões dissertativas, de múltipla escolha, e objetivas, entre outras.
- Prova oral – pode ser desenvolvida por entrevistas e questões respondidas oralmente, avaliando conhecimentos e habilidades de expressão oral.
- Trabalhos de pesquisas feitos em casa – devem ser avaliados com reserva, pois nem sempre é o aluno quem executa o trabalho. Assim, é interessante que, após a entrega, o aluno ou o grupo descrevam as etapas do trabalho, as dificuldades, as fontes, entre outros.
- Tarefas em classe – podem ser realizadas individualmente ou em grupos ajudando a reforçar o aprendizado, pois motivam o aluno à reflexão e à prática.
- Trabalho integrado – oportunizar que certas tarefas sejam realizadas (em grupo ou individualmente) em conjunto com outras disciplinas.

A avaliação do processo de aquisição e construção dos conteúdos pode ser efetivamente realizada ao se solicitar ao aluno que interprete situações determinadas, cujo entendimento demanda os conceitos que estão sendo aprendidos, ou seja, que interpretem uma história, uma figura, um texto ou trechos do texto, um problema ou um experimento. São situações que também induzem a realizar comparações, estabelecer relações, executar determinadas formas de registro, entre outros procedimentos que desenvolveu no transcorrer de sua aprendizagem.

Dessa forma, tanto a evolução conceitual quanto a aprendizagem de procedimentos

e estão sendo avaliados. O erro ou o engano precisa ser tratado não como incapacidade de aprender, mas como elemento que sinaliza ao professor a compreensão efetiva do aluno, servindo, então, para reorientar a prática pedagógica e fazer com que ele avance na construção mais adequada de seu conhecimento, dando oportunidade para rever os conteúdos e fazer nova avaliação.

Portanto espera-se que o aluno:

• Identifique e compare as características dos diferentes grupos de seres vivos;

• Estabeleça relações entre as características específicas dos micro-organismos, dos organismos vegetais e animais, e dos vírus;

• Classifique os seres vivos quanto ao número de células (unicelular e pluricelular), tipo de organização celular (procarionte e eucarionte), forma de obtenção de energia (autótrofo e heterótrofo) e tipo de reprodução (sexuada e assexuada);

• Reconheça e compreenda a classificação filogenética (morfológica, estrutural e molecular) dos seres vivos;

• Compreenda a anatomia, morfologia, fisiologia e embriologia dos sistemas biológicos (digestório, reprodutor, cardiovascular, respiratório, endócrino, muscular, esquelético, excretor, sensorial e nervoso);

• Identifique a estrutura e o funcionamento das organelas citoplasmáticas;

- Reconheça a importância e identifique os mecanismos bioquímicos e biofísicos que ocorrem no interior das células;

• Compreenda os mecanismos de funcionamento de uma célula: digestão, reprodução, respiração, excreção, sensorial, transporte de substâncias;

• Compare e estabeleça diferenças morfológicas.

A avaliação em Biologia será distribuída da seguinte forma em cada trimestre: 4,0(quatro vírgula zero) pontos em trabalhos, sendo no mínimo dois trabalhos; 6,0 (seis vírgula zero) pontos em uma avaliação escrita.

A recuperação de estudos deve acontecer a partir de uma lógica simples: os conteúdos selecionados para o ensino são importantes para a formação do aluno, é preciso investir em todas as estratégias e recursos possíveis para que ele aprenda. A recuperação é o esforço de retomar, voltar ao conteúdo, de modificar os encaminhamentos metodológicos, para assegurar a possibilidade da aprendizagem. A verificação da aprendizagem é feita através de provas e trabalhos escritos. A recuperação

de notas será realizada sequencialmente após cada instrumento avaliativo, sendo que os alunos que não obterem sessenta por cento da média trimestral, poderão realizar a recuperação, ou qualquer aluno que tenha interesse em melhorar a nota, permanecendo sempre a maior nota, sendo que devem ser realizadas no mínimo três recuperações.

Os alunos com necessidades educacionais especiais serão avaliados de acordo com suas potencialidades e seu desenvolvimento nos resultados obtidos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CHAUI, M. Convite à filosofia. São Paulo: Ática, 2005.

Colégio Estadual do Núcleo Residencial Pindorama. EFM. **Projeto Político Pedagógico**. Quedas do Iguaçu, 2016.

Colégio Estadual do Núcleo Residencial Pindorama. EFM. **Regimento Escolar**. Quedas do Iguaçu, 2016.

FEIJO, R. Metodologia e filosofia da Ciência. São Paulo: Atlas, 2003.

MAYR, E. Desenvolvimento do Pensamento Biológico: Diversidade, evolução e herança. Brasília: Unb, 1998.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação, Superintendência de Educação. Departamento de Educação Básica. Diretrizes Curriculares de Biologia para os anos finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio. Curitiba, 2008.

REALE, G & ANTISERIE, D. História da Filosofia. São Paulo: Paulus, 2005.

RONAN, C. A. História ilustrada da Ciência: Oriente, Roma e Idade Média. Rio de Janeiro: Jorga Zahar Editor, 1997.

ROSSI, P. O nascimento da Ciência Moderna na Europa. Bauru, SP: Edusc, 2001.

Cadernos Temáticos, 2008.

4.16.4 PROPOSTA PEDAGÓGICA CURRICULAR DE CIÊNCIAS

APRESENTAÇÃO DA DISCIPLINA

A apropriação do conhecimento científico pelo estudante no contexto escolar implica a superação dos obstáculos conceituais. Para que isso ocorra o conhecimento anterior, do estudante construído nas interações e nas relações que estabelece na vida cotidiana, deve ser valorizado. Denominam-se tais conhecimentos como alternativos aos conhecimentos científicos e podem ser considerados como primeiros obstáculos conceituais a serem superados.

A aprendizagem significativa no ensino de Ciências implica no entendimento de que o estudante aprende conteúdos científicos escolares quando lhe atribui significados. Isso põe o processo de construção de significados como elemento central do processo ensino-aprendizagem.

A historicidade das ciências está ligada não somente ao conhecimento científico, mas também as técnicas pelas quais esse conhecimento é produzido, as tradições de pesquisa que o produzem e as instituições que as apoiam (KNELLER, 1980). Nesses termos, analisar o passado das ciências e daqueles que a construíram significa identificar as diferentes formas de pensar sobre a NATUREZA nos diversos momentos históricos em que foram disseminados.

Entretanto, diante da impossibilidade de compor uma análise totalmente abrangente a respeito da história da ciência optou-se, por um recorte epistemológico dessa história que, de acordo com Ramos (2003), permite refletir sobre a gênese, o desenvolvimento, a articulação e a estrutura do conhecimento científico.

Dentre os epistemólogos contemporâneos, Gaston Bachelard (1884 – 1962) contribuiu de forma significativa com reflexões voltadas a produção do conhecimento científico, apontando caminhos para a compreensão de que, na ciência, rompe-se com modelos científicos anteriormente aceitos como explicações para determinados fenômenos da natureza, para isso baseia-se em três grandes períodos do desenvolvimento do conhecimento cientifico: “O primeiro período, que representa o estado pré-científico, compreenderia tanto a Antiguidade clássica quanto os séculos de renascimento e de novas buscas, como os séculos XVI, XVII e até XVIII. O segundo período, que representa o estado científico em preparação no fim do século XVIII se estenderia por todos os séculos XIX e início de século XX. Em terceiro lugar, momento

em que a Relatividade de Einsten deforma conceitos primordiais que eram tidos como fixados para sempre (BACHELARD, 1996, p. 09). ”

Alguns exemplos que demonstraram o aspecto descontínuo de “validade” dos modelos científicos são: a superação do modelo geocêntrico pelo heliocêntrico; a substituição do modelo organicista pelo modelo dos sistemas para explicação do corpo humano; a superação das ideias de criação pela teoria da evolução; a refutação da teoria do calórico pelas noções de energia; a impossibilidade de comprovação da matéria; a dualidade onda-partícula da luz e do elétron; a transição da mecânica newtoniana para relativística; e muitos outros.

O século XIX foi, segundo Bachelard (1996), o período histórico marcado pelo estado científico, em que o método científico constitui-se como único para compreensão da NATUREZA. Isto não significa que no período pré-científico os naturalistas não se utilizavam de métodos para investigação da NATUREZA, porém, tal investigação se aproximava mais do uso de instrumentos e técnicas isolados.

O método científico, como estratégia de investigação, é constituído por procedimentos experimentais, levantamento e teste de hipóteses, axiomatização de síntese em leis ou teorias. Isso produz um conhecimento científico a respeito de determinado recorte da realidade (método cartesiano), o que rompe com a forma de construção de divulgação do conhecimento utilizada no estado pré-científico.

Gaston Bachelard promoveu, com a publicação de suas obras, um deslocamento da noção de verdade instituída pela ciência clássica ao considerar o ano de 1905 e a teoria da relatividade como o início de um período em que valores absolutos da mecânica clássica a respeito do espaço, do tempo e da massa, perderam o caráter de verdade absoluto, revolucionando as ciências físicas e, por consequência, as demais ciências da natureza.

“É possível selecionar alguns aspectos da ciência do século XX e traçar seu desenvolvimento (...). Os prodigiosos desenvolvimentos que se realizaram na biologia, cobrindo a fisiologia humana e animal, a hereditariedade e a evolução, e que também conduziram a nova disciplina da biologia molecular, campo em que a física, a química e a teoria genética se uniram de um modo que é, sem dúvida, de maior significação. (RONAN, 1997d.p.78). ”

O estado do novo espírito científico configura-se, também, como um período fortemente marcado pela aceleração da produção cientifica e a necessidade de divulgação, em que a tecnologia influenciou e sofreu influencias dos avanços científicos. Segundo Sevcenko (2001), mais de oitenta por cento dos avanços científicos e inovações

técnicas ocorreram nos últimos cem anos, destes, mais de dois terços após a Segunda Guerra Mundial. Ainda, cerca de setenta por cento de todos os cientistas, engenheiros, técnicos e pesquisadores formados desde o início das ciências ainda estão vivos, continuam a contribuir com pesquisas e reproduzir conhecimento científico.

Ressalta-se que, se o ensino de Ciências na atualidade representasse a superação dos estados pré-científico e científico, na mesma expressividade em que ocorre na atividade científica e tecnológica, o processo de produção do conhecimento científico seria melhor vivenciando no âmbito escolar, possibilitando discussões acerca de com a ciência realmente funciona (DURANT, 2002).

Desde os estudiosos químicos e físicos do iluminismo, herdeiros dos filósofos que tentaram explicar os fenômenos naturais na antiguidade, aos naturalistas que se ocupavam da descrição das maravilhas naturais do novo mundo, passando pelos pioneiros do campo da medicina, todos contribuíram no desenvolvimento de campos de saber que acabaram reunidas, na escola, sob o nome de ciências, ciências físicas e biológicas, ciências da vida, ou ciências naturais (FERNANDES, 2005, p. 04).

O ensino de Ciências na escola não pode ser reduzido a integração de campos de referências como a Biologia, a Física, a Química, a Geografia, a Astronomia, entre outras. A consolidação desta disciplina vai além e aponta para “questões que ultrapassam os campos de saber científico e do saber acadêmico, cruzando fins educacionais e fins sociais” (MACEDO e LOPES, 2002, p. 84), de modo a possibilitar ao educando a compreensão dos conhecimentos científicos que resultam da investigação da NATUREZA, em um contexto histórico-social, tecnológico, cultural, ético e político.

A disciplina de Ciências, mesmo nos dias atuais, expressa a lógica de sua criação: “a existência de um único método para o trato do conjunto das ciências naturais” (MACEDO e LOPES, 2002, p. 73). Porém, aceitar “a ideia positiva de método único e imporia que a mesma fosse admitida para o conjunto das Ciências e não apenas para aquelas que têm a natureza como objeto” (MACEDO e LOPES, 2002, p. 82).

Do início do século XX aos anos de 1950, a sociedade brasileira passou por transformações significativas rumo à modernização. Dentre essas transformações, destacam-se a expansão da lavoura cafeeira, instalações de redes telegráficas e portuárias, ferrovias e melhoramentos urbanos e as alterações no currículo de Ciências favorecendo reformas políticas no âmbito da escola.

A disciplina de Ciências inicia sua consolidação no currículo das escolas brasileiras com a Reforma Francisco Campos, em 1931, com objetivo de transmitir conhecimentos

científicos provenientes de diferentes ciências naturais de referência já consolidadas no currículo escolar brasileiro.

Na década de 1950, a importância do ensino de ciências cresceu em todos os níveis e passou a ser relacionada com a tecnologia, com o desenvolvimento econômico, cultural e social.

Em 1960 e 1970 fatos históricos como a crescente degradação ambiental e o atrelamento do desenvolvimento científico, tecnológico, as guerras, fizeram ampliar as discussões sobre a interação entre a ciência, a tecnologia, a sociedade e os efeitos nela provocados.

Em 1980 as metodologias do Ensino de Ciências foram influenciadas para defender a melhoria da qualidade de ensino. Com temas relacionados a praticas sociais. Nessa sequência de fatos, 1990 foi marcado pela desigualdade social que culminou com a construção e implantação do Currículo Básico para a Escola Pública do Estado do Paraná.

Enfim com tantas mudanças ocorridas, o Ensino de Ciências passou a ter mais significado e maior clareza com seus objetivos priorizando uma Educação qualitativa, promovendo o senso crítico despertando o interesse e o envolvimento do aluno com o ensino de Ciências.

De acordo com a Diretriz Curricular de Ciências: "*A disciplina de ciências tem como objeto de estudo o conhecimento científico que resulta da investigação da NATUREZA. Do ponto de vista científico entende por NATUREZA o conjunto de elementos integradores que constitui o Universo, em toda a sua complexidade. Ao homem cabe interpretar racionalmente os fenômenos observados na natureza resultantes das relações entre elementos fundamentais como tempo, espaço, matéria, movimento, força, campo, energia e vida."* (DCE de Ciências, 2008, p.40)

A história e a filosofia da ciência mostram que a sistematização do conhecimento científico e tecnológico evolui a partir da observação de regularidades percebidas na Natureza, subsidiando a atividade humana na busca pela sua apropriação, e, por meio da apropriação buscar compreender dos fenômenos que nela ocorrem.

Enfim o ensino de ciências resulta de uma atividade humana complexa, histórica e coletivamente construída, que influencia e sofre influencias de questões sociais, tecnológicas, culturais, éticas e políticas (KNELLER, 1980; ANDERY et al. , 1988).

Os objetivos gerais da disciplina de ciências são:

- Compreender a natureza como um todo dinâmico e o ser humano, em sociedade, como agente de transformações do mundo em que vive, em relação essencial com os demais seres vivos e outros componentes do ambiente.

- Compreender a Ciência como um processo de produção de conhecimento e uma atividade humana, histórica associada a aspectos de ordem econômica, política, cultural e social.

- Identificar entre conhecimento científico, produção de tecnologia e condições de vida, no mundo de hoje e em sua evolução histórica, e compreender a tecnologia como meio para suprir necessidades humanas, sabendo elaborar juízo sobre riscos e benefícios das práticas científico-tecnológicas.

- Compreender a saúde pessoal, social e ambiental como bens individuais e coletivos que devem ser promovidos pela ação de diferentes agentes.

- Formular questões, diagnosticar e propor soluções para problemas reais a partir de elementos das Ciências Naturais, colocando em prática conceitos procedimentos e atitudes desenvolvidos no aprendizado escolar.

- Saber utilizar conceitos científicos básicos, associados a energia, matéria, transformação, espaço, tempo, sistema, equilíbrio e vida.

- Saber combinar leituras, observações, experimentações e registros para coleta, comparação entre explicações, organização, comunicação e discussão de fatos e informação.

- Valorizar o trabalho em grupo, sendo capaz de ação crítica e cooperativa para a construção coletiva do conhecimento.

CONTEÚDOS ESTRUTURANTES E BÁSICOS

Os conteúdos estruturantes propostos nas Diretrizes Curriculares Estaduais são saberes fundamentais capazes de organizar teoricamente os campos de estudos da disciplina, essenciais para compreender seus objetivos de estudo e suas áreas afins.

Na disciplina de Ciências os conteúdos estruturantes são construídos a partir da historicidade dos conceitos científicos e visam superar a fragmentação do currículo, além de estruturar a disciplina frente ao processo acelerado de especialização do seu objeto de estudo e ensino (LOPES, 1999).

Propõe-se então que o ensino de Ciências ocorra por meio de integração conceitual que estabeleça relações entre os conceitos científicos escolares de diferentes conteúdos estruturantes da disciplina (relações interdisciplinares); entre os conteúdos estruturantes das outras disciplinas do ensino fundamental; entre os conteúdos científicos escolares e o processo de produção de conhecimento cientifico (relações contextuais).

Nestas diretrizes curriculares são apresentados cinco conteúdos estruturantes fundamentados na história da ciência, base estrutural de integração conceitual para a disciplina de ciências no ensino fundamental. São eles:

Conteúdos Estruturantes

- **Astronomia;**
- **Matéria;**
- **Sistemas biológicos;**
- **Energia;**
- **Biodiversidade.**

6º ANO ENSINO FUNDAMENTAL

CONTEÚDOS ESTRUTURANTES	CONTEÚDOS BÁSICOS
ASTRONOMIA	• Universo; • Sistema Solar; • Movimentos terrestres; • Movimentos celestes; • Astros;
MATÉRIA	• Constituição da matéria;
SISTEMAS BIOLÓGICOS	• Níveis de organização;
ENERGIA	• Formas de energia;

	• Conversão de energia; • Transmissão de energia;
BIODIVERSIDADE	• Organização dos seres vivos; • Ecossistemas; • Evolução dos seres vivos.

7º ANO ENSINO FUNDAMENTAL

CONTEÚDOS ESTRUTURANTES	CONTEÚDOS BÁSICOS
ASTRONOMIA	• Astros; • Movimentos terrestres; • Movimentos celestes;
MATÉRIA	• Constituição da matéria;
SISTEMAS BIOLÓGICOS	• Célula; • Morfologia e fisiologia dos seres vivos;
ENERGIA	• Formas de energia; • Transmissão de energia;
BIODIVERSIDADE	• Origem da vida; • Organização dos seres vivos; • Sistemática.

8º ANO ENSINO FUNDAMENTAL

CONTEÚDOS ESTRUTURANTES	CONTEÚDOS BÁSICOS

ASTRONOMIA	• Origem e evolução do Universo;
MATÉRIA	• Constituição da matéria;
SISTEMAS BIOLÓGICOS	• Célula; • Morfologia e fisiologia dos seres vivos;
ENERGIA	• Formas de energia;
BIODIVERSIDADE	• Evolução dos seres vivos.

9º ANO ENSINO FUNDAMENTAL

CONTEÚDOS ESTRUTURANTES	CONTEÚDOS BÁSICOS
ASTRONOMIA	• Astros; • Gravitação universal;
MATÉRIA	• Propriedade da matéria;
SISTEMAS BIOLÓGICOS	• Morfologia e fisiologia dos seres vivos; • Mecanismos de herança genética;
ENERGIA	• Formas de energia; • Conservação de energia.
BIODIVERSIDADE	• Interações ecológicas.

METODOLOGIA

Para entendermos os conceitos científicos precisamos valorizar o pluralismo metodológico; é necessário superar praticas pedagógicas centradas em um único método

e baseadas em aulas de laboratório (KRASILCHIK,1987) que visam tão somente a comprovação de teoria e leis apresentadas previamente aos alunos.

A história da ciência abordada no ensino fundamental, principalmente por meio de livros didáticos, apresenta uma série de problemas que precisam ser superados. Dentre esses problemas, destacam-se: erros conceituais; abordagens que ignoram as relações entre o processo de produção de conhecimento e o contexto histórico; apresentação do conhecimento científico como se fosse fruto de descobertas fabulosas realizadas por cientistas geniais; menosprezo pelos debates ocorridos no passado e o conhecimento cientifico apresentado como verdade absoluta e imutável (BASTOS, 1998).

Quando selecionamos os conteúdos para serem ensinados na disciplina de ciências, devemos organizar o trabalho docente tendo como referencias: O tempo disponível para o trabalho pedagógico, o Projeto Político Pedagógico da Escola, os interesses da realidade local regional onde a escola está inserida, a análise crítica dos livros didáticos de ciências disponíveis e informações atualizadas sobre os avanços da produção científica.

Para que a aprendizagem tenha um bom resultado é necessário que os conteúdos específicos de ciências sejam entendidos em sua complexidade de relações conceituais, interdisciplinares e abordados a partir dos contextos tecnológicos, social, cultural, ético e político que os envolvem.

Tão importante quanto selecionar conteúdos específicos para o ensino de ciências, também é fundamental a escolha de estratégias pedagógicas adequadas. A estratégia contribui para que o estudante se aproprie de conceitos científicos de forma mais simplificativa.

As estratégias de ensino e os recursos pedagógicos tecnológicos e instrucionais são essenciais para a prática docente no ensino de ciências.

Além disso, contribuem de forma significativa para melhorar as condições de aprendizagem aos estudantes. Diante de todas essas considerações propõem-se alguns encaminhamentos metodológicos a serem valorizados no ensino de ciências, tais como: a problematização, a contextualização, a interdisciplinaridade, a pesquisa, a leitura científica, a atividade em grupo, a observação, a atividade experimental, os recursos instrucionais e o lúdico.

As atividades experimentais contribuem para a superação de obstáculos na aprendizagem de conceitos científicos, não somente por propiciar interpretações, discussões e confrontos entre os estudantes, mas também pela natureza investigativa.

Quanto à divulgação científica consiste em uma alternativa de cobrir a defasagem entre o conhecimento científico e o conhecimento científico escolar, permitindo a veiculação em linguagem acessível do conhecimento que é produzido pela ciência e dos métodos empregados nessa produção.

O processo de ensino-aprendizagem pode ser mais bem articulado com o uso de:

- Recursos pedagógico-tecnológicos como: livros didáticos, revistas cientificas, textos de jornais, musicas, mapas, vídeos, televisores, computadores, globos, mapas e outros.

- Recursos instrucionais: mapas conceituais, organogramas, tabelas, gráficos e outros.

- Espaços pedagógicos: feiras, museus, laboratórios, exposições, debates e outros.

Enfim, os recursos metodológicos são essenciais para dar significação aos conteúdos e facilitar as relações necessárias no processo ensino-aprendizagem, por isso, sabendo que a disciplina de Ciências baseia-se no estudo da natureza e das relações existentes entre os fatores vivos com os fatores não vivos, faz-se necessário abordar no conteúdo estruturante “biodiversidade” os seguintes temas:

A História e Cultura Afro, Afro-Brasileira e Indígena será trabalhada conforme a lei nº 11.645/08, a História do Paraná através da Lei 13.381/01, e o Meio Ambiente com a lei nº 9795/99 e as discussões sobre Educação Fiscal decreto 1143/99, o Estatuto do Idoso através da Lei 10.741/03, A Prevenção e o uso indevido de drogas, sexualidade humana e enfrentamento à violência contra criança e o adolescente serão trabalhados pela equipe multidisciplinar em todas as turmas com apresentações de trabalhos práticos como por exemplo máscaras, painéis, visitas a tribos indígenas, danças, teatros, exposições e vídeos. Estes temas serão abordados e trabalhados no decorrer do ano letivo, com pesquisas, palestras, seminários, debates, ou de acordo com a necessidade, oportunidade ou possível articulação com os conteúdos específicos trabalhados, buscando uma formação acadêmica significativa, consciente e de superação, rompendo os obstáculos conceituais e adquirindo maiores condições de estabelecer relações conceituais, interdisciplinares e contextuais, utilizando uma linguagem que permita comunicar-se com o outro e que possa fazer da aprendizagem dos conceitos científicos algo significativo no seu cotidiano.

Com a criação das Leis 10.639/03 e 11.645/08 tornou-se obrigatório o ensino sobre a “História e Cultura Afro, Afro-brasileira e Indígena” no currículo oficial da Rede de

Ensino, buscando reparar danos ocasionados à identidade e aos direitos destes povos, educando os cidadãos para atuarem em uma sociedade multicultural e pluriétnica, construindo uma nação democrática que reconhece e valoriza a diversidade cultural, racial, social e econômica brasileira. *"Em outras palavras, aos estabelecimentos de ensino está sendo atribuída responsabilidade de acabar com o modo falso e reduzido de tratar a contribuição dos africanos escravizados e de seus descendentes para a construção da nação brasileira; de fiscalizar para que, no seu interior, os alunos negros deixem de sofrer os primeiros e continuados atos de racismo de que são vítimas. Sem dúvida, assumir estas responsabilidades implica compromisso com o entorno sociocultural da escola, da comunidade onde esta se encontra e a que serve, compromisso com a formação de cidadãos atuantes e democráticos, capazes de compreender as relações sociais e étnico-raciais de que participam e ajudam a manter e/ou a reelaborar, capazes de decodificar palavras, fatos e situações a partir de diferentes perspectivas, de desempenhar-se em áreas de competências que lhes permitam continuar e aprofundar estudos em diferentes níveis de formação."*(Cadernos Temáticos, 2008, p.14)

A educação fiscal, lei Nº 1143/99, é um processo de formação do ser humano e de preparação para a vida em sociedade. Também é um amplo projeto educativo que discute a relação do cidadão com o estado e busca integrar as vertentes de arrecadação e do gasto público, portanto a nova prática na área educacional que discute a relação do cidadão com o Estado, no campo financeiro, integrando suas duas vertentes: a arrecadação e o gasto público, e vigiando para que ambos sejam realizados com eficiência, transparência e honestidade.

A Educação Fiscal busca aproximar o Estado do Cidadão. O investimento em Educação Fiscal para a Cidadania é o investimento em Educação e Formação para a Cidadania.

Os tempos atuais requerem a formação de um cidadão, mais consciente, sensível e responsável, que pense global e haja localmente, que seja capaz de intervir e mudar a realidade social a partir de sua comunidade tornando sujeito de sua própria história.

Vivendo um momento de reconhecimento, as políticas educacionais visam a partir do reconhecimento e valorização da sociodiversidade enfrentado novos desafios quando se leva em conta a história da educação brasileira, recolocando ênfase a relação entre sociedade, cultura e escola. E como prevê a lei nº 10. 639, a nossa escola estará entrando em conformidade com a mesma, organizando-se para educação em direitos humanos e respeito às diferenças culturais, articulando o seu trabalho de modo a atender

essas especificidades, promovendo reflexões sobre o assunto com o auxilio de Equipe Pedagógica, Direção, Professores, Alunos e Comunidade Escolar.

A escola trabalhará de acordo com a Lei nº. 9.795, de 27 de abril de 1999, em que dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências.

Seguindo essa lei realizaremos um trabalho que envolva professores, alunos e comunidade escolar, desenvolvendo a conscientização á preservação do Meio Ambiente por intermédio de projetos que serão voltados ao meio ambiente, através de estudos de casos, experiências vinculadas ao meio ambiente, visitas (fábricas, indústrias, propriedades rurais, usinas, SANEPAR, reciclagem, etc.). Também serão realizados trabalhos como: palestras, seminários, aulas práticas, oficinas, projeto de leitura, exposição de trabalhos feitos pelos alunos, apresentação de teatros, práticas metodológicas que orientarão nossos alunos no ensino-aprendizagem juntamente com o corpo docente.

Além das leis citadas acima, houve a criação da Lei 10.741/2003 onde tornou-se necessário o estudo e o ensino sobre o Estatuto do Idoso nas escolas, objetivando a construção de um referencial que assegure aos idosos a dignidade de vida e a possibilidade de exercer a cidadania perante o envelhecimento. Esse trabalho é de suma importância, oportunizando aos alunos uma aprendizagem comprometida com o desenvolvimento do senso de justiça e solidariedade, almejado o bem-estar, o respeito e a qualidade de vida às pessoas que envelhecem. Essa abordagem pode ser articulada aos conteúdos estruturantes: Matéria, Sistemas Biológicos e Biodiversidade.

AVALIAÇÃO

“A atual prática da avaliação escolar estipula como função do ato de avaliar a classificação e não o diagnóstico como deveria ser constitutivamente, ou seja, o julgamento de valor que teria a função de possibilitar uma nova discussão sobre o objeto a ser avaliado, passa a ter a função estática de classificar um objeto ou um ser humano histórico num padrão definitivamente determinado” (LUCKESI, 1978, p. 34).

A avaliação constitui-se em um momento dialético, em um processo de avanço, buscando desenvolver ações que tenham como objetivo o crescimento individual e a autonomia. A avaliação do aproveitamento escolar deve ser praticada como uma atribuição de qualidade aos resultados da aprendizagem dos educandos, tendo por base

seus aspectos essenciais e, como objetivo final, uma tomada de decisão que direcione o aprendizado e consequentemente o desenvolvimento do educando.

A avaliação é atividade essencial do processo ensino-aprendizagem dos conteúdos científicos e, de acordo com a Lei de Diretrizes e Bases nº 9394/96 deve ser continua e cumulativa em relação em desempenho do estudante, como prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos.

A ação avaliativa é importante no processo ensino-aprendizagem, pois pode proporcionar um momento de interação e construção de significados no qual o estudante aprende. Para que tal ação torne-se significativa, o professor precisa refletir e planejar sobre os procedimentos a serem utilizados e superar o modelo consolidado da avaliação tão somente classificatória e excludente.

Faz-se necessário respeitar o estudante como um ser humano inserido no contexto das relações que permeiam a construção do conhecimento científico escolar. Dessa forma, a considerar o modelo ensino-aprendizagem proposto nas diretrizes, a avaliação deverá valorizar os conhecimentos alternativos do estudante, construídos no cotidiano, nas atividades experimentais, ou a partir de diferentes estratégias que envolvem recursos pedagógicos e instrucionais diversos.

A avaliação deve ser:

- Processo contínuo e sistemático, constante e planejada, fornecendo retorno ao professor e permitindo a recuperação do aluno.
- Funcional, por que verifica se os objetivos previstos estão sendo atingidos;
- Orientadora, pois permite ao aluno conhecer erros e corrigí-los o quanto antes.

As provas, trabalhos de pesquisa, tarefas, atividades diversificadas, experimentos, seminários, textos, desenhos, relatórios, documentários, vídeos, maquetes, entre outros, são recursos que podem ser usados para assegurar uma avaliação significativa, justa e eficaz no processo de ensino aprendizagem. Porém os critérios de avaliação devem ser definidos pela intenção que orienta o ensino e explicitar os propósitos e a dimensão do que se avalia. Por isso no Plano de Trabalho Docente, ao definir os conteúdos específicos trabalhados naquele período de tempo, já se definem os critérios, estratégias e instrumentos de avaliação, permitindo conhecer os avanços e dificuldades dos educandos.

A avaliação deve apresentar clareza em seus critérios como:

- Entender as ocorrências astronômicas como fenômenos da natureza.

- Reconhecer as características básicas de diferenciação entre estrelas, planetas, planetas anões, satélites naturais, cometas, asteroides, meteoros e meteoritos.

- Conhecer a história da Ciência a respeito das teorias geocêntricas e heliocêntricas.

- Compreender os movimentos de rotação e translação dos planetas constituintes do sistema solar.

- Entender a constituição e propriedades da matéria, suas transformações como fenômeno da natureza.

- Compreender a constituição do planeta Terra, no que se refere à atmosfera e crosta, solos, rochas, minerais, manto e núcleo.

- Conhecer os fundamentos teóricos da composição da água presente no planeta Terra.

- Reconhecer as características gerais dos seres vivos.

- Reconhecer a diversidade das espécies e sua classificação.

- Reconhecer os padrões de movimentos terrestre, as estações do ano e os movimentos celestes no tocante à observação de regiões do céu e constelações.

- Entender da composição químico-física do Sol e a respeito da produção de energia solar.

- Conhecer os fundamentos da estrutura química da célula.

- Compreender o fenômeno da fotossíntese e dos processos de conversão de energia da célula.

- Identificar os fundamentos da luz, as cores, a radiação ultravioleta e infravermelha.

- Entender as interações e sucessões ecológicas, cadeia alimentar, seres autótrofos e heterótrofos.

- Conhecer os mecanismos de constituição da célula e as diferenças entre os tipos celulares.

- Refletir sobre os modelos científicos que abordam a origem e a evolução do universo.

- Conhecer o conceito de matéria e sua constituição, com base nos modelos atômicos.

- Conceituar átomo, íons, elementos químicos, substâncias, ligações químicas, reações químicas.

- Conhecer sobre a estrutura e funcionamento dos tecidos.

- Entender sobre as teorias evolutivas.

- Entender sobre as Leis de Kepler para as órbitas do planeta e as Leis de Newton no tocante a gravitação universal.

- Interpretar os fenômenos terrestres relacionados à gravidade, como as marés.

- Compreender os fundamentos teóricos que descrevem os sistemas nervoso, sensorial, reprodutor e endócrino.

- Entender sobre os mecanismos de herança genética, os cromossomos, genes, os processos de mitose e meiose.

- Entender os conceitos de movimento, deslocamento, velocidade, aceleração, trabalho e potência.

- Entender sobre o conceito de energia elétrica e sua relação com o magnetismo e também sobre os fundamentos teóricos que descrevem os ciclos biogeoquímicos, bem como as relações interespecíficas e intraespecíficas.

A recuperação consiste em retomar os conteúdos estudados, modificar os encaminhamentos metodológicos e diversificar os recursos e estratégias, seguindo o estipulado no Regimento Escolar e na Proposta Política Pedagógica desta instituição de ensino, objetivando atingir a aprendizagem dos conceitos científicos escolares e uma aprendizagem significativa para a vida dos educandos.

A avaliação é um dos recursos utilizados pelo professor para analisar e interpretar os dados da aprendizagem e do seu próprio trabalho, com a finalidade de aperfeiçoar e/ou sanar as dificuldades apresentadas no processo de ensino-aprendizagem.

As avaliações na Disciplina de Ciências, conforme o PPP e Regimento Escolar dessa Instituição de Ensino são organizadas trimestralmente, sendo distribuídas da seguinte forma:

Trabalho – valor 4,0 (quatro vírgula zero) pontos, distribuídos em no mínimo dois trabalhos, ficando a critério de cada professor utilizar o método que julgar conveniente à

sua disciplina e ao conteúdo desenvolvido. Podendo ser trabalhos individuais ou coletivos, pesquisas, leitura, interpretação e produção de texto, entre outros, registrando no LRC de forma a gerar uma sequência.

Prova – Valor 6,0 (seis vírgula zero) pontos. É o resultado da avaliação escrita, podendo esse valor ser distribuído em uma avaliação (prova) escrita. O registro dessa avaliação no LRC deve seguir a ordem dos trabalhos, de acordo com o número de trabalhos ofertados no trimestre.

Trabalhos 4,0 + Prova 6,0 = 10,0

Quanto aos trabalhos, poderão ser avaliados trabalhos individuais e coletivos; trabalhos de pesquisa; atividades diárias desenvolvidas em sala de aula; tarefas e atividades desenvolvidas em casa; pesquisa bibliográfica com contextualização clara em seu desenvolvimento, justificativa e revisão bibliográfica utilizada; atividades de leitura e interpretação; atividades em sala de aula utilizando o livro didático; trabalhos de casa para complementação das atividades; produção de textos com planejamento, objetivo, revisão e reestruturação da escrita; palestras; seminários; apresentações orais; atividades experimentais; pesquisa de campo; relatórios; entrevistas; debates; textos literários; atividades a partir de recursos audiovisuais.

A recuperação de conteúdos deverá ser contínua e simultânea no decorrer do processo, com a retomada dos conteúdos não assimilados pelos educandos. A recuperação de nota será realizada no decorrer do trimestre, após cada avaliação, sendo que o número mínimo de avaliação de recuperação deverá ser três (03). Poderão fazer a avaliação de recuperação, os alunos que não atingirem sessenta por cento da nota referente a cada avaliação, ou os que queiram melhorar sua nota, prevalecendo a maior nota atingida.

Aos alunos com necessidades educacionais especiais será proporcionada a flexibilização curricular e o processo avaliativo será ajustado segundo suas necessidades, cabendo ao professor adaptar p processo de avaliação, quer seja modificando técnicas, aumentando o tempo disponível para resoluções ou diversificando os instrumentos a serem utilizados de modo que possibilitem a expressão do aluno segundo seu grau de compreensão.

REFERÊNCIAS

Cadernos Temáticos: História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. **Governo do Paraná – Secretaria de Estado da Educação. SEED/PR, Curitiba, 2008.**

Colégio Estadual do Núcleo Residencial Pindorama. EFM. **Projeto Político Pedagógico**. Quedas do Iguaçu, 2016.

Colégio Estadual do Núcleo Residencial Pindorama. EFM. **Regimento Escolar**. Quedas do Iguaçu, 2016.

DCE-Paraná: Secretaria de Estado da Educação. Superintendência de Educação.

Departamento de Educação Básica. Diretrizes Curriculares de Ciências para os anos finais de Ensino Fundamental. Curitiba, 2008.

Estatuto do Idoso: Lei n° 10741, de 1° de outubro de 2003. Secretaria de Estado da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos do Paraná. Departamento de Direitos Humanos e Cidadania. Curitiba, 2013.

4.16.5 PROPOSTA PEDAGÓGICA CURRICULAR DE EDUCAÇÃO FÍSICA

APRESENTAÇÃO DA DISCIPLINA

Segundo as Diretrizes Curriculares Nacionais de Educação as primeiras sistematizações que o conhecimento sobre as práticas corporais recebe em solo nacional ocorrem a partir de teorias oriundas da Europa. Sob a égide de conhecimentos médicos e da instrução física militar, a então denominada ginástica surgiu, principalmente, a partir de uma preocupação com o desenvolvimento da saúde e a formação moral dos cidadãos brasileiros. Esse modelo de prática corporal pautava-se em prescrições de exercícios visando ao aprimoramento de capacidades e habilidades físicas como a força, a destreza, a agilidade e a resistência, além de visar à formação do caráter, da autodisciplina, de hábitos higiênicos, do respeito à hierarquia e do sentimento patriótico.

O conhecimento da medicina configurou um outro modelo para a sociedade brasileira, o que contribuiu para a construção de uma nova ordem econômica, política e social. “Nesta nova ordem, na qual os médicos higienistas irão ocupar lugar destacado, também se coloca a necessidade de construir, para o Brasil, um novo homem, sem o qual a nova sociedade idealizada não se tornaria realidade” (SOARES, 2004, p. 70).

No contexto referido acima, a educação física ganha espaço na escola, uma vez que o físico disciplinado era exigência da nova ordem em formação. A educação do físico confundia-se com a prática da ginástica, pois incluía exercícios físicos baseados nos moldes médico-higiênicos.

Com a proclamação da República, veio a discussão sobre as instituições escolares e as políticas educacionais. O século XIX foi o século que difundiu a instrução pública e Rui Barbosa foi influenciado pelas discussões de sua época. Tanto que, empenhado num projeto de modernização do país, interessou- se pela criação de um sistema nacional de ensino – gratuito, obrigatório e laico, desde o jardim de infância até a universidade. Para elaboração do seu projeto buscou inspiração em países onde a escola pública estava sendo difundida, procurando demonstrar os benefícios alcançados com a sua criação.

Para fundamentar sua análise recorreu às estatísticas escolares, livros, métodos, mostrando que a educação, nesses países, revelava-se alavanca de desenvolvimento. Suas ideias acerca desta questão estão claramente redigidas nos seus famosos pareceres sobre educação (MACHADO, 2000, p. 03).

No ano de 1882, Rui Barbosa emitiu o parecer n. 224, sobre a Reforma Leôncio de Carvalho, decreto n. 7.247, de 19 de abril de 1879, da Instrução Pública. Entre outras

conclusões, afirmou a importância da ginástica para a formação de corpos fortes e cidadãos preparados para defender a Pátria, equiparando-a, em reconhecimento, às demais disciplinas (SOARES, 2004). Conforme consta no próprio parecer, “[...] com a medida proposta, não pretendemos formar nem acrobatas nem Hércules, mas desenvolver na criança o quantum de vigor físico essencial ao equilíbrio da vida humana, à felicidade da alma, à preservação da Pátria e à dignidade da espécie” (QUEIRÓS apud CASTELLANI FILHO, 1994, p. 53).

No início do século XX, especificamente a partir de 1929, a disciplina de Educação Física tornou-se obrigatória nas instituições de ensino para crianças a partir de 6 anos de idade e para ambos os sexos, por meio de um anteprojeto publicado pelo então Ministro da Guerra, General Nestor Sezefredo Passos. Propõe também a criação do Conselho Superior de Educação Física com o objetivo de centralizar, coordenar e fiscalizar as atividades referentes ao Desporto e à Educação Física no país e também a elaboração do Método Nacional de Educação Física (LEANDRO, 2002, p. 34).

Isso representa o quanto a Educação Física no Brasil se confunde em muitos momentos de sua história com as instituições médicas e militares. Em diferentes momentos, essas instituições definiram seu caminho, delineando e delimitando seu campo de conhecimento, tornando-a um valioso instrumento de ação e de intervenção na realidade educacional e social [...] (SOARES, 2004, p. 69).

Esse período histórico foi marcado pelo esforço de construção de uma unidade nacional, o que contribuiu sobremaneira para intensificar o forte componente militar nos métodos de ensino da Educação Física nas escolas brasileiras.

As relações entre a institucionalização da disciplina de Educação Física no Brasil e a influência da ginástica, explicitam-se em alguns marcos históricos, dentre eles: a criação do “Regulamento da Instrução Física Militar” (Método Francês), em 1921; a obrigatoriedade da prática da ginástica nas instituições de ensino, em 1929; a adoção oficial do método Francês, em 1931, no ensino secundário; a criação da Escola de Educação Física do Exército, em 1933, e a criação da Escola Nacional de Educação Física e Desportos da Universidade do Brasil, em 1939.

O método ginástico francês, que contribuiu para construir e legitimar a Educação Física nas escolas brasileiras estava fortemente ancorado nos conhecimentos. Historicamente a partir do século XIX houve transformações na disciplina de Educação Física devido a uma nova situação política do Brasil advindos da anatomia e da fisiologia, cunhados de uma visão positivista da ciência, isto é, um conhecimento científico e técnico

considerado superior a outras formas de conhecimento, e que deveria ser referência para consolidação de um projeto de modernização do país.

Preponderando uma visão mecanicista e instrumental sobre o corpo, o método ginástico francês priorizava o desenvolvimento da mecânica corporal. Conforme esse modelo, melhorar o funcionamento do corpo e a eficiência do gasto energético dependia de técnicas que atribuíam à Educação Física a tarefa de formar corpos saudáveis e disciplinados, possibilitando a formação de seres humanos aptos para adaptarem-se ao processo de industrialização que se iniciava no Brasil (SOARES,2004).

No final da década de 1930, o esporte começou a se popularizar e, não por acaso, passou a ser um dos principais conteúdos trabalhados nas aulas de Educação Física. Com o intuito de promover políticas nacionalistas, houve um incentivo às práticas desportivas como a criação de grandes centros esportivos, a importação de especialistas que dominavam as técnicas de algumas modalidades esportivas e a criação do Conselho Nacional dos Desportos, em 1941.

No final da década de 1930 e início da década de 1940, ocorreu o que o Conselho denomina como um processo de “desmilitarização” da Educação Física brasileira, isto é, a predominância da instrução física militar começou a ser sobreposta por outras formas de conhecimento sobre o corpo e, com o fim da II Guerra Mundial, teve início um intenso processo de difusão do esporte na sociedade e, consequentemente, nas escolas brasileiras. O esporte afirma-se paulatinamente em todos os países sob a influência da cultura europeia, como o elemento hegemônico da cultura de movimento. No Brasil as condições para o desenvolvimento do esporte, quais sejam, o desenvolvimento industrial com a consequente urbanização da população e dos meios de comunicação de massa, estavam agora, mais do que antes, presentes. Outro aspecto importante é a progressiva esportivização de outros elementos da cultura de movimento, sejam elas vindas do exterior como o judô ou o karatê, ou genuinamente brasileiras como a capoeira (BRACHT, 1992, p. 22).

No início da década de 1940, o governo brasileiro estabeleceu as bases da organização desportiva brasileira instituindo o Conselho Nacional de Desportos, com o intuito de orientar, fiscalizar e incentivar a prática desportiva em todo o país (LEANDRO, 2002, p. 58).

Nesse contexto, as aulas de Educação Física assumiram os códigos esportivos do rendimento, competição, comparação de recordes, regulamentação rígida e a racionalização de meios e técnicas. Trata-se não mais do esporte da escola, mas sim do esporte na escola. Isto é, os professores de Educação Física se encarregaram de reproduzir os códigos esportivos nas aulas, sem se preocupar com a reflexão crítica

desse conhecimento. A escola tornou-se um celeiro de atletas, a base da pirâmide esportiva (BRACHT, 1992, p. 22).

Com a promulgação da Nova Constituição e a instalação efetiva do Estado Novo, em 10 de novembro de 1937, a prática de exercícios físicos em todos os estabelecimentos de ensino tornou-se obrigatória. Entre os anos de 1937 e 1945, o então presidente Getúlio Vargas estruturou o Estado no sentido de incentivar a intervenção estatal e o nacionalismo econômico. Durante o Estado Novo implantado em 1937, a Educação Física sofreu grande inquietação.

Encarada pelos militares como uma arma na estruturação humana, entendiam que a maneira como o corpo é educado é resultado direto das normas sociais impostas, que definem consequentemente a estruturação da sociedade, que através dos seus gestos ou ações motoras revelam a natureza do sistema social. Os militares fazem então um grande investimento na política esportiva, certos de que assim teríamos uma nítida melhoria da saúde do povo brasileiro, tendo consequentemente mais homens aptos ao serviço militar, que nesta época continha uma grande quantidade de jovens dispensados por incapacidade física (LEANDRO, 2002, p. 43).

No contexto das reformas educacionais sob a atuação do ministro Gustavo Capanema, a Lei Orgânica do Ensino Secundário, promulgada em 09 de abril de 1942, demarcou esse cenário ao permitir a entrada das práticas esportivas na escola, dividindo um espaço até então predominantemente configurado pela instrução militar. Com tais reformas, a Educação Física tornou-se uma prática educativa obrigatória, desta vez com carga horária estipulada de três sessões semanais para meninos e duas para meninas, tanto no ensino secundário quanto no industrial, e com duração de 30 e 45 minutos por sessão (CANTARINO FILHO, 1982).

A Lei Orgânica do Ensino Secundário permaneceu em vigor até a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional n. 4.024/61, em 1961. Com o golpe militar no Brasil, em 1964, o esporte passou a ser tratado com maior ênfase nas escolas, especialmente durante as aulas de Educação Física. De acordo com algumas teorizações da historiografia. Isso teria ocorrido em parte, porque numa certa perspectiva o esporte codificado, normatizado e institucionalizado pode responder de forma bastante significativa aos anseios de controle por parte do poder, uma vez que tende a padronizar a ação dos agentes educacionais, tanto do professor quanto do aluno; noutra, porque o esporte se afirmava como fenômeno cultural de massa contemporâneo e universal, afirmando-se, portanto, como possibilidade educacional privilegiada. Assim, o conjunto de práticas corporais passíveis de serem abordadas e desenvolvidas no interior da escola resumiu-se à prática de algumas modalidades esportivas. As práticas escolares de Educação Física passaram a ter como fundamento primeiro a técnica esportiva, o gesto

técnico, a repetição, enfim, a redução das possibilidades corporais a algumas poucas técnicas estereotipadas (OLIVEIRA, 2001, p. 33).

Ocorreram, ainda, outras reformas educacionais no Brasil, em particular o chamado acordo do Ministério da Educação e Cultura - MEC/United States Agency International for Development – USAID (MEC-USAID). Esse fato permitiu que muitos professores dessa área de conhecimento frequentassem, nos Estados Unidos, cursos de pós-graduação cujos fundamentos teóricos sobre o movimento humano pautavam-se na visão positivista das ciências naturais, isto é, na prática esportiva e na aptidão física. Nesse contexto, o esporte consolidou sua hegemonia como objeto principal nas aulas de Educação Física, em currículos nos quais o enfoque pedagógico estava centrado na competição e na performance dos alunos. Os chamados esportes olímpicos – vôlei, basquete, handebol e atletismo, entre outros – foram priorizados para formar atletas que representassem o país em competições internacionais. Tal preferência sustentava-se na "teoria da pirâmide olímpica", isto é, a escola deveria funcionar como um celeiro de atletas, tornar-se a base da pirâmide para seleção e descoberta de talentos nos esportes de elite nacional. Predominava o interesse na formação de atletas que apresentassem "talento natural", de modo que se destacavam, até chegar ao topo da pirâmide, aqueles considerados de alto nível, prontos para representar o país em competições nacionais e internacionais.

A ideia de talento esportivo substanciava-se num entendimento naturalizante dos processos sociais que constituem os seres humanos, como se as características biológicas individuais fossem preponderantes frente às oportunidades que cada um possui no decorrer de sua história de vida. Na década de 70, a Lei n. 5692/71, por meio de seu artigo 7º e pelo Decreto n. 69450/71, manteve o caráter obrigatório da disciplina de Educação Física nas escolas, passando a ter uma legislação específica e sendo integrada como atividade escolar regular e obrigatória no currículo de todos os cursos e níveis dos sistemas de ensino. Conforme consta no Capítulo I, Art. 7o da Lei n. 5692/71, "será obrigatória a inclusão de Educação Moral e Cívica, Educação Física, Educação Artística e Programa de Saúde nos currículos plenos dos estabelecimentos de 1º e 2º graus, observado quanto à primeira o disposto no Decreto-lei n. 869, de 12 de setembro de 1969" (BRASIL, 1971).

Ainda nesse período, aos olhos do Regime Militar, a Educação Física era um importante recurso para consolidação do projeto "Brasil-Grande" (BRACHT, 1992). Através da prática de exercícios físicos visando ao desenvolvimento da aptidão física dos alunos, seria possível obter melhores resultados nas competições esportivas e, consequentemente, consolidar o país como uma potência olímpica, elevando seu status político e econômico. Tal concepção de Educação Física escolar de caráter esportivo foi duramente criticada pela corrente pedagógica da psicomotricidade que surgia no mesmo

período. Baseada na interdependência do desenvolvimento cognitivo e motor, (a abordagem psicomotora) critica o dualismo predominante na Educação Física, e propõe-se, a partir de jogos de movimento e exercitações, contribuir para a Educação Integral [...] Com a Psicomotricidade, temos um deslocamento da polarização da Educação do movimento para a Educação pelo movimento, ficando a primeira nitidamente em segundo plano (BRACHT, 1992, p. 27).

A perspectiva esportiva da Educação Física escolar recebeu uma forte crítica da corrente da psicomotricidade cujos fundamentos se contrapunham às perspectivas teórico-metodológicas baseadas no modelo didático da esportivização. Tais fundamentos valorizavam a formação integral da criança, acreditando que está se dá no desenvolvimento interdependente de aspectos cognitivos, afetivos e motores.

Entretanto, a psicomotricidade não estabeleceu um novo arcabouço de conhecimento para o ensino da Educação Física, e as práticas corporais, entre elas o esporte, continuaram a ser tratadas, tão-somente, como meios para a educação e disciplina dos corpos, e não como conhecimentos a serem sistematizados e transmitidos no ambiente escolar. Além disso, a Educação Física ficou, em alguns casos, subordinada a outras disciplinas escolares, tornando-se um elemento colaborador para o aprendizado de conteúdos diversos àqueles próprios da disciplina6 (SOARES, 1996, p. 09).

Com o movimento de abertura política e o início de um processo de redemocratização social, que culminou com o fim da Ditadura Militar em meados dos anos de 1980, o sistema educacional brasileiro passou por um processo de reformulação.

Nesse período, a comunidade científica da Educação Física se fortaleceu com a expansão da pós-graduação nessa área no Brasil. Esse movimento possibilitou a muitos professores uma formação não mais restrita às ciências naturais e biológicas. Com a abertura de cursos na área de humanas, principalmente em educação, novas tendências ou correntes de ensino da Educação Física, cujos debates evidenciavam severas críticas ao modelo vigente até então, passaram a subsidiar as teorizações dessa disciplina escolar (DAÓLIO, 1997, p. 28).

Houve um movimento de renovação do pensamento pedagógico da Educação Física que trouxe várias proposições e interrogações acerca da legitimidade dessa disciplina como campo de conhecimento escolar. Tais propostas dirigiram críticas aos paradigmas da aptidão física e da esportivização (BRACHT, 1999). Entre as correntes ou tendências progressistas, destacaram-se as seguintes abordagens:

- Desenvolvimentista: defende a ideia de que o movimento é o principal meio e fim da Educação Física. Constitui o ensino de habilidades motoras de acordo com uma

sequência de desenvolvimento. Sua base teórica é, essencialmente, a psicologia do desenvolvimento e aprendizagem;

• Construtivista: defende a formação integral sob a perspectiva construtivista-interacionista. Inclui as dimensões afetivas e cognitivas ao movimento humano. Embora preocupada com a cultura infantil, essa abordagem se fundamenta também na psicologia do desenvolvimento. Vinculadas às discussões da pedagogia crítica brasileira e às análises das ciências humanas, sobretudo da Filosofia da Educação e Sociologia, estão as concepções críticas da Educação Física. O que as diferencia daquelas descritas anteriormente é o fato de que as abordagens crítico-superadora e crítico-emancipatória, descritas abaixo, operam a crítica da Educação Física a partir de sua contextualização na sociedade capitalista.

• Crítico-superadora: baseia-se nos pressupostos da pedagogia histórico-critica e estipula, como objeto da Educação Física, a Cultura Corporal a partir de conteúdos como: o esporte, a ginástica, os jogos, as lutas e a dança. O conceito de Cultura Corporal tem como suporte a ideia de seleção, organização e sistematização do conhecimento acumulado historicamente, acerca do movimento humano, para ser transformado em saber escolar. Esse conhecimento é sistematizado em ciclos e tratado de forma historicizada e espiralada. Isto é, partindo do pressuposto de que os alunos possuem um conhecimento sincrético sobre a realidade, é função da escola, e neste caso também da Educação Física, garantir o acesso às variadas formas de conhecimentos produzidos pela humanidade, levando os alunos a estabelecerem nexos com a realidade, elevando-os a um grau de conhecimento sintético. Nesse sentido, o tratamento espiralar representa o retomar, integrar e dar continuidade ao conhecimento nos diferentes níveis de ensino, ampliando sua compreensão conforme o grau de complexidade dos conteúdos. Por exemplo: um mesmo conteúdo específico, como a Ginástica Geral, pode ser abordado em diferentes níveis de ensino, desde que se garanta sua relação com aquilo que já foi conhecido, elevando esse conhecimento para um nível mais complexo. A abordagem metodológica crítico-superadora foi criada no início da década de 90 por um grupo de pesquisadores tradicionalmente denominados por Coletivo de Autores. São eles: Carmen Lúcia Soares, Celi Taffarel, Elizabeth Varjal, Lino Castellani Filho, Micheli Ortega Escobar e Valter Bracht.

• Crítico-emancipatória: Nessa perspectiva, o movimento humano em sua expressão é considerado significativo no processo de ensino/aprendizagem, pois está presente em todas as vivências e relações expressivas que constituem o “ser no mundo”. Nesse sentido, parte do entendimento de que a expressividade corporal é uma forma de linguagem pela a qual o ser humano se relaciona com o meio, tornando-se sujeito a partir do reconhecimento de si no outro. Esse processo comunicativo, também descrito como

dialógico, é um ponto central na abordagem crítico-emancipatória. A principal corrente teórica que sustenta essa abordagem metodológica é a Fenomenologia, desenvolvida por Merleau Ponty. A concepção crítico-emancipatória foi criada, na década de 90, pelo pesquisador Elenor Kunz.

No contexto das teorizações críticas em Educação e Educação Física, no final da década de 1980 e início de 1990, no Estado do Paraná, tiveram início as discussões para a elaboração do Currículo Básico. O Currículo Básico para a escola pública do Estado do Paraná surgiu, na década de 90, como o principal documento oficial relacionado à educação básica no Estado do Paraná. O documento foi aprovado pelo Conselho Estadual de Educação do Paraná, através da Deliberação no 02/90 de 18 de dezembro de 1990, do processo 384/90. Conforme consta no Currículo Básico, sua primeira edição teve uma tiragem de noventa mil exemplares, que foram distribuídos para maior parte das escolas públicas do Estado do Paraná. Isso demonstra a extensão que atingiu este documento, que passou a legislar em todas as escolas públicas do Paraná, com grande influência sobre as práticas escolares (NAVARRO, 2007, p. 48). Esse processo envolveu profissionais comprometidos com a Educação Pública do Paraná, deu-se num contexto nacional de redemocratização do país e resultou em um documento que pretendia responder a demandas sociais e históricas da educação brasileira.

Os embates educacionais oriundos desse período, posterior ao Regime Militar, consolidaram-se nos Documentos Oficiais sobre Educação no Brasil, dentre eles, o próprio Currículo Básico do Estado do Paraná que, com um viés critico, apresentava um discurso preocupado com a formação de seres humanos capazes de questionar e transformar a realidade social em que vivem.

O Currículo Básico, para a Educação Física, fundamentava-se na pedagogia histórico-crítica, identificando-se numa perspectiva progressista e crítica sob os pressupostos teóricos do materialismo histórico-dialético. O Currículo Básico foi produzido num período de emergência, na educação, do chamado “discurso crítico”. Esse discurso pretendia reformular a educação e, consequentemente, a disciplina de Educação Física, a partir de reflexões históricas e sociais que desvelassem os mecanismos de desigualdade social e econômica, para então legitimar e concretizar um projeto de transformação social. O objetivo central da criação do Currículo Básico foi o projeto de reestruturação do currículo das escolas públicas do Paraná [...] (NAVARRO, 2007, p. 49).

Esse documento caracterizou-se por ser uma proposta avançada em que o mero exercício físico deveria dar lugar a uma formação humana do aluno em amplas dimensões. O reflexo desse contexto para a Educação Física configurou-se em um projeto escolar que possibilitasse a tomada de consciência dos educandos sobre seus próprios corpos, não no sentido biológico, mas especialmente em relação ao meio social

em que vivem. Dessa forma é necessário procurar entender a dialética de desenvolvimento e aperfeiçoamento do corpo na história e na sociedade brasileira, para que a Educação Física saia de sua condição passiva de coadjuvante do processo educacional, para ser parte integrante deste, buscando colocá-la em seu verdadeiro espaço: o de área do conhecimento.

Quando discutimos, hoje, a Educação Física dentro da tendência Histórico-Crítica, verificamos que em sua ação pedagógica, ela deve buscar elementos (chamados aqui de pressupostos do movimento) da Ciência da Motricidade Humana (conforme proposta do filósofo português: Prof. Manuel Sérgio). Esta ciência trata da compreensão e explicação do movimento humano e há dificuldade de compreender e apreender os elementos buscados nesta ciência, uma vez que as raízes históricas da Educação Física brasileira, estão postas dentro de um regime militar rígido e autoritário, visando fins elitistas e hegemônicos. Por outro lado, na dinâmica da sociedade capitalista, ela sempre esteve atrelada à relação capital x trabalho para dominação das classes trabalhadoras (PARANÁ, 1990, p. 175).

No entanto, o Currículo Básico apresentava uma rígida listagem de conteúdos, os quais eram denominados pressupostos do movimento (condutas motoras de base ou formas básicas de movimento; condutas neuro-motoras; esquema corporal; ritmo; aprendizagem objeto-motora), esses enfraqueciam os pressupostos teórico-metodológicos da pedagogia crítica, pois o enfoque permaneceu privilegiando abordagens como a desenvolvimentista, construtivista e psicomotora (FRATTI,2001; NAVARRO, 2007).

No mesmo período, foi elaborado o documento intitulado Reestruturação da Proposta Curricular do Ensino de Segundo Grau, também para a disciplina de Educação Física. Assim como antes, a proposta foi fundamentada na concepção histórico-crítica de educação para resgatar o compromisso social da ação pedagógica da Educação Física. Vislumbrava-se a transformação de uma sociedade fundada em valores individualistas, em uma sociedade com menor desigualdade social.

Essa proposta representou um marco para a disciplina, destacou a dimensão social da Educação Física e possibilitou a consolidação de um novo entendimento em relação ao movimento humano, como expressão da identidade corporal, como prática social e como uma forma do homem se relacionar com o mundo. A proposta valorizou a produção histórica e cultural dos povos, relativa à ginástica, à dança, aos esportes, aos jogos e às atividades que correspondem às características regionais. A rigidez na escolha dos conteúdos, a insuficiente oferta de formação continuada para consolidar a proposta e, depois, as mudanças de políticas públicas em educação trazidas pelas novas gestões governamentais, a partir de meados dos anos de 1990, dificultaram a implementação dos

fundamentos teóricos e políticos do Currículo Básico na prática pedagógica. Por isso, o ensino da Educação Física na escola se manteve, em muitos aspectos, em suas dimensões tradicionais, ou seja, com enfoque exclusivamente no desenvolvimento das aptidões físicas, de aspectos psicomotores e na prática esportiva.

Os avanços teóricos da Educação Física sofreram retrocesso na década de 1990 quando, após a discussão e aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB n. 9394/96), o Ministério da Educação (MEC) apresentou os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) para a disciplina de Educação Física, que passaram a subsidiar propostas curriculares nos Estados e Municípios brasileiros. O que deveria ser um referencial curricular tornou-se um currículo mínimo, para além da ideia de parâmetros, e propôs objetivos, conteúdos, métodos, avaliação e temas transversais.

No que se refere à disciplina de Educação Física, a introdução dos temas transversais acarretou, sobretudo, num esvaziamento dos conteúdos próprios da disciplina. Temas como ética, meio ambiente, saúde e educação sexual tornaram- se prioridade no currículo, em detrimento do conhecimento e reflexão sobre as práticas corporais historicamente produzidas pela humanidade, entendidos aqui como objeto principal da Educação Física.

Os Parâmetros foram elaborados para atender a um artigo da Constituição que prevê o estabelecimento de conteúdos mínimos para a educação (...) não levando em conta a realidade social dos homens, colocando a educação como solução para os problemas sociais e aos homens a responsabilidade de seu sucesso ou fracasso na vida. Esse documento se apresenta como flexível e optativo, embora, pela forma como foi minuciosamente elaborado, se denuncie todo o tempo como descritivo e específico no seu conteúdo, estimulando a sua incorporação e apresentando-se como verdade absoluta (MARTINS E NOMA, 2002, p. 05).

Acusados por alguns críticos por proporem um ecletismo teórico, os PCN não apresentaram uma coerência interna de proposta curricular. Ou seja, continham elementos da pedagogia construtivista piagetiana, psicomotora, da abordagem tecnicista, sob a ideia de eficiência e eficácia no esporte e, também, defendia o conceito de saúde e qualidade de vida do aluno pautado na perspectiva da aptidão física. Nessa tentativa de absorver o maior número possível de concepções teóricas, o documento acabava tratando tais teorizações de forma aligeirada, deixando, inclusive, de destacar os autores responsáveis pelas diferentes abordagens.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais de Educação Física para o Ensino Fundamental abandonaram as perspectivas da aptidão física fundamentadas em aspectos técnicos e fisiológicos, e destacaram outras questões relacionadas às dimensões culturais, sociais, políticas, afetivas no tratamento dos conteúdos, baseadas

em concepções teóricas relativas ao corpo e ao movimento. Já nos Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio, os conhecimentos da Educação Física perderam centralidade e importância em favor dos temas transversais e da pedagogia das competências e habilidades, as quais receberam destaque na proposta.

Apesar de sua redação aparentemente progressista, pode-se dizer que os Parâmetros Curriculares Nacionais de Educação Física para o Ensino Fundamental e Médio constituíram uma proposta teórica incoerente. As diversas concepções pedagógicas ali apresentadas valorizaram o individualismo e a adaptação do sujeito à sociedade, ao invés de construir e oportunizar o acesso a conhecimentos que possibilitem aos educandos a formação crítica.

Diante da análise de algumas das abordagens teóricas que sustentaram historicamente as teorizações em Educação Física escolar no Brasil, desde as mais reacionárias até as mais críticas, opta-se, nestas Diretrizes Curriculares, por interrogar a hegemonia que entende esta disciplina tão-somente como treinamento do corpo, sem nenhuma reflexão sobre o fazer corporal.

Dentro de um projeto mais amplo de educação do Estado do Paraná, entende- se a escola como um espaço que, dentre outras funções, deve garantir o acesso aos alunos ao conhecimento produzido historicamente pela humanidade.

Nesse sentido, partindo de seu objeto de estudo e de ensino, Cultura Corporal, a Educação Física se insere neste projeto ao garantir o acesso ao conhecimento e à reflexão crítica das inúmeras manifestações ou práticas corporais historicamente produzidas pela humanidade, na busca de contribuir com um ideal mais amplo de formação de um ser humano crítico e reflexivo, reconhecendo-se como sujeito, que é produto, mas também agente histórico, político, social e cultural.

Na década de 90 o estado do Paraná elaborou o Currículo Básico, este tinha como objetivo a formação humana do aluno em todas as suas dimensões. Na década de 90 com a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), apresentação da proposta dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN’s) para a disciplina de Educação Física.

O documento elaborado pelo Ministério da Educação e do Desporto apresentou como referencial curricular, propostas curriculares com a função de subsidiar propostas de Estados e Municípios.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais de Educação Física do Ensino Fundamental e Médio trazem uma proposta confusa e acrítica.

A partir das várias tendências torna-se possível sistematizar propostas pedagógicas

que orientem estas diretrizes, com vistas a avançar sobre a visão hegemônica que se aplicou e continua aplicando à Educação Física.

Segundo as Diretrizes Curriculares de Educação Física (2008), a disciplina de Educação Física tem como objeto de estudo a cultura corporal.

A Disciplina de Educação Física apresenta os seguintes Objetivos Gerais:

Ampliar o campo de intervenção da Educação Física para além das abordagens centradas na motricidade;

Desenvolver os conteúdos de acordo com a capacidade cognitiva do aluno;

Desenvolver o sujeito unilateral nas suas práticas corporais;

Integrar a disciplina no processo pedagógico como elemento fundamental para o processo de formação humana do aluno;

Propiciar ao aluno uma visão de mundo e da sociedade na qual está inserido;

Realizar atividades que contemplem a participação de todos os alunos de forma ativa;

Oportunizar aos alunos através de práticas corporais condições de entender e respeitar as diferenças entre eles.

CONTEÚDOS ESTRUTURANTES DA DISCIPLINA DE EDUCAÇÃO FÍSICA

EDUCAÇÃO FÍSICA PARA O ENSINO FUNDAMENTAL

6ºAno

CONTEÚDOS ESTRUTURANTES	CONTEÚDOS BÁSICOS
Esporte	Coletivos Individuais
Jogos e Brincadeiras	Jogos e brincadeiras populares Brincadeiras e cantigas de roda Jogos de tabuleiro

	Jogos Cooperativos
Dança	Danças Folclóricas Danças de rua Danças criativas
Ginástica	Ginástica Rítmica Ginástica Circense Ginástica geral
Lutas	Lutas de aproximação Capoeira

7º Ano

CONTEÚDOS ESTRUTURANTES	CONTEÚDOS BÁSICOS
Esporte	Coletivos Individuais
Jogos e Brincadeiras	Jogos e brincadeiras populares Brincadeiras e cantigas de roda Jogos de tabuleiro Jogos Cooperativos
Dança	Danças Folclóricas Danças de rua Danças criativas Danças circulares
	Ginástica Rítmicas

Ginástica	Ginástica Circense Ginástica geral
Lutas	Lutas de aproximação Capoeira

8º Ano

CONTEÚDOS ESTRUTURANTES	CONTEÚDOS BÁSICOS
Esporte	Coletivos – Individuais Radicais
Jogos e Brincadeiras	Jogos e brincadeiras populares Jogos de tabuleiro Jogos Dramáticos Jogos Cooperativos
Dança	Danças criativas Danças Circulares
Ginástica	Ginástica Rítmicas Ginástica Circense Ginástica Geral
Lutas	Lutas de aproximação Capoeira

9º Ano

CONTEÚDOS ESTRUTURANTES	CONTEÚDOS BÁSICOS

Esporte	Coletivos Individuais Radicais
Jogos e Brincadeiras	Jogos de tabuleiro Jogos Dramáticos Jogos Cooperativos
Dança	Danças criativas Danças circulares
Ginástica	Ginástica Rítmica Ginástica geral
Lutas	Lutas com instrumento mediador Capoeira

EDUCAÇÃO FÍSICA PARA O ENSINO MÉDIO

CONTEÚDOS ESTRUTURANTES	CONTEÚDOS BÁSICOS
Esporte	Coletivos, Individuais eRadicais
Jogos e Brincadeiras	Jogos de tabuleiro e Jogos Dramáticos Jogos Cooperativos
Dança	Danças Folclóricas, Danças de Salão Dança de rua
Ginástica	Ginástica artística/Olímpica Ginástica de condicionamento Físico Ginástica geral
Lutas	Lutas com aproximação

	Lutas que mantêm à distância Lutas com instrumento mediador Capoeira

METODOLOGIA

A Educação Física no Ensino Fundamental pretende, por meio das práticas corporais, seja do esporte, da dança, da ginástica, dos jogos, das brincadeiras e brinquedos, ir além da dimensão motriz, levando em conta a multiplicidade de experiências manifestas pelo corpo, os quais permeiam estas práticas.

O professor de Educação Física precisa compreensível como um intelectual, responsável pela organização e sistematização dessas práticas corporais que possibilitam a comunicação e o diálogo com as diferentes culturas.

As aulas de Educação Física têm um conjunto de objetos de investigação que não se esgotam nem nos conteúdos, nem nas metodologias. Ao tratar dos conteúdos relacionados ao corpo e a corporeidade, as aulas de Educação Física têm como objeto de estudo a totalidade das manifestações corporais e sua potencialidade formativa, que podem transformar o espaço pedagógico repleto de significados.

É essencial conhecer profundamente a cultura ou as culturas que envolvem a realidade em que a escola está inserida. Além disso, é imprescindível estimular, na escola, o diálogo com as outras áreas do conhecimento que possam colaborar para o entendimento das manifestações corporais, tendo no horizonte as problemáticas culturais que se evidenciam em torno da corporeidade atual.

Por isso é fundamental identificar os elementos centrais que compõem o cotidiano dos alunos para compreender como constroem determinadas formas de identidade corporal.

A Educação Física pode articular o trabalho com todos os envolvidos no processo de escolarização com o intuito de repensar e reestruturar rituais, regras, valores, tempos e espaços que compõem o trabalho pedagógico e abrangem a educação do corpo na escola.

Faz parte de um desafio permanente do professor procurar produzir uma cultura escolar de Educação Física que mobilize práticas que afirmem valores e sentidos, que ampliem as possibilidades formativas, evitando formas de discriminação, segregação e competição exacerbada.

São muitos os conflitos e as dificuldades encontradas durante a aula de Educação Física pelos professores, como por exemplo: uma certa evasão dos alunos e recusa no

enfrentamento das questões de gênero presentes na cultura escolar. Trata-se de valores e normas culturais, desse modo, é possível tornar esta situação formativa, na qual analisar e discutir a questão de gênero implica em questionar as diferentes formas de poder exercidas por meio da corporeidade e está por sua vez em ampliar o diálogo para além da classificação em relação à idade, raça, etnia, classe social, cultura, obesidade, habilidades motoras, dentre outras.

A abordagem feita pela Disciplina de Educação Física dentro da Lei da cultura afro estabelecer relacionamentos através da dança, do jogo, brincadeiras e teatro como forma de comunicação entre outros costumes, hábitos sendo prioridade o respeito a diferença racial, sendo assim preservando a identidade cultural. Adotando atividades de resgate cultural, estaremos adotando uma posição diante dos educandos uma relação sociocultural criando assim uma postura não preconceituosa e não discriminatória diante das manifestações corporais. Pois através da disciplina é que contemplaremos e resgataremos os jogos as lutas as danças que estão sendo esquecidas no tempo, valorizando assim outras culturas existentes dentro da vida escolar e até mesmo social.

Articulação da Educação Física em relação ao USO INDEVIDO DE DROGAS acontece como forma de prevenção e orientação podendo ser esplanada através de slides, trechos de filmes na sequência com debates. A escola poderá ainda providencia uma palestra com policiais que desenvolvem o trabalho do Programa PROERD capacitados por possuírem treinamento especifico para desenvolver esse trabalho com crianças e adolescentes. Salientando ainda na mesma palestra a Violência contra a criança e o adolescente.

A sexualidade Humana faz parte dos conteúdos que interagem a Higiene Pessoal na disciplina de Educação Física é de responsabilidade de o professor desenvolver esse trabalho evidenciando a exploração sexual que um dos males da sociedade, esclarecer e orientar nosso aluno nas questões relacionadas ao sexo, podendo esclarecer dúvidas através de vídeos, palestras e slides e orientandos, pois a cada ano nossos alunos iniciam a vida sexual cada vez mais cedo e as doenças (DSTs) não escolhem a quem iram contaminar, sem dúvidas o trabalho de prevenção a gravidez e entre outras dúvidas possíveis.

Educação Fiscal e Ambiental na disciplina contemplara a qualidade de vida e os direitos e deveres voltados a cada educando podendo o professor explanar tal importância através da TV pen drive podendo relacionar o conteúdo de Legislação Tributária Nacional x Nutrição. Segundo as DCEs o tema se justifica pela relação da prática de atividade física aliado à uma alimentação balanceada, o qual ao mesmo tempo que aprendemos a contar as quilocalorias dos alimentos que ingerimos x as que gastamos durante uma prática corporal; conheceremos os principais tributos e acompanharemos os impostos cobrados sobre os essenciais alimentos usados no nosso

dia a dia e com isto, verificaremos também a porcentagem de arrecadação desses impostos destinados ao município e estado.

Discussão sobre as necessidades diárias de ingestão de calorias e nutriente que compõem os alimentos x gasto calórico em atividades decorrentes do dia a dia; Pesquisar na Internet sobre: A legislação Tributária Nacional; Elaborar uma planilha com os principais alimentos: frutas, verduras, legumes, carnes, etc. E seus devidos impostos cobrados como ICMS, COFINS, PIS, e pesquisem um supermercado. Apresentar o resultado e refletir sobre uma alimentação saudável e o seu custo.

Para as aulas serão utilizados os seguintes recursos pedagógicos: bola, rede, corda, mesa de tênis de mesa, bola de tênis de mesa, raquetes, TV, aparelho de som, Computadores, etc.

A cultura Afro-brasileira, Africana e Indígena com as leis nº 11.645/08 e Lei nº 10.639/03 e a Cultura Indígena com a lei nº 9795/99 que trata do Meio Ambiente, e as discussões sobre Educação Fiscal e Educação Ambiental, decreto 1143/99. O Estatuto do Idoso nas discussões sobre a (Lei 10.741/2003), onde o idoso tem o direito ao esporte e lazer, respeitando assim sua condição de idade levando em consideração os benefícios da atividade física na promoção da qualidade de vida na terceira idade. O uso indevido de drogas, sexualidade humana e enfrentamento à violência contra criança e o adolescente também serão trabalhados pela equipe pedagógica em todas as turmas com apresentações de trabalhos práticos como por exemplo: máscaras, painéis, visitas a tribos indígenas, danças, teatros, exposições e vídeos. A Lei da Música com sua obrigatoriedade na disciplina de Educação física, será abordada no contexto e desenvolvimento do processo de ensino aprendizagem, também a Lei nº 13.381/01 sobre a História do Paraná, que será trabalhada visando o conhecimento da história do estado com suas características culturais formando um povo.

AVALIAÇÃO

Na disciplina de Educação Física a avaliação deve estar vinculada ao Projeto Político Pedagógico da Escola, com critérios estabelecidos de forma clara, a fim de priorizar a qualidade e o processo de ensino e aprendizagem, sendo contínua, identificando dessa forma, os progressos do aluno durante o ano letivo, com vistas a promover a diminuição das desigualdades sociais e com a luta por uma sociedade justa e mais humana.

A partir da avaliação diagnóstica planejar e propor outros encaminhamentos que visem a superação das dificuldades constatadas.

Será um processo contínuo, permanente e cumulativo, onde o professor organizará o seu trabalho vinculado ao Projeto Político Pedagógico da escola respeitando as diferenças individuais de cada indivíduo, visando as diversas manifestações corporais,

possibilitando assim que os alunos reflitam e se posicionem criticamente com o intuito de construir uma suposta relação com o mundo, podendo ser:

- Diagnóstica, onde permite identificar progressos e dificuldades dos alunos e atuação do professor que, por sua vez, determinam modificações do processo de ensino para melhor cumprir as exigências dos objetivos.
- Somativa, tem a função de classificação de atribuição de notas para cumprir o aspecto legal da avaliação.
- Participativa, define critérios com o envolvimento e comprometimento dos alunos nas várias atividades propostas pelo professor.
- Teórica e Prática, na teórica através de testes ou trabalhos escritos e práticos por meio de testes e gestos práticos da modalidade ensinada.

Na disciplina de Educação Física, a avaliação será realizada em dois momentos, sendo:

- Avaliação teórica (prova escrita) – **valor 4,0** (três vírgula zero) pontos;

- Avaliação prática e trabalhos orais ou escritos – devem totalizar o **valor 6,0** (sete vírgula zero) pontos.

O resultado da avaliação deve ser utilizado não somente para verificar a aprendizagem do aluno e atribuir notas, mas também para fornecer dados ao professor para reflexão, análise e reconstrução do trabalho docente.

A recuperação de conteúdos ocorrerá sequencialmente após cada instrumento avaliativo, durante o período letivo (trimestres), durante a aula do professor da disciplina. Sendo que serão oportunizadas aos alunos a recuperação de conteúdos e notas relacionadas à todas as avaliações realizadas no trimestre, ou seja, referente aos trabalhos, provas ou qualquer outra forma de avaliação a que o aluno foi submetido. O número mínimo de recuperações durante o trimestre será de três (03).

Será considerado em recuperação, o aluno que não atingir média mínima 6,0 (seis vírgula zero) pontos somando todas as avaliações realizadas no decorrer do trimestre. A recuperação será oportunizada ao aluno que não atingiu a média, podendo também ser disponibilizada aos que atingirem, prevalecendo a maior nota, pois a mesma é um direito do aluno, independente da nota.

De acordo com a Resolução nº 4 de 02 de outubro de 2009, os alunos com necessidades educacionais especiais, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades / superdotação deverão ser matriculados nas classes comuns do ensino regular e no Atendimento Educacional Especializado (AEE), ofertado em salas de recursos multifuncionais ou em centros de Atendimento Educacional Especializado da rede pública ou de instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos. A avaliação dos alunos com necessidades educacionais especiais, será desenvolvida de acordo com a necessidade de cada um, realizando as adaptações

curriculares, visando sempre o pleno desenvolvimento de cada um, e principalmente integrando e incluindo o aluno no ambiente escolar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADORNO, **Theodor** W. Educação e emancipação. São Paulo: Paz e Terra, 1995.

Colégio Estadual do Núcleo Residencial Pindorama. EFM. **Projeto Político Pedagógico**. Quedas do Iguaçu, 2016.

Colégio Estadual do Núcleo Residencial Pindorama. EFM. **Regimento Escolar**. Quedas do Iguaçu, 2016.

CASTELLANI FILHO, Lino. Educação Física no Brasil: a história que não se conta. 2 ed. Campinas: Papirus, 1991.

DIRETRIZES CURRICULARES DA DUCAÇÃO BÁSICA para a rede pública estadual de ensino – Educação Física, 2008.

ESCOBAR, M. O. Cultura Corporal na Escola: tarefas da educação física. In: RevistaMotrivivência, nº 08, p. 91-100, Florianópolis: Ijuì, 1995.

LIBÂNEO, José Carlos: Didática. São Paulo: Cortez, 1991.

LUCKESI, C. C. Avaliação da aprendizagem escolar. 2 ed. São Paulo: Cortez, 1995.

MEDINA, João P. S. O Brasileiro e seu corpo. 2 ed. Campinas: Papirus, 1990.

DARIDA, Suraya Cristina e Júnior, Osmar Moreira de Souza: Para Ensinar Educação Física: Possibilidades de intervenção na escola, 6 ed. Campinas:SP: Papirus, 2007.

4.16.6 PROPOSTA PEDAGÓGICA CURRICULAR DE ENSINO RELIGIOSO

APRESENTAÇÃO DA DISCIPLINA:

Embora no contexto do Brasil Colônia não seja possível falar em políticas públicas para a educação e também numa disciplina denominada Ensino Religioso, a primeira forma de inclusão dos temas religiosos na educação brasileira, que se perpetuou até a Constituição da República em 1891, pode ser identificada nas atividades de evangelização promovidas pela Companhia de Jesus e outras instituições religiosas de confissão católica. A meta da educação como um todo, e não só das aulas exclusivamente voltadas para o ensino das sagradas escrituras e da doutrina católica, era conduzir os indígenas ao abandono de suas crenças e costumes e a sua consequente submissão ao conjunto de preceitos e sacramentos da Igreja Católica Apostólica Romana.

O Ensino Religioso no período imperial não mudou muito, porque a Religião Católica Romana era a religião oficial do Império e o Ensino Religioso passara a ser acobertado e submetido a Metrópole como aparelho ideológico, já que nessa época a Igreja era dona de um vasto patrimônio econômico e cultural e não conflitava com a corte, isso sem falar que a mesma trabalhava com a educação, mesmo sendo papel do Estado. Vale salientar ainda que a Igreja nesse período tinha seus interesses, o de evangelizar pregando ou impondo a doutrina católica romana. Nessa fase imperial o Ensino Religioso continuava ainda sob a forma de catequese, objetivando doutrinar os índios e os negros, bem como as classes subalternas.

No período republicano, o Ensino da Religião Católica Romana passa por uma crise, pois um novo regime que surgiu em 1891 pede a separação do Estado e da Igreja. A partir desse fato, passa a vigorar a seguinte expressão: “Será leigo o ensino ministrado nos estabelecimentos oficiais de ensino” (PCN: ER, 2004. p.14). Essa foi a primeira redação da primeira Constituição da República a orientar a Educação Brasileira. Tal enunciado quer mostrar que o Ensino Religioso só poderia ou deveria ser ministrado apenas em alguns estabelecimentos específicos, como por exemplo, nas escolas de cunho religioso e não mais naquelas mantidas pelo Poder Público. Essa linha de pensamento foi influenciada por ideais da liberdade religiosa regida pelo princípio da laicidade do Estado, segundo a concepção francesa. É o que consta no discurso de grande número de parlamentares que atuaram na Assembleia Constituinte e na implantação do novo regime. Posteriormente, pela liderança dos pioneiros da educação nova, a partir dos anos 30, essa ideia é intensificada.

Em 1934, o Estado Novo introduziu a disciplina de Ensino Religioso nos currículos da educação pública, salvaguardando o direito individual de liberdade de credo. Para

atender tanto as demandas republicanas quanto as demandas confessionais, ele apresentou, em forma de lei, uma proposta de ensino da temática religiosa que, por um lado, garantisse a existência de uma disciplina desse teor na educação pública e que, por outro lado, mantivesse um caráter facultativo para os estudantes não católicos.

Essa orientação de Ensino Religioso se manteve até meados da década de 60, ensejando dois questionamentos sobre sua coerência interna. Em primeiro lugar, se o Estado brasileiro era explicitamente laico e se a escola pública estava preocupada, exclusivamente, com a formação do cidadão, por que a própria Constituição da República exigia um Ensino Religioso ministrado de acordo com a confissão religiosa do aluno? Não seria incoerente conceder a liberdade de credo e depois doutrinar os estudantes num conjunto específico de preceitos religiosos? A Constituição de 1934 e as que a seguiram pretendiam responder a essa questão com o acréscimo e manutenção do caráter facultativo da disciplina. Para elas, uma vez que estivesse, legalmente, garantido o direito de não participar do Ensino Religioso, a liberdade de credo do cidadão estaria igualmente garantida. O segundo questionamento suscitado é a incoerência de propor uma disciplina como parte integrante da formação básica do cidadão e, ao mesmo tempo, propor seu caráter facultativo, isto é, admiti-la como algo dispensável aos estudantes. Como é possível que uma disciplina seja tanto facultativa quanto necessária à educação do cidadão? Preocupada, portanto, com a resolução da querela entre o grupo que apregoava o ensino confessional e o grupo defensor da educação laica, a Constituição de 1934, elaborou uma legislação contraditória que é mantida até a atualidade.

No Brasil, a força desses posicionamentos só foi sentida em meados da década de 60, quando o aspecto confessional do Ensino Religioso foi suprimido do inciso IV do artigo 168 da Constituição de 1967: “o ensino religioso, de matrícula facultativa, constituirá disciplina dos horários normais das escolas oficiais de grau primário e médio”. Foi aberta, então, a possibilidade de reelaboração da disciplina em função de uma perspectiva aconfessional de ensino. Concretamente, porém, as aulas continuavam relegadas a professores voluntários ligados às denominações religiosas e, consequentemente, sofriam forte influência do caráter confessional dessas instituições. O Estado se esquivava, continuamente, de sua responsabilidade com o Ensino Religioso, o que resultava na fragmentação da identidade dessa disciplina. A possibilidade de um Ensino Religioso aconfessional e público só se concretizou legalmente na redação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996 e sua respectiva correção, em 1997, pela Lei 9.475.

A disciplina de Ensino Religioso insere-se como patrimônio da humanidade, e em conformidade com a legislação brasileira a qual pressupõe promover aos educandos a oportunidade de processo de escolarização fundamental para se tornarem capazes de

entender os movimentos religiosos específicos de cada cultura, possuir o substrato religioso, de modo a colaborar com a formação da pessoa.

O Ensino Religioso contribui para superar a desigualdade étnico-religioso a garantir o direito constitucional de liberdade de crença e expressão, conforme artigo 33, inciso 1º e 2º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional onde diz:

“O Ensino Religioso, de matrícula facultativa, é parte integrante da educação básica do cidadão e constitui disciplina dos horários normais das escolas públicas de Educação Básica assegurada o respeito à diversidade religiosa do Brasil, vedadas quaisquer forma de proselitismo”.

Para viabilizar a proposta de Ensino Religioso no Paraná, a Associação Interconfessional de Curitiba, ASSINTEC, formada por um grupo de caráter ecumênico, preocupou-se com a elaboração de material pedagógico e cursos de formação continuada. O resultado desse trabalho foi o Programa Nacional de Tele Educação elaborado em 1972, que propôs à instituição do Ensino Religioso radiofonizado nas escolas municipais, o conteúdo veiculado por este sistema teve como foco curricular as aulas de ensino moral-religioso nas escolas oficiais de primeiro grau. No ano de 1987 teve início o curso de Especialização em Pedagogia Religiosa, voltado à formação de professores interessados em ministrar aulas de Ensino Religioso. Na década de 80, as tradições religiosas asseguraram o direito à liberdade de culto e expressão religiosa.

Em 1990 o Estado do Paraná elaborou o Currículo Básico para a Escola Pública do Paraná, na primeira edição do documento, o Ensino Religioso não foi apresentado como as demais disciplinas. Dois anos depois foi publicado um caderno para o Ensino Religioso, conforme os moldes do Currículo Básico. No período de 1995 a 2002, houve um enfraquecimento desta disciplina na rede pública do Estado do Paraná.

No início da gestão 2003-2006, o Estado retomou a responsabilidade sobre a oferta e organização curricular da disciplina no que se refere à composição do corpo docente, dos conteúdos, da metodologia, da avaliação e da formação continuada dos professores. Em 2005, a SEED encaminhou os questionamentos desse processo de discussão com os Núcleos Regionais de Educação e com os professores ao Conselho Estadual de Educação. Em 10 de fevereiro de 2006, o mesmo Conselho a provou a Deliberação n.01/06, que instituiu novas normas para o Ensino Religioso no Sistema Educacional de Ensino do Paraná. Deste processo resultou a proposta de implementação de um Ensino Religioso laico e de forte caráter escolar.

O Ensino Religioso tem como principais objetivos: Proporcionar o conhecimento dos elementos básicos que compõe o fenômeno religioso, a partir das experiências religiosas percebidas no contexto do educando; Analisar o papel das tradições religiosas na

estruturação e manutenção das diferentes culturas e manifestações socioculturais; Facilitar a compreensão do significado das afirmações e verdades de fé das tradições religiosas; Refletir o sentido da atitude moral, como consequência do fenômeno religioso e expressão da consciência e da resposta pessoal e comunitária do ser humano; Possibilitar esclarecimentos sobre o direito à diferença na construção de estruturas religiosas que têm na liberdade seu valor inalienável.

A definição do Sagrado como objeto de estudo do Ensino Religioso tem como objetivo a compreensão, o conhecimento e o respeito das expressões religiosas advindas de culturas diferentes, inclusive das que não se organizam em instituições, e suas elaborações sobre o fenômeno religioso.

CONTEÚDOS ESTRUTURANTES E BÁSICOS

Os Conteúdos Básicos devem ser tratados sob a ótica dos três Conteúdos Estruturantes sendo eles**: Paisagem Religiosa, Universo Simbólico Religioso, Textos Sagrados.**

Conteúdos Estruturantes	**Conteúdos Básicos**
Paisagem Religiosa **Universo Simbólico Religioso** **Textos Sagrados**	**6º ANO** Organizações religiosas Lugares Sagrados Textos Sagrados orais ou escritos Símbolos Religiosos **7º ANO** Temporalidade Sagrada Festas Religiosas Ritos Vida e Morte

METODOLOGIA

A metodologia do Ensino Religioso foi por muito tempo baseada na Pedagogia Tradicional, onde os conteúdos eram trabalhados com ênfase no estudo confessional. A transmissão desse conhecimento era feita a partir da exposição de conteúdo sem oportunidades para análise e questionamentos. Atualmente o trabalho pedagógico proposto para a disciplina de Ensino Religioso é o da superação dessas práticas tradicionais. Portanto propõe-se um encaminhamento metodológico baseado na aula dialogada, sendo que a partir da experiência religiosa do aluno e de seus conhecimentos prévios para, assim apresentar o conteúdo que será trabalhado. E quase sempre os conhecimentos dos alunos são compostos por uma visão de senso comum, empírica, sincrética na qual quase tudo aparece como natural, como afirma Saviani (1991, p.80). O professor deve posicionar de forma clara e objetiva quanto ao conhecimento sobre o sagrado e sem papel sociocultural. Assim exercerá o papel de mediador entre os saberes trabalhados em sala de aula. Diante disso, o professor anuncia aos alunos o conteúdo que será trabalhado, dialogando para verificar o que os mesmos já conhecem sobre o assunto e que uso faz desse conhecimento em sua prática diária.

A observação – visa à sensibilização para o mistério e a leitura da linguagem mítico-simbólica. Pode-se organizar uma exposição de símbolos, livros sagrados, ilustrações e fatos para serem analisados pelos alunos. Se possível pesquisa de campo em templos, igrejas e lugares sagrados da comunidade, para colher dados e informações sobre o tema abordado.

A reflexão – é o espaço para o diálogo, oportunidade para o educando manifestar o seu pensamento e a sua opinião sobre o conteúdo em estudo. Poderá ser orientado através de perguntas, problematizações, respeitando a liberdade do aluno, e articulando a conversação de modo a evitar juízos e atitudes preconceituosas.

A informação – é o momento onde os esclarecimentos do educador, o compartilhar de experiências entre os alunos, a pesquisa, a leitura de textos, o filme e a internet subsidiam o processo de construção e reconstrução do conhecimento.

Esses momentos não são dissociados um do outro, porém, cada momento prioriza determinada função, mesmo que todos estejam interligados.

Compromisso de vida – é o momento onde os alunos aplicam o conhecimento a fim de estabelecer formas de convivência solidária, de atitudes éticas. O professor orientará, a partir do tema abordado a elaboração de proposições éticas a serem experienciadas pelos alunos em seu convívio social.

É vedada toda e qualquer forma de proselitismo e doutrinação, entendendo que os conteúdos do Ensino Religioso devem ser trabalhados enquanto conhecimento da diversidade sócio-político e cultural. Os temas contemporâneos deverão ser trabalhados, junto aos conteúdos básicos e específicos e no decorrer do ano letivo e que são: **Lei Estadual 1338/01-** História do Paraná, no que diz respeito aos locais sagrados no Paraná, Organizações religiosas presentes no Estado, as Festas Religiosas e os locais de peregrinação; **Lei Federal 9795/99, Dec. 4281/02 -**Educacional Ambiental; **Lei Estadual nº 17505/13** - Educação Ambiental; o tema abordado será referente ao tempo Sagrado e os ciclos da natureza, espaços sagrados ligados a natureza e ao meio ambiente, Religiosidade indígena e sua conexão com a natureza; **Lei Federal 10.639/03-**História e Cultura Afro-Brasileira; **Lei Federal 11.645/08** -História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena, o tema abordado será símbolos religiosos e a linguagem não escrita, os diferentes ritos encontrados nas religiões de matriz africana e americana; **Lei Federal 10741/03-** Estatuto do Idoso**; Lei Estadual 17858/13** - Política de proteção ao Idoso; que trabalhará as diferentes visões sobre o tratamento dado a seus anciãos, o respeito dedicado aqueles que transmitem suas experiências vividas ao logo dos anos; **Lei Estadual 16.454/10** de 17 de maio de 2010, Resolução nº 12 de 16 de janeiro de 2016; Gênero e Diversidade Sexual, por meio desta serão distinguidas as funções/atribuições dos homens e das mulheres nas tradições religiosas, as hierarquias estabelecidas nas tradições religiosas e o respeito à diversidade cultural e religiosa; **Lei Federal 11340/06-** cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher; **Lei Federal 18447/15** - Semana estadual Maria da Penha nas Escolas; **Lei Estadual 16.454/10** de 17 de maio de 2010, Resolução n º12, 16 de Janeiro de 2016 – Dia Estadual de Combate à Homofobia, as referidas leis tem como objetivo a compreensão das tradições religiosas à respeito das orientações sexuais, os deuses, os gêneros e as identidades de gêneros e o o respeito à diversidade cultural e religiosa; **Lei Estadual 17.335/12** Programa de Combate ao Bullying; **Lei Federal 11525/07-** Enfrentamento à Violência Contra a Criança e o Adolescente, as quais auxiliam na compreensão das tradições religiosas á respeito das orientações sexuais, bem como o respeito à diversidade cultural e religiosa, e os diferentes ritos encontrados nas religiões de matriz africana e americana; - **Lei 11947/09-** Educação Alimentar e nutricional; tem como objetivo estabelecer relações entre datas sagradas e jejum alimentar, alimentos sagrados nos Rituais, conhecer as possibilidades alimentares das diferentes religiões e fazer um paralelo com o que pode e o que é proibido.

AVALIAÇÃO

O Ensino Religioso não terá registro de notas ou conceitos na documentação escolar e não se constituiu como objeto de reprovação, isso se justifica pelo caráter facultativo da matrícula, mas é preciso o registro das atividades que permitirá ao Colégio, aluno, pais e responsáveis o acompanhamento do progresso obtido com a disciplina, da ampliação do seu conhecimento em torno do objeto de estudo do Ensino Religioso, que é o sagrado, o aluno deverá demonstrar o quanto se apropriou do conhecimento e foi capaz de relacionar os conteúdos com outras disciplinas. Esse acompanhamento é um elemento integrante do processo educativo na disciplina do Ensino Religioso, cabendo ao professor implementar práticas avaliativas através de instrumentos diversificados que possam permitir o acompanhamento e registro do processo de apropriação de conhecimento conforme a intencionalidade explicita no Plano de Trabalho Docente, assim terá elementos necessários para o planejamento das intervenções necessárias durante o processo pedagógico levando em consideração as especificidades de oferta e frequência dos alunos. A apropriação do conteúdo pode ser observada pelo professor em diferentes situações de ensino e aprendizagem. Ver se o aluno: expressa uma relação respeitosa com os colegas de classe que têm opções religiosas diferentes da sua e aceita as diferenças de credo ou de expressão de fé; o aluno reconhece que o fenômeno religioso é um dado de cultura e de identidade de cada grupo social; o aluno emprega conceitos adequados para referir-se às diferentes manifestações do Sagrado.

REFERENCIAS

PARANÁ. Secretaria do Estado de Educação. Superintendência da Educação. Departamento da Educação Básica. Diretriz Curricular de Ensino Religioso. Curitiba, 2008.

Projeto Político Pedagógico Colégio Estadual do Núcleo Residencial Pindorama. EFM. Quedas do Iguaçu, 2016.

Regimento Escolar Colégio Estadual do Núcleo Residencial Pindorama. EFM. Quedas do Iguaçu, 2016

4.16.7 PROPOSTA PEDAGÓGICA CURRICULAR DE FILOSOFIA

APRESENTAÇÃO DA DISCIPLINA

Conforme as Diretrizes Curriculares Nacionais de Filosofia, o homem vem se questionando ao longo dos tempos sobre temas como a origem e o fim do universo, as causas, a natureza e a relação entre as coisas e entre os fatos. Essa busca de um conhecimento que transcende a realidade imediata constitui a essência do pensamento filosófico, que ao longo da história percorreu os mais variados caminhos, seguiu interesses diversos, elaborou muitos métodos de reflexão e chegou a várias conclusões, em diferentes sistemas filosóficos.

Atualmente, o termo Filosofia possui, em nosso uso cotidiano, um sentido amplo. Costumamos empregá-lo como sinônimo de atividade reflexiva, de qualquer teorização ou pensamento. É nesta acepção que falamos de uma “filosofia de vida”, e até mesmo de uma “filosofia de botequim”. Compreendida, porém, em seu sentido estrito, filosofia, ou antes, *philosophia*, é um termo surgido na Grécia, empregado para designar um modo determinado de relação com o saber.

Etimologicamente, a palavra *philosophia*é composta de *philos*, amigo ou amante, e *sophía*, saber, sabedoria. Assim, podemos compreendê-la, em seu sentido primeiro, como o amor ou a inclinação ao saber. O verbo *philosophein*, filosofar, foi empregado por Heródoto (séc V a.C.) e Tucídides (séc V-IV a.C), historiadores gregos. Os primeiros filósofos a empregar este termo, ainda que em sua forma adjetiva, foram Heráclito de Éfeso e Pitágoras de Samos (séc. VI a.C.). Atribui-se a Pitágoras haver se autodenominado *filósofo*. E Heráclito escreve (frag. 35): *É bem necessário serem os homens amantes da sabedoria* (*philosóphous*) *para investigar muitas coisas*. Contudo, somente a partir das reflexões de Platão e Aristóteles o termo *filosofia* se pôde firmar como a denominação de um âmbito particular de investigação: o questionamento acerca do fundamento da realidade, bem como da própria possibilidade de investigar.

Como vimos o termo Filosofia deriva do grego phílos ("amigo", "amante") e sophía (“conhecimento”, “saber”) e tem praticamente tantas definições quantas são as correntes filosóficas. Aristóteles a definiu como a totalidade do saber possível que não tenha de abranger todos os objetos tomados em particular; os estóicos, como uma norma para a ação; Descartes, como o saber que averigua os princípios de todas as ciências; Locke, como uma reflexão crítica sobre a experiência; os positivistas, como um compêndio geral dos resultados da ciência, o que tornaria o filósofo um especialista em ideias gerais. Já se propuseram outras definições mais irreverentes e menos taxativas. Por exemplo, a do britânico Samuel Alexander, para quem a Filosofia se ocupa "daqueles temas que a ninguém, a não ser a um filósofo, ocorreria estudar".

Segundo a DCE de Filosofia, pag. 38, constituída como pensamento há mais de 2600 anos, a Filosofia, que tem a sua origem na Grécia antiga, traz consigo o problema de seu ensino a partir do embate entre o pensamento de Platão e as teorias dos sofistas. Naquele momento, tratava-se de compreender a relação entre o conhecimento e o papel da retórica no ensino. Por um lado, Platão admitia que, sem uma noção básica das técnicas de persuasão, a prática do ensino da Filosofia teria efeito nulo sobre os jovens. Por outro lado, também pensava que se o ensino de Filosofia se limitasse à transmissão de técnicas de sedução do ouvinte, por meio de discursos, o perigo seria outro: a Filosofia favoreceria posturas polêmicas, como o relativismo moral ou o uso pernicioso do conhecimento.

Conforme a DCE de Filosofia preocupação maior com a delimitação de metodologias para o ensino de Filosofia é garantir que os métodos de ensino não lhe deturpem o conteúdo. A ideia de que não existem verdades absolutas em conteúdos como, por exemplo, moral e política, é tese defendida com frequência por filósofos. Ocorre que essa discussão, ao ser levada para o ensino, torna inevitável o estranhamento que a ausência de conclusões definitivas provoca nos estudantes. Essa é uma característica da Filosofia que, como lição preliminar a qualquer conteúdo filosófico, deve ser bem compreendida.

Conforme a DCE de Filosofia, p. 39, a história do ensino da Filosofia, no Brasil e no mundo, tem apresentado inúmeras possibilidades de abordagem, dentre as quais destacam-se, segundo Ferrater Mora (2001):

• a divisão cronológica linear: Filosofia Antiga, Filosofia Medieval, Filosofia Renascentista, Filosofia Moderna e Filosofia Contemporânea, etc.;

• a divisão geográfica: Filosofia Ocidental, Africana, Filosofia Oriental, Filosofia Latino-Americana, dentre outras, etc.;

• a divisão por conteúdos: Teoria do Conhecimento, Ética, Filosofia Política, Estética, Filosofia da Ciência, Ontologia, Metafísica, Lógica, Filosofia da Linguagem, Filosofia da História, Epistemologia, Filosofia da Arte, etc.

Conforme a DCE de Filosofia, p. 41, na modernidade, a busca da autonomia da razão e da constituição da individualidade se confronta com os discursos abstratos sobre Deus e sobre a alma, substituindo-os, paulatinamente, pelo pensamento antropocêntrico. A Filosofia declara sua independência da Teologia e os pensadores passam a tratar principalmente de questões filosófico-científicas (Racionalismo, Empirismo, Criticismo). O homem descobre sua importância ao compreender as lógicas da natureza, da sociedade e do universo. Ser moderno significa valorizar o homem (antropocentrismo); não aceitar passivamente o critério da autoridade ou da tradição; valorizar a experimentação; separar os campos da fé e da razão; confiar na razão, que se bem empregada permite o conhecimento objetivo do mundo com benefícios para o homem. A filosofia

contemporânea é resultado da preocupação com o homem, principalmente no tocante à sua historicidade, sociabilidade, secularização da consciência, o que se constata pelas inúmeras correntes de pensamento que vêm constituindo esse período. Os principais períodos da história da Filosofia são: Filosofia Antiga, Filosofia Medieval, Filosofia Moderna e Filosofia Contemporânea.

A partir do final do século XIX, a Filosofia é marcada pelo pluralismo de ideias, o que permite pensar de maneira específica cada um dos conteúdos estruturantes apresentados nas Diretrizes. Ainda que os problemas pensados hoje também tenham se apresentado, anteriormente, como problemas, a atividade filosófica deve considerar as características e perspectivas do pensamento que marcam cada período da história da Filosofia. (DCE, p.42)

Segundo a DCE de Filosofia p. 42, no Brasil, a Filosofia como disciplina figura nos currículos escolares desde o ensino jesuítico, ainda nos tempos coloniais sob as leis do Ratio Studiorum− documento publicado em 1599, que segundo Ribeiro (1978) objetivava a organização e o planejamento do ensino dos jesuítas, com base em elementos da cultura europeia, ignorando a realidade, as necessidades e interesses do índio, do negro e do colono. Tais estudos (…) se compunham de quatro séries de gramática (assegurar a expressão clara e exata), uma de humanidades (assegurar expressão rica e elegante) e uma de retórica (assegurar expressão poderosa e convincente). A escola de ler e escrever existia excepcionalmente nos colégios como ocasião para que alguns alunos fossem introduzidos nessas técnicas indispensáveis ao acompanhamento no curso de humanidades (RIBEIRO, 1978, p. 09). Nessa perspectiva, a educação em geral e, consequentemente a Filosofia, eram entendidas como instrumentos de formação moral e intelectual sob os cânones da Igreja Católica, dos interesses das elites coloniais e do poder cartorial local.

Ainda como afirma a DCE de Filosofia, p. 43, com a Proclamação da República, a Filosofia passou a fazer parte dos currículos oficiais, até mesmo como disciplina obrigatória. Essa presença não significou, porém, um movimento de crítica à configuração social e política brasileira, que oscilou entre a democracia formal, o populismo e a ditadura. A partir de um dos documentos educacionais mais importantes de então – o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova de 1932 –, que pretendia reconstruir a educação no Brasil, percebe-se que os currículos escolares sofreram uma queda significativa da participação das humanidades. A nova política educacional da era Vargas, especialmente após a constituição de 1937, previa o desenvolvimento da educação técnica profissional, de nível secundário e superior, como base da economia nacional, com a necessária variedade de tipos de escola. Esse padrão predominou até 1961.

Conforme a DCE de Filosofia, p. 43, a partir da década de 1980, com o processo de abertura política e de redemocratização do país, as discussões e movimentos pelo retorno

da Filosofia ao Ensino Médio (à época, denominado Segundo Grau) ocorreram em vários estados do Brasil. Na Universidade Federal do Paraná, professores ligados à Filosofia iniciaram um movimento que contava com articulações políticas e organização de eventos na defesa da retomada do espaço da Filosofia, em contestação à educação tecnicista, oficializada pela Lei n. 5.692/71.

A mobilização desse período, ocorrida nos grandes centros, foi essencial para a criação da Sociedade de Estudos e Atividades Filosóficas (Seaf). Esse movimento intelectual defendeu a presença da Filosofia nos currículos escolares brasileiros e, por isso, constituiu um importante marco na afirmação dessa disciplina na formação do estudante do nível médio. Porém, apesar de todas essas mobilizações para a valorização e implantação do ensino de Filosofia no curriculo da educação básica, foram vários anos de conquistas, mas também barreiras que impediam a implantação dessa disciplina.

Como afirma a DCE de Filosofia, p. 45 A partir da LDB n. 9.394/96, o ensino de Filosofia, no Nível Médio, começou a ser discutido, embora a tendência das políticas curriculares oficiais fosse a de manter a Filosofia em posição de saber transversal às disciplinas do currículo. Essa posição está expressa no veto de 2001 do então presidente Fernando Henrique Cardoso ao projeto de lei que propunha o retorno da Filosofia e da Sociologia como disciplinas obrigatórias no Ensino Médio.

No Estado do Paraná, foi aprovada a lei n. 15.228, em julho de 2006, tornando a Filosofia e a Sociologia obrigatórias na matriz curricular do Ensino Médio.

Filosofia e a Sociologia obrigatórias na matriz curricular do Ensino Médio. O cumprimento da exigência intrínseca a qualquer disciplina de figurar na matriz curricular faz surgir uma série de questões e problemas a serem discutidos. Daí que, da década de 1980 até hoje, os professores de filosofia vêm manifestando uma preocupação com o conteúdo e a metodologia, em outras palavras, a necessidade de pensar a relação entre os textos filosóficos e a experiência filosófica no ensino médio. Segundo Gallo (2000), observa-se hoje no Brasil um movimento de pensar filosoficamente o ensino de Filosofia, no qual os filósofos têm tomado para si a responsabilidade de pensar a prática docente nos vários níveis. Em meio a esse movimento, está a construção destas Diretrizes para o ensino de Filosofia. Para tanto, faz-se necessário revisitar a história do ensino de Filosofia no Brasil e no Paraná. Nesse processo identificam-se as filosofias ensinadas, com seus recortes distintos de conteúdos, em cada momento histórico: por um lado, as filosofias que muitas vezes eram legitimadas, ou até mesmo coniventes com a sociedade em que estavam inseridas e, por outro lado, as filosofias que se dispunham a questionar, criticar, opor resistência e, portanto, propor mudanças.

Pode-se definir Filosofia, sem trair seu sentido etimológico, como uma busca da sabedoria, conceito que aponta para um saber mais profundo e abrangente do homem e da natureza, que transcende os conhecimentos concretos e orienta o comportamento

diante da vida. A Filosofia pretende ser também uma busca e uma justificação racional dos princípios primeiros e universais das coisas, das ciências e dos valores, e uma reflexão sobre a origem e a validade das ideias e das concepções que o homem elabora sobre ele mesmo e sobre o que o cerca.

Ao longo de sua evolução histórica, a Filosofia foi sempre um campo de luta entre concepções antagônicas — materialistas e idealistas, empiristas e racionalistas, vitalistas e especulativas. Esse caráter necessariamente antagonista da especulação filosófica decorre da impossibilidade de se alcançar uma visão total das múltiplas facetas da realidade. Entretanto, é justamente no esforço de pensar essa realidade, para alcançar a sabedoria, que o homem vem conquistando ao longo dos séculos uma compreensão mais cabal de si mesmo e do mundo que o cerca, e uma maior compreensão das próprias limitações de seu pensamento.

As culturas mais primitivas e as antigas filosofias orientais expunham suas respostas aos principais questionamentos do homem em narrativas primitivas, geralmente orais, que expressavam os mistérios sobre a origem das coisas, o destino do homem, o porquê do bem e do mal. Essas narrativas, ou "mitos", durante muito tempo foram consideradas simples ficções literárias de caráter arbitrário ou meramente estético, constituem antes uma autêntica reflexão simbólica, um exercício de conhecimento intuitivo.

Observando que os antigos narradores — Homero, Hesíodo — só transmitiram tradições, sem dar nenhuma prova de suas doutrinas, Aristóteles, um dos fundadores da Filosofia Ocidental, distinguiu entre Filosofia e Mito dizendo ser próprio dos filósofos o deram a razão daquilo que falam.

Estabeleceu-se assim na cultura ocidental uma primeira delimitação do conceito de Filosofia como explicação racional e argumentada da realidade. No entanto, não havia sido definida nesse momento a separação da Filosofia e das diversas ciências. Aristóteles, por exemplo, investigou tanto sobre Metafísica especulativa, como sobre Física, História Natural, Medicina e História Geral, todas reunidas sob a denominação comum de Filosofia. Somente a partir da baixa Idade Média e mais ainda do Renascimento, as diversas ciências se diferenciaram e a Filosofia se definiu em seus atuais limites e conteúdos.

A Filosofia reflete, analisa e critica a realidade sob todos os aspectos para conhecê-la de forma contínua. O objeto de estudo da Filosofia é a investigação e o questionamento profundo do ser, considerando sua essência, sua natureza e seu fim e também os fatos e os conceitos como o pensamento, a consciência e a razão, tudo isto feito com muito rigor metodológico.

A Filosofia investiga a verdade com base numa visão de conjunto, buscando a compreensão da existência do ser humano e do mundo. Portanto, todas as áreas do saber são trabalhadas pela F*ilosofia*, que organiza os conhecimentos através da pesquisa

que realiza sobre as possibilidades e limites destes conhecimentos. O objeto de estudo da filosofia é o próprio ser humano, seus conflitos, suas crenças, suas dúvidas e tudo aquilo que o cerca.

OBJETIVOS DA DISCIPLINA

- Levar o aluno a perceber seu papel na sociedade, através de temas discutidos procurarem entender, e assim compreender a realidade dos problemas e buscar soluções;

- Resgatar ao mesmo tempo os valores humanos da sociedade para sim poder melhorar até mesmo seu convívio perante sociedade;

- Conscientizar o aluno sobre a importância dos temas, como exemplo a questão do trabalho na sua vida profissional, cultural;

- Melhorar no aluno a sua capacidade crítica e reflexiva por meio de temas abordados em sala de aula.

De acordo ainda com a DCE, p. 40, a amplitude da Filosofia, de sua história e de seus textos desautoriza a falsa pretensão do esgotamento de sua produção, seus problemas, sua especificidade e complexidade. Por reconhecer essa condição, Seguindo as Diretrizes, esta Proposta Pedagógica Curricular, faz a opção pelos seguintes conteúdos estruturantes: Mito e Filosofia; Teoria do Conhecimento; Ética; Filosofia Política; Filosofia da Ciência e Estética. A escolha desses conteúdos não significa, porém, que as Diretrizes Curriculares excluam a possibilidade de trabalhar com a história da filosofia. Pelo contrário, elas partilham a ideia de que sem uma consideração histórica dos temas filosóficos, a filosofia corre o risco de tornar-se superficial. No entanto, o que essas Diretrizes Curriculares desencorajam é a organização meramente cronológica e linear dos conteúdos.

A história da filosofia e as ideias dos filósofos que nos precederam constituem, assim, uma fonte inesgotável de inspiração e devem alimentar constantemente as discussões realizadas pelo professor e pelos estudantes em sala de aula. Os problemas, as ideias, os conceitos e os conteúdos estruturantes devem ser desenvolvidos, portanto, de tal forma que os diversos períodos da história da filosofia e as diversas maneiras através das quais eles discutem as questões filosóficas sejam levados em consideração.

CONTEÚDOS ESTRUTURANTES E BÁSICOS

CONTEÚDO ESTRUTURANTE	**CONTEÚDOS BÁSICOS**
1ª Série MITO E FILOSOFIA	• Saber mítico; • Saber filosófico; • Relação Mito e Filosofia; • Atualidade do mito; • O que é Filosofia?
TEORIA DO CONHECIMENTO	• Possibilidade do conhecimento; • As formas de conhecimento; • O problema da verdade; • A questão do método; • Conhecimento e lógica.
2ª Série ÉTICA	• Ética e moral; • Pluralidade ética; • Ética e violência; • Razão, desejo e vontade; • Liberdade: autonomia do sujeito e a necessidade das normas.
FILOSOFIA POLÍTICA	• Relações entre comunidade e poder; • Liberdade e igualdade política; • Política e Ideologia; • Esfera pública e privada; • Cidadania formal e/ ou Participativa.

3ª Série FILOSOFIA DA CIÊNCIA	• Concepções de ciência; • A questão do método científico; • Contribuições e limites da ciência; • Ciência e ideologia; • Ciência e ética;
ESTÉTICA	• Natureza da arte; • Filosofia e arte; • Categorias estéticas: feio, belo, sublime, trágico, cômico, grotesco, gosto, etc.; • Estética e sociedade.

METODOLOGIA

Para ensinar Filosofia deve ser utilizada as metodologias que sigam princípios críticos, partindo da realidade dos alunos para construir um conhecimento crítico, reflexivo mais amplo.

Os temas e conceitos serão ligados a vida, interação social, organização a fim de preparar os alunos e a sociedade em geral para o efetivo exercício da cidadania. Também a oportunidade de proporcionar aos alunos o conhecimento e a conscientização da realidade que o cerca.

Os conteúdos serão trabalhados de forma que melhore sua capacidade crítica e reflexiva por meio de textos analises, filmes, situações que forneçam condições de desenvolver a aprendizagem, em fim, os conhecimentos através da oralidade de textos, músicas, debates e questionamentos.

A abordagem teórico-metodológica deve ocorrer mobilizando os estudantes para o estudo da Filosofia sem doutrinação, dogmatismo e niilismo. O ensino de Filosofia deverá dialogar com os problemas do cotidiano, com o universo do estudante — as ciências, arte, história, cultura — a fim de problematizar e investigar os Conteúdos Estruturantes e seus Conteúdos Básicos sob a perspectiva da pluralidade filosófica, tomando como referência os textos filosóficos clássicos e seus comentadores.

Objetivando possibilitar aos nossos alunos o exercício da Filosofia nossas aulas priorizam a leitura, estimulam à reflexão e à produção de textos filosóficos por meio da

elaboração de muitos trabalhos escritos sobre os mais importantes conteúdos, temas, filósofos e períodos da Filosofia.

Quanto às possibilidades metodológicas, podemos seguir o caminho da *crítica* por meio do exame profundo e da análise de obras literárias ou artísticas, assim, os alunos podem expressar suas opiniões em forma de sínteses, atividades de leitura compreensiva de textos, de produções de textos filosóficos, de apresentações orais, seminários, círculos de debates filosóficos, atividades a partir de textos literários e de recursos audiovisuais e das velhas questões discursivas, entre tantas outras que poderíamos aqui mencionar.

Nas salas de aula, o aluno-filósofo pode realizar estudos de temas, conceitos e problemas filosóficos a serem utilizados em investigações científicas, além de fazer reflexões sobre os valores que regem a existência e o comportamento do homem.

Esse exercício do filosofar ocorrerá por meio da leitura, do debate, da argumentação, da exposição e análise do pensamento; valorizando os conhecimentos prévios dos estudantes, contextualizando problemas filosóficos e relacionando-os com situações do cotidiano; organizando círculos de debates filosóficos (CDF's); promovendo apresentações de análises e produções de textos filosóficos (sínteses); incentivando a leitura e produção de textos filosóficos; realizando atividades de pesquisa bibliográfica e entrevistas; ministrando aulas expositivas; e incentivando a leitura de cada um dos capítulos do Livro Didático quando de seus Conteúdos Estruturantes.

Quanto ao trato das questões pertinentes à História e Cultura Afro-brasileira e Africana Lei nº 10.639/03; História e Cultura Africana e Indígena, conforme previsto na Lei 11.645/2008; das discussões sobre Educação Fiscal Decreto 1143/99 e Portaria 413/02, Educação Ambiental Lei nº 9795/99 e Decreto nº 4281/02; Uso Indevido de Drogas - Lei nº 11.343/06; Sexualidade Humana e Enfrentamento à Violência contra Criança e o Adolescente, Lei 11.525/07 e Lei nº 8.069/90- ECA; Estatuto do Idoso - Lei nº 10.741/03; História do Paraná – Lei nº 13.381/01, serão abordadas a partir dos Conteúdos Estruturantes: FILOSOFIA POLÍTICA, ÉTICA e ESTÉTICA, com atividades de leituras, pesquisas, estudos de casos, filmes, seminários e debates, entre outros.

Através da inserção do Estatuto do Idoso nas discussões (Lei 10.741/2003), a disciplina de Filosofia é possível desenvolver abordagens filosóficas em relação aos objetos tratados a partir de conceitos fundamentais, tais como temporalidade e historicidade, direitos humanos, entre outros.

No que se refere ao trabalho com os alunos portadores de necessidades educacionais especiais, as atividades serão desenvolvidas, adequando conforme as necessidades de cada um, buscando sempre proporcionar ao educando que seus direitos sejam respeitados e que o mesmo se desenvolva integralmente adquirindo e transformando o conhecimento.

AVALIAÇÃO

Na complexidade do mundo contemporâneo, com suas múltiplas particularidades e especializações, espera-se que o estudante possa compreender, pensar e problematizar os Conteúdos Básicos dos Conteúdos Estruturantes, elaborando respostas aos problemas suscitados e investigados. Com a problematização e investigação, o estudante desenvolverá a atividade filosófica com os Conteúdos Básicos e poderá formular suas respostas quando toma posições e, de forma escrita ou oral, argumenta, ou seja, cria conceitos. Portanto, terá condições de ser construtor de ideias de caráter inusitados e criativos, cujo, resultado pode ser avaliado pelo próprio estudante e pelo professor. A avaliação é um dos recursos utilizados pelo professor para analisar e interpretar os dados da aprendizagem e do seu próprio trabalho, com a finalidade de aperfeiçoar e/ou sanar as dificuldades apresentadas no processo de ensino-aprendizagem.

Assim, a avaliação deve considerar o progresso dos estudantes quanto aos aspectos históricos, conceituais e culturais; observar como os alunos expressam oralmente os conceitos dos conteúdos trabalhados; o nível das discussões e entendimento nos Círculos de Debate; a qualidade textual quando da Produção de sínteses; a postura dos alunos e a qualidade do material (visual, sonoro, tátil) quando da Apresentação de trabalhos; o grau de maturidade intelectual quando da Análise de textos filosóficos; e a coerência lógica quando da avaliação escrita das atividades propostas. Quanto à recuperação, esta deve ser contínua; realizada a partir de atividades significativas, por meio de procedimentos didático-metodológicos, tais como:

- Atividades de Leitura (compreensiva) de textos;
- Projeto de pesquisa bibliográfica;
- Produção de Texto;
- Entrevistas;
- Seminários;
- Debates;
- Relatórios;
- Atividades com textos literários;
- Atividades com recursos áudio visual;
- Palestras;

- Trabalhos em grupo — diferentes atividades: escrita, oral, corporal, etc.;

- Questões discursivas e objetivas; entre outras.

- A avaliação na Instituição de Ensino é realizada trimestralmente, na semana de provas conforme cronograma da instituição, ao final de cada trimestre, sendo que a mesma é distribuída da seguinte forma. 4,0 pontos (quatro virgula zero) em trabalhos, sendo no mínimo dois, e 6,0 pontos (seis vírgula zero pontos) em uma avaliação escrita(prova).

- A recuperação de notas, dar-se-à após cada instrumento avaliativo, sendo que a recuperação será disponibilizada ao aluno que não atingir sessenta por cento da nota da avaliação, ou para o aluno que queira melhorar sua nota, permanecendo a nota maior. O número mínimo de recuperações é de três. (03).

- Conforme as Diretrizes Curriculares do Ensino de Filosofia, no processo educativo, a avaliação deve se fazer presente, tanto como meio de diagnóstico do processo ensino-aprendizagem quanto como instrumento de investigação da prática pedagógica. Assim a avaliação assume uma dimensão formadora, uma vez que, o fim desse processo é a aprendizagem, ou a verificação dela, mas também permitir que haja uma reflexão sobre a ação da prática pedagógica.

- Para cumprir essa função, a avaliação deve possibilitar o trabalho com o novo, numa dimensão criadora e criativa que envolva o ensino e a aprendizagem.

Desta forma, se estabelecerá o verdadeiro sentido da avaliação: acompanhar o desempenho no presente, orientar as possibilidades de desempenho futuro e mudar as práticas insuficientes, apontando novos caminhos para superar problemas e fazer emergir novas práticas educativas (LIMA, 2002).

No cotidiano escolar, a avaliação é parte do trabalho dos professores. Tem por objetivo proporcionar-lhes subsídios para as decisões a serem tomadas a respeito do processo educativo que envolve professor e aluno no acesso ao conhecimento. É importante ressaltar que a avaliação se concretiza de acordo com o que se estabelece nos documentos escolares como o Projeto Político Pedagógico e, mais especificamente, a Proposta Pedagógica Curricular e o Plano de Trabalho Docente, documentos necessariamente fundamentados nas Diretrizes Curriculares.

Esse projeto e sua realização explicitam, assim, a concepção de escola e de sociedade com que se trabalha e indicam que sujeitos se quer formar para a sociedade que se quer construir.

Nestas Diretrizes Curriculares para a Educação Básica, propõe-se formar sujeitos que construam sentidos para o mundo, que compreendam criticamente o contexto social e histórico de que são frutos e que, pelo acesso ao conhecimento, sejam capazes de uma inserção cidadã e transformadora na sociedade.

A avaliação, nesta perspectiva, visa contribuir para a compreensão das dificuldades de aprendizagem dos alunos, com vistas às mudanças necessárias para que essa aprendizagem se concretize e a escola se faça mais próxima da comunidade, da sociedade como um todo, no atual contexto histórico e no espaço onde os alunos estão inseridos.

Não há sentido em processos avaliativos que apenas constatam o que o aluno aprendeu ou não aprendeu e o fazem refém dessas constatações, tomadas como sentenças definitivas. Se a proposição curricular visa à formação de sujeitos que se apropriam do conhecimento para compreender as relações humanas em suas contradições e conflitos, então a ação pedagógica que se realiza em sala de aula precisa contribuir para essa formação.

Para a implementação do Decreto nº 6.571/2008, os sistemas de ensino devem matricular os alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação nas classes comuns do ensino regular e no Atendimento Educacional Especializado (AEE), ofertado em salas de recursos multifuncionais ou em centros de Atendimento Educacional Especializado da rede pública ou de instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos. O processo avaliativo para os alunos com necessidades educacionais especiais, será realizado analisando as necessidades de cada indivíduo, fazendo as adequações necessárias, possibilitando ao aluno superar suas dificuldades e se desenvolver integralmente.

Para concretizar esse objetivo, a avaliação escolar deve constituir um projeto de futuro social, pela intervenção da experiência do passado e compreensão do presente, num esforço coletivo a serviço da ação pedagógica, em movimentos na direção da aprendizagem do aluno, da qualificação do professor e da escola.

Nas salas de aula, o professor é quem compreende a avaliação e a executa como um projeto intencional e planejado, que deve contemplar a expressão de conhecimento do aluno como referência uma aprendizagem continuada.

No cotidiano das aulas, isso significa que:

- é importante a compreensão de que uma atividade de avaliação situa-se entre a intenção e o resultado e que não se diferencia da atividade de ensino, porque ambas têm o intuito de ensinar;

- no Plano de Trabalho Docente, ao definir os conteúdos específicos trabalhados naquele período de tempo, já se definem os critérios, estratégias e instrumentos de avaliação, para que professor e alunos conheçam os avanços e as dificuldades, tendo em vista a reorganização do trabalho docente;

- os critérios de avaliação devem ser definidos pela intenção que orienta o ensino e explicitar os propósitos e a dimensão do que se avalia. Assim, os critérios são um elemento de grande importância no processo avaliativo, pois articulam todas as etapas da ação pedagógica;

- os enunciados de atividades avaliativas devem ser claros e objetivos. Uma resposta insatisfatória, em muitos casos, não revela, em princípio, que o estudante não aprendeu o conteúdo, mas simplesmente que ele não entendeu o que lhe foi perguntado. Nesta circunstância, o difícil não é desempenhar a tarefa solicitada, mas sim compreender o que se pede;

- os instrumentos de avaliação devem ser pensados e definidos de acordo com as possibilidades teórico-metodológicas que oferecem para avaliar os critérios estabelecidos. Por exemplo, para avaliar a capacidade e a qualidade argumentativa, a realização de um debate ou a produção de um texto serão mais adequados do que uma prova objetiva;

- a utilização repetida e exclusiva de um mesmo tipo de instrumento de avaliação reduz a possibilidade de observar os diversos processos cognitivos dos alunos, tais como: memorização, observação, percepção, descrição, argumentação, análise crítica, interpretação, criatividade, formulação de hipóteses, entre outros;

- uma atividade avaliativa representa, tão somente, um determinado momento e não todo processo de ensino-aprendizagem;

- a recuperação de estudos deve acontecer a partir de uma lógica simples: os conteúdos selecionados para o ensino são importantes para a formação do aluno, então, é preciso investir em todas as estratégias e recursos possíveis para que ele aprenda. A recuperação é justamente isso: o esforço de retomar, de voltar ao conteúdo, de modificar os encaminhamentos metodológicos, para assegurar a possibilidade de aprendizagem. Nesse sentido, a recuperação da nota é simples decorrência da recuperação de conteúdo.

Assim, a avaliação do processo ensino-aprendizagem, entendida como questão metodológica, de responsabilidade do professor, é determinada pela perspectiva de investigar para intervir. A seleção de conteúdos, os encaminhamentos metodológicos e a clareza dos critérios de avaliação elucidam a intencionalidade do ensino, enquanto a diversidade de instrumentos e técnicas de avaliação possibilita aos estudantes variadas oportunidades e maneiras de expressar seu conhecimento. Ao professor, cabe acompanhar a aprendizagem dos seus alunos e o desenvolvimento dos processos cognitivos.

Por fim, destaca-se que a concepção de avaliação que permeia o currículo não pode ser uma escolha solitária do professor. A discussão sobre a avaliação deve envolver o coletivo da escola, para que todos (direção, equipe pedagógica, pais, alunos) assumam seus papéis e se concretize um trabalho pedagógico relevante para a formação dos alunos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARANHA, M.L.A; MARTINS, M.H.P. **Filosofando**: **introdução à filosofia**. São Paulo: Moderna, 1993.

BORNHEIM, Gerd A. **Introdução ao filosofar**. 8 ed. São Paulo: Globo, 1989.

CHAUÍ, Marilena. **Convite à Filosofia**. 12ª ed. São Paulo: Ática, 2002.

Colégio Estadual do Núcleo Residencial Pindorama. EFM. **Projeto Político Pedagógico**. Quedas do Iguaçu, 2016.

Colégio Estadual do Núcleo Residencial Pindorama. EFM. **Regimento Escolar**. Quedas do Iguaçu, 2016.

LIMA, A. de Oliveira. **Avaliação escolar: julgamento ou construção?** Petrópolis: Vozes,2002.

MARIAS, J. **Introdução à filosofia**. São Paulo: Duas Cidades, 1970.

MORENTE, M. G. **Fundamentos de filosofia: lições preliminares**. 4 ed. São Paulo: Mestre Jou, 1970.

PARANÁ, Secretaria de Estado da Educação. Departamento de Educação Básica. **Diretriz Curricular de Filosofia.** Curitiba: SEED- DEB PR, 2008.

_____. **Filosofia**. Vários autores. – Curitiba: SEED-PR, 2006. – 336 p.

VERNANT, J. P. **As origens do pensamento grego**. São Paulo: Difel, 1986.

4.16.8 PROPOSTA PEDAGÓGICA CURRICULAR DE FÍSICA

APRESENTAÇÃO DA DISCIPLINA

A Física é um conhecimento que permite elaborar modelos de evolução cósmica, das partículas que compõem a matéria, ao mesmo tempo em que permite desenvolver novas fontes de energia e criar novos materiais, produtos e tecnologias.

Incorporado à cultura, esse conhecimento tornou-se indispensável à formação da cidadania.

Espera-se que o ensino de Física contribua para a formação de uma cultura científica que permita ao educando a interpretação dos fatos, fenômenos e processos naturais, situando e dimensionando a interação do ser humano com a natureza como parte da própria natureza em transformação.

A Física tem como objeto de estudo o Universo em toda sua complexidade e como disciplina escolar propõe aos estudantes o estudo da natureza, entendida segundo Menezes (2005), como realidade material sensível.

As explicações a respeito do Universo mudam, em cada época, de acordo com o que se conhece sobre ele. Aristóteles, no século IV a.C., apresentou argumentos bastante convincentes para mostrar a forma arredondada da Terra e desenvolveu uma Física para tentar compreender a nova visão de mundo terrestre. Essa ideia trazia alguns questionamentos, dentre eles: como pessoas e objetos moventes não caíam da Terra? Um percurso pode iniciar e terminar no mesmo lugar? Como a Terra não cai, já que não há nada que a segure, como se supunha haver, quando se imaginava que ela fosse plana?

O ensino de Física deve promover um conhecimento contextualizado e integrado à vida do jovem que explique, por exemplo, a queda dos corpos, o movimento da Lua ou das estrelas no céu, o arco-íris e também os raios laser, as imagens da televisão e as formas de comunicação. Uma Física que explique os gastos da “conta de luz” ou o consumo diário de combustível e também as questões referentes ao uso das diferentes fontes de energia em escala social, incluída a energia nuclear com seus riscos e benefícios. Que trate do refrigerador ou dos motores a combustão, das células fotoelétricas, das radiações presentes no dia-a-dia, mas também dos princípios gerais que permitem generalizar essas compreensões.

Contudo para que possa haver uma apropriação desses conhecimentos, as leis e princípios gerais precisam ser desenvolvidos passo a passo, a partir dos elementos próximos e vivenciais. As noções de transformação e conservação de energia, por

exemplo, devem ser cuidadosamente tratadas, reconhecendo-se a necessidade de que o “abstrato” conceito de energia seja construído “concretamente”, a partir de situações reais.

Galileu Galilei (1562-1643) inaugurou a Física que conhecemos hoje. De suas observações pelo telescópio, desfez o sacrário dos lugares naturais, da dicotomia entre terra e céu, entre mundo sub-lunar e supralunar e contribuiu para a afirmação do sistema copernicano. O Universo deixaria de ser infinito e o céu deixou de ser perfeito. O espaço passou a ser mensurável, descrito em linguagem matemática.

Galileu buscava descrever um fenômeno partindo de uma situação particular, por exemplo, a queda de um corpo sob ação da gravidade. Com ele, estruturaram-se as bases da ciência moderna que parte de uma situação particular para fazer generalizações e construir leis universais.

Na Inglaterra, na segunda metade do século XVIII, o contexto social e econômico favorecia o avanço do conhecimento físico, pois a incorporação das máquinas a vapor à indústria trouxe mudanças no modo de produzir bens e contribuiu para grandes transformações sociais e tecnológicas e também para o desenvolvimento da termodinâmica. Essa primeira revolução industrial se fez mais com conhecimento técnico, isto é, realizado por técnicos, e não pelos homens da ciência. Mas a incorporação das máquinas à indústria uniu técnicos e cientistas na busca pela compreensão da ciência do calor, para melhoria técnica das máquinas, contribuindo para o avanço industrial.

Uma nova revolução no campo de pesquisa da Física marcou o início do século XX. Em 1905, Einstein apresentou a teoria da relatividade especial ao perceber que as equações de Maxwell não obedeciam às regras de mudança de referencial da teoria newtoniana. Ao decidir pela preservação da teoria, Einstein alterou os fundamentos da mecânica e apresentou uma nova visão do espaço e do tempo, sem o éter.

No Brasil, em 1934, foi criado o curso de Sciencias Physicas, na Faculdade de Philosophia, Sciencias e Letras da Universidade de São Paulo, para formar bacharéis e licenciados em Física. Isso permitiu que a Física, como campo de pesquisa e criação de novos conhecimentos, começasse a se desenvolver efetivamente no país.

Os novos fatos científicos do século XX obrigaram os físicos a refletirem sobre o próprio conceito de ciência, sobre os critérios de verdade e validade dos modelos científicos, entretanto, o mesmo não ocorreu com o ensino de Física no Brasil, que não sofreu grandes alterações até meados da década de 1940.

Nos anos de 1980, o Grupo de reelaboração do Ensino de Física (Gref), integrado por professores da Rede Estadual Pública de São Paulo e coordenado pelo Instituto de

Física da USP, elaborou uma proposta de ensino cuja abordagem dos conteúdos escolares deveria partir da vivência de professores e alunos.

No Paraná foi publicada em 1993 uma proposta reestruturação do ensino, inclusive de Física, para as escolas paranaenses, buscava propiciar ao aluno uma sólida educação geral voltada à compreensão crítica da sociedade para enfrentar as mudanças e atuar sobre elas, condição improvável sem a aquisição do conhecimento científico. Além disso, o entendimento da relação ciência-tecnologia, do processo de elaboração da ciência e sua aplicação à tecnologia, evitaria a apresentação da ciência como verdade absoluta – à margem da sociedade – e contribuiria para o desenvolvimento da criticidade dos estudantes.

A partir de 2003, foi proposta uma mobilização coletiva para elaboração de novas diretrizes curriculares estaduais, considerando-se a necessidade de um documento crítico para orientar a prática pedagógica nas escolas paranaenses e o lapso de tempo em que o professor ficou à margem dessas discussões.

Estas Diretrizes buscam construir um ensino de física centrado em conteúdos e metodologias capazes de levar os estudantes a uma reflexão sobre o mundo das ciências, sob a perspectiva de que esta não é somente fruto da racionalidade científica. É preciso ver o ensino da física “com mais gente e com menos álgebra, a emoção dos debates, a força dos princípios e a beleza dos conceitos científicos” (MENEZES, 2005).

Sendo o ensino médio um momento particular do desenvolvimento cognitivo dos jovens, o aprendizado de Física tem características específicas que pode favorecer uma construção rica em abstrações e generalizações tanto no sentido prático como conceitual.

A Física tem uma maneira própria de lidar com o mundo que se expressa na busca da regularidade, na conceituação e quantificação das grandezas, na investigação dos fenômenos. Aprender essa maneira de lidar com o mundo envolve uma questão importante no processo de ensino aprendizagem relacionados à compreensão e investigação em Física.

Ressalta-se a importância de um enfoque conceitual para além de uma equação matemática, sob o pressuposto teórico de que o conhecimento científico é uma construção humana com significado histórico e social.

OBJETIVO GERAL DA FÍSICA

Conforme as Diretrizes Curriculares de Física o principal objetivo dessa disciplina é buscar construir um ensino de física centrado em conteúdos e metodologias capazes de levar os estudantes a uma reflexão sobre o mundo das ciências, sob a perspectiva de que

esta não é somente fruto da racionalidade científica. É preciso ver o ensino da física “com mais gente e com menos álgebra, a emoção dos debates, a força dos princípios e a beleza dos conceitos científicos”

(MENEZES, 2005).

Entende-se, então, que a física, tanto quanto as outras disciplinas, proporciona uma educação para a cidadania e isso se faz considerando a dimensão crítica do conhecimento científico sobre o Universo de fenômenos e a não-neutralidade da produção desse conhecimento, mas seu comprometimento e envolvimento com aspectos sociais, políticos, econômicos e culturais.

O ponto de partida da prática pedagógica são os conteúdos estruturantes, propostos nestas Diretrizes Curriculares com base na evolução histórica das ideias e dos conceitos da Física. Para isso, os professores devem superar a visão do livro didático como ditador do trabalho pedagógico, bem como a redução do ensino de Física à memorização de modelos, conceitos e definições excessivamente matematizados e tomados como verdades absolutas, como coisas reais.

Ressalta-se a importância de um enfoque conceitual para além de uma equação matemática, sob o pressuposto teórico de que o conhecimento científico é uma construção humana com significado histórico e social.

O ensino de Física promove um conhecimento contextualizado e integrado à vida dos jovens que explica, a queda dos corpos, o movimento da lua ou das estrelas no céu, o arco-iris e também os raios laser, as imagens da televisão e as formas da comunicação. a Física explica os gastos da “conta de luz” ou o consumo diário de combustível e também as questões referentes ao uso das diferentes fontes de energia em escala social, incluída a energia nuclear com seus riscos e benefícios. Uma Física que discuta a origem do universo e sua evolução, que trate do refrigerador ou dos motores à combustão, das células foto elétricas, das radiações presentes no dia a dia, mas também dos princípios gerais que permitem generalizar essas compreensões.

CONTEÚDOS ESTRUTURANTES E BÁSICOS

CONTEÚDO ESTRUTURANTE	CONTEÚDOS BÁSICOS
1ª Série • Movimento	• Momentum e inércia • Leis de Newton • Gravitação • Oscilações.

2ª Série Termodinâmica	• Lei zero da Termodinâmica • 1ª Lei da Termodinâmica • 2ª Lei da Termodinâmica • 3ª Lei da termodinâmica
3ª Série Eletromagnetismo	• Transformação da energia • Energia, e o Principio de conservação da energia Trabalho • Fluidos. • Carga, corrente elétrica, campos e ondas eletromagnéticas.

METODOLOGIA

A Física, instrumento para a compreensão do mundo em que vivemos, possui também um paradigma conceitual, que por si só poderia tornar seu aprendizado agradável. Este aprendizado, no entanto, é comprometido pelo enfoque matemático com o qual a Física é frequentemente confundida, pois os alunos têm sido expostos ao aparato matemático-formal, antes mesmo de terem compreendido os conceitos a que tal aparato deveria corresponder.

Uma maneira de evitar esse problema é começar cada assunto de Física de forma contextualizada e de uma linguagem, comuns ao professor e ao aluno, contida no meio de vivência de ambos e só aprofundar o assunto à medida que se amplie a área comum de compreensão e domínio.

O papel do professor será o mediador aproveitando o que o aluno já sabe, interage com o aluno enriquecendo o conhecimento já existente podendo inclusive substituí-lo.

Para que o aluno tenha de fato um a visão mais abrangente do universo, precisamos informar a eles que as fórmulas matemáticas representam modelo, os quais são elaborações humanas criadas para entender determinado fenômeno físico.

A atividade experimental deve ser o segundo passo onde, pode-se fazer o confronto entre as concepções prévias dos estudantes e a concepção científica, facilitando a formação de um conceito científico.

Para verificar o aprendizado o professor poderá retornar as questões anteriores ao experimento, comparando com as antigas respostas, para assim perceber se o aluno compreendeu ou não os conceitos desenvolvidos.

As discussões sobre educação Fiscal, educação Ambiental, Uso indevido de drogas, sexualidade humana e enfrentamento à violência contra criança e o adolescente serão abordadas em trabalhos pontuais e simultâneos ao longo do ano.

Os temas abaixo relacionados referentes a :

– Lei Educação Ambiental (L.F. 9795/99, Dec. 4281/02);

– Lei Estadual nº 17505/13 – Educação Ambiental;

– História e Cultura Afro-brasileira (10.639/03);

– História e Cultura Afro- brasileira e Indígena (11.645/08)

– Instrução nº 17/06 SUED/SEED – História e Cultura Afro-brasileira;

– Estatuto do Idoso (10741/03)

– Lei Estadual nº 17858/13 – Política de Proteção ao Idoso;

– Prevenção ao uso indevido de drogas (11.343/06);

– Lei Estadual nº 17650/13 – Programa de Resistência às drogas e à violência;

– Educação Fiscal/tributária (Dec. 1143/99 Portaria 413/99 Portaria 413/02);

– Enfrentamento à Violência Contra a Criança e o Adolescente (L.F. 11525/07);

– Gênero e Diversidade Sexual (Lei Estadual nº 16.454/10 de 17 de maio de 2010, Resolução nº 12, de 16 de janeiro de 2016);

– Lei Estadual nº 17335/12 – Programa de Combate ao Bullyng;

– Lei 18447/15 – Semana Estadual Maria da Penha nas Escolas;

– Plano Nacional de Educação dos Direitos Humanos 2006 – Ministério da Educação;

– Lei nº11947/09 – Educação alimentar e nutricional;

– Lei nº 9503/97: Código de Trânsito Brasileiro – Educação para o Trânsito;

– Decreto nº 7037/09: Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH 3)- Educação em Direitos Humanos;

– Lei Estadual nº 13381/01 – História do Paraná.

Serão abordadas e trabalhadas durante o ano letivo com palestras, pesquisas bibliográficas e na internet, trabalhos individuais e coletivos, seminários, debates, entre outros.

Os recursos usados como: Tv pendrive, utensílios e produtos de laboratório, jornais, revistas, Tabela Periódica, rótulos, filmes, livros e laboratório de informática, serão utilizados no desenvolvimento das aulas, em trabalhos individuais e coletivos, pesquisas, aulas expositivas, pesquisa de campo, organização e realização de seminários e debates, entre outros.

AVALIAÇÃO

A avaliação deve levar em conta o progresso do estudante quanto aos aspectos históricos, conceituais e culturais, a evolução das ideias em Física e não neutralidade da ciência.

Devemos nos pautar na realização da avaliação considerando: compreensão dos conceitos físicos; a capacidade de análise de um texto; emitir uma opinião que leve em conta o conteúdo físico, a capacidade de elaborar um relatório sobre um experimento ou qualquer outro evento que envolva a Física.

Na avaliação do aluno devemos levar em conta os seguintes critérios: observação contínua das atividades de sala de aula, na produção de trabalhos individuais e em grupos, na elaboração de relatórios de atividades e experimentos, nas provas e testes que sintetizem um determinado assunto.

A partir dos resultados das provas e testes escritos, identificar os progressos e as dificuldades dos alunos, utilizando estas informações para recuperar ou avançar o processo de ensino-aprendizagem.

Neste sentido, considera-se a avaliação, como um conjunto de ações que possibilita ao aluno identificar seus avanços e suas dificuldades e o professor levando-o a buscar caminhos para solucioná-las progredindo no aprendizado da Física.

A avaliação é um dos recursos utilizados pelo professor para analisar e interpretar os dados da aprendizagem e do seu próprio trabalho, com a finalidade de aperfeiçoar e/ou sanar as dificuldades apresentadas no processo de ensino-aprendizagem.

As avaliações desta Instituição de Ensino são organizadas trimestralmente. O número mavaliações realizadas durante o trimestre deverão ser de três (03), sendo distribuídas da seguinte forma:

Trabalho – valor 4,0 (quatro vírgula zero) pontos, distribuídos em no mínimo dois trabalhos, ficando a critério de cada professor utilizar o método que julgar conveniente à

sua disciplina e ao conteúdo desenvolvido. Podendo ser trabalhos individuais ou coletivos, pesquisas, leitura, interpretação e produção de texto, entre outros, registrando no LRC de forma a gerar uma sequência.

Prova – Valor 6,0 (seis vírgula zero) pontos, distribuídos em uma avaliação escrita (prova). O registro dessa avaliação no RCO deve seguir a ordem dos trabalhos, de acordo com o número de trabalhos ofertados no trimestre.

Trabalhos 4,0 + Prova 6,0 = 10,0

Quanto aos trabalhos, poderão ser avaliados trabalhos individuais e coletivos; trabalhos de pesquisa; atividades diárias desenvolvidas em sala de aula; tarefas e atividades desenvolvidas em casa; pesquisa bibliográfica com contextualização clara em seu desenvolvimento, justificativa e revisão bibliográfica utilizada; atividades de leitura e interpretação; atividades em sala de aula utilizando o livro didático; trabalhos de casa para complementação das atividades; produção de textos com planejamento, objetivo, revisão e reestruturação da escrita; palestras; seminários; apresentações orais; atividades experimentais; pesquisa de campo; relatórios; entrevistas; debates; textos literários; atividades a partir de recursos audiovisuais.

As avaliações devem ser elaboradas de forma clara e objetiva, não deixando quaisquer dúvidas quanto à interpretação por parte dos alunos, devendo as mesmas ser previamente encaminhadas à Equipe Pedagógica via e-mail do colégio, para análise com fins pedagógicos.

A recuperação de estudos e notas deve proporcionar ao aluno uma nova oportunidade de rever os conteúdos não assimilados e uma nova verificação de conhecimento dos mesmos, através da aplicação de um novo instrumento avaliativo, que possibilite ao professor diagnosticar a aprendizagem do aluno para que este tenha condições de acompanhar os conteúdos posteriores.

A recuperação de conteúdos ocorrerá paralelamente, durante o período letivo (trimestres), sendo que a recuperação de notas, deverá ser realizada após cada avaliação realizada no trimestre, ou seja, referente aos trabalhos, provas ou qualquer outra forma de avaliação a que o aluno foi submetido. O número mínimo de recuperações deverão ser três (03).

Será considerado em recuperação, o aluno que não atingir sessenta por cento da nota de cada avaliação realizada no decorrer do trimestre. A recuperação será oportunizada ao aluno que não atingiu esse percentual de nota, podendo também ser

disponibilizada aos que atingirem, prevalecendo a maior nota, pois a recuperação é um direito do aluno, independente da nota.

Para a implementação do Decreto nº 6.571/2008, os sistemas de ensino devem matricular os alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação nas classes comuns do ensino regular e no Atendimento Educacional Especializado (AEE), ofertado em salas de recursos multifuncionais ou em centros de Atendimento Educacional Especializado da rede pública ou de instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos. Em que diz respeito aos alunos com necessidades educacionais especiais, caberá ao educador buscar metodologias diversificadas que beneficiem e permitam aprendizagem dos conteúdos propostos pelas disciplinas, respeitando o potencial e o seu desenvolvimento individual.

Diante de educandos que apresentarem necessidades educacionais especiais, cabe ao educador buscar métodos e técnicas diversificadas que permitam a aprendizagem dos conteúdos da disciplina, respeitando suas habilidades e potencialidades individuais. Sendo que será proporcionada a flexibilização curricular e o processo avaliativo será ajustado segundo suas necessidades, cabendo ao professor adaptar o processo de avaliação quer seja modificando técnicas, aumentando o tempo disponível para resoluções ou diversificando os instrumentos a serem utilizados de modo que possibilitem a expressão do aluno segundo seu grau de compreensão. Possibilitar usando outra estratégia de avaliação como recurso diferenciado, tendo em vista a limitação de cada aluno, suas possibilidades, levando em consideração o contexto inserido e a condição de aprendizagem de cada educando com necessidades educativas especiais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Colégio Estadual do Núcleo Residencial Pindorama. EFM. Projeto Político Pedagógico. Quedas do Iguaçu, 2016.

Colégio Estadual do Núcleo Residencial Pindorama. EFM. Regimento Escolar. Quedas do Iguaçu, 2016.

CHAVES, A. Física: Mecânica Volume 1. Rio de Janeiro: Reichmann e Affonso Editores, 2000.

BONJORNO, R. A. BONJORNO, J.R. BONJORNO, V. RAMOS, C.M..Física Completa. Volume único. São Paulo. Editora FTD S.A., 2000.

PARANÁ. Secretaria de Estado de Educação. Departamento de Educação Básica. Diretriz Curricular de Física. Curitiba – SEED/DEB _ PR,2008.

MÁXIMO, A. ALVARENGA, B. FÍSICA: De olho no mundo do trabalho. Volume único. São Paulo. Editora Scipione, 2003.

ROCHA, J. F. (org). Origens e evolução das idéias da Física. Salvador. Edufra, 2002.

ALVARENGA, B. MÁXIMO, A. Curso de Física. 1 ed. Belo Horizonte. Harbra, 1992.

4.16.9 PROPOSTA PEDAGÓGICA CURRICULAR DA DISCIPLINA DE GEOGRAFIA

APRESENTAÇÃO DA DISCIPLINA

Na antiguidade oriental, os povos da Mesopotâmia e do Egito já produziam conhecimentos geográficos por realizarem estudos sobre o regime dos rios e geometria para demarcação de áreas, etc.

Na Antiguidade clássica ampliaram seus conhecimentos sobre as relações sociedade-natureza, sobre extensão e características físicas e humanas dos territórios imperiais. Desenvolveram-se outros conhecimentos, como os relativos a elaboração de mapas, discussões a respeito da forma e do tamanho da terra entre outros.

Na Idade Média o pensamento geográfico foi influenciado pela visão de mundo imposta pelo poder e pela organização socioespacial então estabelecida. Constatou-se a ideia da esfericidade da terra, a distribuição das terras e das águas. Também provocou grandes discussões entre os sábios e pensadores a expansão do mundo conhecido provocado pelos movimentos religiosos e pelo interesse comercial acentuando-se nos tempos modernos em face das grandes inovações nos estudos náuticos, o uso do astrolábio, da bússola, do surgimento de novos tipos de embarcações, etc.(DCE PARANÁ, 2008, p. 38, 39)

Até o século XIX, não havia sistematização da produção geográfica. A geografia não existia como ciência. Em alguns países europeus, em função dos interesses do capitalismo emergente foram criadas sociedades geográficas que organizaram expedições científicas para África, Ásia e América do Sul para conhecer e catalogar suas riquezas que serviam aos interesses econômicos e políticos das classes dominantes dos países colonizadores.

As pesquisas dessas sociedades subsidiaram o surgimento das escolas nacionais alemã e francesa. A escola alemã teve como precursores Humboldt (1769-1859), Hitter (1779-1859) e Ratzel (1844-1904) sendo este apontado como o fundador da Geografia sistematizada.

A escola francesa teve como principal representante Vidal de La Blache (1845-1918).

A Geografia no Brasil passou por várias tendências: as primeiras iniciaram a partir da década de 1940, com grande influencia da Escola Francesa. Essa Geografia foi marcada pela explicação objetiva e quantitativa da realidade. A meta era abordar as relações entre o homem e a natureza, buscando a formulação de leis gerais de interpretação. Essa tendência foi chamada de Geografia Tradicional.

Surge a partir da década de 1960, a teoria Marxista com tendência crítica a geografia Tradicional. O centro de preocupação passa a ser as relações entre a sociedade, o trabalho e a natureza na produção do espaço geográfico. Não significa explicar o mundo, é preciso transformá-lo. A Geografia ganha conteúdos políticos, os quais são significativos para a formação humana. Nascia a Geografia Crítica.

Dentro de uma perspectiva crítica, a Geografia não pode ser centralizada na descrição empírica das paisagens, nem baseada exclusivamente na interpretação política e econômica do mundo. Precisa sim, ser uma ciência que trabalhe desde as relações socioculturais das regiões, considerando os elementos físicos, biológicos que fazem parte dela. Entretanto, quando nos questionamos sobre o que vamos ensinar em Geografia, devemos questionar também como vamos ensinar, afinal sabemos que o principal objetivo do ensino de Geografia é de estudar a ação mútua do homem e do espaço que o rodeia.

Como o espaço geográfico é objeto de transformações, essas transformações tecnológicas, científicas, políticas e econômicas, podem ser percebidas, onde quer que estejam. Estas transformações desenvolveram-se através do avanço da hegemonia do capital, provocando mudanças de hábitos, novas necessidades, alteração dos valores sociais e culturais, exploração de novos recursos naturais, alterando também o fator físico do planeta. Essa nova onda de avanço do capital passou a dominar o mundo inteiro, o que chamamos de globalização.

Com esta evolução, o ensino de Geografia, não pode ficar parado no tempo, é preciso acompanhar as transformações sociais e culturais da população. O trabalho do professor de Geografia no Ensino Fundamental e Médio é complexo, pois além de realizar a leitura do espaço geográfico, precisa fazer a leitura da realidade de seus alunos e de seus espaços. Cabe a ele a responsabilidade de estar constantemente se capacitando para realizar em sala de aula um trabalho conduzindo seus educandos ao um aprendizado critico e participativo na sociedade atual.

De acordo com Libâneo (1994), os resultados das ações educativas, conforme propósitos sociais e políticos é um processo que necessita das transformações

sucessivas, tanto na história como na formação e desenvolvimento da personalidade de todo ser humano.

Na disciplina de geografia o ensino-aprendizagem deve se comprometer com a formação de educandos capazes de enfrentar as condições adversas do mundo competitivo e excludente em que vivemos. Para isso a Geografia deve estar inserida na sociedade em que se faz presente, criando possibilidades para a formação de cidadãos críticos.

Geógrafos de diferentes correntes de pensamentos tem se especializado no esforço de conceituar o objeto de estudo, de especificar os conceitos básicos e de entender e agir sobre o espaço geográfico.

Considerando as DCEs, PARANÁ (2008), na disciplina de Geografia, propõe-se um trabalho conjunto que vise superar a dicotomia entre Geografia Física e Humana com o qual os professores de Geografia convivem pedagogicamente e teoricamente há muito tempo.

Segundo as DCEs, o objeto de estudo da Geografia é o espaço geográfico, entendido como o espaço produzido e apropriado pela sociedade, composto pela inter-relação entre sistemas de objetos: naturais, culturais e técnicos e sistemas de ações: relações sociais, culturais, políticas e econômicas.

Sendo assim, a localização espacial dos fatos, suas dinâmicas, a explicação das localizações relacionais dos acontecimentos em estudo são inerentes da análise geográfica da realidade.

> [...] conforme a concepção de espaço geográfico adotada nestas Diretrizes é necessário compreender a intencionalidade dos sujeitos (ações) que levou as escolhas das localizações; os determinantes históricos, políticos, sociais, culturais e econômicos de tais ações; as relações que tais ordenamentos espaciais pressupõe nas diferentes escalas geográficas e as contradições socio-espaciais que o resultado desses ordenamentos produz. Para essa interpretação, tomam-se os conceitos geográficos e o objeto da geografia sob o método dialético (DCEs PARANÁ, 2008, p.52).

O conceito adotado para o objeto de estudo da Geografia é o espaço geográfico, entendido como espaço produzido e apropriado pela sociedade, composto pela inter-relação entre sistemas de objetos naturais, culturais, técnicos e sistemas de ações – relações sociais, culturais, políticas e econômicas (Santos, 1996). Os objetos geográficos

são indissociáveis das ações humanas, mesmo sendo objetos naturais. O espaço geográfico deve ser considerado como algo que participa da condição do social e do físico.

A sociedade exige da escola, uma educação que seja capaz de desenvolver nos alunos, conhecimento amplo, raciocínio lógico, capaz de formar seus próprios conceitos, onde poderão ser excelentes profissionais. Concordamos com Pontuschka (1996), quando considera que a construção da cidadania é uma tarefa difícil de ser realizada na escola pública onde ocorre a convivência de uma população numerosa, heterogênea, com diferenças de idade, valores, origens sociais e históricas.

Neste contexto, ter clareza de que um dos meios de conhecer a disciplina de Geografia é através da observação direta e indireta. Durante a execução dos trabalhos o professor deve conduzir os alunos a realizarem os mesmos com atenção e responsabilidade para que ocorra de fato o ensino-aprendizagem.

Ao conceber o espaço de vida do ser humano como um produto histórico, construído pela sociedade, cresce a importância do ensino de Geografia, na medida em que propicia ao aluno o conhecimento crítico da realidade espacial e, com isso, sua participação consciente e responsável no processo social de produção do espaço geográfico.

Cada educando constrói seu conhecimento a partir de interações educativas propostas pelo professor, o responsável pelo ensino.

Segundo Paulo Freire, “aprender é reconstruir pela descoberta”. Com isso o aluno vai progressivamente criando e recriando o espaço geográfico no seu intelecto, ampliando e aprofundando seu conhecimento. Partindo desse princípio, configura-se o objetivo maior da Geografia: conhecer o espaço geográfico para melhor agir no processo de sua construção e sua reconstrução, para que os alunos passem a pensar e agir criticamente, buscando elementos que permitam compreender e explicar o mundo, cabendo, assim, à Geografia a função de preparar o aluno para uma leitura crítica da produção social do espaço.

Segundo a DCE de Geografia 2008, pág 44, nos anos de 1980, ocorreram movimentos visando ao desmembramento da disciplina de Estudos Sociais e o retorno da Geografia e da História. No Estado do Paraná, esse movimento iniciou-se em 1983, quando a Associação Paranaense de História (APAH) promoveu o primeiro encontro

paranaense de História e Geografia como disciplinas isoladas, resultando na produção de um documento enviado, posteriormente, à Secretaria de Estado da Educação.

Ainda como afirma a DCE de Geografia, 2008, esse movimento, resultou o Parecer no. 332/84 do Conselho Estadual de Educação, permitindo que as escolas pudessem optar por ensinar Estudos Sociais ou as disciplinas de Geografia e História separadamente, desde que respeitado o princípio de integração que fundamentava o currículo da época. No entanto, não houve o desaparecimento imediato do ensino de Estudos Sociais. O desmembramento em disciplinas autônomas só ocorreu após a resolução nº06 de 1986 do Conselho Federal de Educação (PENTEADO, 1994; MARTINS, 2002).

Conforme as (Diretrizes Curriculares do Paraná,2008, pag. 45) alguns fatos históricos destacam-se como emblemáticos e precursores do que se denominou Geografia Crítica no Brasil. O principal deles foi o Encontro Nacional de Geógrafos Brasileiros, em 1978, promovido pela Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB), em Fortaleza. Esse evento foi marcado pela volta do professor Milton Santos ao Brasil, após os anos de exílio por causa da ditadura e teve como principal tema de discussão a Geografia Crítica, baseada na publicação do livro de Yves Lacoste, A Geografia: Isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra.

Ainda como afirma a DCE de Geografia pg. 46, esse movimento era orientado por uma aproximação entre a Geografia, o materialismo histórico, como teoria, e a dialética marxista como método para os estudos geográficos e para a abordagem dos conteúdos de ensino da Geografia. Os aspectos empíricos (visíveis, mensuráveis e palpáveis) deixaram de ser determinantes para a pesquisa geográfica e para o ensino de Geografia, embora não devam ser descartados. A chamada Geografia Crítica, em seus fundamentos teórico-metodológicos, deu novas interpretações ao quadro conceitual de referência e ao objeto de estudo, valorizou os aspectos históricos e a análise dos processos econômicos, sociais e políticos constitutivos do espaço geográfico, utilizando, para isso, o método dialético.

Ao tomar a dialética como método, propôs-se analisar o espaço geográfico a partir de algumas de suas categorias, tais como: totalidade, contradição, aparência/essência e historicidade. Segundo esse método, nenhum fenômeno pode ser entendido isoladamente, só é possível conhecer o particular quando situado na totalidade. “A totalidade estrutura os elementos de acordo com uma lógica interna por isso só é compreensível no e pelo todo“ (ARAÚJO, 2003, p. 80).

A sociedade é entendida por Santos (1985) como totalidade social. Assim, para que se compreenda a produção espacial é necessário ir além da aparência, dos aspectos visíveis, é preciso compreender como os determinantes políticos, culturais e econômicos se constituem na essência social e produzem as transformações espaciais.

Segundo Santos (1985), há uma relação entre a sociedade e um conjunto de formas materiais e culturais. O espaço pode ser entendido como um produto social em permanente transformação, ou seja, sempre que a sociedade sofre mudança, as formas (objetos geográficos) assumem novas funções. Novos elementos, novas técnicas são incorporados à paisagem e ao espaço, demonstrando a dinâmica social. Os objetos construídos sobre o espaço são datados e vão incorporando novas tecnologias e novas formas de produzir.

De acordo com esse autor, a história é uma totalidade em movimento e o movimento da sociedade produz mudanças em diferentes níveis e diferentes tempos: a economia, a política, as relações sociais, a paisagem e a cultura em relação umas com as outras.

No Paraná, as discussões sobre a emergente Geografia Crítica ocorreram no final da década de 1980, em cursos de formação continuada e em discussões sobre reformulação curricular, promovidos pela Secretaria de Estado da Educação, que publicou, em 1990, o Currículo Básico para a Escola Pública do Paraná.

Esse documento apresentava um projeto político-pedagógico que expressava a necessidade de repensar os fundamentos teóricos e os conteúdos básicos das disciplinas, da pré-escola à 8a série. Nessa mesma linha, para o 2º Grau, foram produzidos documentos intitulados Reestruturação do Ensino de Segundo Grau no Paraná com cadernos separados para as disciplinas e para os cursos técnicos profissionalizantes.

A abordagem teórica crítica, proposta para o Ensino da Geografia naqueles documentos, baseava-se na compreensão do espaço geográfico como social, produzido e reproduzido pela Sociedade humana. Para a seleção de conteúdos, pautava-se na dimensão econômica da produção do espaço geográfico com destaque para as atividades industriais e agrárias, além das questões relativas à urbanização.

Tal proposta apresentava uma ruptura no ensino da Geografia em relação à chamada Geografia Tradicional e rejeitou a abordagem a-histórica, presa a uma

metodologia de ensino reduzida à observação, à descrição e à memorização dos elementos naturais e humanos do espaço geográfico, tratados de maneira fragmentada.

Ao propor uma análise social, política e econômica do espaço geográfico, parte do movimento da Geografia Crítica entendeu que a superação da dicotomia entre Natureza e Sociedade (Geografia Física e Geografia Humana) e da abordagem parcelar dos conteúdos, dar-se-ia, na escola, pelo abandono do ensino sobre a dinâmica da Natureza. Por isso, essa proposta não foi imediatamente compreendida nem bem aceita por parte dos professores da rede estadual de ensino.

A compreensão e a incorporação da Geografia Crítica foram gradativas e, inicialmente, vinculadas, tanto aos programas de formação continuada que aconteceram no final dos anos de 1980 e início dos de 1990, quanto à utilização de livros didáticos fundamentados nessa perspectiva teórica. No entanto, essa incorporação da Geografia Crítica no ensino básico sofreu avanços e retrocessos em função do contexto histórico da década de 1990, quando aconteceram reformas políticas e econômicas vinculadas ao pensamento neoliberal que atingiram a educação.

OBJETIVOS GERAIS

Ao conceber o espaço de vida do ser humano como um produto histórico, construído pela sociedade, cresce a importância do ensino de Geografia, na medida em que propicia ao aluno o conhecimento crítico da realidade espacial e, com isso, sua participação consciente e responsável no processo social de produção do espaço geográfico.

Preparar o ser humano para compreender e atuar no espaço em que vive na sua relação homem-natureza, a fim de entender a sociedade e seus aspectos sociais, políticos, econômicos e culturais, na produção do espaço geográfico, também subsidiar os alunos para ler e pensar a sociedade de forma crítica com elementos que facilitem a interpretação e a compreensão e que olhem o mundo em que vivem de uma forma sustentável e não ver os recursos da natureza como mera mercadoria. São também objetivos da disciplina de Geografia:

- Compreender as práticas que sustentam o espaço geográfico como um espaço indissociável de objetos e ações;
- Compreensão do papel e das possibilidades das práticas sociais na configuração do espaço geográfico, entendendo-o como produto de práticas espaciais;

- Construção da autonomia de pensar, no exercício do pensamento complexo e na busca de respostas para soluções de problemas locais, regionais e internacionais;
- Capacidade de desenvolver um raciocínio geográfico complexo e, com ele, atitudes que sustentem uma nova lógica e uma nova ética ambiental e social;
- Compreensão da relação implícita entre lógica do consumo, consumismo e cidadania, formando atitudes e valores com vistas à construção de sociedades sustentáveis;
- Compreensão da importância do desenvolvimento de habilidades relacionadas ao tratamento da informação na reflexão e ação cotidiana do espaço globalizado.

A função da geografia e ampliar os conhecimentos através da leitura crítica da produção do espaço, permitindo que o aluno faça uma leitura do mundo.

CONTEÚDOS ESTRUTURANTES E BÁSICOS

Nos conteúdos estruturantes, os conhecimentos mais amplos que direcionam essencializam os estudos de uma disciplina escolar, considerados fundamentais.

Os conteúdos estruturantes da geografia devem considerar as relações socioespaciais nas diversas escalas geográficas, observadas através das transformações políticas, econômicas, sociais e culturais que se observa na sociedade atual, sendo eles:

- Dimensão econômica do espaço geográfico;
- Dimensão politica do espaço geográfico;
- Dimensão socioambiental do espaço geográfico;
- Dimensão cultural e demográfica do espaço geográfico.

No trabalho pedagógico do professor, esses conteúdos devem ser abordados e articulados entre todos para que o educando compreenda que na realidade socioespacial eles não se separam.

GEOGRAFIA 6º ANO

	• Dimensão econômica do espaço geográfico

CONTEÚDOS ESTRUTURANTES	• Dimensão política do espaço geográfico • Dimensão cultural e demográfica do espaço geográfico. • Dimensão socioambiental do espaço geográfico.
CONTEÚDOS BÁSICOS	• Formação e transformação as paisagens naturais e culturais. • Dinâmica da natureza e alteração pelo emprego de tecnologias de exploração produção. • A formação, localização, exploração e utilização dos recursos naturais. • A distribuição espacial das atividades produtivas e a (re) organização do espaço Geográfico. • As relações entre campo e a cidade na sociedade capitalista. • A transformação demográfica, a distribuição espacial e os indicadores estatísticos da população. • A mobilidade populacional e as manifestações sócias espaciais da diversidade Cultural. • As diversas regionalizações do espaço geográfico.

GEOGRAFIA 7º ANO

CONTEÚDOS ESTRUTURANTES	Dimensão econômica do espaço geográfico Dimensão política do espaço geográfico Dimensão cultural e demográfica do espaço geográfico. Dimensão socioambiental do espaço geográfico.
	A formação, mobilidade das fronteiras e a reconfiguração do território brasileiro. A dinâmica da natureza e sua alteração pelo emprego de

CONTEÚDOS BÁSICOS	tecnologias de exploração e produção. As diversas regionalizações do espaço brasileiro. As manifestações sócioespaciais da diversidade cultural. A transformação demográfica, a distribuição espacial e os indicadores estatísticos da população. Movimentos migratórios e suas motivações. O espaço rural e a modernização da agricultura. A formação, o crescimento das cidades, a dinâmica dos espaços urbanos e a urbanização. A distribuição espacial das atividades produtivas, a (re) organização do espaço geográfico. A circulação de mão-de-obra, das mercadorias e das informações.

GEOGRAFIA 8º ANO

CONTEÚDOS ESTRUTURANTES	Dimensão econômica do espaço geográfico Dimensão política do espaço geográfico Dimensão cultural e demográfica do espaço geográfico. Dimensão socioambiental do espaço geográfico.
CONTEÚDOS BÁSICOS	• As diversas regionalizações do espaço geográfico. • A formação, mobilidade das fronteiras e a reconfiguração dos territórios do continente americano. • A nova ordem mundial, os territórios supranacionais e o papel do Estado. • O comércio em suas implicações socioespaciais. • A circulação da mão-de-obra, do capital, das mercadorias

	e das informações. • A distribuição espacial das atividades produtivas, a (re)organização do espaço geográfico. • As relações entre o campo e a cidade na sociedade capitalista. • O espaço rural e a modernização da agricultura. • A transformação demográfica, a distribuição espacial e os indicadores estatísticos da população. • Os movimentos migratórios e suas motivações. • As manifestações sócioespaciais da diversidade cultural. • Formação, localização, exploração e utilização dos recursos naturais.

GEOGRAFIA 9º ANO

CONTEÚDOS ESTRUTURANTES	• Dimensão econômica do espaço geográfico • Dimensão política do espaço geográfico • Dimensão cultural e demográfica do espaço geográfico. • Dimensão socioambiental do espaço geográfico.
CONTEÚDOS BÁSICOS	• As diversas regionalizações do espaço geográfico. • A nova ordem mundial, os territórios supranacionais e o papel do Estado. • A revolução técnico-científico-informacional e os novos arranjos no espaço da produção. • O comércio mundial e as implicações sócioespaciais. • A formação, mobilidade das fronteiras e a reconfiguração dos territórios. • A transformação demográfica, a distribuição espacial e os indicadores estatísticos da população.

	• As manifestações sócioespaciais da diversidade cultural. • Os movimentos migratórios mundiais e suas motivações. • A distribuição das atividades produtivas, a transformação da paisagem e a (re) organização do espaço geográfico. • A dinâmica da natureza e sua alteração pelo emprego de tecnologias de exploração e produção. • O espaço em rede: produção, transporte e comunicações na atual configuração territorial.

ENSINO MÉDIO

1ª SÉRIE

CONTEÚDOS ESTRUTURANTES	CONTEÚDOS BÁSICOS
Dimensão econômica do espaço geográfico Dimensão política do espaço geográfico Dimensão cultural e demográfica do espaço geográfico Dimensão socioambiental do espaço geográfico	A formação e transformação das paisagens. A dinâmica da natureza e sua alteração pelo emprego de tecnologias de exploração e produção. A distribuição espacial das atividades produtivas e a (re) organização do espaço geográfico.

2ª SÉRIE

CONTEÚDOS ESTRUTURANTES	CONTEÚDOS BÁSICOS
Dimensão econômica do espaço geográfico Dimensão política do espaço geográfico Dimensão cultural e demográfica do	A dinâmica da natureza e sua alteração pelo emprego de tecnologias de exploração e produção. A distribuição espacial das atividades produtivas e a (re) organização do espaço geográfico.

espaço geográfico Dimensão socioambiental do espaço geográfico	O espaço rural e a modernização da agricultura. O espaço em rede: produção, transporte e comunicação na atual configuração territorial. Formação, mobilidade das fronteiras e a reconfiguração dos territórios. As relações entre o campo e a cidade na sociedade capitalista A formação, o crescimento das cidades, a dinâmica dos espaços urbanos e a urbanização recente A transformação demográfica, a distribuição espacial e os indicadores estatísticos da população. Os movimentos migratórios e suas motivações. A formação e localização, exploração utilização dos recursos materiais.

3ª SÉRIE

CONTEÚDOS ESTRUTURANTES	CONTEÚDOS BÁSICOS
Dimensão econômica do espaço geográfico Dimensão política do espaço geográfico Dimensão cultural e demográfica do espaço geográfico Dimensão sociombiental do espaço geográfico	A dinâmica da natureza e sua alteração pelo emprego de tecnologias de exploração e produção. A distribuição espacial das atividades produtivas e a (re)organização do espaço geográfico. O espaço em rede: produção, transporte e comunicação na atual configuração territorial.

	Formação, mobilidade das fronteiras e a reconfiguração dos territórios. As relações entre o campo e a cidade na sociedade capitalista A formação, o crescimento das cidades, a dinâmica dos espaços urbanos e a urbanização recente. A transformação demográfica, a distribuição espacial e os indicadores estatísticos da população. Os movimentos migratórios e suas motivações. As manifestações socioespaciais da diversidade cultural. O comércio e as implicações socioespaciais. As diversas regionalizações do espaço geográfico. As implicações socioespaciais do processo de mundialização. A nova ordem mundial, os territórios supranacionais e o papel do Estado. A formação e localização, exploração utilização dos recursos materiais. A revolução técnico-científico-informacional e os novos arranjos no espaço geográfico. A circulação da mão-de-obra, do capital, das mercadorias e das informações.

Segundo as (DCE PARANÁ, 2008, p. 79, 80) entendem que ao concluir o Ensino Fundamental, espera-se que os alunos tenham noções básicas sobre as relações sócioespaciais nas diferentes escalas geográficas, ou seja, do local ao global, e condições de aplicar seus conhecimentos na interpretação crítica de espaços próximos e distantes, conhecidos empiricamente ou não. Esses conhecimentos serão aprofundados no Ensino Médio, para ampliar sua possibilidade de formações conceituais mais amplas. Definem que, no Ensino Médio, os conteúdos sejam organizados numa sequência que problematize as relações Sociedade ↔ Natureza e as relações Espaço ↔ Temporais a partir do espaço geográfico mundial.

Problematizar questões relacionadas ao espaço geográfico do passado e fazer paralelo com o atual processo histórico.

METODOLOGIA

Os conteúdos de Geografia devem ser trabalhados de forma crítica e dinâmica, interligados com a realidade próxima e distante dos alunos, em coerência com os fundamentos teóricos propostos nas DCE's.

No ensino de Geografia, deve-se considerar o conhecimento espacial prévio dos alunos para relacioná-lo ao conhecimento científico no sentido de superar o senso comum. Recomenda-se que o professor crie uma situação problema, instigante e provocativa com o objetivo de mobilizar o aluno para o conhecimento.

Outro pressuposto metodológico para construção do conhecimento em sala de aula é a contextualização do conteúdo, relacioná-lo a realidade vivida pelo aluno, situá-lo historicamente e nas relações políticas, sociais, econômicas e culturais, em manifestações espaciais concretas, nas diversas escalas geográficas.

O professor deve ainda, conduzir o processo de aprendizagem de forma dialogada, possibilitando o questionamento e a participação dos alunos para que a compreensão dos conteúdos e a aprendizagem crítica aconteçam.

Cabe ao professor criar situações em que os alunos não percam de vista a dimensão espacial da realidade e a compreensão de que esses elementos do espaço (naturais, sociais e culturais) só são separados para fins de análise ou estudo; na verdade eles estão em permanente interação, no âmbito das três esferas: dinâmica da natureza, dinâmica da sociedade, dinâmica sociedade/natureza.

O estudo da natureza ganha importância crescente, no mundo de hoje, uma vez que é importante conhecer sua dinâmica a fim de que o seu aproveitamento não comprometa a preservação ambiental.

A produção do espaço geográfico é feita por meio do trabalho e a maneira de realizá-la depende de como a sociedade se organiza. Se o espaço é dinâmico, ele possui tempo acumulado e a geografia não deve se descuidar da historicização dos fatos.

O professor deve propor e estimular a participação ativa dos alunos, mediante a aplicação de várias técnicas ou estratégias, seja de ensino individualizado, seja de ensino socializado (trabalho em equipe, debates, questões desafiadoras, discussões coletivas, estudo dirigido, produção individual, entre outras).

Por meio de mapas, fotografias, poemas, charges, textos, livro didático, uso de DVD, VHS,TV, radio e o uso de e outras linguagens indispensáveis ao ensino, o aluno deve desenvolver a capacidade de observar, perguntar, ler (gráficos e mapas) comparar, justificar, explicar – habilidades indispensáveis para que esteja em contínua reconstrução do seu conhecimento.

Ao professor cabe selecionar e organizar informações úteis no âmbito de seu planejamento de ensino, uma vez que a qualidade é mais importante que a quantidade de conteúdos trabalhados. A função do professor é “ensinar a aprender”.

Quanto aos temas e leis abaixo relacionados devem ser trabalhados nas aulas de Geografia.

- Lei Educação Ambiental Lei Estadual nº 17505/13 e L.F. 9795/99, Dec. 4201/02; está contemplada no Conteúdo Estruturante Dimensão Socioespacial do Espaço Geográfico e Conteúdo básico A dinâmica da natureza e sua alteração.
- História e Cultura Afro-brasileira LF.10.639/03, Inst. 17/06- Conteúdo Estruturante Dimensão Política do Espaço Geográfico, Conteúdo Básico As manifestações socoiespaciais da diversidade cultural;
- História e Cultura Afro-brasileira e Indígena LF.11.645/08, está contemplado no Conteúdo Estruturante – Dimensão cultural/demográfica do espaço geográfico. Conteúdo Básico – A formação, mobilidade das fronteiras e a reconfiguração do território brasileiro.

- Lei Estadual nº 13381/01 – História do Paraná. Contempla no Conteúdo Estruturante – Dimensão Socioambiental do Espaço Geográfico, Conteúdo Básico A formação, localização, exploração e utilização dos recursos naturais.

Os referentes temas das demais leis serão abordados com atividades de leituras, trabalhos em grupos, pesquisas, estudos de casos, filmes, seminários, debates, pesquisa no google earth, mapas, vídeos de documentários, textos, charges, entre outros. Em todos os anos do ensino fundamental ou médio.

Em nossa instituição faz-se a discussão desses temas articulando-se com os conteúdos no decorrer do ano letivo e com destaque no dia da Consciência Negra 20 de Novembro, no dia do Meio Ambiente 05 de junho e no dia Nacional de Combate as Drogas 26 de Junho e as leis abaixo relacionadas, faz se um trabalho conjunto com as demais disciplinas.

- Estatuto do Idoso (Lei 10741/03);
- Lei Estadual nº 17858/13 – Política de Proteção ao Idoso;
- Prevenção ao uso indevido de drogas (Lei 11.343/06);
- Lei Estadual nº 17650/13 – Programa de Resistência às drogas e à violência;
- Educação Fiscal/tributária (Dec. 1143/99 Portaria 413/02);
- Enfrentamento à Violência Contra a Criança e o Adolescente (L.F. 11525/07);
- Gênero e Diversidade Sexual (Lei Estadual nº 16.454/10 de 17 de maio de 2010, Resolução nº 12, de 16 de janeiro de 2016);
- Lei Estadual nº 17335/12 – Programa de Combate ao Bullyng;
- Lei 18447/15 – Semana Estadual Maria da Penha nas Escolas;
- Plano Nacional de Educação dos Direitos Humanos 2006 – Ministério da Educação;
- Lei nº11947/09 – Educação alimentar e nutricional;
- Lei nº 9503/97: Código de Trânsito Brasileiro – Educação para o Trânsito;
- Decreto nº 7037/09: Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH 3)- Educação em Direitos Humanos;

AVALIAÇÃO

A LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394 em seu artigo 24 inciso V determina entre alguns dos critérios do rendimento escolar que a avaliação seja contínua e cumulativa, isto é, acompanhar o processo de desempenho e

aprendizagem do educando ao longo do ano e com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos, isto é, a avaliação formativa ou qualitativa deve ser usada no dia a dia do professor em sala de aula e serve como importante instrumento para ajudar no ensino-aprendizagem e dos resultados ao longo do período sobre eventuais e provas finais.

Segundo as (DCE PARANÁ, 2008, p. 85) “a avaliação deve tanto acompanhar a aprendizagem dos alunos quanto nortear o trabalho do professor”, através de uma ação reflexiva sobre seu trabalho pedagógico e “as atividades desenvolvidas ao longo do ano letivo devem possibilitar ao aluno a apropriação dos conteúdos e posicionamento critico frente aos diferentes contextos sociais.”

A fim de respeitar as diferentes formas de expressão que um grupo heterogêneo de alunos apresenta, o professor deve se valer de vários instrumentos de avaliação com os seguintes procedimentos:

Produção de textos, pesquisas bibliográficas, construção, representação e análise do espaço através de maquetes, interpretação de gráficos e mapas, relatório de aula de campo, discussão de temas em seminários, resenhas, aplicação de diferentes atividades que envolvam expressão oral e artística, de forma a obter informações que melhor discriminam o nível de aprendizagem dos alunos.

A prática docente […] contribui para formação de um aluno critico que atua em seu meio natural e, portanto, é capaz de aceitar, rejeitar ou mesmo transformar esse meio (DCE PARANÁ, 2008, p. 86).

Na avaliação a opção por atividades diferenciadas tem como meta estimular o aluno a explorar suas capacidades e dificuldades e resolve-las numa proposta de aprendizagem significativa que avalie os diferentes interesses e ritmos. Para que isso se concretize far-se-á uso dos recursos didáticos bem como o uso de TV, pendrive com slides, músicas, vídeos, entre outros.

A avaliação deve orientar os procedimentos de ensino em sala de aula e será oportunizada a todos os alunos. Considerando o que define o PPP, o número mínimo de avaliações deverá ser de três (03), sendo uma avaliação escrita com o valor 6,0 (seis vírgula zero pontos), e 4,0(quatro vírgula zero pontos) distribuídos em no mínimo duas avaliações em forma de trabalhos variados. Podendo ser através dos mais diversos instrumentos que envolvam os alunos a participar e desenvolver os conteúdos ministrados no trimestre: participação em debates, seminários, trabalhos individuais e em grupo;

exercícios descritivos e orais; relatórios; produções textuais, exercícios de classe e extraclasse com referência as atividades desenvolvidas nos cadernos ou ainda oralmente através do envolvimento e participação de todos os educandos.

A recuperação de conteúdos deve proporcionar ao aluno uma nova oportunidade de rever os conteúdos não assimilados e uma nova verificação dos mesmos com a aplicação de novo instrumento avaliativo que possibilite ao professor diagnosticar a aprendizagem do aluno para que este tenha as mesmas condições de acompanhar os conteúdos que serão vistos posteriormente. A recuperação de notas será realizada no decorrer do trimestre, após cada avaliação, sendo que o número mínimo de três (03) recuperações. A recuperação de notas será oferecida aos alunos que não atingirem sessenta por cento da nota referente a cada avaliação, ou para todos os alunos que quiserem melhorar sua nota, prevalecendo à nota maior.

De acordo com a Resolução nº 4 de 02 de outubro de 2009, os alunos com necessidades educacionais especiais, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades / superdotação deverão ser matriculados nas classes comuns do ensino regular e no Atendimento Educacional Especializado (AEE), ofertado em salas de recursos multifuncionais ou em centros de Atendimento Educacional Especializado da rede pública ou de instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos.

Aos alunos com necessidades educacionais especiais será proporcionada a flexibilização curricular e o processo avaliativo será ajustado segundo suas necessidades, cabendo ao professor adaptar o processo de avaliação quer seja modificando técnicas, aumentando o tempo disponível para resoluções ou diversificando os instrumentos a serem utilizados de modo que possibilitem a expressão do aluno segundo seu grau de compreensão. Serão usados diferentes estratégias de avaliação tendo em vista a limitação de cada aluno, suas possibilidades, levando em consideração o contexto em que ele está inserido e a sua condição de aprendizagem.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, M. C. de.**Geografia ciência da sociedade**. São Paulo: Atlas, 1987.

BOLIGIAN, Levon. **Geografia espaço e vivência**. São Paulo: Atual, 2001

BRASIL. Senado Federal. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**: nº 9394/96. Brasília : 1996.

Cadernos Cedes: **Ensino de Geografia**. Campinas, n. 39. 1996.

Colégio Estadual do Núcleo Residencial Pindorama. EFM. **Projeto Político Pedagógico**. Quedas do Iguaçu, 2016.

Colégio Estadual do Núcleo Residencial Pindorama. EFM. **Regimento Escolar**. Quedas do Iguaçu, 2016.

Diretrizes Curriculares Educacionais de Geografia para Ensino Fundamental. SEED, 2008.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.** São Paulo: Paz e Terra, 1996.

LIBÂNEO, José Carlos. **Didática** . Editora: Cortez, 1994.

OLIVA, J. **Ensino de Geografia: um retrato desnecessário. Proposta Curricular Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais: Míriam Rezende Bueno Nair Aparecida Ribeiro de Castro Rita Elizabeth Durso Pereira da Silva.**

PONTUSCHKA, N. N. **O perfil do professor e o ensino/aprendizagem da Geografia.**

4.16.10 PROPOSTA PEDAGÓGICA CURRICULAR DE HISTÓRIA

APRESENTAÇÃO DA DISCIPLINA

O ensino de História tem como finalidade a formação de um pensamento histórico dos alunos por meio da consciência histórica e do conhecimento. Este conhecimento é provisório, não no sentido de relativismo teórico, mas como ideia de que existem várias explicações e interpretações para um mesmo fato. Outro aspecto fundamental é que a provisoriedade histórica deve-se as mudanças temporais nas explicações e interpretações acerca de um processo.

O objeto de estudo da História refere-se às ações e relações humanas praticadas no tempo e no espaço. As relações humanas produzidas por essas ações são aqui entendidas como sócio históricas, ou seja, são as formas de agir pensar, sentir, representar, imaginar, instituir e de se relacionar social, cultural e politicamente. Nesta perspectiva espaço e tempo constituem como procedimento metodológico e princípios fundamentais da formação do pensamento histórico, que permitem delimitar os marcos históricos necessários ao estudo de um tema ou conteúdo histórico. Propõe-se a superação das periodizações tradicionais determinadas, *a priori,* e valorizam as múltiplas temporalidades e expectativas históricas escolhidas, priorizando os diferentes sujeitos.

A História passou a existir como disciplina escolar com a criação do Colégio D. Pedro II em 1887, no mesmo ano foi criado IHGB (Instituto Histórico Geográfico Brasileiro), que instituiu a história como disciplina acadêmica. Nesse momento, a produção foi elaborada sobre a influência da história metódica e positivista. Esse modelo foi mantido até o início da República. A História do Brasil só ganharia um espaço no período autoritário de Getúlio Vargas, vinculado ao Projeto Político Nacionalista do Estado Novo, e se ocupava em reforçar o caráter moral e cívico dos conteúdos escolares.

Durante a Ditadura Militar o ensino de História manteve seu caráter estritamente político pautado no estudo de fontes oficiais e narrado apenas do ponto de vista factual, mantendo os grandes heróis como sujeitos da História narrada, onde o ensino não tinha o direito de ser criticado. Também foi durante o regime militar, que a História deixou de existir enquanto disciplina escolar para fazer parte da disciplina OSPB (Organização Social Política Brasileira). Assim a História passou a ter como prioridade ajustar o aluno ao cumprimento dos seus deveres patrióticos e privilegia noções e conceitos básicos para adaptá-los à realidade. A História continuava tratada de modos lineares, cronológicos e harmônicos, conduzidos pelos heróis em busca de um ideal de progresso de nação.

Com o fim da Ditadura Militar novas propostas para o ensino de História passaram a ser elaborados, isto levou a uma produção diferenciada de materiais didáticos, onde novas linhas historiográficas foram adotadas e até passaram a ditar o currículo. Apesar do avanço das propostas essa produção apresentava limitações, principalmente devido à definição de uma linha de pensamento e da limitação do próprio conteúdo.

Essa situação se tornou mais confusa quando o MEC divulgou os PCN, para o Ensino Fundamental e Médio, pois colocou a disciplina de História como parte das ciências humanas e suas tecnologias. Nos PCN, a disciplina de História foi apresentada de forma pragmática, com função de resolver problemas imediatos e próximos a alunos. Essa perspectiva abriu espaço para uma visão presentista da História, pois se ocupava em contextualizar os períodos históricos estudados. Apesar de haver uma valorização do ensino humanístico proposto pelo PCN, a principal preocupação era a de preparar o indivíduo para o mercado de trabalho, cada vez mais competitivo e tecnológico. Além desse caráter marcante do ensino de História nesse contexto, a própria carga horária de História foi reduzida. Esse conjunto de fatores marcou a disciplina de História até o ano de 2002. No ano seguinte, iniciou-se uma discussão coletiva envolvendo professores da rede estadual, com o objetivo de elaborar novas Diretrizes Curriculares Estaduais para o ensino de História.

De acordo com a proposta das Diretrizes Curriculares a base teórica metodológica para disciplina de História resulta de um diálogo profícuo das correntes historiográficas como a Nova História, a Nova História Cultural e a nova Esquerda Inglesa, estruturadas por meio da matriz disciplinar da História proposta por Jörn Rüsen.

A análise histórica da disciplina e as novas demandas sociais para o ensino de História se apresentam como indicativo para estas Diretrizes Curriculares, visto que possibilitam reflexões a respeito dos contextos históricos em que os saberes foram produzidos e repercutiram na organização do currículo da disciplina

Nesse documento, a organização do currículo para o ensino de História tem como referência os Conteúdos Estruturantes, entendidos como conhecimentos que aproximam e organizam os campos da História e seus objetos. Os conteúdos Estruturantes relações de trabalho, relações de poder e relações culturais podem ser identificados no processo histórico da constituição da disciplina e no referencial teórico que sustenta a investigação histórica em uma nova racionalidade não-linear e temática.

Acreditamos que a disciplina de História no Ensino Fundamental esteja intensamente compromissada com o pleno desenvolvimento da cidadania, voltado à formação de uma juventude crítica e que se percebe como agente construtora de sua própria história,

instrumentalizada para aprender, por meio de contínua reflexão, a sociedade dinâmica em que vive. Nos conceitos pertinentes ao saber histórico escolar vamos destacar eventos da vida política, econômica, social e cultural, as dimensões artísticas, familiar, tecnológica e ainda as mudanças e permanências na vida das sociedades, o que existe são tempos históricos enquanto espaços de criação. O fato histórico não é um objeto dado e acabado, mas resultado da construção do sujeito (investigador) em sua relação com o mundo. Assim o aluno será capaz de perceber que a sociedade se faz, constrói-se pelo ser humano em seu movimento histórico.

2. CONTEÚDOS ESTRUTURANTES E BÁSICOS

6º ANO - OS DIFERENTES SUJEITOS, SUAS CULTURAS E SUAS HISTÓRIAS

Conteúdos Estruturantes
- Relações de poder;
- Relações de trabalho;
- Relações culturais;

Conteúdos Básicos
1) A experiência humana no tempo: A memória local e memória da humanidade; o tempo (as temporalidades e as periodizações); o processo histórico (as relações humanas no tempo).
2) Os sujeitos e sua relação com o outro no tempo: As gerações e as etnias
3) A cultura local e a cultura comum: Os mitos, lendas, a cultura popular, festas e religiosidades; a constituição do pensamento científico; as formas de representação humanas; a oralidade e a escrita; as formas de se narrar a história

7º ANO - A CONSTITUIÇÃO HISTÓRICA DOS MUNDOS RURAL E URBANO E A FORMAÇAO DA PROPRIEDADE EM DIFERENTES TEMPOS E ESPAÇOS

Conteúdos Estruturantes
- Relações de poder;
- Relações culturais; **- Relações de trabalho;**

Conteúdos Básicos
1) As relações de propriedade: A propriedade coletiva; a propriedade pública; a propriedade privada.
2) O mundo do campo e o mundo da cidade.
3) As relações entre o campo e a cidade.
4) Conflitos, resistências e produção cultural campo e cidade.

8º ANO - O MUNDO DO TRABALHO E A LUTA PELA CIDADANIA

Conteúdos Estruturantes
- Relações de poder;
- Relações de trabalho;
- Relações culturais;

Conteúdos Básicos
1) História das relações da humanidade com o trabalho.
2) O trabalho e a vida em sociedade.
3) O mundo do trabalho.
4) As resistências e as conquistas de direito.

9º ANO - RELAÇÕES DE DOMINAÇÃO E RESISTÊNCIA: A FORMAÇÃO DO ESTADO E DAS INSTITUIÇÕES SOCIAIS

Conteúdos Estruturantes
- Relações de poder;
- Relações de trabalho
- Relações culturais;

Conteúdos Básicos
1) A formação das instituições sociais: As instituições políticas; as instituições econômicas; as instituições religiosas; as instituições culturais; as instituições civis.
2) A formação do Estado: A monarquia; a república (aristocracia, ditadura e democracia); os poderes do Estado.
3) Sujeitos, Guerras e revoluções: Os movimentos sociais: políticos, culturais e religiosos; as revoltas e revoluções sociais (políticas, econômicas, culturais e religiosas); guerras locais e guerras mundiais.

ENSINO MÉDIO

CONTEÚDOS ESTRUTURANTES	CONTEÚDOS BÁSICOS
Relações de trabalho **Relações de poder** **Relações culturais**	**Tema 1** Trabalho Escravo, Servil, Assalariado e o Trabalho Livre.
Relações de trabalho **Relações de poder** **Relações culturais**	**Tema 2** Urbanização e industrialização
Relações de trabalho **Relações de poder** **Relações culturais**	**Tema 3** O Estado e as relações de poder
Relações de trabalho **Relações de poder** **Relações culturais**	**Tema 4** Os sujeitos, as revoltas e as guerras
Relações de trabalho **Relações de poder** **Relações culturais**	**Tema 5** Movimentos sociais, políticos e culturais e as guerras e revoluções
Relações de trabalho **Relações de poder** **Relações culturais**	**Tema 6** Cultura e religiosidade

METODOLOGIA

Para os anos finais do Ensino Fundamental propõe-se, que os conteúdos temáticos priorizem as histórias locais e do Brasil, estabelecendo-se relações e comparações com a História mundial. Para o Ensino Médio, a proposta é um ensino por temas históricos, ou seja, os conteúdos terão como finalidade a discussão e a busca de solução para um tema /problema previamente proposto. Para o aluno compreender como se dá a construção do conhecimento histórico, o professor deve organizar seu trabalho pedagógico por meio do trabalho com vestígios e fontes históricas diversas.

- da fundamentação na historiografia;
- da problematização do conteúdo;
- essa organização deve ser estruturada por narrativas históricas produzidas pelos sujeitos.

O professor deve recorrer a diferentes atividades para trabalhar as fontes em História tais como: leitura, interpretação e análise de narrativas historiográficas, mapas e documentos históricos; produção de narrativas históricas, pesquisas bibliográficas, sistematização de conceitos históricos, apresentação de seminários, entre outras. Para avaliar as fontes em História, o professor deve analisar, comparar, fazer pesquisas com mapas, fotografias, vídeos, documentos que sejam pertinentes ao conteúdo e relevantes para a aprendizagem. No final do trabalho na disciplina de História, os alunos devem ter condições de identificar processos históricos, reconhecer criticamente as relações de poder, trabalho e cultura neles existentes, bem como intervirem no mundo histórico em que vivem, de modo a se fazerem sujeitos da própria História.

No Ensino Fundamental, busca-se construir uma consciência histórica que possibilite compreender a realidade contemporânea e as implicações do passado em sua constituição. Propõe-se, então, uma abordagem de divisão temporal a partir das histórias locais e nacionais que torna possível analisar os componentes mais complexos da História, heranças africanas como, por exemplo, a reivindicação dos africanos. No que se refere as leis:

- Lei Educação Ambiental nº 9795/99, Dec. 4281/02;
- Lei Estadual nº 17505/13 – Educação Ambiental;
- História e Cultura Afro-brasileira nº10.639/03;
- História e Cultura Afro- brasileira e Indígena nº11.645/08;
- Instrução nº 17/06 SUED/SEED – História e Cultura Afro-brasileira;
- Estatuto do Idoso nº10741/03;
- Lei Estadual nº 17858/13 – Política de Proteção ao Idoso;

Prevenção ao uso indevido de drogas nº11.343/06;

Lei Estadual nº 17650/13 – Programa de Resistência às drogas e à violência;

Educação Fiscal/tributária (Dec. 1143/99 Portaria 413/99 Portaria 413/02);

Enfrentamento à Violência Contra a Criança e o Adolescente nº 11525/07;

Gênero e Diversidade Sexual (Lei Estadual nº 16.454/10 de 17 de maio de 2010, Resolução nº 12, de 16 de janeiro de 2016);

Lei Estadual nº 17335/12 – Programa de Combate ao Bullyng;

Lei 18447/15 – Semana Estadual Maria da Penha nas Escolas;

Plano Nacional de Educação dos Direitos Humanos 2006 – Ministério da Educação;

Lei nº11947/09 – Educação alimentar e nutricional;

Lei nº 9503/97: Código de Trânsito Brasileiro – Educação para o Trânsito;

Decreto nº 7037/09: Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH 3) - Educação em Direitos Humanos;

Lei Estadual nº 13381/01 – História do Paraná.

Essas leis serão trabalhadas no decorrer do ano letivo, com trabalhos de pesquisa, seminários, debates, palestras, visitas a instituições, entre outros.

Para o Ensino Médio, a metodologia proposta está relacionada à História Temática. Para trabalhar com a História Temática deve-se se constituir uma problemática por meio da compreensão, na aula de História, das estruturas e das ações humanas que constituíram os processos históricos do presente, tais como a fome, desigualdade e exclusão social, confrontos identitários (individual, social, étnica, sexual, de gênero, de idade, de propriedade, de direitos, regionais e nacionais). Para Ivo Mattozzi (2004), depois de selecionado o tema, o professor adotará três formas para construir uma narrativa histórica:

1. ***Narração:*** é uma forma de discurso em que se ordenam os fatos históricos de um período. Essa reconstrução representa o processo histórico relativo às mudanças e transformações por meio de acontecimentos que levem de um contexto inicial a um final;

2. ***Descrição:*** é a forma de representar um contexto histórico. É um recurso para representar as permanências que ocorrem entre diferentes contextos. A descrição permite, também, o uso de narrações como exemplos ou provas do contexto histórico abordado;

3. **Argumentação**: explicação e problematização: A problematização fundamenta a explicação e a argumentação histórica. A narrativa histórica é a construção de uma resposta para a problemática focalizada. A explicação é a reconstrução de

determinadas ações e relações humanas, e a argumentação é a resposta à problemática, a qual é construída pela narração e descrição.

AVALIAÇÃO

A avaliação será compreendida como fenômeno compartilhado, contínuo, processual e diversificado, o que propicia uma análise crítica das práticas que podem ser retomadas e reorganizadas pelo professor e pelos alunos. Para os conteúdos de História efetivamente tratados em aula, essenciais para o desenvolvimento da consciência histórica, é necessário ter clareza que avaliar é sempre um ato de valor. Diante disto, professor e alunos precisam entender que os pressupostos da avaliação, tais como finalidades, objetivos, critérios e instrumentos, podem permitir rever o que precisa ser melhorado ou o que já foi apreendido. Segundo Luckesi (2002), o professor poderá lançar mão de várias formas avaliativas, tais como:

• **Avaliação diagnóstica**– permite ao professor identificar o desenvolvimento da aprendizagem dos alunos para pensar em atividades didáticas que possibilitem a compreensão dos conteúdos trabalhados;

• **Avaliação formativa –** ocorre durante o processo pedagógico e tem por finalidade retomar os objetivos de ensino propostos para, a partir dos mesmos, identificar a aprendizagem alcançada desde o início até ao momento avaliado;

• **Avaliação somativa**– permite ao professor tomar uma amostragem de objetivos propostos no início do trabalho e identificar se eles estão em consonância com o perfil dos alunos e com os encaminhamentos metodológicos utilizados para a compreensão dos conteúdos. Esta avaliação é aplicada em forma de prova bimestral e trabalhos apresentados.

É importante entender que o trabalho com documentos históricos exige formas diferentes de avaliação. Schmidt e Cainelli (2006) apontam duas sugestões de avaliações de documentos de naturezas diferentes: textos e imagens.

Textos:

• Identificação: identificar o tema, o tipo de texto, a data de publicação, a época de produção, o autor e o contexto em que foi produzido;

• Leitura: sublinhar as palavras e expressões-chave, resgatar e reagrupar as ideias principais e os temas secundários, e buscar o ponto de vista do autor;

• Explicação: compreender o sentido das palavras e expressões e esclarecer as alusões contidas no texto;

• Interpretação: analisar a perspectiva do texto, comparar a outros fatos e pontos de vista e verificar em que medida o texto permite o conhecimento do passado.

Imagens:

• Identificação: identificar o tema, a natureza da imagem, a data, o autor, a função da imagem e o contexto;

• Leitura: observar a construção da imagem – o enquadramento, o ponto de vista, os planos. Distinguir os personagens, os lugares e outros elementos contidos na imagem; Secretaria de Estado da Educação do Paraná.

• Explicação: explicitar a atuação do autor de acordo com o suporte e contexto de produção da imagem;

• Interpretação: compreender a perspectiva da imagem, o valor do testemunho sobre a época e os símbolos apresentados.

Para o Ensino Fundamental e Médio, a avaliação da disciplina de História, considera três aspectos:

• A investigação e a apropriação de conceitos históricos pelos estudantes;
• A compreensão das relações da vida humana (Conteúdos Estruturantes);
• O aprendizado dos conteúdos básicos/ temas históricos e específicos.

Esses três aspectos são entendidos como complementares e indissociáveis. O professor deve recorrer a diferentes atividades, tais como: leitura, interpretação e análise de narrativas historiográficas, mapas e documentos históricos; produção de narrativas históricas, pesquisas bibliográficas, sistematização de conceitos históricos, apresentação de seminários, entre outras.

As avaliações desta Instituição de Ensino são organizadas trimestralmente, sendo distribuídas da seguinte forma:

Trabalho – valor 4,0 (quatro vírgula zero) pontos, distribuídos em no mínimo dois trabalhos, ficando a critério de cada professor utilizar o método que julgar conveniente à sua disciplina e ao conteúdo desenvolvido. Podendo ser trabalhos individuais ou coletivos, pesquisas, leitura, interpretação e produção de texto, entre outros, registrando no LRC de forma a gerar uma sequência.

Prova – Valor 6,0 (seis vírgula zero) pontos. É o resultado da avaliação escrita, podendo esse valor ser distribuído em uma avaliação (prova).

Trabalhos 4,0 + Prova 6,0 = 10,0

O número mínimo de instrumentos avaliativos serão três (03). Quanto aos trabalhos, poderão ser avaliados trabalhos individuais e coletivos; trabalhos de pesquisa; atividades diárias desenvolvidas em sala de aula; tarefas e atividades desenvolvidas em casa; pesquisa bibliográfica com contextualização clara em seu desenvolvimento, justificativa e revisão bibliográfica utilizada; atividades de leitura e interpretação; atividades em sala de aula utilizando o livro didático; trabalhos de casa para complementação das atividades; produção de textos com planejamento, objetivo, revisão e reestruturação da escrita; palestras; seminários; apresentações orais; atividades experimentais; pesquisa de campo; relatórios; entrevistas; debates; textos literários; atividades a partir de recursos audiovisuais.

A recuperação de conteúdo será simultânea e contínua no decorrer do processo, com retomadas dos conteúdos não assimilados pelos educandos. A recuperação de notas será realizada após cada avaliação. Poderão realizar a avaliação de recuperação de notas, todos os alunos que não atingiram sessenta por cento da nota referente a cada avaliação, ou aqueles que queiram melhorar suas notas, prevalecendo a nota maior. O número mínimo de recuperações deverá ser de três (03).

Os alunos com necessidades educacionais especiais serão avaliados de forma igual aos demais alunos da sala, realizando adequações curriculares se necessário, de acordo com as necessidades do educando. Buscando sempre incluir o mesmo ao ambiente escolar, garantindo sempre que seu direito à educação seja respeitado.

REFERÊNCIAS

LUCKESI, C. C. Avaliação da aprendizagem escolar. 14 ed. São Paulo: Cortez, 2002.

SCHMIDT, M. A.; CAINELLI, M. Ensinar história**.** São Paulo: Scipione, 2004. (Pensamento e ação no magistério).

PARANÁ: Secretaria do Estado da Educação. Superintendência da Educação. Departamento de Educação Básica. Diretriz Curricular de História. 2008. Curitiba

Projeto Político Pedagógico Colégio Estadual do Núcleo Residencial Pindorama. EFM. Quedas do Iguaçu, 2016.

Regimento Escolar. Colégio Estadual do Núcleo Residencial Pindorama. EFM. Quedas do Iguaçu, 2016.

4.16.11 PROPOSTA PEDAGÓGICA CURRICULAR DE L.E.M – INGLÊS

APRESENTAÇÃO DA DISCIPLINA

Desde o início da colonização o Estado Português teve a preocupação em facilitar o ensino de uma língua culta: o latim. No entanto, o ensino das línguas modernas só começou a ser valorizado, depois da chegada da Família Real Portuguesa ao Brasil, em 1808. Assim, no ano de 1809, criam-se as cadeiras de inglês e francês com o objetivo de melhorar a instrução pública e atender às demandas advindas dos portos ao comércio. Tal fato impulsiona a fundação do Colégio Pedro II, o qual passou a ser referência para a criação de outras instituições escolares, determinando o currículo a ser adotado por um século.

Em 1976, o ensino de Língua Estrangeira voltou a ser valorizado, quando a disciplina se tornou novamente obrigatória somente no segundo grau. Entretanto, não perdeu o caráter de recomendação para o primeiro grau, desde que a escola tivesse condições de oferecê-la. De acordo com parecer n. 581/76 do Conselho Federal, a Língua Estrangeira seria ensinada por acréscimo, conforme as condições de cada estabelecimento. Isso fez muitas escolas suprimirem a Língua Estrangeira no segundo grau ou reduzirem seu ensino para uma hora semanal, por apenas um ano, com um único idioma.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) n. 4.024, promulgada em 1961, criou os Conselhos Estaduais de Educação. Cabia-lhes decidir acerca da inclusão ou não da Língua Estrangeira nos currículos. Essa mesma lei determinou a retirada da obrigatoriedade do ensino de Língua Estrangeira no colegial e instituiu o ensino profissionalizante, compulsório, em substituição aos cursos Clássico e Científico. Em 1976, o ensino de LEM voltou a ser valorizado, quando a disciplina se tornou novamente obrigatória somente no segundo grau. Entretanto, não perdeu o caráter de recomendação para o primeiro grau, desde que a escola tivesse condições de oferecê-la.

Em meados de 1980, a redemocratização do país era o cenário propício para que os professores, organizados em associações, liderassem um amplo movimento pelo retorno da pluralidade de oferta de Língua Estrangeira nas escolas públicas. Em decorrência de tais mobilizações, a Secretaria de Estado da Educação criou, oficialmente, os Centros de Línguas Estrangeiras Modernas (CELEM), em 15 de agosto de 1986, como forma de valorizar o plurilinguismo e a diversidade étnica que marca a história paranaense.

Nesse contexto histórico, a Abordagem Comunicativa, método de ensino

desenvolvido na Europa desde os anos de 1970, começou a ser discutida no Brasil. Em tal abordagem, a língua é concebida como instrumento de comunicação ou de interação social, concentrada nos aspectos semânticos, e não mais no código linguístico.

De acordo com o parecer n. 581/76 do Conselho Federal, a Língua Estrangeira seria ensinada por acréscimo, conforme as condições de cada estabelecimento. Isso fez muitas escolas suprimirem a Língua Estrangeira no segundo grau ou reduzirem seu ensino para uma hora semanal, por apenas um ano, com um único idioma. O reconhecimento da importância da diversidade de idiomas também ocorreu na Universidade do Paraná, a partir de 1982, quando foram incluídas no vestibular as Línguas Espanhola, Italiana e Alemã. Esse fato estimulou a demanda de professores dessas línguas.

Em 1998, como desdobramento da LDB/96, o MEC publicou os Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de Língua Estrangeira (PCN), pautados numa concepção de língua como prática social fundamentada na abordagem comunicativa. No entanto, tal documento recomendou um trabalho pedagógico com ênfase na prática de leitura em detrimento das demais práticas – oralidade e escrita. A justificativa apresentada foi que, no contexto brasileiro, há poucas oportunidades de uso efetivo da oralidade pelos alunos, particularmente da Rede Pública de Ensino.

A aprendizagem de uma língua estrangeira juntamente com a língua materna, é um direito de todo o cidadão, conforme expresso na Lei de Diretrizes de Bases da Educação Nacional (artigo 26, parágrafo 5º) o qual diz: “na parte diversificada do currículo será incluído, obrigatoriamente, a partir do 6° ano, o ensino de pelo menos uma língua estrangeira moderna, cuja escolha ficará a cargo da comunidade escolar dentro das possibilidades da instituição.”

O trabalho com a Língua Estrangeira não deve ser entendido apenas como um instrumento para que o aluno tenha acesso a novas informações, mas como uma nova possibilidade de ver e entender o mundo e construir significados. Além disso, a aprendizagem de leitura em Língua Estrangeira pode ajudar o desenvolvimento integral do letramento do aluno. A leitura tem função primordial na Escola e aprender a ler em outra língua pode colaborar no desempenho do aluno como leitor em sua língua materna. Na medida em que se aproxima de outra língua e de outra cultura, o aluno percebe a língua como algo que se constrói e é construído por uma determinada comunidade – valores e crenças culturais.

Assim, o foco da leitura pode ser justificado pela função social das línguas estrangeiras no país e também pelos objetivos realizáveis tendo em vista as condições existentes.

Os temas centrais nessa proposta são a cidadania, a consciência crítica em relação à linguagem e os aspectos sociopolíticos da aprendizagem da Linguagem Estrangeira. Dessa forma o conhecimento de uma linguagem estrangeira colabora para a elaboração da consciência da própria identidade, pois o aluno consegue perceber-se também como um sujeito histórico constituído. Para tanto, faz-se necessário resgatar função social e educacional desta disciplina na educação básica, já que a mesma faz parte da construção da cidadania.

No ensino de Língua Estrangeira, a língua, objeto de estudo dessa disciplina, contempla as relações com a cultura, o sujeito e a identidade. Torna-se fundamental que os professores compreendam o que se pretende com o ensino da Língua Estrangeira na Educação Básica, ou seja: ensinar e aprender línguas é também ensinar e aprender percepções de mundo e maneiras de atribuir sentidos, é formar subjetividades, é permitir que se reconheça no uso da língua os diferentes propósitos comunicativos, independentemente do grau de proficiência atingido.

Com base nas Diretrizes entende-se que com o Ensino de Língua Estrangeira que o aluno seja capaz de:

- Perceber-se como parte integrante de um mundo valorizando outras culturas.
- Reconhecer que o aprendizado de uma ou mais línguas lhe possibilita acesso a bens culturais da humanidade em outras partes do mundo.
- Construir consciência crítica em relação a sociedade e sua transformação.
- Construir conhecimento sistêmico, sobre a organização textual e sobre como e quando utilizar a linguagem nas diversas situações de comunicação.
- Ler e valorizar a leitura como fonte de informação e prazer, utilizando-a como meio de acesso ao mundo de trabalho e dos estudos avançados.
- Atuar sobre os sentidos possíveis e reconstruir sua identidade como agente social.

Deste modo, as aulas de LEM configuram-se como espaços nos quais identidades são construídas, pela forma como as interações entre professores e alunos são organizadas, pelas representações e visões de mundo que vão sendo reveladas no dia a dia.

CONTEÚDOS ESTRURANTES E BÁSICOS

CONTEÚDOS ESTRUTURANTE: Discurso como Prática Social

LÍNGUA ESTRANGEIRA MODERNA - ENSINO FUNDAMENTAL

6º ANO

GÊNEROS DISCURSIVOS E SEUS ELEMENTOS COMPOSICIONAIS.

Regras de jogos

Carta

Poemas

Tiras

Diálogos

Musicas

Frases enigmáticas

CONTEÚDOS BÁSICOS

LEITURA

- Identificação do tema;
- Intertextualidade;
- Intencionalidade;
- Léxico;
- Coesão e coerência;
- Funções das classes gramaticais no texto;
- Elementos semânticos;
- Recursos estilísticos (figuras de linguagem);

• Marcas linguísticas: particularidades da língua, pontuação; recursos gráficos (como aspas, travessão, negrito);

• Variedade linguística;

• Acentuação gráfica;

• Ortografia.

ESCRITA

• Tema do texto;

• Interlocutor;

• Finalidade do texto;

• Intencionalidade do texto;

• Intertextualidade;

• Condições de produção;

• Informatividade (informações necessárias para a coerência do texto);

• Léxico;

• Coesão e coerência;

• Funções das classes gramaticais no texto;

• Elementos semânticos;

• Recursos estilísticos (figuras de linguagem);

• Marcas linguísticas: particularidades da língua, pontuação; recursos gráficos (como aspas, travessão, negrito);

• Variedade linguística;

• Ortografia;

• Acentuação gráfica.

ORALIDADE

• Elementos extralinguísticos: entonação, pausas, gestos, etc;

• Adequação do discurso ao gênero;

• Turnos de fala;

• Variações linguísticas;

• Marcas linguísticas: coesão, coerência, gírias, repetição.

• Pronúncia

7º ANO

GÊNEROS DISCURSIVOS

- •Poemas
- •Diário
- •Regras de Jogos
- •Relatos
- •Musicas
- •Recados
- •Tiras
- •Historia em quadrinhos (H.Q)
- •Propaganda
- •Entrevista

CONTEÚDOS BÁSICOS

LEITURA

• Identificação do tema;

• Intertextualidade;

• Intencionalidade;

• Vozes sociais presentes no texto;

• Léxico;

• Coesão e coerência;

• Funções das classes gramaticais no texto;

• Elementos semânticos;

• Recursos estilísticos(figuras de linguagem);

• Marcas linguísticas: particularidades da língua, pontuação; recursos gráficos (como aspas, travessão, negrito);

• Variedade linguística;

• Acentuação gráfica;

• Ortografia.

ESCRITA

• Tema do texto;

• Interlocutor;

• Finalidade do texto;

• Intencionalidade do texto;

• Intertextualidade;

• Condições de produção;

• Informatividade (informações necessárias para a coerência do texto);

• Vozes sociais presentes no texto;

• Léxico;

• Coesão e coerência;

• Funções das classes gramaticais no texto;

• Elementos semânticos;

• Recursos estilísticos (figuras de linguagem);

• Marcas linguísticas: particularidades da língua; pontuação; recursos gráficos (como aspas, travessão, negrito);

• Variedade linguística;

• Ortografia;

• Acentuação gráfica.

ORALIDADE

• Elementos extralinguísticos: entonação, pausas, gestos, etc;

• Adequação do discurso ao gênero;

• Turnos de fala;

• Variações linguísticas;

• Marcas linguísticas: coesão, coerência, gírias, repetição.

• Pronúncia.

8º Ano

GÊNEROS DISCURSIVOS

• Entrevista

• Carta

• Jogos

• Poemas

• Músicas

- Notícia
- Tiras
- Propaganda
- Anuncio
- Testes
- Cruzadas

CONTEÚDOS BÁSICOS

LEITURA

- Identificação do tema;
- Intertextualidade;
- Intencionalidade;
- Vozes sociais presentes no texto;
- Léxico;
- Coesão e coerência;
- Funções das classes gramaticais no texto;
- Elementos semânticos;
- Recursos estilísticos(figuras de linguagem);
- Marcas linguísticas: particularidades da língua, pontuação; recursos gráficos (como aspas, travessão, negrito);
- Variedade linguística;
- Acentuação gráfica;
- Ortografia.

ESCRITA

- Tema do texto;
- Interlocutor;
- Finalidade do texto;
- Intencionalidade do texto;
- Intertextualidade;
- Condições de produção;
- Informatividade (informações necessárias para a coerência do texto);
- Vozes sociais presentes no texto;
- Léxico;
- Coesão e coerência;
- Funções das classes gramaticais no texto;
- Elementos semânticos;
- Recursos estilísticos (figuras de linguagem);
- Marcas linguísticas: particularidades da língua, pontuação; recursos gráficos (como aspas, travessão, negrito);
- Variedade linguística;
- Ortografia;
- Acentuação gráfica.

ORALIDADE

- Elementos extralinguísticos: entonação, pausas, gestos, etc;
- Adequação do discurso ao gênero;

• Turnos de fala;

• Vozes sociais presentes no texto;

• Variações linguísticas;

• Marcas linguísticas: coesão, coerência, gírias, repetição;

• Diferenças e semelhanças entre o discurso oral e o escrito;

• Adequação da fala ao contexto;

• Pronúncia.

9º ANO

GÊNEROS DISCURSIVOS

- Texto não verbal
- Entrevista
- Receitas
- Propaganda
- Regras de Jogos
- Relatos
- Canção enigmática
- Tira
- História em quadrinhos
- Foto
- Filmes
- Resenhas
- Resumos
- Reportagens
- Músicas

CONTEÚDOS BÁSICOS

LEITURA

- Identificação do tema;
- Intertextualidade;
- Intencionalidade;
- Vozes sociais presentes no texto;
- Léxico;
- Coesão e coerência;
- Funções das classes gramaticais no texto;
- Elementos semânticos;
- Discurso direto e indireto;
- Emprego do sentido denotativo e conotativo no texto;
- Recursos estilísticos (figuras de linguagem);
- Marcas linguísticas: particularidades da língua, pontuação; recursos gráficos (como aspas, travessão, negrito);
- Variedade linguística.
- Acentuação gráfica;
- Ortografia.

ESCRITA

- Tema do texto;
- Interlocutor;
- Finalidade do texto;
- Intencionalidade do texto;
- Intertextualidade;

• Condições de produção;

• Informatividade (informações necessárias para a coerência do texto);

• Vozes sociais presentes no texto;

• Discurso direto e indireto;

• Emprego do sentido denotativo e conotativo no texto;

• Léxico;

• Coesão e coerência;

• Funções das classes gramaticais no texto;

• Elementos semânticos;

• Recursos estilísticos(figuras de linguagem);

• Marcas linguísticas: particularidades da língua, pontuação; recursos gráficos (como aspas, travessão, negrito);

• Variedade linguística;

• Ortografia;

• Acentuação gráfica.

ORALIDADE

• Elementos extralinguísticos: entonação, pausas, gestos, etc;

• Adequação do discurso ao gênero;

• Turnos de fala;

• Vozes sociais presentes no texto;

• Variações linguísticas;

• Marcas linguísticas: coesão, coerência, gírias, repetição;

• Diferenças e semelhanças entre o discurso oral e o escrito;

• Adequação da fala ao contexto;

• Pronúncia.

LÍNGUA ESTRANGEIRA MODERNA - ENSINO MÉDIO

CONTEÚDOS ESTRUTURANTE: Discurso como Prática Social

CONTEÚDOS BÁSICOS: Gêneros Discursivos e seus Elementos Composicionais

LEITURA

- Identificação do tema;
- Intertextualidade;
- Intencionalidade;
- Vozes sociais presentes no texto;
- Léxico;
- Coesão e coerência;
- Marcadores do discurso;
- Funções das classes gramaticais no texto;
- Elementos semânticos;
- Discurso direto e indireto;
- Emprego do sentido denotativo e conotativo no texto;
- Recursos estilísticos (figuras de linguagem);
- Marcas linguísticas: particularidades da língua, pontuação; recursos gráficos (como aspas, travessão, negrito);
- Variedade linguística.
- Acentuação gráfica;
- Ortografia.

ESCRITA

- Tema do texto;
- Interlocutor;
- Finalidade do texto;
- Intencionalidade do texto;
- Intertextualidade;
- Condições de produção;
- Informatividade (informações necessárias para a coerência do texto);
- Vozes sociais presentes no texto;
- Vozes verbais;
- Discurso direto e indireto;
- Emprego do sentido denotativo e conotativo no texto;
- Léxico;
- Coesão e coerência;
- Funções das classes gramaticais no texto;
- Elementos semânticos;
- Recursos estilísticos (figuras de linguagem);
- Marcas linguísticas: particularidades da língua, pontuação; recursos gráficos (como aspas, travessão, negrito);
- Variedade linguística;
- Ortografia;
- Acentuação gráfica

ORALIDADE

- Elementos extralinguísticos: entonação, pausas, gestos, etc ;
- Adequação do discurso ao gênero;
- Turnos de fala;
- Vozes sociais presentes no texto;
- Variações linguísticas;
- Marcas linguísticas: coesão, coerência, gírias, repetição;
- Diferenças e semelhanças entre o discurso oral e o escrito;
- Adequação da fala ao contexto;
- Pronúncia.

EXEMPLOS DE GÊNEROS E ESFERAS SOCIAIS DE CIRCULAÇÃO

ESFERAS SOCIAIS DE CIRCULAÇÃO	**EXEMPLOS DE GÊNEROS**	
COTIDIANA	Adivinhas Álbum de Família Anedotas Bilhetes Cantigas de Roda Carta Pessoal Cartão Cartão Postal Causos Comunicado Convites	Diário Exposição Oral Fotos Músicas Parlendas Piadas Provérbios Quadrinhas Receitas Relatos de Experiências Vividas

	Curriculum Vitae	Trava-Línguas
LITERÁRIA/ARTÍSTICA	Autobiografia Biografias Contos Contos de Fadas Contos de Fadas Contemporâneos Crônicas de Ficção Escultura Fábulas Fábulas Contemporâneas Haicai Histórias em Quadrinhos Lendas Literatura de Cordel Memórias	Letras de Músicas Narrativas de Aventura Narrativas de Enigma Narrativas de Ficção Científica Narrativas de Humor Narrativas de Terror Narrativas Fantásticas Narrativas Míticas Paródias Pinturas Poemas Romances Tankas Textos Dramáticos
CIENTÍFICA	Artigos Conferência Debate Palestra Pesquisas	Relato Histórico Relatório Resumo Verbetes
ESCOLAR	Ata Cartazes Debate Regrado Diálogo/Discussão	Relato Histórico Relatório Relatos de Experiências Científicas

	Argumentativa Exposição Oral Júri Simulado Mapas Palestra Pesquisas	Resenha Resumo Seminário Texto Argumentativo Texto de Opinião Verbetes de Enciclopédias
IMPRENSA	Agenda Cultural Anúncio de Emprego Artigo de Opinião Caricatura Carta ao Leitor Carta do Leitor Cartum Charge Classificados Crônica Jornalística Editorial Entrevista (oral e escrita)	Fotos Horóscopo Infográfico Manchete Mapas Mesa Redonda Notícia Reportagens Resenha Crítica Sinopses de Filmes Tiras

METODOLOGIA

As aulas de LEM serão elaboradas à luz do entendimento de língua estrangeira como forma de interação, como um modo de conhecer, expressar e transformar os modos de ver o mundo e construírem significados.

A partir do Conteúdo Estruturante *Discurso como prática social,* serão trabalhadas questões linguísticas, sociopragmáticas, culturais e discursivas, bem como as práticas do uso da língua: leitura, oralidade e escrita. O ponto de partida da aula de Língua Estrangeira Moderna será o texto, verbal e não verbal, como unidade de linguagem em uso. Propõe-se que, nas aulas de Língua Estrangeira Moderna, o professor aborde os vários gêneros textuais, em atividades diversificadas, analisando a função do gênero estudado, sua composição, a distribuição de informações, o grau de informação presente ali, a intertextualidade, os recursos coesivos, a coerência e, somente depois de tudo isso, a gramática em si. (Diretrizes Curriculares do Paraná - LEM)

Para desenvolver os conteúdos específicos propostos para a leitura, o professor vai utilizar diferentes textos de diferentes gêneros, considerando a princípio o conhecimento prévio dos alunos e formulando questionamentos que possibilitem inferências sobre o texto.

O trabalho deve partir de textos verbais diversos que dialoguem com não verbais, como gráficos, fotos, imagens, mapas, entre outros, contextualizando a produção: fonte, interlocutores, finalidade e época. Além disso, é fundamental a socialização das ideias dos alunos sobre o texto, bem como discussões acerca do tema proposto e suas intenções.

As atividades de escrita em sala de aula acontecerão a partir da criação de situações reais de uso, tendo sempre um objetivo claro. Ao orientar o aluno para uma produção de texto, será definido o gênero discursivo e sua finalidade, garantindo que ele amplie as leituras sobre o tema e o gênero propostos e perceba os textos como práticas sociais. As atividades serão elaboradas de modo a proporcionar aos alunos condições para que eles assumam uma postura crítica e transformadora sobre os textos apresentados. Para cada texto escolhido, o trabalho do professor irá considerar: o gênero, os aspectos culturais, a variedade e análise linguística.

O trabalho de oralidade prezará pela organização de apresentações de textos produzidos pelos alunos, seguidos de um espaço de reflexão e análise dos argumentos utilizados por eles nas exposições, orientando sobre o contexto social de uso do gênero selecionado. Além disso, serão preparadas apresentações que explorem marcas linguísticas típicas da oralidade em seu uso formal e informal, e selecionados discursos de outros para análise.

A diversidade de gêneros discursivos deve estar contemplada em todas as séries do Ensino Fundamental e do Médio.

Ressalta-se que a diferença significativa entre as séries está no grau de complexidade dos textos e de sua abordagem.

A partir do texto escolhido para desenvolver as práticas discursivas, define-se os conteúdos específicos a serem estudados, norteados pelo gênero do texto.

Os recursos didáticos tecnológicos utilizados para o desenvolvimento das aulas serão: TV pendrive, retroprojetor, rádio, cd e DVD, pesquisas na internet, entre outros.

A História e Cultura Afro, Afro-Brasileira e Indígena será trabalhada conforme a lei nº 11.645/08, a História do Paraná através da Lei 13.381/01, e o Meio Ambiente com a lei nº 9795/99 e as discussões sobre Educação Fiscal decreto 1143/99, o Estatuto do Idoso através da Lei 10.741/03, A Prevenção e o uso indevido de drogas, sexualidade humana e enfrentamento à violência contra criança e o adolescente serão trabalhados pela equipe multidisciplinar em todas as turmas com apresentações de trabalhos práticos como por exemplo máscaras, painéis, visitas a tribos indígenas, danças, teatros, exposições e vídeos.

AVALIAÇÃO

As práticas de avaliação em Língua Estrangeira, em consonância com as Diretrizes Curriculares e a LDB n. 9394/96, buscam favorecer o processo ensino-aprendizagem, norteando o trabalho do professor e localizando o aluno em seu curso pedagógico. Ao professor cabe observar a participação dos alunos, considerando seu engajamento discursivo, retomando e analisando com os mesmos, os trabalhos desenvolvidos.

Ao avaliar a oralidade, o professor levará em consideração se os alunos utilizam o discurso de acordo com a situação – formal ou informal -, apresentam ideias com clareza, exploram a oralidade em adequação ao gênero proposto, expõem seus argumentos e os compreendem no discurso do outro, organizam sequência de fala respeitando seus turnos, e se participam de diálogos e discussões utilizando corretamente elementos extralinguísticos.

Na avaliação da escrita será observado se os alunos expressam suas ideias com clareza, elaborando textos que atendam situações de produção e continuidade temática. Será analisada também a utilização de recursos textuais como coesão e coerência, a diferenciação do contexto da linguagem formal e informal, e o uso adequado de recursos linguísticos.

A habilidade de leitura será avaliada considerando se os alunos compreendem o que leem, localizam informações explícitas, se ampliaram suas expectativas e seu léxico, se perceberam o ambiente em que circula o gênero, se deduzem palavras e expressões a partir do contexto e se conseguem identificar o tema e a ideia principal do texto.

Toda a prática de avaliação na disciplina, acontecerá com vistas a formar um leitor ativo e crítico da realidade, considerando nos aprendizes a construção de significados através de sua interação com diferentes discursos.

Ao final de cada trimestre será feita uma avaliação descritiva, a qual será avaliada e somada os pontos com outros trabalhos realizados durante o período.

De acordo com o Projeto Político Pedagógico, Regimento Escolar, Instrução 01/2017 e Ata nº 004/2017 do Colégio Estadual do Núcleo Residencial Pindorama – Ensino Fundamental e Médio, as avaliações serão organizadas trimestralmente, a regra de cálculo será somatória, sendo que o número mínimo de avaliações realizadas deverão ser de três (03), distribuídas da seguinte forma:

Trabalho – valor 4,0 (quatro vírgula zero) pontos, distribuídos em no mínimo dois trabalhos, ficando a critério de cada professor utilizar o método que julgar conveniente à sua disciplina e ao conteúdo desenvolvido. Podendo ser trabalhos orais, escritos, individuais ou coletivos, pesquisas, leitura, interpretação e produção de texto, entre outros, registrando no LRC de forma a gerar uma sequência.

Prova – Valor 6,0 (seis vírgula zero) pontos, distribuído em uma avaliação escrita (prova).

A recuperação de conteúdos ou estudos, será ofertada simultaneamente conforme a necessidade do aluno e através de trabalhos orientados pelo professor da disciplina.A recuperação de conteúdos ocorrerá paralelamente, durante o período letivo (trimestres), sendo que a recuperação de notas, deverá ser realizada após cada avaliação realizada, ou seja, referente aos trabalhos, provas ou qualquer outra forma de avaliação a que o aluno foi submetido. O número mínimo de recuperações serão três (03).

Será considerado em recuperação, o aluno que não atingir sessenta por cento da nota referente a cada avaliação realizada. A recuperação será oportunizada ao aluno que não atingiu esse percentual da nota, podendo também ser disponibilizada aos que atingirem, prevalecendo a maior nota, pois a mesma é um direito do aluno, independente da nota.

Diante de educandos que apresentarem necessidades educacionais especiais, cabe ao educador buscar métodos e técnicas diversificadas que permitam a aprendizagem dos

conteúdos da disciplina, respeitando suas habilidades e potencialidades individuais. Sendo que será proporcionada a flexibilização curricular e o processo avaliativo será ajustado segundo suas necessidades, cabendo ao professor adaptar o processo de avaliação quer seja modificando técnicas, aumentando o tempo disponível para resoluções ou diversificando os instrumentos a serem utilizados de modo que possibilitem a expressão do aluno segundo seu grau de compreensão. Possibilitar usando outra estratégia de avaliação como recurso diferenciado, tendo em vista a limitação de cada aluno, suas possibilidades, levando em consideração o contexto inserido e a condição de aprendizagem de cada educando com necessidades educativas especiais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICA

Colégio Estadual do Núcleo Residencial Pindorama. EFM. **Projeto Político Pedagógico**. Quedas do Iguaçu, 2016.

Colégio Estadual do Núcleo Residencial Pindorama. EFM. **Regimento Escolar**. Quedas do Iguaçu, 2016.

PARANÁ, Secretaria de Estado da Educação**. Diretrizes Curriculares da Educação Básica do Paraná – Língua Estrangeira Moderna**. Curitiba: SEED, 2008.

4.16.12 PROPOSTA PEDAGÓGICA CURRICULAR DE LÍNGUA PORTUGUESA

APRESENTAÇÃO DA DISCIPLINA

O Estado de Direito garante a todos os cidadãos a igualdade perante as leis, porém sabemos que em nosso país, historicamente, há um descompasso entre o que a lei propõe e a realidade vivida pela sociedade, incluídos, aí, os processos de educação.

É nos processos educativos, e notadamente nas aulas de Língua Materna, que o estudante brasileiro tem a oportunidade de aprimoramento de sua competência linguística, de forma a garantir uma inserção ativa e crítica na sociedade. É na escola que o aluno, e mais especificamente o da escola pública, deveria encontrar o espaço para as práticas de linguagem que lhe possibilitem interagir na sociedade, nas mais diferentes circunstâncias de uso da língua, em instâncias públicas e privadas. Nesse ambiente escolar, o estudante aprende a ter voz e fazer uso da palavra, numa sociedade democrática, mas plena de conflitos e tensões.

Historicamente, o processo de ensino de Língua Portuguesa no Brasil iniciou-se com a educação jesuítica. Essa educação era instrumento fundamental na formação da elite colonial, ao mesmo tempo em que se propunha a “alfabetizar” e “catequizar” os indígenas (MOLL, 2006, p. 13). A concepção de educação e o trabalho de escolarização dos indígenas estavam vinculados ao entendimento de que a linguagem reproduzia o modo de pensar. Ou seja, pensava-se, segundo uma concepção filosófica intelectualista, que a linguagem se constituía no interior da mente e sua materialização fônica revelava o pensamento.

Nesse período, não havia uma educação institucionalizada, partia-se de práticas pedagógicas restritas à alfabetização, que visavam manter os discursos hegemônicos da metrópole e da Igreja. O sistema jesuítico de ensino organizava-se, então, a partir de dois objetivos: primeiro, uma pedagogia que por meio da catequese indígena visava à expansão católica e a um modelo econômico de subsistência da comunidade. Segundo, esse sistema objetivava a formação de elites subordinadas à metrópole, “favorecendo o modelo de sociedade escravocrata e de produção colonial destinada aos interesses do país colonizador” (LUZ-FREITAS, 2007 s/p).

Evidenciava-se, já na constituição da escola e do ensino no Brasil, que o acesso à educação letrada era determinante na estrutura social, fazendo com que os colégios fossem destinados aos filhos da elite colonial.

As primeiras práticas pedagógicas moldavam-se ao ensino do latim, para os poucos que tinham acesso a uma escolarização mais prolongada. Essas práticas visavam à

construção de uma civilização de aparências com base em uma educação “claramente reprodutivista, voltada para a perpetuação de uma ordem patriarcal, estamental e colonial. Assim, priorizaram [...] uma não-pedagogia, acionando no cotidiano o aparato repressivo para inculcar a obediência [à fé, ao rei e à lei]” (VILLALTA, 1997, p. 351).

Quanto ao ensino da Língua Portuguesa, limitava-se, nessa época, às escolas de ler e escrever, mantidas pelos jesuítas. Nos cursos chamados secundários, as aulas eram de gramática latina e retórica, além do estudo de grandes autores clássicos.

No período colonial, a língua mais utilizada pela população era o tupi. O português “era a língua da burocracia” (ILARI, 2007 s/p), ou seja, a língua das transações comerciais, dos documentos legais. A interação entre colonizados e colonizadores resultou na constituição da Língua Geral (tupi-guarani), utilizada pelos portugueses, num primeiro momento, com vistas ao conhecimento necessário para a dominação da nova terra. Essas línguas continuaram sendo usadas por muito tempo na comunicação informal por grande parte da população não escolarizada. Entretanto, a partir do século XVIII, época que coincide com as expedições bandeirantes e a descoberta da riqueza mineral do solo brasileiro, essa situação de bilinguismo passou a não interessar aos propósitos colonialistas de Portugal, que precisava manter a colônia e, para isso, a unificação e padronização linguística constituíram-se fatores de relevância.

A fim de reverter esse quadro, em 1758 um decreto do Marquês de Pombal tornou a Língua Portuguesa idioma oficial do Brasil, proibindo o uso da Língua Geral. No ano seguinte, os jesuítas, que haviam catequizado índios e produzido literatura em língua indígena, foram expulsos do Brasil.

Essa foi uma das primeiras medidas para tornar hegemônica a Língua Portuguesa em todo o território. Essa hegemonia foi “conseguida, historicamente, a ferro e fogo: com decretos e proibições, expulsões e prisões, perseguições e massacres” (BAGNO, 2003, p. 74).

A partir da Reforma Pombalina, a educação brasileira passou por mudanças estruturais. O ensino, até então dominado pelos jesuítas, não se limitava mais às escolas de ler e contar, ou escolas elementares, dirigidas à população indígena. Eles também mantinham cursos de Letras e de Filosofia, que eram considerados secundários, e o curso de Teologia para a formação de sacerdotes (MOLL, 2006).

Na época da expulsão, os jesuítas contavam com 25 residências, 36 missões e 17 colégios e seminários, além de seminários menores e escolas de primeiras letras instaladas em todas as cidades onde havia casas da Companhia de Jesus (SODRÉ, 1984, p. 27-28). Toda essa organização foi substituída por aulas régias1 ministradas por

profissionais de várias áreas (nomeados por indicação política ou religiosa). Essas aulas atendiam a uma parcela reduzida da elite colonial que se preparava para estudos posteriores na Europa.

Dentro dessas medidas, em 1772, foi criado o subsídio literário, um imposto que insidia sobre a carne, o vinho e a cachaça, e que era direcionado para a manutenção dos ensinos primário e secundário. Dessa forma, o ensino público (que atendia a alfabetização e catequese dos índios), anteriormente sob a tutela dos jesuítas, passou a ser financiado pela Metrópole. A intenção, com essas medidas, era modernizar a educação, tornando o ensino laico e colocando-o a serviço dos interesses da Coroa Portuguesa. No entanto, a falta da infraestrutura e de professores especializados acabou por gerar uma lacuna, que as aulas régias tentaram preencher. Além disso, a escolarização sofria interferência da educação clássica e europeizante. Tal situação permaneceu até 1808, com a vinda da família real ao Brasil.

Com a corte no Rio de Janeiro, foram instaladas as primeiras instituições de ensino superior no Brasil, eram faculdades voltadas para a formação da burocracia estatal que emergia. Essas instituições de ensino, portanto, privilegiaram as camadas superiores da sociedade, europeizando e produzindo uma educação que visava à manutenção do *status quo*. As classes populares, que precisavam do ensino primário para aprender a ler e escrever a língua portuguesa, continuaram negligenciadas.

O ensino de Língua Portuguesa manteve a sua característica elitista até meados do século XX, quando se iniciou, no Brasil, a partir da década 1960, um processo de expansão do ensino primário público, o qual incluiu, entre outras ações, a ampliação de vagas e, em 1971, a eliminação dos chamados exames de admissão (FREDERICO E OSAKABE, 2004). Como consequência desse processo, a multiplicação de alunos, as condições escolares e pedagógicas, as necessidades e as exigências culturais passaram a ser outras bem diferentes.

No contexto da expansão da escolarização, o ensino de Língua Portuguesa não poderia dispensar propostas pedagógicas que levassem em conta as novas necessidades trazidas por esses alunos para o espaço escolar, dentre elas a presença de registros linguísticos e padrões culturais diferentes dos até então admitidos na escola.

A Lei n. 5692/71 ampliaria e aprofundaria esta vinculação ao dispor que o ensino deveria estar voltado à qualificação para o trabalho. Desse vínculo decorreu a instituição de uma pedagogia tecnicista que, na disciplina de Língua Portuguesa, pautava-se na concepção de linguagem como meio de comunicação (cujo objeto é a língua vista como código), com um viés mais pragmático e utilitário em detrimento do aprimoramento das

capacidades linguísticas do falante. Essa concepção baseou-se nos estudos de Saussure, o qual se preocupou com a organização interna da língua ao elegê-la como objeto de estudo. Os seguidores de Saussure denominaram essa organização de *estrutura*.

Nessa visão de ensino, continua a valer a tese que privilegia, no aprendizado e acesso ao uso competente da língua, o aluno oriundo das classes letradas. O viés utilitário e pragmático do trabalho pedagógico afastava o aluno vindo das classes menos favorecidas, da norma culta da língua portuguesa.

A disciplina de Português passou a denominar-se, a partir da Lei 5692/71, no primeiro grau, Comunicação e Expressão (nas quatro primeiras séries) e Comunicação em Língua Portuguesa (nas quatro últimas séries), com base em estudos posteriores a Saussure, em especial nos estudos de Jakobson, referentes à teoria da comunicação. Na década de 70, além disso, outras teorias a respeito da linguagem passaram a ser debatidas, entre elas:

• a Sociolinguística, que volta-se para as questões da variação linguística;

• a Análise do Discurso, que reflete sobre a relação sujeito-linguagem- história, relaciona-se à ideologia;

• a Semântica, que preocupa-se com a natureza, função e uso dos significados;

• a Linguística Textual, que apresenta como objeto o texto, considerando o sujeito e a situação de interação, estuda os mecanismos de textualização.

Com relação à literatura, até meados do século XX, o principal instrumento do trabalho pedagógico eram as antologias literárias, com base nos cânones. A leitura do texto literário, no ensino primário e ginasial, visava transmitir a norma culta da língua, com base em exercícios gramaticais e estratégias para incutir valores religiosos, morais e cívicos. O objetivo era despertar o sentimento nacionalista e formar cidadãos respeitadores da ordem estabelecida.

Nos anos 70, o ensino de Literatura restringiu-se ao então segundo grau, com abordagens estruturalistas e/ou historiográficas do texto literário. Na análise do texto poético, por exemplo, adotava-se o método francês, isto é, propunha-se a análise do texto conforme as estruturas formais: rimas, escansão de versos, ritmo, estrofes, etc. Cabia ao professor a condução da análise literária, e aos alunos, a condição de meros ouvintes. A historiografia literária, que ainda hoje resiste em algumas salas de aula, direcionava e limitava as leituras dos alunos. Em muitos casos, eram interpretações dos professores

e/ou dos livros didáticos, desconsiderando o papel ativo do aluno no processo de leitura e, em outros, os textos eram levados para sala como pretexto para se ensinar gramática.

Essa abordagem da literatura pode ser compreendida quando se resgata o contexto da época: no vigor da ditadura militar, não seria tolerada uma prática pedagógica que visasse despertar o espírito crítico e criador dos alunos. A leitura literária era compreendida como subversiva, pois levava o sujeito à reflexão e à compreensão de si mesmo e do mundo.

Ainda na década de 1970, houve uma tentativa de rompimento com essas práticas. Entretanto, a abordagem do texto literário mudou apenas para uma metodologia que se centrava numa análise literária simplificada, com ênfase em questionários sobre personagens principais e secundários, tempo e espaço da narrativa.

Com o movimento que levaria ao fim do regime militar, houve um aumento de cursos de pós-graduação para a formação de uma elite de professores e pesquisadores, possibilitando um pensamento crítico em relação à educação. Ganham força as discussões sobre o currículo escolar e sobre o papel da educação na transformação social, política e econômica da sociedade brasileira.

A consolidação da abertura política resultou em pesquisas que fortaleceram a pedagogia histórico-crítica, propiciando uma rede de outras pesquisas, inserindo, no pedagógico dos anos 80, uma vertente progressista. A pedagogia histórico-crítica vê a educação como mediação da prática social. “A prática social, põe-se, portanto, como ponto de partida e ponto de chegada da prática educativa”. (SAVIANI, 2007, p.420)

Referente aos Parâmetros Curriculares do Ensino Médio (PCNEM), no que se aplica especificamente à Literatura, Frederico e Osakabe (2004) observam que os PCNEM “temendo parecer tradicionais e pretendendo-se modernos, alijam a experiência literária para uma vala comum na qual se mesclam produções literárias e não-literárias, equiparando-as. Temendo afirmar, não propõem” (2004, p. 75). A contundência dessa crítica se remete a uma experiência relatada nos PCNEM que delega aos alunos a definição do que é literário ou não-literário em um conjunto de textos, como se os alunos já tivessem conhecimento suficiente para elaborarem esse critério. Os autores defendem que a escola precisa trabalhar o texto literário na peculiaridade da sua elaboração linguística e das suas significações.

Para alcançar tal objetivo, é importante pensar sobre a metodologia. Se o trabalho com a Língua deve considerar as práticas linguísticas que o aluno traz ao ingressar na escola, é preciso que, a partir disso, seja trabalhada a inclusão dos saberes necessários ao uso da norma padrão e acesso aos conhecimentos para os multiletramentos, a fim de

constituírem ferramentas básicas no aprimoramento das aptidões linguísticas dos estudantes.

É tarefa da escola possibilitar que seus alunos participem de diferentes práticas sociais que utilizem a leitura, a escrita e a oralidade, com a finalidade de inseri-los nas diversas esferas de interação. Se a escola desconsiderar esse papel, o sujeito ficará à margem dos novos letramentos, não conseguindo se constituir no âmbito de uma sociedade letrada.

Conteúdos Estruturantes e Básicos

Durante muito tempo, o ensino de Língua Portuguesa foi ministrado por meio de conteúdos legitimados no âmbito de uma classe social dominante e pela tradição acadêmica/escolar. Esses conteúdos, entretanto, não conseguiram universalizar o domínio das práticas linguísticas, notadamente as referentes à norma padrão, que constitui a norma legitimada e prestigiada no contexto da sociedade brasileira. Na tentativa de mudar esse quadro, no Brasil, na década de 1980, algumas pesquisas na área da linguística foram realizadas e apresentaram abordagens pedagógicas pautando-se na concepção interacionista de linguagem para o ensino/aprendizagem de Língua Materna.

Entende-se por Conteúdo Estruturante, em todas as disciplinas, o conjunto de saberes e conhecimentos de grande dimensão, os quais identificam e organizam uma disciplina escolar. A partir dele, advêm os conteúdos a serem trabalhados no dia a dia da sala de aula.

Pensemos, então, como o Conteúdo Estruturante desdobra-se no trabalho didático-pedagógico com a disciplina de Língua Portuguesa. A Língua será trabalhada, na sala de aula, a partir da linguagem em uso, que é a dimensão dada pelo Conteúdo Estruturante. Assim, o trabalho com a disciplina considerará os gêneros discursivos que circulam socialmente, com especial atenção àqueles de maior exigência na sua elaboração formal.

Na abordagem de cada gênero, é preciso considerar o tema (conteúdos ideológicos), a forma composicional e o estilo (marcas linguísticas e enunciativas).

Ao trabalhar com o tema do gênero selecionado, o professor propiciará ao aluno a análise crítica do conteúdo do texto e seu valor ideológico, selecionando conteúdos específicos, seja para a prática de leitura ou de produção (oral e/ou escrita), que explorem discursivamente o texto.

A forma composicional dos gêneros será analisada pelos alunos no intuito de compreenderem algumas especificidades e similaridades das relações sociais numa dada esfera comunicativa. Para essa análise, é preciso considerar o interlocutor do texto, a situação de produção, a finalidade, o gênero ao qual pertence, entre outros aspectos.

As marcas linguísticas também devem ser abordadas no trabalho com os gêneros, para que o aluno compreenda os usos da língua e os sentidos estabelecidos pela escolha de um ou de outro elemento linguístico. Essas marcas linguísticas apresentam "traços da posição enunciativa do locutor e da forma composicional do gênero" (ROJO, 2005, p. 196). Para o aluno observar e refletir sobre esses usos da língua, o professor selecionará conteúdos específicos que explorem os recursos linguísticos e enunciativos do texto (como: modalizadores, operadores argumentativos, recursos de referenciação, modos verbais, pontuação, etc.).

Nessas abordagens, as práticas de leitura, oralidade, escrita e a análise linguística serão contempladas. Vale apontar o papel do professor diante dessas práticas: "sua função não se reduz apenas a "transmitir", a "repassar", ano após ano, conteúdos selecionados por outros; mas alguém que também produz conhecimento [...]" (ANTUNES, 2007, p. 156). O professor é quem tem o contato direto com o aluno e com as suas fragilidades linguístico-discursivas, seleciona os gêneros (orais e escritos) a serem trabalhados de acordo com as necessidades, objetivos pretendidos, faixa etária, bem como os conteúdos, sejam eles de oralidade, leitura, escrita e/ou análise linguística.

6º ANO - ENSINO FUNDAMENTAL

CONTEÚDO ESTRUTURANTE: DISCURSO COMO PRÁTICA SOCIAL
CONTEÚDOS BÁSICOS:

GÊNEROS DISCURSIVOS:

- Fábulas;
- Cartas, Bilhetes, E-mail;
- Poemas;
- Mitos;
- Notícias;
- Piadas/ Anedotas;
- Contos;
- Histórias em Quadrinhos;

- Parlendas;
- Reportagens.

LEITURA:

• Tema do texto;

• Interlocutor;

• Finalidade;

• Argumentos do texto;

• Discurso direto e indireto;

• Elementos composicionais do gênero;

• Léxico;

• Marcas linguísticas: coesão, coerência, função das classes gramaticais no texto, pontuação, recursos gráficos (como aspas, travessão, negrito), figuras de linguagem.

ESCRITA

• Contexto de produção;

• Interlocutor;

• Finalidade do texto;

• Informatividade;

• Argumentatividade;

• Discurso direto e indireto;

• Elementos composicionais do gênero;

• Divisão do texto em parágrafos;

• Marcas linguísticas: coesão, coerência, função das classes gramaticais no texto, pontuação, recursos gráficos (como aspas, travessão, negrito), figuras de linguagem;

• Processo de formação de palavras;

• Acentuação gráfica;

• Ortografia;

• Concordância verbal/nominal.

ORALIDADE

• Tema do texto;

• Finalidade;

• Argumentos;

• Papel do locutor e interlocutor;

• Elementos extralinguísticos: entonação, pausas, gestos...;

• Adequação do discurso ao gênero;

• Turnos de fala;

• Variações linguísticas;

• Marcas linguísticas: coesão, coerência, gírias, repetição, recursos

7º ANO - ENSINO FUNDAMENTAL

CONTEÚDOS BÁSICOS

GÊNEROS DISCURSIVOS:

- Textos Narrativos;
- Diários;
- Blogs;
- Entrevistas;
- Teatro;
- Contos;
- Resenha;
- Pesquisas;
- Canções;
- Paródias;

LEITURA

• Tema do texto;

• Interlocutor;

• Finalidade do texto;

• Argumentos do texto;

• Contexto de produção;

• Intertextualidade;

• Informações explícitas e implícitas;

• Discurso direto e indireto;

• Elementos composicionais do gênero;

• Repetição proposital de palavras;

• Léxico;

• Ambiguidade;

• Marcas linguísticas: coesão, coerência, função das classes gramaticais no texto, pontuação, recursos gráficos (como aspas, travessão, negrito), figuras de linguagem.

ESCRITA

• Contexto de produção;

• Interlocutor;

• Finalidade do texto;

• Informatividade;

• Discurso direto e indireto;

• Elementos composicionais do gênero;

• Marcas linguísticas: coesão, coerência, função das classes gramaticais no texto, pontuação, recursos gráficos (como aspas, travessão, negrito), figuras de linguagem;

• Processo de formação de palavras;

• Acentuação gráfica;

• Ortografia;

• Concordância verbal/nominal.

ORALIDADE

- Tema do texto;

• Finalidade;

• Papel do locutor e interlocutor;

• Elementos extralinguísticos: entonação, pausas, gestos, etc;

• Adequação do discurso ao gênero;

• Turnos de fala;

• Variações linguísticas;

• Marcas linguísticas: coesão, coerência, gírias, repetição;

• Semântica;

8º ANO - ENSINO FUNDAMENTAL

CONTEÚDOS BÁSICOS

GÊNEROS DISCURSIVOS:

- Biografias;
- Autobiografias;
- Teatro;
- Seminários;
- Ficção Científica;
- Reportagens;
- Notícias;
- propaganda;
- Charges;
- Publicidade.

LEITURA

- Conteúdo temático;
- Interlocutor;
- Intencionalidade do texto;
- Argumentos do texto;
- Contexto de produção;
- Intertextualidade;
- Vozes sociais presentes no texto;

- Elementos composicionais do gênero;
- Relação de causa e consequência entre as partes e elementos do texto;
- Marcas linguísticas: coesão, coerência, função das classes gramaticais no texto, pontuação, recursos gráficos (como aspas, travessão, negrito);
- Semântica;
- Operadores argumentativos;
- Ambiguidade;
- Sentido figurado;
- Expressões que denotam ironia e humor no texto.

ESCRITA

- Conteúdo temático;
- Interlocutor;
- Intencionalidade do texto;
- Informatividade;
- Contexto de produção;
- Intertextualidade;
- Vozes sociais presentes no texto;
- Elementos composicionais do gênero;
- Relação de causa e consequência entre as partes e elementos do texto;
- Marcas linguísticas: coesão, coerência, função das classes gramaticais no texto, pontuação, recursos gráficos (como aspas, travessão, negrito);
- Concordância nominal e verbal;
- Papel sintático e estilístico dos pronomes na organização, retomadas e sequenciação do texto;
- Semântica;
- Operadores argumentativos;
- Ambiguidade;
- Significado das palavras;
- Sentido figurado;

- Expressões que denotam ironia e humor no texto.

ORALIDADE

- Conteúdo temático;
- Finalidade;
- Argumentos;
- Papel do locutor e interlocutor;
- Elementos extralinguísticos: entonação, expressão facial, corporal e gestual, pausas...;
- Adequação do discurso ao gênero;
- Turnos de fala;
- Variações linguísticas: (lexicais, semânticas, prosódicas, entre outras);
- Marcas linguísticas: coesão, coerência, gírias, repetição;
- Elementos semânticos;
- Adequação da fala ao contexto (uso de conectivos, gírias, repetições,etc);
- Diferenças e semelhanças entre o discurso oral e o escrito.

9º ANO - ENSINO FUNDAMENTAL

CONTEÚDOS BÁSICOS

GÊNEROS DISCURSIVOS:

- Histórias em Quadrinhos;
- Texto Científico;
- Crônicas;
- Texto Publicitário;
- Narrativas Policiais;
- Narrativas;
- Texto Descritivo;
- Notícias;
- Novelas;
- Textos Opinativos;

- Texto Argumentativo;
- Carta ao leitor;
- Paródias;
- Charges;

LEITURA

- Conteúdo temático;
- Interlocutor;
- Intencionalidade do texto;
- Argumentos do texto;
- Contexto de produção;
- Intertextualidade;
- Discurso ideológico presente no texto;;
- Vozes sociais presentes no texto;
- Elementos composicionais do gênero;
- Relação de causa e consequência entre as partes e elementos do texto;
- Partículas conectivas do texto;
- Progressão referencial no texto;
- Marcas linguísticas: coesão, coerência, função das classes gramaticais no texto, pontuação, recursos gráficos como aspas, travessão, negrito;
- Semântica:
- operadores argumentativos;
- polissemia;
- expressões que denotam ironia e humor no texto.

ESCRITA

- Conteúdo temático;
- Interlocutor;
- Intencionalidade do texto;
- Informatividade;

- Contexto de produção;
- Intertextualidade;
- Vozes sociais presentes no texto;
- Elementos composicionais do gênero;
- Relação de causa e consequência entre as partes e elementos do texto;
- Partículas conectivas do texto;
- Progressão referencial no texto;
- Marcas linguísticas: coesão, coerência, função das classes gramaticais no texto, pontuação, recursos gráficos como aspas, travessão, negrito, etc.;
- Sintaxe de concordância;
- Sintaxe de regência;
- Processo de formação de palavras;
- Vícios de linguagem;
- Semântica:
- Operadores argumentativos;
- Modalizadores;
- Polissemia.

ORALIDADE

- Conteúdo temático;
- Finalidade;
- Argumentos;
- Papel do locutor e interlocutor;
- Elementos extralinguísticos: entonação, expressões facial, corporal e gestual, pausas;
- Adequação do discurso ao gênero;
- Turnos de fala;
- Variações linguísticas (lexicais, semânticas, prosódicas entre outras);
- Marcas linguísticas: coesão, coerência, gírias, repetição, conectivos;

- Semântica;
- Adequação da fala ao contexto (uso de conectivos, gírias, repetições, etc);
- Diferenças e semelhanças entre o discurso oral e o escrito.

ENSINO MÉDIO

CONTEÚDO ESTRUTURANTE: DISCURSO COMO PRÁTICA SOCIAL

CONTEÚDOS BÁSICOS

GÊNEROS DISCURSIVOS:

- Exposição Oral
- Músicas
- Provérbios
- Quadrinhas
- Receitas
- Relatos de Experiências Vividas
- Paródias
- Pinturas
- Poemas
- Romances
- Textos Dramáticos
- Relato Histórico
- Relatório
- Relatos de Experiências Científicas
- Resenha
- Resumo
- Seminário
- Texto Argumentativo
- Texto de Opinião

- Verbetes de Enciclopédias
- Placas
- Publicidade Comercial
- Publicidade Institucional
- Publicidade Oficial
- Texto Político

LEITURA

• Conteúdo temático;

• Interlocutor;

• Finalidade do texto;

• Intencionalidade;

• Argumentos do texto;

• Contexto de produção;

• Intertextualidade;

• Vozes sociais presentes no texto;

• Discurso ideológico presente no texto;

• Elementos composicionais do gênero;

• Contexto de produção da obra literária;

• Marcas linguísticas: coesão, coerência, função das classes gramaticais no texto, pontuação, recursos gráficos como aspas, travessão, negrito;

• Progressão referencial;

• Partículas conectivas do texto;

• Relação de causa e consequência entre partes e elementos do texto;

• Semântica:

- operadores argumentativos;

- modalizadores;

- figuras de linguagem.

ESCRITA • Conteúdo temático; • Interlocutor; • Finalidade do texto; • Intencionalidade; • Informatividade; • Contexto de produção; • Intertextualidade; • Referência textual; • Vozes sociais presentes no texto; • Ideologia presente no texto; • Elementos composicionais do gênero; •Progressão referencial; • Relação de causa e consequência entre as partes e elementos do texto;
• Semântica: - operadores argumentativos; - modalizadores; - figuras de linguagem; • Marcas linguísticas: coesão, coerência, função das classes gramaticais no texto, conectores, pontuação, recursos gráficos como aspas, travessão, negrito, etc.; • Vícios de linguagem; • Sintaxe de concordância; • Sintaxe de regência. **ORALIDADE** • Conteúdo temático; • Finalidade; • Intencionalidade; • Argumentos;

- Papel do locutor e interlocutor;
- Elementos extralinguísticos: entonação, expressões facial, corporal e gestual, pausas ...;
- Adequação do discurso ao gênero;
- Turnos de fala;
- Variações linguísticas (lexicais, semânticas, prosódicas, entre outras);
- Marcas linguísticas: coesão, coerência, gírias, repetição;
- Elementos semânticos;
- Adequação da fala ao contexto (uso de conectivos, gírias, repetições, etc.);
- Diferenças e semelhanças entre o discurso oral e o escrito.

METODOLOGIA

Na sala de aula e nos outros espaços de encontro com os alunos, os professores de Língua Portuguesa e Literatura têm o papel de promover o amadurecimento do domínio discursivo da oralidade, da leitura e da escrita, para que os estudantes compreendam e possam interferir nas relações de poder com seus próprios pontos de vista, fazendo deslizar o signo-verdade-poder em direção a outras significações que permitam, aos mesmos estudantes, a sua emancipação e a autonomia em relação ao pensamento e às práticas de linguagem imprescindíveis ao convívio social. Esse domínio das práticas discursivas possibilitará que o aluno modifique, aprimore, reelabore sua visão de mundo e tenha voz na sociedade.

O aprimoramento linguístico possibilitará ao aluno a leitura dos textos que circulam socialmente, identificando neles o não dito, o pressuposto, instrumentalizando-o para assumir-se como sujeito cuja palavra manifesta, no contexto de seu momento histórico e das interações aí realizadas, autonomia e singularidade discursiva.

Na prática da oralidade:

No dia a dia da maioria das pessoas, a fala é a prática discursiva mais utilizada. Nesse sentido, as atividades orais precisam oferecer condições ao aluno de falar com fluência em situações formais; adequar a linguagem conforme as circunstâncias (interlocutores, assunto, intenções); aproveitar os imensos recursos expressivos da língua e, principalmente, praticar e aprender a convivência democrática que supõe o falar e o ouvir. Ao contrário do que se julga, a prática oral realiza-se por meio de operações linguísticas complexas, relacionadas a recursos expressivos como a entonação.

Na prática da oralidade, reconhecem-se as variantes linguísticas como legítimas, uma vez que são expressões de grupos sociais historicamente marginalizados em relação à centralidade ocupada pela norma padrão, pelo poder da fala culta.

O trabalho com os gêneros orais deve ser consistente. Isso significa que as atividades propostas não podem ter como objetivo simplesmente ensinar o aluno a falar, emitindo opiniões ou em conversas com os colegas de sala de aula. O que é necessário avaliar, juntamente com o falante, por meio da reflexão sobre os usos da linguagem, é o conteúdo de sua participação oral. O ato de apenas solicitar que o aluno apresente um seminário não possibilita que ele desenvolva bem o trabalho. É preciso esclarecer os objetivos, a finalidade dessa apresentação, e explicar, por exemplo, "que apresentar um seminário não é meramente ler em voz alta um texto previamente escrito. Também não é se colocar à frente da turma e 'bater um papo' com os colegas [...]" (CAVALCANTE & MELO, 2006, p. 184).

Sugere-se que professor, primeiramente, selecione os objetivos que pretende com o gênero oral escolhido, por exemplo:

* na proposição de um seminário, além de explorar o tema a ser apresentado, é preciso orientar os alunos sobre o contexto social de uso desse gênero; definir a postura diante dos colegas; refletir a respeito das características textuais (composição do gênero, as marcas linguístico-enunciativas); organizar a sequência da apresentação;

* na participação em um debate, pode-se observar a argumentação do aluno, como ele defende seu ponto de vista, além disso o professor deve orientar sobre a adequação da linguagem ao contexto, trabalhar com os turnos de fala, com a interação entre os participantes, etc.;

* na dramatização de um texto, é possível explorar elementos da representação cênica (como entonação, expressão facial e corporal, pausas), bem como a estrutura do texto dramatizado, as trocas de turnos de falas, observando a importância de saber a fala do outro (deixa) para a introdução da sua própria fala, etc.;

* ao narrar um fato (real ou fictício), o professor poderá abordar a estrutura da narrativa, refletir sobre o uso de gírias e repetições, explorar os conectivos usados na narração, que apesar de serem marcadores orais, precisam estar adequados ao grau de formalidade/informalidade dos textos, entre outros pontos.

Além disso, pode-se analisar a linguagem em uso em outras esferas sociais, como: em programas televisivos (jornais, novelas, propagandas); em programas radiofônicos; no

discurso do poder em suas diferentes instâncias: público, privado, enfim, nas mais diversas realizações do discurso oral.

Ao analisar os discursos de outros, também é preciso selecionar os conteúdos que se pretende abordar. Seguem algumas sugestões metodológicas, tendo como referência Cavalcante & Melo (2006):

* se a intenção for trabalhar com o gênero entrevista televisiva, pode-se refletir como o apresentador se dirige ao entrevistado; quem é o entrevistado, idade, sexo; qual papel ele representa na sociedade; o desenvolvimento do tema da entrevista; o contexto; se a fala do apresentador e do entrevistado é formal ou informal; se há clareza nas respostas; os recursos expressivos, etc;

* o gênero mesa-redonda possibilita verificar como os participantes interagem entre si. Para isso, é importante considerar algumas características dos participantes, como: idade, sexo, profissão, posição social. Pode-se analisar os argumentos dos participantes, a ideologia presente nos discursos, as formas de sequencialização dos tópicos do diálogo, a linguagem utilizada (formal, informal), os recursos linguístico-discursivos usados para defender o ponto de vista, etc.;

* em cenas de novelas, filmes, programas humorísticos e outros, tem-se como explorar a sociolinguística, o professor pode estimular o aluno a perceber se há termos, expressões, sotaques característicos de alguma região, classe social, idade e como estes sotaques ou marcas dialetais são tratados. Além disso, pode solicitar que os alunos transcrevam um trecho de uma cena de novela e analisem, por exemplo, as falas das personagens em momentos de conflito, verificando se apresentam truncamento, hesitações, o que é comum em situações de conflito real.

Nas propostas de atividades orais, o aluno refletirá tanto a partir da sua fala quanto da fala do outro, sobre:

- o conteúdo temático do texto oral;
- elementos composicionais, formais e estruturais dos diversos gêneros usados em diferentes esferas sociais;
- a unidade de sentido do texto oral;
- os argumentos utilizados;
- o papel do locutor e do interlocutor na prática da oralidade;

observância da relação entre os participantes (conhecidos, desconhecidos, nível social, formação, etc.)

as variedades linguísticas e a adequação da linguagem ao contexto de uso: diferentes registros, grau de formalidade em relação ao gênero discursivo;

os procedimentos e as marcas linguísticas típicas da conversação (como a repetição, o uso das gírias, a entonação), entre outros;

as diferenças lexicais, sintáticas e discursivas que caracterizam a fala formal e a informal;

os conectivos como mecanismos que colaboram com a coesão e coerência do texto, uma vez que tais conectivos são marcadores orais e, portanto, devem ser utilizados conforme o grau de formalidade/informalidade do gênero, etc.

Na prática de escrita:

Entende-se o texto como uma forma de atuar, de agir no mundo, escreve-se e fala-se para convencer, vender, negar, instruir, etc.

Pensar que o domínio da escrita é inato ou uma dádiva restrita a um pequeno número de sujeitos implica distanciá-la dos alunos. Quando a escrita é supervalorizada e descontextualizada, torna-se mero exercício para preencher o tempo, reforçando a baixa autoestima linguística dos alunos, que acabam compreendendo a escrita como privilégio de alguns. Tais valores afastam a linguagem escrita do universo de vida dos usuários, como se ela fosse um processo à parte, externo aos falantes, que, nessa perspectiva, não constroem a língua, mas aprendem o que os outros criaram.

O reconhecimento, pelo aluno, das relações de poder no discurso potencializa a possibilidade de resistência a esses valores socioculturais.

O educando precisa compreender o funcionamento de um texto escrito, que se faz a partir de elementos como organização, unidade temática, coerência, coesão, intenções, interlocutor(es), dentre outros. Além disso, “[…] a escrita apresenta elementos significativos próprios, ausentes na fala, tais como o tamanho e tipo de letras, cores e formatos, elementos pictóricos, que operam como gestos, mímica e prosódia graficamente representados” (MARCUSCHI, 2005, p. 17).

Há diversos gêneros que podem ser trabalhados em sala de aula para aprimorar a prática de escrita. A seguir, citam-se alguns; contudo, ressalta-se que os gêneros escritos não se reduzem a esses exemplos: convite, bilhete, carta, cartaz, notícia, editorial, artigo

de opinião, carta do leitor, relatórios, resultados de pesquisa, resumos, resenhas, solicitações, requerimentos, crônica, conto, poema, relatos de experiência, receitas. Destaca-se, também, a importância de realizar atividades com os gêneros digitais, como: *e-mail*, *blog*, *chat,* lista de discussão, fórum de discussão, dentre outros, experienciando usos efetivos da linguagem escrita na esfera digital.

Na prática da escrita, há três etapas interdependentes e intercomplementares sugeridas por Antunes (2003) e adaptadas às propostas das Diretrizes, que podem ser ampliadas e adequadas de acordo com o contexto:

• inicialmente, essa prática requer que tanto o professor quanto o aluno planejem o que será produzido: é o momento de ampliar as leituras sobre a temática proposta; ler vários textos do gênero solicitado para a escrita, a fim de melhor compreender a esfera social em que este circula; delimitar o tema da produção; definir o objetivo e a intenção com que escreverá; prever os possíveis interlocutores; pensar sobre a situação em que o texto irá circular; organizar as ideias;

• em seguida, o aluno escreverá a primeira versão sobre a proposta apresentada, levando em conta a temática, o gênero e o interlocutor, selecionará seus argumentos, suas ideias; enfim, tudo que fora antes planejado, uma vez que essa etapa prevê a anterior (planejar) e a posterior (rever o texto);

• depois, é hora de reescrever o texto, levando em conta a intenção que se teve ao produzi-lo: nessa etapa, o aluno irá rever o que escreveu, refletir sobre seus argumentos, suas ideias, verificar se os objetivos foram alcançados; observar a continuidade temática; analisar se o texto está claro, se atende à finalidade, ao gênero e ao contexto de circulação; avaliar se a linguagem está adequada às condições de produção, aos interlocutores; rever as normas de sintaxe, bem como a pontuação, ortografia, paragrafação.

Ressalta-se que, no percurso da produção de texto do aluno, outras práticas de escrita podem acontecer para, então, chegar ao gênero pretendido, por exemplo: se a proposta for produzir uma notícia, o professor poderá encaminhar leituras de notícias, solicitar comentários escritos sobre o fato para os alunos ou resumos, a fim de trabalhar com a síntese de um assunto; em seguida, pode definir um tema para a produção da notícia, indicar a pesquisa sobre a temática e requerer entrevistas sobre o caso para compor a notícia. Nesse caminho, serão trabalhados: a opinião do aluno, o resumo, a pesquisa, a entrevista e a notícia; gêneros orais e escritos diferenciados que colaborarão com o objetivo que se tem: a produção de notícia.

Por meio desse processo, que vivencia a prática de planejar, escrever, revisar e reescrever seus textos, o aluno perceberá que a reformulação da escrita não é motivo para constrangimento. O ato de revisar e reformular é antes de mais nada um processo que permite ao locutor refletir sobre seus pontos de vista, sua criatividade, seu imaginário.

O refazer textual pode ocorrer de forma individual ou em grupo, considerando a intenção e as circunstâncias da produção e não a mera “higienização” do texto do aluno, para atender apenas aos recursos exigidos pela gramática. O refazer textual deve ser, portanto, atividade fundamentada na adequação do texto às exigências circunstanciais de sua produção.

Para dar oportunidade de socializar a experiência da produção textual, o professor pode utilizar-se de diversas estratégias, como: afixar os textos dos alunos no mural da escola, promovendo um rodízio dos mesmos; reunir os diversos textos em uma coletânea ou publicá-los no jornal da escola; enviar cartas do leitor (no caso dos alunos) para determinado jornal; encaminhar carta de solicitação dos alunos para a câmara de vereadores da cidade; produção de panfletos a serem distribuídos na comunidade; entre outros. Dessa forma, além de enfatizar o caráter interlocutivo da linguagem, possibilitando aos estudantes constituírem-se sujeitos do fazer linguístico, essa prática orientará não apenas a produção de textos significativos, como incentivará a prática da leitura.

• discursivos (argumentos, vocabulário, grau de formalidade do gênero);

• textuais (coesão, coerência, modalizadores, operadores argumentativos, ambiguidades, intertextualidade, processo de referenciação);

• estruturais (composição do gênero proposto para a escrita/oralidade do texto, estruturação de parágrafo).

Na prática da leitura:

Ler é familiarizar-se com diferentes textos produzidos em diversas esferas sociais: jornalísticas, artística, judiciária, científica, didático-pedagógica, cotidiana, midiática, literária, publicitária, etc. No processo de leitura, também é preciso considerar as linguagens não-verbais. A leitura de imagens, como: fotos, cartazes, propagandas, imagens digitais e virtuais, figuras que povoam com intensidade crescente nosso universo cotidiano, deve contemplar os multiletramentos mencionados nas Diretrizes.

Trata-se de propiciar o desenvolvimento de uma atitude crítica que leva o aluno a perceber o sujeito presente nos textos e, ainda, tomar uma atitude responsiva diante deles. Sob esse ponto de vista, o professor precisa atuar como mediador, provocando os alunos a realizarem leituras significativas. Assim, o professor deve dar condições para

que o aluno atribua sentidos a sua leitura, visando a um sujeito crítico e atuante nas práticas de letramento da sociedade.

Somente uma leitura aprofundada, em que o aluno é capaz de enxergar os implícitos, permite que ele depreenda as reais intenções que cada texto traz. Sabe-se das pressões uniformizadoras, em geral voltadas para o consumo ou para a não-reflexão sobre problemas estéticos ou sociais, exercidas pelas mídias. Essa pressão deve ser explicitada a partir de estratégias de leitura que possibilitem ao aluno "percepção e reconhecimento – mesmo que inconscientemente – dos elementos de linguagem que o texto manipula" (LAJOLO, 2001, p. 45).

• as particularidades (lexicais, sintáticas e textuais) do texto em registro formal e do texto em registro informal;

• a repetição de palavras (que alguns gêneros permitem) e o efeito produzido;

• o efeito de uso das figuras de linguagem e de pensamento (efeitos de humor, ironia, ambiguidade, exagero, expressividade, etc);

• léxico;

• progressão referencial no texto;

• os discursos direto, indireto e indireto livre na manifestação das vozes que falam no texto.

Literatura:

O primeiro olhar para o texto literário, tanto para alunos de Ensino Fundamental como do Ensino Médio, deve ser de sensibilidade, de identificação. O professor pode estimular o aluno a projetar-se na narrativa e identificar-se com algum personagem. Numa apresentação em sala de aula o educando revela-se e, "provocado" pelo docente, justifica sua associação defendendo seu personagem. O professor, então, solicita aos alunos que digam o que entenderam da história lida. Esta fase é importante para que o aluno se perceba como coautor e tenha contato, também, com outras leituras, a dos colegas de sala, que não havia percebido.

É importante que o professor trabalhe com seus alunos as estruturas de apelo, demonstrando a eles que não é qualquer interpretação que cabe à literatura, mas aquelas que o texto permite. As marcas linguísticas devem ser consideradas na leitura literária; elas também asseguram que as estruturas de apelo sejam respeitadas. Agindo assim, o professor estará oportunizando ao aluno a ampliação do horizonte de expectativa.

Um exemplo desse trabalho é a utilização, na sala de aula, de livros infanto-juvenis, cuja temática é o mágico. O professor apresenta textos em que o mágico não é apenas um mero recurso narrativo, mas um elemento importante na composição estética da obra, um fantástico que amplia a compreensão das relações humanas, como o elemento fantástico presente em Murilo Rubião, Gabriel Garcia Márquez, José Saramago, J. J. Veiga, entre outros.

Quanto às leis abaixo relacionadas:

- Lei Educação Ambiental (L.F. 9795/99, Dec. 4281/02);
- Lei Estadual nº 17505/13 – Educação Ambiental;
- História e Cultura Afro-brasileira e Africana (10.639/03);
- História e Cultura Afro-brasileira e Indígena (11.645/08)
- Instrução nº 17/06 SUED/SEED – História e Cultura Afro-brasileira;
- Estatuto do Idoso (10741/03)
- Lei Estadual nº 17858/13 – Política de Proteção ao Idoso;
- Prevenção ao uso indevido de drogas (11.343/06);
- Lei Estadual nº 17650/13 – Programa de Resistência às drogas e à violência;
- Educação Fiscal/tributária (Dec. 1143/99 Portaria 413/02);
- Enfrentamento à Violência Contra a Criança e o Adolescente (L.F. 11525/07);
- Gênero e Diversidade Sexual (Lei Estadual nº 16.454/10 de 17 de maio de 2010, Resolução nº 12, de 16 de janeiro de 2016);
- Lei Estadual nº 17335/12 – Programa de Combate ao Bullyng;
- Lei 18447/15 – Semana Estadual Maria da Penha nas Escolas;
- Plano Nacional de Educação dos Direitos Humanos 2006 – Ministério da Educação;
- Lei nº11947/09 – Educação alimentar e nutricional;
- Lei nº 9503/97: Código de Trânsito Brasileiro – Educação para o Trânsito;
- Decreto nº 7037/09: Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH 3)- Educação em Direitos Humanos;
- Lei Estadual nº 13381/01 – História do Paraná.

A temática dessas leis será abordada nas aulas de Língua Portuguesa por meio de conversas, pesquisas, documentários, produção de textos e leituras.

Os recursos didáticos e tecnológicos a serem utilizados nas aulas de língua portuguesa são os seguintes: TV multimídia, data show, Cd’s, Filmes, músicas, etc.

AVALIAÇÃO

A avaliação deve ser fonte de informação não só do aluno, mas também do professor, permitindo-lhe observar o alcance de suas intenções educativas. Podemos falar em dois tipos de avaliação, uma diagnóstica e outra formativa. A avaliação diagnóstica, realizada anteriormente ao início de uma nova etapa de trabalho, informa-nos a respeito da bagagem que os alunos possuem antes de iniciarem o processo de ensino-aprendizagem. Já a avaliação formativa, feita ao longo do trabalho, permite ao aluno e ao professor perceberem como estão se saindo nas diferentes etapas do aprendizado, podendo o professor, de posse de tal informação, elaborar novas situações de aprendizagem, ampliando as possibilidades e desenvolvimento do aluno.

A principal finalidade da avaliação é auxiliar alunos e professores, com relação ao processo de ensino-aprendizagem. No caso do aluno estabelece relação com a bagagem trazida por ele e ao alcance deles nas diversas etapas de aprendizagem, podendo ser feito ajustes por ambas as partes. Assim, a avaliação deve ser vista como uma oportunidade de reflexão sobre o próprio processo de ensino e seus resultados, não só para verificar o desenvolvimento dos alunos, mas para o professor refletir sobre suas práticas pedagógicas.

Quanto aos instrumentos, estes devem manter coerência com os objetivos, bem com as atividades realizadas. Vários tipos de instrumentos devem ser utilizados, tais como: produção de textos variados, observação de debates, pesquisas, trabalhos com leitura extraclasse de diversos textos e também provas orais e escritas, para que tenhamos uma visão mais abrangente do desenvolvimento do aluno.

De acordo com o Projeto Político Pedagógico, Regimento Escolar, Instrução 01/17 e Ata 03/2017 do Colégio Estadual do Núcleo Residencial Pindorama, as avaliações desta Instituição de Ensino são organizadas trimestralmente, o número mínimo de avaliações e recuperações serão de três, sendo distribuídas da seguinte forma na disciplina de Língua Portuguesa:

As avaliações serão trimestrais, sendo 4,0 pontos distribuídos em no mínimo dois trabalhos, podendo ser em forma de produção textual, leitura, apresentações de trabalhos orais e escritos, seminários e debates. E 6,0 (seis vírgula zero) pontos divididos em, no mínimo, duas avaliações escritas, de 3,0 (três vírgula zero) pontos cada, abordando leitura, interpretação textual e gramática (contextualizada).

A recuperação de estudos deve acontecer a partir de uma lógica simples: os conteúdos selecionados para o ensino são importantes para a formação do aluno, é preciso investir em todas as estratégias e recursos possíveis para que ele aprenda. A

recuperação é o esforço de retomar, voltar ao conteúdo, de modificar os encaminhamentos metodológicos, para assegurar a possibilidade da aprendizagem. A verificação da aprendizagem é feita através de provas e trabalhos escritos.

A recuperação de conteúdos ocorrerá paralelamente, durante o período letivo (trimestre), sendo que a recuperação de notas deverá ser realizada após cada avaliação, durante a aula do professor da disciplina, referente aos trabalhos, provas ou qualquer outra forma de avaliação a que o aluno foi submetido.

Será considerado em recuperação o aluno que não atingir sessenta por cento da nota referente a cada avaliação realizada. A recuperação será oportunizada ao que não atingiu a essa nota, podendo também ser disponibilizada aos que atingirem, mas queiram melhorar suas notas, prevalecendo a maior nota, pois a recuperação é um direito do aluno, independente da nota. O número mínimo de recuperações será de três (03).

Aos alunos com necessidades educacionais especiais será proporcionada a flexibilização curricular e o processo avaliativo será ajustado segundo suas necessidades, cabendo ao professor adaptar o processo de avaliação, quer seja modificando técnicas, aumentando o tempo disponível para resoluções ou diversificando os instrumentos a serem utilizados de modo que possibilitem a expressão do aluno segundo seu grau de compreensão. Serão usadas diferentes estratégia de avaliação, tendo em vista a limitação de cada aluno, suas possibilidades, levando em consideração o contexto em que ele está inserido e a sua condição de aprendizagem.

REFERÊNCIAS BIBIOGRÁFICAS

AGUIAR, V. T.; BORDINI, M. G. Literatura e Formação do leitor: alternativas metodológicas. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1993.

ANTUNES, I. Aula de português: encontro & interação. São Paulo: Parábola, 2003.

_____. Muito além da Gramática: por um ensino de línguas sem pedras no caminho. São Paulo: Parábola, 2007.

Colégio Estadual do Núcleo Residencial Pindorama. EFM. **Projeto Político Pedagógico**. Quedas do Iguaçu, 2016.

Colégio Estadual do Núcleo Residencial Pindorama. EFM. **Regimento Escolar**. Quedas do Iguaçu, 2016.

BAGNO, M. A norma oculta – língua e poder na sociedade. São Paulo: Parábola, 2003.

BAKHTIN, M. (Volochinov). Marxismo e filosofia da linguagem. Trad. de Michel Lahud e Yara Frateschi. 9 ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

_____. Estética da Criação Verbal. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

_____. Problemas da poética de Dostoievski. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997.

BRAIT, B. PCNs, gêneros e ensino de língua: faces discursivas da textualidade. In: ROJO, Roxane (org.). A prática de linguagem em sala de aula: praticando os PCN. São Paulo: Mercado de Letras, 2000, p. 20.

BRASIL. Parâmetros Curriculares Nacionais. Linguagens, códigos e suas tecnologias. Brasília: Ministério da Educação/Secretaria de Educação Média e Tecnológica, 1998.

BUNZEN, C. Da era da composição à era dos gêneros: o ensino de produção de texto no ensino médio. In: BUNZEN, Clecio.; MENDONÇA, Márcia. (orgs.) Português no ensino médio e formação do professor. São Paulo: Parábola, 2006.

CANDIDO, A. A literatura e a formação do homem. Ciência e Cultura. São Paulo, Vol. 4, n. 9, PP. 803-809, set/1972.

CAVALCANTE, M. C. B.; MELLO, C. T. V. Oralidade no Ensino Médio: Em busca de uma prática. In: BUNZEN, Clecio.; MENDONÇA, Márcia. (orgs.). Português no ensino médio e formação do professor. São Paulo: Parábola, 2006.

SEED, Secretaria de Estado da Educação. Diretrizes Curriculares da Educação Básica do Paraná- Língua Portuguesa. Curitiba: SEED,2008.

4.16.13 PROPOSTA PEDAGÓGICA CURRICULAR DE MATEMÁTICA

APRESENTAÇÃO DA DISCIPLINA

A matemática que conhecemos e usamos hoje teve seu início por volta de 2000 a.C, quando os povos da babilônia registravam suas atividades econômicas utilizando-se da álgebra elementar. A matemática como campo de conhecimento surge apenas nos séculos VI e V a.C na Grécia, onde Pitágoras e seus seguidores iniciam as discussões sobre sua importância na formação e no ensino formal. (DCE's, 2008.p.3)

Com o passar dos séculos a transformações sociais e econômicas que ocorreram na sociedade, a matemática teve sua evolução, sendo moldada para atender os interesses pertinentes as políticas de cada época, exemplo disso é que nos séculos VIII e IX, o ensino da matemática passou a ser utilizado para reforçar constatações empíricas nas universidades de filosofia,

Com o aumento do comercio e o avanço das navegações a partir do século XV, a matemática passa a ser utilizada amplamente em todos os ramos da atividade comercial e econômica da época. Por esse motivo, houve uma grande modernização nas manufaturas e nas necessidades técnico-militares sendo que a matemática apresentava-se com o objetivo de preparar os jovens para a profissão.

No Brasil, na metade do século XVI, os jesuítas nos colégios católicos passaram a utilizar a educação clássico-humanista, processo este que levou a matemática a ser introduzida como disciplina no currículo da escola brasileira, mas não alcançou destaque nas práticas pedagógicas (VALENTE, 1999*apud* DCE's 2008).

A Revolução Industrial fez com que as pesquisas matemáticas fossem voltadas para o entendimento do processo de industrialização. Surgiram também as diferentes classes sociais de modo que a matemática passa a ser uma disciplina indispensável, considerada a ciência que daria base ao entendimento e solução dos problemas práticos. (VALENTE, 1999*apud* DCE's 2008).

No final do século XIX e início do século XX iniciam-se discussões para elaborar propostas pedagógicas que vinculassem o ensino da matemática como disciplina exigível das transformações sociais e econômicas dos últimos séculos.

A partir dessas discussões, a Matemática transformou-se numa única disciplina, entretanto, subdividida em outras áreas. Euclides de Medeiros Guimarães Roxo solicitou ao governo federal a junção de todas essas áreas que passou a ser denominada Matemática através do decreto 18.564 de 15/01/1929.

As ideias reformadoras da Matemática passaram por movimentos como:

a Escola Nova, que valorizava o estudo de atividades lúdicas, jogos e resolução de problemas;

a formalista clássica, baseada no modelo euclidiano, a qual caracterizava a lógica, a estática e o dogma do conhecimento matemático, sendo sua principal função o pensamento lógico-dedutivo;

a Matemática Moderna renovou a maneira pedagógica criando a escola tecnicista, o qual foi marcante, principalmente no decorrer da década de 1970;

a tendência construtivista, objetivando as ações interativas e reflexivas dos estudantes no ambiente e nas atividades pedagógicas;

a tendência sócio técnico cultural, valorizando a Etnomatemática;

a tendência histórica-crítica que busca construção sócio-individualizado do conhecimento, ou seja, relacionar conteúdos, justificar, analisar, discutir e criar soluções para desenvolver habilidades de cálculo e resolução de problemas.

Dentro desta ultima tendência pedagógica a partir do ano de 2003 a SEED deflagrou um processo de discussão coletiva com professores para a elaboração das diretrizes curriculares para o ensino da matemática. Dentro destas diretrizes assume-se a educação matemática como campo de estudos que possibilita ao professor delimitar sua ação docente, fundamentado numa ação crítica que conceba a matemática como atividade humana em construção. Dentro dessa perspectiva percebemos que a matemática no Ensino Fundamental e Médio deve proporcionar ao aluno obtenção de uma parcela de conhecimento relevante, para que ele possa ler e interpretar a realidade e desenvolver a capacidade de atuar no mundo em que vive e fazer uso da matemática também na sua vida profissional.

Para que o aluno possa interagir de forma plena no exercício da cidadania ele precisa mais do que informações, é necessário o domínio dos conhecimentos científicos e de habilidades e competências para processar este conhecimento e aplicar perante a sua sociedade, participando do progresso cientifico e tecnológico, não apenas como mero observador, mas como um cidadão atuante.

De acordo com as Diretrizes Curriculares (2008), é necessário que o processo de ensino aprendizagem em matemática contribua para que o estudante tenha condições de constatar regularidades matemáticas, generalizações e apropriação de linguagem adequada para descrever e interpretar fenômenos ligados ‘a Matemática e a outras áreas

do conhecimento. Assim, a partir do conhecimento matemático, seja possível o estudante criticar questões sociais, políticas, econômicas e históricas. Nesse sentido a aprendizagem da matemática tem manifestado uma necessidade de um olhar mais crítico sobre as condições em que a aprendizagem da matemática se processa. Assim dentro de nossa proposta para o Ensino Fundamental e Médio, desejamos que o aluno possa: Ler, interpretar e até produzir textos relacionados à matemática, valorizando a sua história e evolução;

Ler, interpretar e utilizar representações matemáticas como tabelas, gráficos, diagramas presentes em veículos de comunicação, realizar a análise crítica e a valorização de informações de diferentes origens;

- Utilizar de forma adequada e investigativa os recursos tecnológicos, como calculadora e o computador, bem como a utilização correta de instrumentos de medidas;

- Transpor para a prática docente o objeto matemático construído historicamente e possibilitando ao estudante ser conhecedor desse objeto;

- Compreender e aplicar os conceitos, procedimentos e conhecimentos matemáticos em situações diversas;

- Desenvolver estratégias de resolução de problemas, o que permitirá uma melhor compreensão de conceitos matemáticos, além de desenvolver as capacidades de raciocínio;

- Observar e estabelecer as conexões existentes entre diferentes tópicos da matemática e conhecimentos aplicados em outras áreas, observando diferentes representações de um mesmo conceito;

- Compreender e utilizar a precisão da linguagem e as demonstrações matemáticas, utilizando raciocínio dedutivo e indutivo, que permitirá a validação de conjecturas, além da compreensão de fatos conhecidos e sistematizados por meio de propriedades e relações;

- Desenvolver e aplicar conhecimentos matemáticos em situações presentes no real. E a capacidade de utilizar a matemática não apenas na interpretação do real, como também, quando necessária, como forma de intervenção.

Embora o objeto de estudo da educação matemática ainda encontra-se em processo de construção, pode-se dizer que ele está centrado na pratica pedagógica da matemática, de forma a envolver-se com as relações entre o ensino, a aprendizagem e o conhecimento matemático.

CONTEÚDOS ESTRUTURANTES E BÁSICOS

MATEMÁTICA PARA O ENSINO FUNDAMENTAL.

6º Ano

CONTEÚDOESTRUTURANTE	CONTEÚDOS BÁSICOS
NÚMEROS E ÁLGEBRA	• Sistemas de numeração; • Números Naturais; • Múltiplos e divisores; • Potenciação e radiciação; • Números fracionários; • Números decimais.
GRANDEZAS E MEDIDAS	• Medidas de comprimento; • Medidas de massa; • Medidas de área; • Medidas de volume; • Medidas de tempo; • Medidas de ângulos; • Sistema monetário.
GEOMETRIAS	• Geometria Plana; • Geometria Espacial.
TRATAMENTO DA INFORMAÇÃO	• Dados, tabelas e gráficos; • Porcentagem

7º Ano

CONTEÚDOESTRUTURANTE	CONTEÚDOS BÁSICOS
NÚMEROS E ÁLGEBRA	• Números Inteiros; • Números Racionais; • Equação e Inequação do 1º grau; • Razão e proporção; • Regra de três simples
GRANDEZAS E MEDIDAS	• Medidas de temperatura; • Medidas de ângulos.
GEOMETRIAS	• Geometria Plana; • Geometria Espacial; • Geometrias não-euclidianas.
TRATAMENTO DA INFORMAÇÃO	Pesquisa Estatística; • Média Aritmética; • Moda e mediana; • Juros simples.

8º Ano

CONTEÚDOESTRUTURANTE	CONTEÚDOS BÁSICOS
NÚMEROS E ÁLGEBRA	• Números Racionais e Irracionais; • Sistemas de Equações do 1º grau; • Potências; • Monômios e Polinômios; • Produtos Notáveis

GRANDEZAS E MEDIDAS	• Medidas de comprimento; • Medidas de área; • Medidas de volume; • Medidas de ângulos.
GEOMETRIAS	• Geometria Plana; • Geometria Espacial; • Geometria Analítica; • Geometrias não euclidianas.
TRATAMENTO DA INFORMAÇÃO	• Gráfico e Informação; • População e amostra.

9º Ano

CONTEÚDOESTRUTURANTE	CONTEÚDOS BÁSICOS
NÚMEROS E ÁLGEBRA	• Números Reais; • Propriedades dos radicais; • Equação do 2º grau; • Teorema de Pitágoras; • Equações Irracionais; • Equações Biquadradas; • Regra de Três Composta.
GRANDEZAS E MEDIDAS	• Relações Métricas no Triângulo Retângulo; • Trigonometria no Triângulo Retângulo.
FUNÇÕES	• Noção intuitiva de Função Afim. • Noção intuitiva de Função Quadrática.

GEOMETRIAS	• Geometria Plana; • Geometria Espacial; • Geometria Analítica; • Geometrias não euclidianas.
TRATAMENTO DA INFORMAÇÃO	• Noções de Análise Combinatória; • Noções de Probabilidade; • Estatística; • Juros Compostos.

MATEMÁTICA PARA O ENSINO MÉDIO

CONTEÚDOESTRUTURANTE	**CONTEÚDOS BÁSICOS**
1ª Série NÚMEROS E ÁLGEBRA	• Números Reais; • Equações e InequaçõesExponenciais, Logarítmicas e Modulares.
FUNÇÕES	• Função Afim; • Função Quadrática; • Função Polinomial; • Função Exponencial; • Função Logarítmica; • Função Trigonométrica; • Função Modular; • Progressão Aritmética; • Progressão Geométrica.

2ª Série NÚMEROS E ÁLGEBRAS	• Sistemas lineares; • Matrizes e Determinantes;
GEOMETRIAS	• Geometria Plana; • Geometria Espacial;
TRATAMENTO DA INFORMAÇÃO	• Análise Combinatória; • Binômio de Newton; • Estudo das Probabilidades;
3ª Série NÚMEROS E ÁLGEBRAS	• Números Complexos; • Polinômios;
GRANDEZAS E MEDIDAS	
GEOMETRIAS	• Geometria Analítica; • Geometrias não euclidianas.
TRATAMENTO DA INFORMAÇÃO	• Estatística; • Matemática Financeira.

METODOLOGIA

A concepção de aprendizagem no ensino deve estar voltada à formação plena do alunado. Deste modo deve-se ter sempre o cuidado de deixar claro quais são os métodos mais adequados que garantem atingir esse grande objetivo, que é ensinar.

É plausível trabalhar com o conhecimento matemático de forma dinâmica e instigante por meio de situações que problematizem as diferentes situações do dia-a-dia, pois eles necessitam de um raciocínio lógico, para promover o domínio de procedimentos que interagem no decorrer das situações-problema.

Os conteúdos estruturantes e básicos devem ser abordados por meio de tendências metodológicas da Educação da Matemática que fundamentam à pratica docente, das quais se destacam:

- Resolução de problemas;
- Modelagem matemática;
- Mídias tecnológicas;
- Etnomatemáticas;
- História da Matemática;
- Investigação matemática;

O professor deve fazer uso de práticas metodológicas para a resolução de problemas, como exposição oral e resolução de exercícios. A resolução de problemas possibilita compreender os argumentos matemáticos e ajuda a vê-los como um conhecimento passível de ser aprendido pelos sujeitos do processo de ensino e aprendizagem. (SCHOENFELD, 1997).

O ensino da matemática envolve-se de uma metodologia pela qual o estudante tem oportunidade de aplicar conhecimentos matemáticos adquiridos, em novas situações, de modo a resolver a questão proposta (DANTE, 2003).

O professor precisa conhecer a história de seu aluno, aproveitando para abordar, trabalhando problemas que sugerem questionamentos sobre situações de vida. A modelagem matemática a qual permite associar problemas reais com os problemas matemáticos e resolvê-los interpretando suas soluções na linguagem do mundo real. (DCE-2008).

Como vivemos em um mundo globalizado e competitivo, o ensino da matemática deve fazer uso das Mídias Tecnológicas como ferramentas importantes no desenvolvimento de ações no ensino-aprendizagem. Dessa forma a instituição de ensino dispõe de computadores com acesso a internet, TV pen-drive, DVD e programas voltados ao ensino da matemática.

A história da matemática deve ser apresentada o aluno do modo que ele possa compreender a natureza da disciplina e sua relevância na vida da humanidade. Promovendo assim, uma aprendizagem significativa, pois propicia ao estudante entender que o conhecimento matemático é construído historicamente a partir de situações concretas e necessidades reais.

A investigação matemática procura chamar o aluno a agir como um matemático, assim as investigações envolvem naturalmente, conceitos, procedimentos e representações matemáticas, mas o que as caracteriza é este estilo de conjectura-teste-demonstração.

É necessário esclarecer que nenhuma das tendências metodológicas apresentadas esgota as possibilidades para realizar com eficácia o complexo processo de ensinar e aprender matemática, desse modo sempre que possível buscar promover a articulação ente elas.

Os Conteúdos Básicos do Ensino Fundamental deverão ser abordados de forma articulada, que possibilitem uma intercomunicação e complementação dos conceitos pertinentes à disciplina de Matemática. As tendências metodológicas apontadas nas Diretrizes Curriculares de Matemática sugerem encaminhamentos metodológicos e servem de aporte teórico para as abordagens dos conteúdos propostos neste nível de ensino, numa perspectiva de valorizar os conhecimentos de cada aluno, quer sejam adquiridos em séries anteriores ou de forma intuitiva. Estes conhecimentos e experiências provenientes das vivências dos alunos deverão ser aprofundados e sistematizados, ampliando-os e generalizando-os. É importante a utilização de recursos didáticos pedagógicos e tecnológicos como instrumentos de aprendizagem.

Os Conteúdos Básicos de Matemática no Ensino Médio, deverão ser abordados articuladamente, contemplando os conteúdos ministrados no ensino fundamental e também através da intercomunicação dos Conteúdos Estruturantes.

As Diretrizes Curriculares de Matemática apontam encaminhamentos metodológicos diferenciados para as abordagens dos conteúdos propostos neste nível de ensino, os quais visam desenvolver os conhecimentos matemáticos a partir do processo dialético intervindo como um instrumento eficaz na aprendizagem das propriedades e relações matemáticas, bem como as diferentes representações e conversões através da linguagem e operações simbólicas, formais e técnicas. Os procedimentos e estratégias a serem desenvolvidas pelo professor objetivam garantir ao aluno o avanço em estudos posteriores, na aplicação dos conhecimentos matemáticos em atividades tecnológicas, cotidianas, das ciências e da própria ciência matemática.

Em relação às abordagens, destacam-se a análise e interpretação crítica para resolução de problemas, não somente pertinentes à ciência matemática, mas como nas demais ciências que, em determinados momentos, fazem uso da matemática.

Além dos conteúdos estruturantes específicos da disciplina serão trabalhadas as leis: Lei nº 10639/03, que torna obrigatório o ensino sobre a História e Cultura Afro-Brasileira e Africana nos estabelecimentos de Ensino. Lei nº 11645/08 que aponta sobre a obrigatoriedade do estudo da História e Cultura Afro-brasileira e indígena. Lei 9795/99 que dispõe sobre a Educação Ambiental e a Lei 10741/03 que trata do Estatuto do Idoso. Com o intuito de que o aluno compreenda, valorize, reconheça e respeite a história e a diversidade cultural de nosso país. Esses temas serão abordados utilizando as tendências metodológicas apontadas na diretriz, as quais já foram citadas anteriormente.

Em relação aos recursos didáticos tecnológicos, serão utilizados no desenvolvimento e enriquecimento das aulas, TV pendrive, retroprojetor, micro-sisten, aparelho de DVD, pesquisas na internet, entre outros.

No que diz respeito aos alunos com necessidades educativas especiais caberá ao professor buscar técnicas e metodologias diferenciadas que permitam a aprendizagem significativa dos conteúdos propostos, respeitando as potencialidades e o desenvolvimento individual.

AVALIAÇÃO

Avaliação deve ser compreendida como um conjunto de ações organizadas com a finalidade de obter informações sobre o que o aluno aprendeu, de que forma e em quais condições ele aprendeu.

Na avaliação de Matemática, deve se instigar o aluno a aplicar na resolução das questões todos os métodos científicos que lhe foi proposto em sala de aula, devendo também observar os avanços tecnológicos que fazem parte da evolução matemática.

Na escola, segundo o PPP a avaliação deve ser formativa, contínua, avaliando o decorrer do processo ensino-aprendizagem e não apenas o resultado final. O marco operacional reafirma que a forma de avaliar seja dinâmica, justa, criativa e coerente. Neste sentido, adotamos diversas formas de avaliação, entre elas: prova trimestral, trabalhos em grupos e individuais, seminários, pesquisa, portfólio, registros em forma de relatório acompanhamento da resolução das atividades, entre outras. Através do Regimento Escolar fica estabelecido que a avaliação deva ser:

- Diagnostica,
- Continua,
- Cumulativa,
- Processual.

As avaliações desta Instituição de Ensino são organizadas trimestralmente, o número mínimo de avaliações e recuperações realizadas deverão ser de três (3,0), sendo distribuídas da seguinte forma:

Trabalho – valor 4,0 (quatro vírgula zero) pontos, distribuídos em no mínimo dois trabalhos, ficando a critério de cada professor utilizar o método que julgar conveniente à sua disciplina e ao conteúdo desenvolvido. Podendo ser trabalhos individuais ou coletivos, pesquisas, leitura, interpretação e produção de texto, entre outros, registrando no RCO de forma a gerar uma sequência.

Prova – Valor 6,0 (seis vírgula zero) pontos. É o resultado da avaliação escrita, podendo esse valor ser distribuído em uma avaliação escrita (prova).

Quanto aos trabalhos, poderão ser avaliados trabalhos individuais e coletivos; trabalhos de pesquisa; atividades diárias desenvolvidas em sala de aula; tarefas e atividades desenvolvidas em casa; pesquisa bibliográfica com contextualização clara em seu desenvolvimento, justificativa e revisão bibliográfica utilizada; atividades de leitura e interpretação; atividades em sala de aula utilizando o livro didático; trabalhos de casa para complementação das atividades; produção de textos com planejamento, objetivo, revisão e reestruturação da escrita; palestras; seminários; apresentações orais; atividades experimentais; pesquisa de campo; relatórios; entrevistas; debates; textos literários; atividades a partir de recursos audiovisuais.

Deve garantir o desenvolvimento “global” do aluno; considerar suas características individuais, dando ênfase à atividade critica a síntese e elaboração pessoal, utilizando-se de métodos e instrumentos diversificados, que possibilitem ao professor observar se o aluno:

- Comunica-se matematicamente, oral ou por escrito (BURIASCO, 2004);
- Compreende, por meio da leitura, o problema matemático;
- Elabora um plano que possibilite a solução de um problema matemático;
- Realiza o retrospecto da solução de um problema.

A recuperação de estudos deve acontecer a partir de uma lógica simples: os conteúdos selecionados para o ensino de matemática são importantes para a formação do aluno, é preciso investir em todas as estratégias e recursos possíveis para que ele aprenda. A recuperação é o esforço de retomar, voltar ao conteúdo, de modificar os encaminhamentos metodológicos, para assegurar a possibilidade da aprendizagem. A verificação da aprendizagem é feita através de provas e trabalhos diversificados.

A recuperação de conteúdos ocorrerá paralelamente, durante o período letivo (trimestres), sendo que a recuperação de notas, deverá ser realizada após cada avaliação realizada no trimestre, ou seja, referente aos trabalhos, provas ou qualquer outra forma de avaliação a que o aluno foi submetido.

Aos alunos com necessidades educacionais será proporcionada a flexibilização curricular e o processo avaliativo será ajustado segundo suas necessidades, cabendo ao professor adaptar o processo de avaliação quer seja modificando técnicas, aumentando o tempo disponível para resoluções ou diversificando os instrumentos a serem utilizados de modo que possibilitem a expressão do aluno segundo seu grau de compreensão. Possibilitar usando outra estratégia de avaliação como recurso diferenciado, tendo em vista a limitação de cada aluno, suas possibilidades, levando em consideração o contexto inserido e a condição de aprendizagem de cada educando com necessidades educativas especiais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOYER, C. B. **História da Matemática.** São Paulo: Edgard Blucher/Edusp, 1974.

CARAÇA, B. J. **Conceitos Fundamentais da Matemática**. Lisboa, s.c.p., 1970.

Colégio Estadual do Núcleo Residencial Pindorama. EFM. **Projeto Político Pedagógico**. Quedas do Iguaçu, 2016.

Colégio Estadual do Núcleo Residencial Pindorama. EFM. **Regimento Escolar**. Quedas do Iguaçu, 2016.

DANTE, L. R. **Didática da resolução de problemas.** São Paulo: Ática, 1989.

DANTE, L.R. **Didática da Resolução de Problemas de Matemática**. São Paulo: Editora Ática, 2003.

D' AMBROSIO, U. **Etnomatemática – arte ou técnica de explicar e conhecer.** São Paulo: Ática, 1998.

IEZZI, G. et alii. **Coleção Fundamentos de Matemática Elementar.** São Paulo: Atua, 1998.

MACHADO, N.**Matemática e Realidade: análise dos pressupostos filosóficos que fundamentam o ensino da matemática:** São Paulo, Cortez, 1994.

MACHADO, N. J. et alii. **Coleção Vivendo a Matemática.** São Paulo: Scipione, 1999.

PARANÁ. Secretaria do Estado de Educação. Superintendência da Educação. Departamento da Educação Básica. **Diretriz Curricular de Matemática**. Curitiba, 2008.

SCHOENFELD, A. H. Herística da sala de aula. In:KRULIK, S.; REYS, R. E. **A Resolução de Problemas na matemática escolar**. São Paulo: Atual, 1999.

SMOLE, Kátia Cristina Stocco.DINIZ, Maria Ignez de Souza Vieira. **Matemática – ensino médio. Vol.1, 1ª série.** 5. Ed: São Paulo: Saraiva, 2005.

4.16.14 PROPOSTA PEDAGÓGICA CURRICULAR DE QUÍMICA

APRESENTAÇÃO DA DISCIPLINA

A ciência é um dos meios de se conhecer o mundo, pressuposto implícito de todo empreendimento científico que as leis gerais, que podem ser descobertas pela mente humana. Existem e governam tudo no mundo físico.

Em suas formas mais avançadas, a ciência costuma ser expressa em linguagem matemática, nem sempre acessível ao público em geral. No entanto, a linguagem da ciência pode ser traduzida para nossa fala cotidiana, levando qualquer pessoa a partilhar da beleza e da simplicidade das grandes leis científicas, formando cidadãos críticos que possam tomar decisões relevantes na sociedade, relativas a aspectos científicos e tecnológicos. A educação científica deverá, assim, contribuir para preparar o cidadão a tomar decisões com consciência do seu papel na sociedade, como indivíduo capaz de provocar mudanças sociais na busca de melhor qualidade de vida para todos. O fato é que a Química como ciência teve seu berço na Europa no cenário de desenvolvimento do modo de produção capitalista, dos interesses econômicos da classe dirigente, da lógica das relações de produção e das relações de poder que marcaram a constituição desse saber.

O experimentalismo marcou a ciência moderna e esteve presente no avanço da Química dos séculos XVIII e XIX em inúmeras investigações. Dentre as realizações dos químicos, nesse período, destacaram-se o isolamento de algumas substâncias gasosas (nitrogênio, cloro, hidrogênio e oxigênio) e a descoberta de muitos outros elementos metálicos: cobalto, platina, zinco, níquel, bismuto, manganês, molibdênio, telúrio, tungstênio e cobre. Com a Revolução Industrial, o modo de produção capitalista expandiu-se, o que teve como uma, dentre outras consequências, o impulso ao desenvolvimento da indústria química.

Em 1860, foi realizado o primeiro Congresso Mundial de Química, em Karlsruhe, no território da atual Alemanha. A partir de uma proposta de Friedrich August Kekulé, apoiado por Charles Adolphe Wurtz, 140 eminentes químicos se reuniram para discutir os conceitos de átomo, molécula, equivalente, atomicidade e basicidade. Nessa ocasião, Stanislao Cannizzaro apresentou um artigo que diferenciava átomo de molécula a partir de uma leitura da hipótese de Avogadro.

Como consequência, vários químicos tentaram organizar e sistematizar os elementos químicos, dentre eles, destacaram-se Julius Lothar Meyer e Dimitri Ivanovitch

Mendeleev. Esse último organizou uma classificação dos elementos químicos seguindo o mesmo princípio da periodicidade de propriedades em função dos pesos atômicos.

No final do século XIX, com o surgimento dos laboratórios de pesquisa, a Química se consolidou como a principal disciplina associada aos efetivos resultados na indústria. A produção de conhecimentos, na Alemanha, Estado Nação recém- unificado, se dava pelas instituições científicas e pela indústria, em busca de desenvolvimento econômico e científico e de reorganização territorial (BRAVERMAN,1987). O exemplo alemão do investimento em pesquisas, seguido por outras nações, alavancou ainda mais o desenvolvimento da Química.

No século XX, a Química e todas as outras Ciências Naturais tiveram um grande desenvolvimento, em especial nos Estados Unidos, Inglaterra e Alemanha. Esses países destacaram-se no desenvolvimento da Ciência, no intuito de estabelecer e, posteriormente, manter influência científica que pudesse garantir diferentes formas de poder e controle bélico mundial, essenciais nas tensões vividas no século XX. Vários foram os investimentos desses países em áreas como: obtenção de medicamentos, indústria bélica, estudos nucleares, estrutura atômica e formação das moléculas, mecânica quântica, dentre outras que estreitaram as relações entre a ciência e a indústria.

Dentre as descobertas e avanços científicos, nas últimas quatro décadas do século XX passou-se a conviver com a crescente miniaturização dos sistemas de computação, com o aumento de sua eficiência e ampliação do seu uso, o que constitui uma era de transformações nas ciências que vêm modificando a maneira de se viver. Esse período, marcado pela: descoberta de novos materiais, engenharia genética, exploração da biodiversidade, obtenção de diferentes combustíveis, pelos estudos espaciais e pela farmacologia; marca o processo de consolidação científica, com destaque à Química, que participa das diferentes áreas das ciências e colabora no estabelecimento de uma cultura científica, cada vez mais arraigada no capitalismo e presente na sociedade, e, por conseguinte, na escola.

No contexto histórico, a Química deve produzir mudanças necessárias para que o estudante seja capaz de entender os debates públicos sobre as questões de ciência e tecnologia, um mito de fatos, vocabulários, conceitos, história e filosofia.

A abordagem histórica da ciência e da Química tem como pressuposto teórico as Diretrizes Curriculares que se configura como uma exigência para melhor entender os conteúdos na busca de desenvolver o conhecimento científico obtendo formação, informação e compreensão do meio relacionado às necessidades básicas dos seres humanos: alimentação, vestuário, saúde, moradia, transporte, meio ambiente e todos devem ter essas noções básicas de compreensão. O estudante precisa perceber os

aspectos aplicativos da Química e ter noções e compreensões dos usos indevidos e do uso consciente desta.

A Química, desde a Antiguidade, presta serviços à comunidade e propicia a melhoria da qualidade de vida das pessoas, seja na agricultura, na farmacologia ou na medicina.

Ter noções de Química instrumentaliza o cidadão para que ele possa saber como exigir os benefícios, bem como utilizar, a aplicação do conhecimento químico para toda a sociedade. Dispor de rudimentos da Química ajuda o estudante a posicionar-se em relação a inúmeros problemas da vida moderna como poluição, recursos energéticos, reservas minerais, matérias-primas, uso de medicamentos, descartes, importação de tecnologias relacionadas a alimentos enlatados e medicamentos.

Assim, a Química necessita abordar dois aspectos principais: o contextual e o conceitual, trabalhados num conjunto e considerados pressupostos essenciais na formação de novos conceitos com o desenvolvimento e compreensão de leituras e práticas para a apropriação dos conceitos básicos acumulados ao longo da história.

Como ciência experimental, busca compreender o comportamento da matéria com a utilização de modelos abstratos que buscam relacionar o comportamento macroscópico com o microscópio no universo atômico-molecular.

Acredita-se numa abordagem de ensino de Química voltada à construção e reconstrução de significados dos conceitos científicos nas atividades em sala de aula (MALDANER, 2003, p. 144). O ensino de Química, na perspectiva conceitual, retoma a cada passo o conceito estudado, na intenção de construí-lo com a ajuda de outros conceitos envolvidos, dando-lhe significado em diferentes contextos. Isso ocorre por meio da inserção do aluno na cultura científica, seja no desenvolvimento de práticas experimentais, na análise de situações cotidianas, e ainda na busca de relações da Química com a sociedade e a tecnologia. Isso implica compreender o conhecimento científico e tecnológico para além do domínio estrito dos conceitos de Química.

Nas Diretrizes, propõe-se que a compreensão e a apropriação do conhecimento químico aconteçam por meio do contato do aluno com o objeto de estudo da Química: as substâncias e os materiais. Esse processo deve ser planejado, organizado e dirigido pelo professor numa relação dialógica, em que a aprendizagem dos conceitos químicos constitua apropriação de parte do conhecimento científico, o qual, segundo Oliveira (2001), deve contribuir para a formação de sujeitos que compreendam e questionem a ciência do seu tempo. Para alcançar tal finalidade, uma proposta metodológica é a aproximação do aprendiz com o objeto de estudo químico, via experimentação.

Situar os conteúdos estruturantes baseados nas DCES é necessário para que haja compreensão do contexto geral. Para o Ensino de Química são necessárias as abordagens da matéria e sua natureza que estuda os aspectos macros e microscópicos dos compostos e a essência do trabalho é baseada em modelos e representações. A preocupação da Biogeoquímica é a velocidade das reações e suas implicações relacionais com a atmosfera, a hidrosfera e a litosfera. A química sintética centra seu estudo nas funções químicas gerais, polímeros e isomeria dos compostos de carbono que desempenham papel importante para os saberes escolares e sociais. A Química possibilita o desenvolvimento científico-tecnológico com importantes contribuições específicas, cujas decorrências têm alcance econômico, social e político. O aprendizado de Química pelos alunos implica que eles compreendam as transformações químicas que ocorrem no mundo físico de forma abrangente e integrada e assim possam julgar com fundamentos as informações advindas da tradição cultural, da mídia e da própria escola e tomar decisões autonomamente.

Principais Objetivos da Química:

- Compreender e utilizar corretamente os códigos, símbolos próprios da Química, traduzir a linguagem discursiva em outras linguagens usadas em Química: equações, gráficos, tabelas e relações matemáticas e vice-versa;
- Compreender dados quantitativos, estimativa e medidas, compreender relações proporcionais presentes na química (raciocínio proporcional);
- Identificar fontes de informação e formas de obter informações relevantes para o conhecimento da Química (livros, computador, jornais, revistas manuais, etc);
- Identificar aspectos químicos relevantes na interação do homem com o meio (dentro de uma visão macroscópica), reconhecendo o papel da Química no sistema produtivo industrial e rural;
- Reconhecer e analisar as relações entre o desenvolvimento científico tecnológico da Química e aspectos sócio-políticos-culturais, éticos e morais;
- Selecionar ideias e procedimentos científicos pertinentes ao investigar problemas quantitativos e qualitativos relacionados à Química e fazer conexões hipotético-lógicas que possibilitem previsões acerca das transformações químicas.
- Reconhecer as reações químicas que ocorrem na natureza visando a observação dos aspectos hidrológicos, atmosféricos e litosféricos de utilização em escala mundial no comércio e na indústria. Assim, o aproveitamento dos conceitos básicos é necessário para obtenção de dados com fins ecológicos e cíclicos na natureza.

- Fazer interdisciplinaridade entre as ciências exatas, sociais e tecnológicas, relacionadas como o cotidiano vivenciado pelo estudante seja na medicina, indústria ou

ambiental para que se torne um cidadão critico capaz de aplicar seus conhecimentos e usá-los como meio transformado.

Por que ensina-se Química? Esta ciência é uma linguagem e deve ser instrumento para a leitura e interação com o mundo, é a chance de oferecer ao aluno a oportunidade de conhecer o método científico e utilizá-lo para resolver problemas do cotidiano. Formar o aluno para sobreviver e atuar nesta sociedade científica-tecnológica onde a Química aparece como instrumento para investigação, desenvolvimento sócio-econômico e interfere diretamente no cotidiano de todas as pessoas.

CONTEÚDOS ESTRUTURANTES E BÁSICOS

CONTEÚDOS ESTRUTURANTES	CONTEÚDOS BÁSICOS
MATÉRIA E SUA NATUREZA	**MATÉRIA** • Constituição da matéria; • Estados de agregação; • Natureza elétrica da matéria; • Modelos atômicos (Rutherford, Thomson, Dalton, Bohr...). • Estudo dos metais. • Tabela Periódica. **SOLUÇÃO** • Substância: simples e composta; • Misturas; • Métodos de separação; • Solubilidade; • Concentração; • Forças intermoleculares;

BIOGEOQUÍMICA	• Temperatura e pressão; • Densidade; • Dispersão e suspensão; • Tabela Periódica.
QUÍMICA SINTÉTICA	**VELOCIDADE DAS REAÇÕES** • Reações químicas; • Lei das reações químicas; • Representação das reações químicas; • Condições fundamentais para ocorrência das reações químicas. (natureza dos reagentes, contato entre os reagentes, teoria de colisão) • Fatores que interferem na velocidade das reações (superfície de contato, temperatura, catalisador, concentração dos reagentes, inibidores); • Lei da velocidade das reações químicas; • Tabela Periódica. **EQUILÍBRIO QUÍMICO** • Reações químicas reversíveis; • Concentração; • Relações matemáticas e o equilíbrio químico (constante de equilíbrio); • Deslocamento de equilíbrio (príncipio de Le Chatelier): concentração, pressão, temperatura e efeito dos catalizadores; • Equilíbrio químico em meio aquoso (pH, constante de

	ionização, Ks). • Tabela *Periódica* • Ligação Química • Propriedade dos Materiais • Tipos de ligações químicas em relação as propriedades dos materiais; • Solubilidade e as ligações químicas; • Interações intermoleculares e as propriedades das substâncias moleculares; • Ligações de Hidrogênio; • Ligação metálica (elétrons semi-livres) • Ligações sigma e pi; • Ligações polares e apolares; • Alotropia. **REAÇÕES QUÍMICAS** • Reações de Oxi-redução • Reações exotérmicas e endotérmicas; • Diagramas das reações exotérmicas e endotérmicas; • Variação de entalpia; • Calorias; • Equações termoquímicas; • Princípios da termodinâmica; • Lei de Hess; • Entropia e energia livre;

	• Calorimetria; • Tabela Periódica. **RADIOATIVIDADE** • Modelos Atômicos (Rutherford); • Elementos químicos (radioativos); • Tabela Periódica; • Reações químicas; • Velocidades das reações; • Emissões radioativas; • Leis da radioatividade; • Cinética das reações químicas; • Fenômenos radiativos (fusão e fissão nuclear); **GASES** • Estados físicos da matéria; • Tabela periódica; • Propriedades dos gases (densidade/ difusão e efusão, pressão x temperatura, pressão x volume e temperatura x volume); • Modelo de partículas para os materiais gasosos; • Misturas gasosas; • Diferença entre gás e vapor; • Leis dos gases

	FUNÇÕES QUÍMICAS • Funções Orgânicas • Funções Inorgânicas • Tabela Periódica

METODOLOGIA

Os professores de Química devem se utilizar dos modelos para explicar determinadas ocorrências e fenômenos químicos. Ou seja, saber qual modelo utilizar e o porquê na explicação dos fenômenos abordados na escola. Igualmente importante é o docente ajudar os alunos a elegerem o modelo mais adequado no estudo da Química desenvolvido na escola, possibilitando-os pensar na provisoriedade e na limitação dessas representações. Esse encaminhamento permite aos alunos compreender o significado dos modelos na ciência e que as elaborações científicas não devem ser tomadas como verdades imutáveis e definitivas.

Assim, abordar os modelos na escola vai além do simples estudo de datas e nomes. Exige que os docentes possuam conhecimentos epistemológicos a respeito do que sejam os modelos, sua função na ciência, seus objetivos, suas limitações, e em que contexto histórico foram elaborados. Isso implica num estudo da natureza da ciência, sua dinâmica e seus princípios constitutivos, além de considerar os conhecimentos a respeito de como os alunos propõem seus modelos mentais na explicação dos fenômenos.

Há muitos trabalhos resultados de pesquisa em ensino de Química cujo tema é a experimentação. Espera-se que, no uso do laboratório, o professor considere também os encaminhamentos realizados numa aula teórica.

As atividades experimentais, utilizando ou não o ambiente de laboratório escolar convencional, podem ser o ponto de partida para a apreensão de conceitos e sua relação com as ideias a serem discutidas em aula. Os estudantes, assim, estabelecem relações entre a teoria e a prática e, ao mesmo tempo, expressam ao professor suas dúvidas.

Um exemplo simples é a atividade experimental com a Tabela Periódica. Coletam-se objetos comuns ao nosso dia-a-dia, tais como: níquel (encontrado no clipe), ferro (prego), cobre, prata e tantos outros. Relacionam-se esses objetos com os elementos na tabela indicando seu nome e suas características: se é metal, não-metal, gás, sólido ou líquido, entre outras. O aluno deverá ser estimulado a estabelecer relações entre a Tabela Periódica e os saberes do cotidiano. O objetivo de um trabalho dessa natureza é

ultrapassar a memorização de nomes, símbolos, número de massa, números atômicos e possibilitar o estabelecimento de relações entre os elementos da Tabela Periódica e os objetos analisados.

Uma atividade experimental que pode ser feita é o da condutividade elétrica de sais para testar a qualidade dos preservativos. Tal experiência requer água com sal, preservativos de várias marcas, régua, balança, tesoura, proveta, papel toalha, béquer, amperímetro ou outro dispositivo para identificar a passagem de corrente elétrica.

As atividades experimentais possibilitam questionamentos que permitem ao professor localizar as possíveis contradições e limitações dos conhecimentos explicitados pelos estudantes. À medida que as atividades experimentais transcorrem, é importante que o professor incentive os alunos a exporem suas dúvidas, que se manifestem livremente sobre elas para que conversem sobre o conhecimento químico.

A Química estuda o mundo material e sua constituição. Considera-se importante propor aos alunos leituras que contribuam para a sua formação e identificação cultural, que possam constituir elemento motivador para a aprendizagem da Química e contribuir, eventualmente, para a criação do hábito da leitura. Solicitar que os alunos tragam textos de sua preferência, de qualquer natureza (jornal, revista, rótulos de vidros de remédios, etc.) e relacioná-los com o conteúdo químico a ser trabalhado e assistir à um filme, por exemplo, *Óleo de Lorenzo* e relacionar a produção e o acúmulo de ácidos graxos no organismo com as doenças degenerativas. Na sequência, fazer a leitura de um texto de divulgação científica sobre o mesmo assunto. É uma maneira de motivar o aluno para a leitura e um recurso que favorece questionamentos.

As atividades experimentais, utilizando ou não o ambiente de laboratório escolar convencional, podem ser o ponto de partida para a apreensão de conceitos e sua relação com as ideias a serem discutidas em aula. Os estudantes, assim, estabelecem relações entre a teoria e a prática e, ao mesmo tempo, expressam ao professor suas dúvidas.

As Leis contempladas na disciplina de química serão:

- **História da Cultura Brasileira e Africana** (10639/03) e cultura dos povos indígenas (11645/2008), com isso reconhecerem os limites éticos e morais dos conhecimentos científicos, tecnológicos e das suas relações. Educação Ambiental (Lei no 9.795/99); Educação Fiscal (Portaria 413/02) e Prevenção ao Uso Indevido de Drogas, os quais terão os seguintes encaminhamentos metodológicos:

- **Educação Ambiental** (Lei no 9.795/99) – será trabalhada na 1º, 2º e 3º serie.

-1º serie - inserida no conteúdo tabela periódica onde, ao trabalhar os principais elementos químicos será feito apresentação de trabalhos sobre os metais pesados no ambiente e suas consequências ao organismo humano, e também nas funções

inorgânicas, especificamente nos óxidos, onde serão abrangidas questões ambientais diversas (aquecimento global, chuva acida) através de explicação, apresentação de vídeos, experimentos e apresentações de trabalhos.

- 2º serie – inserida no conteúdo Eletroquímico, onde será trabalhado o descarte adequado para pilhas e baterias.

- 3º serie – inseridos no conteúdo hidrocarbonetos onde trabalha a relação entre, os combustíveis derivados do petróleo, os biocombustíveis e os impactos sócio ambientais.

Educação Fiscal (Dec. 1143/99 Portaria 413/02) – será trabalhada na 2º serie no conteúdo termoquímica, onde será uma analise das calorias dos alimentos da cesta básica, assim como os impostos que são cobrados.

Prevenção ao Uso Indevido de Drogas – será trabalhada na 3º serie no conteúdo das funções orgânicas nitrogenadas, onde os educandos conhecerão as formulas estruturais dos principais neurotransmissores e das principais drogas e serão feitas discussões sobre a atuação de cada tipo de droga no organismo, especificamente nos neurotransmissores do cérebro.

Haverá uma apresentação de vídeos sobre cada droga e sua consequência para o organismo e posteriormente os alunos organizarão apresentações e confecção de cartazes sobre o assunto.

A cultura brasileira, africana e povos indígenas - serão assuntos abordados e debatidos ao decorrer do ano letivo, com o intuito de despertar a consciência crítica e o repúdio a qualquer forma de preconceito e discriminação, além da reflexão acerca da diversidade étnica, cultural e religiosa.

Lei 10741/03 – Estatuto do Idoso.

Os recursos usados seriam: Tv pendrive, utensílios e produtos de laboratório, jornais, revistas, Tabela Periódica, rótulos, filmes, livros e laboratório de informática.

AVALIAÇÃO

A partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação n. 9394/96, a avaliação formativa e processual, como resposta às históricas relações pedagógicas de poder, passa a ter prioridade no processo educativo. Esse tipo de avaliação leva em conta o conhecimento prévio do aluno e valoriza o processo de construção e reconstrução de conceitos, além de orientar e facilitar a aprendizagem. A avaliação não tem finalidade em si, mas deve

subsidiar e mesmo redirecionar o curso da ação do professor, em busca de assegurar a qualidade do processo educacional no coletivo da escola.

Em Química, o principal critério de avaliação é a formação de conceitos científicos. Por isso, ao invés de avaliar apenas por meio de provas, o professor deve usar instrumentos que possibilitem várias formas de expressão dos alunos, como: leitura e interpretação de textos, produção de textos, leitura e interpretação da Tabela Periódica, pesquisas bibliográficas, relatórios de aulas em laboratório, apresentação de seminários, entre outras. Esses instrumentos devem ser selecionados de acordo com cada conteúdo e objetivo de ensino.

É preciso ter clareza também de que o ensino da Química está sob o foco da atividade humana, portanto, não é portador de verdades absolutas.

Espera-se que o aluno:

Compreenda a constituição química da matéria a partir dos conhecimentos sobre modelos atômicos, estados de agregação e natureza elétrica da matéria;

- Identifique a ação dos fatores que influenciam a velocidade das reações químicas, representações, condições fundamentais para ocorrência, lei da velocidade, inibidores;
- Entenda e questione a Ciência de seu tempo e os avanços tecnológicos na área da Química;
- Construa e reconstrua o significado dos conceitos químicos;
- Problematize a construção dos conceitos químicos;
- Tome posições frente às situações sociais e ambientais desencadeadas pela produção do conhecimento químico;
- Formule o conceito de soluções à partir de desdobramentos deste conteúdo básico associando substâncias, misturas, métodos de separação, solubilidade, concentração, forças intermoleculares, etc;
- Compreenda o conceito de equilíbrio químico, a partir dos conteúdos específicos: concentração, relações matemática e o equilíbrio químico, deslocamento de equilíbrio, concentração, pressão, temperatura e efeito dos catalisadores, equilíbrio químico em meio aquoso;
- Entenda as reações químicas como transformações da matéria a nível microscópico, associando os conteúdos específicos elencados para esse conteúdo básico;
- Reconheça as reações nucleares entre as demais reações químicas que ocorrem na natureza, partindo dos conteúdos específicos que compõe esse conteúdo básico;
- Diferencie gás de vapor, a partir dos estados físicos da matéria, propriedade dos gases, modelo de partículas e as leis dos gases;
- Reconheça as espécies químicas, ácidos, bases, sais e óxido em relação a outra espécie com a qual estabelece interação.

A avaliação é um dos recursos utilizados pelo professor para analisar e interpretar os dados da aprendizagem e do seu próprio trabalho, com a finalidade de aperfeiçoar e/ou sanar as dificuldades apresentadas no processo de ensino-aprendizagem. As avaliações desta Instituição de Ensino são organizadas trimestralmente, o número mínimo de avaliações e recuperações deverão ser de três (03) sendo distribuídas da seguinte forma:

- **Trabalho – valor 4,0** (quatro vírgula zero) pontos, distribuídos em no mínimo dois trabalhos, ficando a critério de cada professor utilizar o método que julgar conveniente à sua disciplina e ao conteúdo desenvolvido. Podendo ser trabalhos individuais ou coletivos, pesquisas, leitura, interpretação e produção de texto, entre outros, registrando no RCO de forma a gerar uma sequência.

- **Prova – Valor 6,0** (seis vírgula zero) pontos. É o resultado da avaliação escrita, podendo esse valor ser distribuído em uma avaliação escrita (prova).

Quanto aos trabalhos, poderão ser avaliados trabalhos individuais e coletivos; trabalhos de pesquisa; atividades diárias desenvolvidas em sala de aula; tarefas e atividades desenvolvidas em casa; pesquisa bibliográfica com contextualização clara em seu desenvolvimento, justificativa e revisão bibliográfica utilizada; atividades de leitura e interpretação; atividades em sala de aula utilizando o livro didático; trabalhos de casa para complementação das atividades; produção de textos com planejamento, objetivo, revisão e reestruturação da escrita; palestras; seminários; apresentações orais; atividades experimentais; pesquisa de campo; relatórios; entrevistas; debates; textos literários; atividades a partir de recursos audiovisuais.

As avaliações devem ser elaboradas de forma clara e objetiva, não deixando quaisquer dúvidas quanto à interpretação por parte dos alunos, devendo as mesmas ser previamente encaminhadas à Equipe Pedagógica via e-mail do colégio, para análise com fins pedagógicos.

As questões discursivas possibilitam que o professor avalie o processo de investigação e reflexão realizado pelo aluno durante a exposição/discussão dos conteúdos, permitindo que o professor identifique com maior clareza as dificuldades do aluno, dando a ele o suporte pedagógico necessário ao processo de construção do conhecimento. Alguns critérios devem ser considerados nesse processo, como: observar se o aluno planejou a solução do problema e se essa tentativa foi adequada; capacidade de se comunicar por escrito, com clareza, de forma sistemática e adequada.

As questões objetivas não devem ser utilizadas como a única ou principal forma de avaliação, pois seu principal objetivo é a fixação do conteúdo. Devem ser contempladas

também questões interpretativas, discursivas, opinativas, onde o aluno possa expor seu conhecimento e o professor tenha condições de avaliar o nível de conhecimento adquirido sobre determinado assunto.

A recuperação de estudos e notas deve proporcionar ao aluno uma nova oportunidade de rever os conteúdos não assimilados e uma nova verificação de conhecimento dos mesmos, através da aplicação de um novo instrumento avaliativo, que possibilite ao professor diagnosticar a aprendizagem do aluno para que este tenha condições de acompanhar os conteúdos posteriores.

A recuperação de conteúdos ocorrerá paralelamente, durante o período letivo (trimestres), sendo que a recuperação de notas, deverá ser realizada após cada avaliação referente aos trabalhos, provas ou qualquer outra forma de avaliação a que o aluno foi submetido.

Será considerado em recuperação, o aluno que não atingir sessenta por cento do valor de cada avaliação. A recuperação será oportunizada ao aluno que não atingiu a média, podendo também ser disponibilizada aos que atingirem, prevalecendo a maior nota, pois a mesma é um direito do aluno, independente da nota.

O aluno que não comparecer na data da avaliação, que deverá ser previamente marcada com a turma, pelo professor, terá o direito de realizar a 2ª chamada mediante apresentação de Atestado Médico, Declaração de Trabalho ou Justificativa clara do motivo da ausência, no prazo de até 48 horas, junto à secretaria do colégio ou Equipe Pedagógica.

No caso de haver mais de um aluno que não realizou determinada avaliação e os mesmos possuírem justificativas/atestados/declarações, deverá o professor agendar uma nova data, informando os mesmos, para a realização da 2ª chamada. O mesmo acontecerá para faltas justificadas em dias de recuperação.

Caso o aluno não compareça na data da avaliação e não apresente atestado/declaração/justificativa no prazo determinado, perderá o mesmo o direito de realizar a 2ª chamada da avaliação, devendo realizar a recuperação.

A média anual será calculada usando a seguinte fórmula:

$$\textbf{M. A.} = \frac{1^{o}\,T + 2^{o}\,T + 3^{o}\,T}{3} = 6{,}0$$

A recuperação de estudos deve acontecer a partir de uma lógica simples: os conteúdos selecionados para o ensino são importantes para a formação do aluno, é preciso investir em todas as estratégias e recursos possíveis para que ele aprenda.

A recuperação é o esforço de retomar, voltar ao conteúdo, de modificar os encaminhamentos metodológicos, para assegurar a possibilidade da aprendizagem. A verificação da aprendizagem é feita através de provas e trabalhos escritos.

Para a implementação do Decreto nº 6.571/2008, os sistemas de ensino devem matricular os alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação nas classes comuns do ensino regular e no Atendimento Educacional Especializado (AEE), ofertado em salas de recursos multifuncionais ou em centros de Atendimento Educacional Especializado da rede pública ou de instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos. Em que diz respeito aos alunos com necessidades educacionais especiais, caberá ao educador buscar metodologias diversificadas que beneficiem e permitam aprendizagem dos conteúdos propostos pelas disciplinas, respeitando o potencial e o seu desenvolvimento individual.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Colégio Estadual do Núcleo Residencial Pindorama. EFM. **Projeto Político Pedagógico**. Quedas do Iguaçu, 2016.

Colégio Estadual do Núcleo Residencial Pindorama. EFM. **Regimento Escolar**. Quedas do Iguaçu, 2016.

FONSECA, Martha Reis Marques da. **Química Integral, 2º grau: volume único** / Martha Reis. – São Paulo: FTD, 1993.

HAZEN, Robert M. **Saber Ciência**, 2ª ed. Cultura. São Paulo, 2005.

WILDSONL. P. dos Santos e Roseli P. Schnetzler **Educação em Química** –, ed. UNIJUI, R.G.S. 2003.

PARANÁ, Secretaria de Estado da Educação- SEED. Superintendência de Educação. Departamento de Educação Básica. Diretrizes Curriculares de química para o Ensino Médio. Curitiba, 2008.

RUSSEL, J, B. **Química Geral**. São Paulo: Mc Graw – hill, 1981.

SARDELLA, Antonio. **Química, volume único** / 5ª edição. São Paulo, 2003.

4.16.15 PROPOSTA PEDAGÓGICA CURRICULAR DE SOCIOLOGIA

APRESENTAÇÃO DA DISCIPLINA

Conforme a DCE de Sociologia, 2008, pg.38, a Sociologia é fruto do seu tempo, um tempo de grandes transformações sociais que trouxeram a necessidade de a sociedade e a ciência serem pensadas. Nesta encruzilhada da ciência, reconhecida como saber legítimo e verdadeiro, a sociedade a clamar mudanças e a absorvê-las, nasceu a Sociologia. Portanto, no auge da modernidade do século XIX surge, na Europa, uma ciência disposta a dar conta das questões sociais, que porta os arroubos da juventude e forja sua pretensa maturidade científica na crueza dos acontecimentos históricos sem muito tempo para digeri-los.

O contexto de nascimento da Sociologia como disciplina científica é marcado pelas consequências de três grandes revoluções: uma política, a Revolução Francesa de 1789; uma social, a Revolução Industrial e uma revolução na ciência, que se firma com o Iluminismo, com sua fé na razão e no progresso da civilização. Esses acontecimentos conjugados – a queda do Antigo Regime e a ascensão da democracia; a industrialização expandida pelas máquinas e a concentração de trabalhadores nas cidades; e a admissão de um método científico propiciado pelo racionalismo – garantem as condições para o desenvolvimento de um pensamento sobre a sociedade. Inicialmente, um pensamento de cunho conservador desenha-se mais como uma forma cultural de concepção do mundo, uma filosofia social preocupada em questionar a gênese da sociedade e a sua evolução. (DCE de Sociologia, 2008, pg.38)

Conforme a DCE de Sociologia, 2008, pg. 91, o objeto de estudo e ensino da disciplina de Sociologia são as relações que se estabelecem no interior dos grupos na sociedade, como se estruturam e atingem as relações entre os indivíduos e a coletividade. Ao se constituir como ciência, com o desenvolvimento e a consolidação do capitalismo, a Sociologia tem por base a sociedade capitalista, contudo, não existe uma única forma de interpretar a realidade e esse diferencial deve fazer parte do trabalho do professor.

No Brasil, a Sociologia repica os primeiros acordes de análise positiva. Florestan Fernandes (1976), ao traçar três épocas de desenvolvimento da reflexão sociológica na sociedade brasileira, considera aquela a primeira época, uma conexão episódica entre o direito e a sociedade, a literatura e o contexto histórico. A segunda é caracterizada pelo pensamento racional como forma de consciência social das condições da sociedade, nas

primeiras décadas do século XX; a terceira época, em meados do século XX, é marcada pela subordinação do estudo dos fenômenos sociais aos padrões de cientificidade do trabalho intelectual com influência das tendências metodológicas em países europeus e nos Estados Unidos. (DCE de Sociologia, 2008, pg.42).

A década de 1980 foi pródiga em manifestações pró-inserção da disciplina de Sociologia no ensino médio, em vários estados brasileiros, aproveitando o momento propiciado pela redemocratização do país. Mobilizações sociais ganham força quando carreiam ações de diferentes agentes institucionais e, no Paraná, uma campanha teve à frente o Sindicato dos Sociólogos do Estado do Paraná, envolvendo outras entidades como os órgãos estaduais de educação e as universidades, num esforço de superação do modelo curricular herdado do período da ditadura militar.

Os anos 1980 marcaram um longo ciclo de reformas do sistema de ensino da Educação Básica e os debates e encontros realizados em Londrina e Curitiba, que visavam o retorno do ensino de Sociologia e Filosofia no novo currículo do Ensino Médio, como defendido no 1o Seminário Estadual de Reorganização do Ensino nos níveis Fundamental e Médio, realizado em 1983, relata Silva (2006).

No horizonte das discussões dessas ações políticas estavam a intermitência na trajetória da Sociologia como disciplina no currículo de escolas de Ensino Médio, sujeita às reformas educacionais implementadas pelo governo federal e a regulamentação da profissão de sociólogo. No entanto, o curso de formação da identidade social da Sociologia, sua constituição e manutenção como disciplina no Ensino Médio, certamente foi afetado por sua fraca institucionalização no meio acadêmico paranaense, analisa Oliveira (2006).

Outro indicativo deste direcionamento institucional em prol da Sociologia é a elaboração entre 1993 e 1994 de uma proposta de conteúdos, como a diretriz estadual para a Sociologia, sob a responsabilidade de técnicos pedagógicos do Departamento de Ensino de 2o grau da SEED (DESG) com a consultoria de professores de diferentes instituições de Ensino Superior, entre elas: FE-USP; UFSC e UFPR. A proposta, finalizada em 1994, deveria ser disponibilizada para as escolas no ano seguinte, mas alterações políticas no estado impediram esse processo. (DCE de Sociologia, 2008, pg.52).

A Lei de Diretrizes e Bases (LDB) é promulgada em 1996 e reabre o debate sobre a inclusão da Sociologia no Ensino de 2o grau, que ganhou âmbito nacional.

Conforme a Diretriz Curricular de Sociologia, pg. 52, poucas escolas no Paraná ofertavam a disciplina em seu programa, uma vez que a autonomia das escolas trazia

flexibilidade para que cada estabelecimento de ensino criasse novas disciplinas e as incluísse nas respectivas matrizes curriculares. Nesse contexto foi criado, em 1998, na Universidade Estadual de Londrina, um projeto de extensão denominado “A Sociologia no Ensino Médio”, que resultou na implementação da disciplina em todas as escolas do Núcleo Regional da Educação de Londrina no ano de 1999. A experiência, entretanto, não se estendeu às escolas do restante do estado e a presença da Sociologia nos currículos continuou instável.

Se, em 1997 e 1998, a disciplina foi incluída na base nacional comum dos currículos e introduzida também nas escolas estaduais paranaenses, em 2000, a determinação da diminuição da carga horária total das aulas semanais, fez com que a Sociologia fosse uma das primeiras disciplinas a ser extinta ou a ter sua carga horária diminuída. Em 2001, a Sociologia foi retirada da base nacional comum e voltou a compor a parte diversificada do currículo escolar, reduzindo em cerca de 30 a 40% o número de escolas que ofertavam a disciplina, analisa Silva (2006).

A obrigatoriedade do ensino da disciplina a partir de 2007, determinada pelo Conselho Nacional de Educação, levou à inclusão da Sociologia em todas as escolas de Ensino Médio do estado. A escola é livre para determinar a série em que a disciplina será ofertada, mas na instrução normativa n. 015/2006 – SUED/SEED é defendido o princípio de equidade entre as disciplinas, de modo a garantir um mínimo de duas aulas semanais para todas as disciplinas nas séries em que são ofertadas. (DCE de Sociologia, 2008, pg.53)

A Sociologia poderá discutir a organização da sociedade e os movimentos sociais como forma de intervenção e transformação; a luta pelos direitos civis, políticos e sociais que significa a luta pela cidadania pensados como construções históricas por diferentes sujeitos sociais; o papel do Estado em assegurar os direitos básicos aos cidadãos, como à previdência, à saúde, à educação, à segurança; a relação do Estado Brasileiro frente ao cidadão enquanto a garantia dos Direitos Humanos às populações vulnerabilizadas, tais sejam os pobres, as crianças, as pessoas com deficiências e os idosos; as instituições sociais (familiares, religiosas e escolares); como estas atuam sobre o conjunto das relações humanas, refletindo sobre sua origem histórica e configurações em distintos espaços sociais e geográficos: refletir sobre o conceito de família sob a perspectiva antropológica e suas mudanças até chegar à conformação da família contemporânea, com especial atenção à família modelo nuclear e patriarcal e sua influência na formação social e cultural brasileira; os novos arranjos familiares da atualidade e o papel dos avós e pessoas idosas nesses; a escola como um espaço de socialização que proporciona ao indivíduo uma maior integração e identificação com o sistema social. A importância sobre o pensamento religioso, das diferentes práticas religiosas e como estas influenciam nas

relações sociais; instituições de reinserção social, instituições de longa permanência, de orfanatos e abrigos, o significado dessas.

A Disciplina de Sociologia visa contribuir para o conhecimento do eu, os outros e a sociedade humana. A mesma pode ser aplicada à vida das pessoas, ajudando-as a entender as ações dos outros e a sua própria identidade histórica, pensamentos e ações. Abre caminhos para entender as diversas organizações humanas, bem como as relações de trabalhos, oportunizando aos alunos a consciência de cidadãos capazes e participativos da sociedade onde está inserido.

Objetivos da Sociologia:

- A Compreensão do mundo visando maior comprometimento, responsabilidades e fazer com que todos reflitam sobre seu real papel na sociedade, frente às mudanças e inovações, assim como entender os problemas sociais;
- Analisar a sociedade, as mudanças e os problemas sociais para entender o homem;
- Perceber o mundo sob a ótica da sociologia, analisando os vários comportamentos humanos;
- Pensar criticamente sobre o papel da sociedade frente a modernidade;
- Justificar a importância do estudo da Sociologia para maior comprometimento e responsabilidade com a sociedade;
- Desnaturalização, desconstrução dos preconceitos;
- Oferecer aos alunos uma vasta visão de que se faz necessário que o mesmo busque o conhecimento e a compreensão da realidade, possibilitando assim ao mesmo intervir nas transformações da sociedade, a serviço do bem estar para todos,
- Motivar os alunos para que os mesmos se percebam como seres sociais, atuantes e ativos na construção de sua própria história.

Conforme as Diretrizes Curriculares de Sociologia, 2008, pg. 54, os principais de sociólogos clássico-tradicionais são, o francês Émile Durkheim (1858-1917), o alemão Max Weber (1864-1920) e, por suas contribuições para a área, o filósofo alemão Karl Marx (1818-1883) – sem mencionar a contribuição de outros como o escritor político francês Charles Tocqueville (1805-1859), que percebeu democrática, a sociedade moderna; o filósofo inglês Herbert Spencer (1820-1903), considerado o fundador da teoria evolucionista; e o italiano Vilfredo Pareto (1848-1923), com sua teoria das elites sociais.

Segundo a DCE de Sociologia, 2008, os clássicos são a ponta de lança do conhecimento da realidade social e ainda os faz presentes na Sociologia contemporânea. Pensaram a sociedade europeia da sua época, valendo-se da ciência para compreender o sentido da crise que a acometia. Cada qual lhe lançou um olhar: Marx analisou a dinâmica das relações sociais presentes no capitalismo; Durkheim identificou a divisão do trabalho social na sociedade industrial como prenúncio da era moderna; e Weber concebeu a sociedade ocidental qual um feixe de possibilidades históricas carreadas pelo processo de racionalização capitalista. São considerados clássicos porque suas ideias ainda detêm força explicativa para uma realidade em transformação, e suas obras têm coerência interna, segundo o sociólogo inglês Anthony Giddens (1990).

Para apreciar a contribuição desses autores em estabelecer um corpo de conhecimento da Sociologia, parte-se da premissa que a produção teórica é um constructo e corresponde a uma interpretação da realidade vivida e observada. Logo, há uma implicação intrínseca entre teoria e metodologia científica, por trás das ideias de cada autor há que se reconhecer uma concepção de ciência, uma concepção de realidade, uma concepção da sociedade histórica sobre a qual se debruçaram.

Aos alunos com necessidades educacionais será proporcionada a flexibilização curricular e o processo avaliativo será ajustado segundo suas necessidades, cabendo ao professor adaptar o processo de avaliação quer seja modificando técnicas, aumentando o tempo disponível para resoluções ou diversificando os instrumentos a serem utilizados de modo que possibilitem a expressão do aluno segundo seu grau de compreensão. Possibilitar usando outra estratégia de avaliação como recurso diferenciado, tendo em vista a limitação de cada aluno, suas possibilidades, levando em consideração o contexto inserido e a condição de aprendizagem de cada educando com necessidades educativas especiais.

Conforme DCE de Sociologia, 2008, pg.91, para o desenvolvimento da disciplina de Sociologia no Ensino Médio, os Conteúdos Estruturantes e os Conteúdos Básicos devem ser tratados de forma articulada. Esta Proposta Pedagógica sugere que se organizem os conteúdos da maneira como eles estão apresentados na tabela de conteúdos básicos, ressaltando que esses se desdobram em conteúdos específicos, próprios da contextualização dos fenômenos estudados.

CONTEÚDOS ESTRUTURANTES E BÁSICOS DA DISCIPLINA DE SOCIOLOGIA

CONTEÚDOS ESTRUTURANTES	**CONTEÚDOS BÁSICOS**
1ª SÉRIE 1. O Processo de Socialização e as Instituições Sociais	• Processo de Socialização; •Instituições sociais; Familiares; Escolares; Religiosas; •Instituições de Reinserção (prisões, manicômios, educandários, asilos, etc.
2ª SÉRIE 2.Cultura e Indústria Cultural	Desenvolvimento antropológico do conceito de cultura e sua contribuição na análise das diferentes sociedades; • Diversidade cultural; • Identidade; • Indústria cultural; • Meios de comunicação de massa; • Sociedade de consumo; • Indústria cultural no Brasil; • Questões de gênero; • Culturas afro brasileiras e africanas; • Culturas indígenas
3.Trabalho, Produção e Classes Sociais	• O conceito de trabalho e o trabalho nas diferentes sociedades; • Desigualdades sociais: estamentos, castas, classes sociais • Organização do trabalho nas sociedades capitalistas e suas contradições; • Globalização e Neoliberalismo;

	• Relações de trabalho; • Trabalho no Brasil
3ª SÉRIE 4. Poder, Política e Ideologia	• Formação e desenvolvimento do Estado Moderno; • Democracia, autoritarismo, totalitarismo • Estado no Brasil; • Conceitos de Poder; • Conceitos de Ideologia; • Conceitos de dominação e legitimidade; • As expressões da violência nas sociedades contemporâneas; • Questões acerca do papel do idoso em nossa sociedade;
5. Direitos, Cidadania e Movimentos Sociais	• Direitos: civis, políticos e sociais; • Direitos Humanos; • Conceito de cidadania; • Movimentos Sociais; • Movimentos Sociais no Brasil; • A questão ambiental e os movimentos ambientalistas; • A questão das ONG's • Discutir o direito e a cidadania da pessoa idosa

METODOLOGIA

Em relação às possibilidades metodológicas, na disciplina de Sociologia devemos atentar especialmente para a proposição de problematizações, contextualizações, investigações e análises, encaminhamentos que podem ser realizados a partir de diferentes recursos, como a leitura de textos teóricos sociológicos / acadêmicos, permitindo com isso que o aluno saia do conhecimento do senso comum para um saber mais elaborado, textos didáticos, textos jornalísticos e obras literárias, avaliações, trabalhos em grupo ou individual, pesquisas, atividades em sala e fora, seminários, debates, livrodidático do aluno, apresentações, etc.

Esses encaminhamentos podem também partir ou ser enriquecido se lançarmos mão de recursos audiovisuais, que assim como os textos, também são passíveis de leitura. A utilização de filmes, imagens, músicas e charges constitui importante elemento para que os alunos relacionem o a teoria com sua prática social, possibilitando a construção coletiva dos novos saberes.

Caberá, a pesquisa de campo, quando viável, deve ser proposta de maneira que articule os dados levantados à teoria estudada, propiciando um efetivo trabalho de compreensão e crítica de elementos da realidade social do aluno.

Quanto aos conteúdos trabalhados na disciplina de Sociologia os mesmos contribuem para a ampliação do conhecimento humano e para a análise da sociedade. A disciplina como ciência pode servir de instrumento de mobilização para a conservação ou para a transformação da sociedade, visando a melhoria ou alertando para a degradação humana. Entretanto, deverá ser trabalhada a análise crítica, oportunizando o questionamento, contextualizando com a realidade.

Para que o aluno seja colocado como sujeito de seu aprendizado, faz-se necessária à articulação constante entre as teorias sociológicas e as análises, problematizações e contextualizações propostas. Essa prática deve permitir que os Conteúdos Estruturantes dialoguem constantemente entre si e permitir também que o conhecimento sociológico dialogue com os conhecimentos específicos das outras disciplinas que compõem a grade curricular do Ensino Médio.

Os temas e Leis abaixo relacionados referentes à:

– Lei Educação Ambiental (L.F. 9795/99, Dec. 4281/02);

– Lei Estadual nº 17505/13 – Educação Ambiental;

– História e Cultura Afro-brasileira (10.639/03);

– História e Cultura Afro- brasileira e Indígena (11.645/08)

– Instrução nº 17/06 SUED/SEED – História e Cultura Afro-brasileira;

– Estatuto do Idoso (10741/03)

– Lei Estadual nº 17858/13 – Política de Proteção ao Idoso;

– Prevenção ao uso indevido de drogas (11.343/06);

– Lei Estadual nº 17650/13 – Programa de Resistência às drogas e à violência;

– Educação Fiscal/tributária (Dec. 1143/99 Portaria 413/02);

– Enfrentamento à Violência Contra a Criança e o Adolescente (L.F. 11525/07);

– Gênero e Diversidade Sexual (Lei Estadual nº 16.454/10 de 17 de maio de 2010, Resolução nº 12, de 16 de janeiro de 2016);

– Lei Estadual nº 17335/12 – Programa de Combate ao Bullyng;

– Lei 18447/15 – Semana Estadual Maria da Penha nas Escolas;

– Plano Nacional de Educação dos Direitos Humanos 2006 – Ministério da Educação;

– Lei nº11947/09 – Educação alimentar e nutricional;

– Lei nº 9503/97: Código de Trânsito Brasileiro – Educação para o Trânsito;

– Decreto nº 7037/09: Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH 3)- Educação em Direitos Humanos;

– Lei Estadual nº 13381/01 – História do Paraná.

Serão abordadas e trabalhadas durante o ano letivo com palestras, pesquisas bibliográficas e na internet, trabalhos individuais e coletivos, seminários, debates, entre outros.

Aos alunos com necessidades educacionais especiais será proporcionada a flexibilização curricular e o processo avaliativo será ajustado segundo suas necessidades, cabendo ao professor adaptar p processo de avaliação, quer seja modificando técnicas, aumentando o tempo disponível para resoluções ou diversificando os instrumentos a serem utilizados de modo que possibilitem a expressão do aluno segundo seu grau de compreensão.

AVALIAÇÃO

A avaliação no ensino de Sociologia, proposta nas Diretrizes Curricular de Sociologia, pauta-se numa concepção formativa e continuada, onde os objetivos da disciplina estejam afinados com os critérios de avaliação propostos pelo professor em sala de aula. Concebendo a avaliação como mecanismo de transformação social e articulando-a aos objetivos da disciplina, pretende-se a efetivação de uma prática avaliativa que vise “desnaturalizar” conceitos tomados historicamente como irrefutáveis e propicie o melhoramento do senso crítico e a conquista de uma maior participação na sociedade. (DCE de Sociologia, 2008, pg. 98)

Pelo diálogo suscitado em sala de aula, com base em leitura teórica e ilustrada, a avaliação da disciplina constitui-se em um processo contínuo de crescimento da percepção da realidade à volta do aluno e faz do professor, um pesquisador. (DCE de Sociologia, 2008, pg. 98)

De maneira diagnóstica, a avaliação formativa deve acontecer identificando aprendizagens que foram satisfatoriamente efetuadas e também as que apresentaram dificuldades, para que o trabalho docente possa ser reorientado. Nesses termos, a avaliação formativa deve servir como instrumento docente para a reformulação da prática através das informações colhidas. A avaliação também se pretende continuada, processual, por estar presente em todos os momentos da prática pedagógica e possibilitar a constante intervenção para a melhoria do processo de ensino e aprendizagem. (DCE de Sociologia, 2008, pg. 98)

Estudar, aprender e ensinar Sociologia exige posicionamentos teórico-metodológicos claros e concisos e também um posicionar-se frente à realidade apresentada pelo conhecimento produzido. Não é esta uma questão de aplicação direta, pragmática ou de ordenamento social, mas um “fazer avançar” ideias em relação aos fenômenos sócio-históricos. São as explicações, as interpretações sobre o real que fornecem os instrumentos para o mundo ser transformado, recriado em novas bases. (DCE de Sociologia, 2008, pg. 99)

As contribuições sobre a disciplina requerem visões e interpretações de maior compreensão e menor margem de equívocos ou reducionismos. A iniciação metodológica da Sociologia na escola deve passar pela simplicidade, ainda que se lide com a complexidade.

O processo de avaliação deverá perpassar todas as atividades relacionadas a disciplina. Observação e análise da realidade, análise de textos, produção de textos, resenha, síntese, mudança no olhar referente aos problemas sociais, ter iniciativa e atitudes para romper com a acomodação e o senso comum. Refletir sobre os problemas do cotidiano através de debates, pesquisas, palestras, produção de trabalhos em grupo e individual, provas orais e escritas.

Essa avaliação não tem como somente o objetivo de diagnosticar o ensino-aprendizagem do alunado, mas sim também de avaliar a nossa pratica, ou seja, o verdadeiro sentido da avaliação é apontar não somente os pontos negativos dos discentes, mas também o de apontar novos caminhos para superar as problemáticas na pratica pedagógica lembrando que esse processo de avaliação precisa ser compreendida como uma perspectiva de investigação para uma intervenção, não se resumindo unicamente na semana de provas e sim diariamente.

Quanto à recuperação de estudos e conteúdos esta deve ser contínua; realizada a partir de atividades significativas, por meio de procedimentos didático-metodológicos, tais como:

- Atividades de Leitura (compreensiva / crítica) de textos;
- Projeto de pesquisa bibliográfica;
- Produção de Texto;
- Entrevistas;
- Seminários;
- Debates;
- Relatórios;
- Atividades com textos literários;
- Atividades com recursos audiovisuais;
- Palestras;
- Trabalhos em grupo — diferentes atividades: escrita, oral, corporal, etc.;
- Questões discursivas e objetivas; entre outras.

A avaliação é um dos recursos utilizados pelo professor para analisar e interpretar os dados da aprendizagem e do seu próprio trabalho, com a finalidade de aperfeiçoar e/ou sanar as dificuldades apresentadas no processo de ensino-aprendizagem.

As avaliações desta Instituição de Ensino são organizadas trimestralmente, o número mínimo de avaliações no trimestre deverão ser de três (03), sendo distribuídas da seguinte forma:

- **Trabalho – valor 4,0** (quatro vírgula zero) pontos, distribuídos em no mínimo dois trabalhos, ficando a critério de cada professor utilizar o método que julgar conveniente à sua disciplina e ao conteúdo desenvolvido. Podendo ser trabalhos individuais ou coletivos, pesquisas, leitura, interpretação e produção de texto, entre outros, registrando no RCO de forma a gerar uma sequência.

- **Prova – Valor 6,0** (seis vírgula zero) pontos distribuídos em uma avaliação escrita (prova). O registro dessa avaliação no LRC deve seguir a ordem dos trabalhos, de acordo com o número de trabalhos ofertados no trimestre.

Trabalhos 4,0 + Prova 6,0 = 10,0

Quanto aos trabalhos, poderão ser avaliados trabalhos individuais e coletivos; trabalhos de pesquisa; atividades diárias desenvolvidas em sala de aula; tarefas e atividades desenvolvidas em casa; pesquisa bibliográfica com contextualização clara em seu desenvolvimento, justificativa e revisão bibliográfica utilizada; atividades de leitura e interpretação; atividades em sala de aula utilizando o livro didático; trabalhos de casa para complementação das atividades; produção de textos com planejamento, objetivo, revisão e reestruturação da escrita; palestras; seminários; apresentações orais; atividades experimentais; pesquisa de campo; relatórios; entrevistas; debates; textos literários; atividades a partir de recursos audiovisuais.

As avaliações devem ser elaboradas de forma clara e objetiva, não deixando quaisquer dúvidas quanto à interpretação por parte dos alunos, devendo as mesmas ser previamente encaminhadas à Equipe Pedagógica via e-mail do colégio, para análise com fins pedagógicos. A recuperação de estudos e notas deve proporcionar ao aluno uma nova oportunidade de rever os conteúdos não assimilados e uma nova verificação de conhecimento dos mesmos, através da aplicação de um novo instrumento avaliativo, que possibilite ao professor diagnosticar a aprendizagem do aluno para que este tenha condições de acompanhar os conteúdos posteriores.

A recuperação de conteúdos ocorrerá paralelamente, durante o período letivo (trimestres), sendo que a recuperação de notas, deverá ser realizada após cada avaliação

realizada, relacionadas a todas as avaliações realizadas no trimestre, ou seja, referente aos trabalhos, provas ou qualquer outra forma de avaliação a que o aluno foi submetido. O número mínimo de recuperações realizadas no trimestre deverão ser três (03). Será considerado em recuperação, o aluno que não atingir sessenta por cento da nota referente a cada avaliação realizada no decorrer do trimestre. A recuperação será oportunizada ao aluno que não atingiu esse percentual de nota, podendo também ser disponibilizada aos que atingirem, prevalecendo a maior nota, pois a mesma é um direito do aluno, independente da nota.

O aluno que não comparecer na data da avaliação, que deverá ser previamente marcada com a turma, pelo professor, terá o direito de realizar a 2ª chamada mediante apresentação de Atestado Médico, Declaração de Trabalho ou Justificativa clara do motivo da ausência, no prazo de até 48 horas, junto à secretaria do colégio ou Equipe Pedagógica.

No caso de haver mais de um aluno que não realizou determinada avaliação e os mesmos possuírem justificativas/atestados/declarações, deverá o professor agendar uma nova data, informando os mesmos, para a realização da 2ª chamada. O mesmo acontecerá para faltas justificadas em dias de recuperação. Caso o aluno não compareça na data da avaliação e não apresente atestado/declaração/justificativa no prazo determinado, perderá o mesmo o direito de realizar a 2ª chamada da avaliação, devendo realizar a recuperação. A média anual será calculada usando a seguinte fórmula:

$$\textbf{M. A.} = \frac{1^{o}\,T + 2^{o}\,T + 3^{o}\,T}{3} = 6{,}0$$

Para a implementação do Decreto nº 6.571/2008, os sistemas de ensino devem matricular os alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação nas classes comuns do ensino regular e no Atendimento Educacional Especializado (AEE), ofertado em salas de recursos multifuncionais ou em centros de Atendimento Educacional Especializado da rede pública ou de instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos.

Diante de educandos que apresentarem necessidades educacionais especiais, cabe ao educador buscar métodos e técnicas diversificadas que permitam a aprendizagem dos conteúdos da disciplina, respeitando suas habilidades e potencialidades individuais. Sendo que será proporcionada a flexibilização curricular e o processo avaliativo será ajustado segundo suas necessidades, cabendo ao professor adaptar o processo de

avaliação quer seja modificando técnicas, aumentando o tempo disponível para resoluções ou diversificando os instrumentos a serem utilizados de modo que possibilitem a expressão do aluno segundo seu grau de compreensão. Possibilitar usando outra estratégia de avaliação como recurso diferenciado, tendo em vista a limitação de cada aluno, suas possibilidades, levando em consideração o contexto inserido e a condição de aprendizagem de cada educando com necessidades educativas especiais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Colégio Estadual do Núcleo Residencial Pindorama. EFM. **Projeto Político Pedagógico**. Quedas do Iguaçu, 2016.

Colégio Estadual do Núcleo Residencial Pindorama. EFM. **Regimento Escolar**. Quedas do Iguaçu, 2016.

BACHELARD, G. **O novo espírito científico.** Rio de Janeiro: Tempo 1968..

COSTA PINTO, L. **Sociologia e desenvolvimento.** Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1965.

DURKHEIM, É. **Educação e sociologia**. 6 ed. São Paulo: Melhoramentos, 1965.

FERNANDES, F. **Ensaios de sociologia geral e aplicada.** São Paulo: Livraria

GRAMSCI, A. **Os intelectuais e a organização da cultura.** 2.ed. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1978.

IANNI, O. **Sociologia e sociedade no Brasil.** São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1975.

LUCKESI, C. **Avaliação da aprendizagem escolar.** 17. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

MORIN, E. **Sociologia:** a sociologia do microssocial ao macroplanetário. Apartado 8: Publicações Europa-América, [1984], edição s.d.

PARANÁ. Secretaria de Estado de Educação. Departamento de Educação Básica. Diretriz Curricular de Sociologia. Curitiba – SEED/DEB _ PR**,**2008.

PEREIRA, L; FORACCHI, M.(Orgs.). **Educação e sociedade:** leituras de sociologia. 6.ed. São Paulo: Editora Nacional, 197

OLIVEIRA, M. (Org.) **As Ciências Sociais no Paraná.** Curitiba: Pretexto, 2006.

4.16.16 PROPOSTA PEDAGÓGICA CURRICULAR DE LÍNGUA ESTRANGEIRA MODERNA - CELEM – LÍNGUA ESPANHOLA

APRESENTAÇÃO DA DISCIPLINA

As propostas curriculares e os métodos de ensino são instigados a atender às expectativas e demandas sociais contemporâneas e a propiciar a aprendizagem dos conhecimentos historicamente produzidos às novas gerações. Conforme as Diretrizes Curriculares de Língua Estrangeira Moderna – DCE/LEM, o cenário do ensino de Línguas Estrangeiras no Brasil e a estrutura do currículo escolar sofreram constantes mudanças em decorrência da organização social, política e econômica ao longo da história.

Na década de 80, com a redemocratização do país, os professores de línguas estrangeiras, organizados em associações e após pesquisa junto aos alunos, lideraram um amplo movimento pelo retorno da pluralidade da oferta de língua estrangeira nas escolas públicas.

Em decorrência dessas mobilizações, no ano de 1986, a Secretária de Estado da Educação, Gilda Poli Rocha Loures, no uso de suas atribuições legais, através da Resolução n. 3.546/86, de 15 de agosto de 1986, regulamentou a criação dos Centros de Línguas Estrangeiras Modernas (CELEM), na Rede Pública de Ensino do Estado do Paraná, valorizando o plurilinguismo e a diversidade étnica que marca a história paranaense.

Neste ano, os Centros de Línguas Estrangeiras Modernas passaram a ser ofertados em 10 (dez) dos 22 (vinte e dois) Núcleos Regionais de Educação (NREs) existentes, oportunizando a 79 (setenta e nove) estabelecimentos de ensino e cerca de 500 alunos, cursos de idiomas diferentes daquele ofertado na Matriz Curricular.

No ano seguinte, em 1987, o Secretário de Estado da Educação, Belmiro Valverde Jobim Castor, tendo em vista as disposições da Resolução n. 3.546/86, designou uma comissão, através da Resolução n. 3.881/1987, para elaboração de um regulamento para o CELEM. A referida comissão foi composta por: Jussara de Fátima Mainardes Ribeiro, Sandra Poli Gonçalves de Almeida, Ivone Machado de Oliveira, Silvia Marianne Muller, Nair Nodoca Takeuchi, Maria Fernanda Araújo Lisboa, Mario Candido de Ataíde Júnior e Cleusa Antonia Monteiro.

Nesta época, de acordo com as condições para a criação de turmas, havia professores apenas para as línguas alemã, espanhola, francesa, inglesa e Italiana, e o objetivo do CELEM era: “ensino instrumental da língua (aprendizado e aprofundamento),

para aperfeiçoamento cultural e profissional dos estudantes, desenvolvendo neles especialmente as habilidades de leitura e interpretação de textos, oportunizando-se, aos alunos de melhor rendimento, o desenvolvimento da escrita e da fala" (Resolução n. 3.546/1986 de 15 de agosto de 1986).

Em 1988, o Superintendente de Educação do Estado, Daniel Domaszak, com base no Art. 7º da Resolução Secretarial n. 3.546/1986 expediu a Instrução n. 01/1988 para a "Regulamentação dos Centros de Línguas Estrangeiras Modernas", estabelecendo normas para o funcionamento do CELEM, e, na ocasião, destinando 30% das vagas à comunidade.

Anos mais tarde, em novembro de 1999, a oferta de vagas à comunidade foi cessada através da Resolução n. 4.219/1999 da Secretária de Estado da Educação, Alcyone Saliba, a qual determinou que a partir do ano letivo de 2000, somente os professores e alunos da Rede Pública Estadual de Ensino poderiam matricular-se nos cursos.

Em 25 de janeiro de 2002, Saliba também regulamenta a Resolução n. 92/2002, que estendeu a oferta de vagas aos professores e funcionários, desde que não preenchidas as vagas primeiramente ofertadas aos alunos da rede estadual de educação básica. Já em 2004, o Secretário de Estado da Educação, Maurício Requião de Mello e Silva, através da Resolução n. 2.137 estendeu a oferta de vagas aos professores e funcionários da SEED, e 20% à comunidade, desde que comprovado o término da 1ª fase do Ensino Fundamental e existência de vagas ofertadas inicialmente aos alunos. Esta mesma resolução autorizava o funcionamento do CELEM, em estabelecimentos de ensino e em outros locais.

Em 2006, Maurício Requião regulamentou outra resolução, n. 3.977/2006, restringindo o funcionamento do CELEM somente aos estabelecimentos de ensino da rede pública.

Com a ampliação dos cursos e o surgimento de novas demandas de trabalho, fez-se necessária uma reestruturação do CELEM. Esta reestruturação foi consolidada com a publicação, pela Secretária de Estado da Educação, Yvelise Freitas de Souza Arco Verde, da Resolução n. 3.904/2008 – SEED, em 27 de agosto de 2008. Este documento regulamenta e organiza a oferta do ensino extracurricular, plurilinguista e gratuito de cursos básicos e de aprimoramento, em língua estrangeira moderna, para alunos da Rede Estadual de Educação Básica, matriculados no Ensino Fundamental (anos finais), no Ensino Médio, Educação Profissional e Educação de Jovens e Adultos, bem como garante a oferta destes cursos e sua extensão ao atendimento à comunidade, professores

e agentes educacionais. A referida resolução ainda define que o funcionamento dos cursos deverá ser regulamentado por Instrução Normativa da Superintendência de Educação.

Sendo assim, os critérios para implantação e funcionamento de cursos de Línguas Estrangeiras Modernas (LEM) e atribuições para os profissionais com atuação nos Centros de Línguas Estrangeiras Modernas (CELEM) da Rede Estadual de Educação Básica do Estado do Paraná foram definidos pela Instrução Normativa n. 019/2008 de 31 de outubro de 2008.

Também fizeram parte das reestruturações implementadas no CELEM, o trabalho com a Língua Estrangeira pautado nas Diretrizes Curriculares da Educação Básica para a Língua Estrangeira Moderna, o registro de estudos dos cursos no Histórico Escolar do aluno, através do Sistema Estadual de Registro Escolar – Sere/*Web* e a oferta de 30% das vagas à comunidade.

O CELEM, que até 1992 funcionava somente nos municípios-sede dos Núcleos Regionais de Educação, expandiu suas atividades e passou a funcionar nos demais municípios do Estado. No ano de 2010, em decorrência da implementação da Lei Federal Nº. 11.161/2005, a qual dispõe sobre a oferta obrigatória de Língua Espanhola nos estabelecimentos de Ensino Médio, o CELEM tem uma ampliação significativa, passando a funcionar em 323 municípios, nos 32 (trinta e dois) Núcleos Regionais de Educação.

Para gerenciar esse universo de ensino de línguas, ofertado na rede pública estadual, a Secretaria de Estado da Educação (SEED), definiu uma Coordenação Geral do CELEM, que orienta e acompanha todo o trabalho realizado nos estabelecimentos de ensino. Desde de 1986, essa coordenação teve equipes compostas por Técnicos Pedagógicos com formação acadêmica nas Línguas Estrangeiras Modernas ofertadas nos Cursos do CELEM, bem como Técnicos Administrativos.

O trabalho realizado através do CELEM, tem contribuído de maneira significativa na realidade educacional do Paraná com oportunidades de melhoria na perspectiva profissional, conhecimento das línguas e preservação da cultura das etnias formadoras do seu povo.

No ensino de Língua Estrangeira, a língua, objeto de estudo dessa disciplina contempla as relações com a cultura, o sujeito e a identidade. Torna-se fundamental que os alunos compreendam o que se pretende com o ensino da LEM, ou seja: aprender línguas é também aprender e ensinar percepções de mundo e maneiras de atribuir sentidos, é formar subjetividades, é permitir que se reconheça no uso da língua os diferentes propósitos comunicativos, independentemente do grau de proficiência atingido.

As aulas de espanhol se configuram como espaços de interações entre professores e alunos e pelas representações e visões de mundo que se revelam no dia-a-dia. Objetiva-se que os alunos analisem as questões sociais políticas e econômicas da nova ordem mundial, suas implicações e que desenvolvam uma consciência crítica a respeito do papel das línguas na sociedade.

Diante do exposto, a oferta da Língua Espanhola no Colégio Estadual do núcleo Residencial de Pindorama – EFM, oportunizará aos educandos, profissionais da educação e membros da comunidade a oportunidade de aprender uma língua estrangeira, possibilitando aos alunos o conhecimento dos valores culturais estabelecidos nas e pelas comunidades de que queiram participar. Ao mesmo tempo, o professor propiciará situações de aprendizagem que favoreçam um olhar crítico sobre essas mesmas comunidades, proporcionando o atendimento às necessidades da sociedade contemporânea brasileira; o resgate da função social e educacional do ensino de Língua ; o respeito à diversidade (cultural, identitária, linguística), pautado no ensino de línguas que não priorize a manutenção da hegemonia cultural.

OBJETIVO DO ENSINO DE LÍNGUA ESTRANGEIRA MODERNA NO COLÉGIO ESTADUAL DO NÚCLEO RESIDENCIAL PINDORAMA

- Oferecer o ensino da Língua Espanhola de uma forma mais flexível, tentando conciliar as diferenças de expectativas de cada grupo;
- Desenvolver a sensibilização para a Língua Espanhola a partir de situações presentes no cotidiano dos alunos dessa Escola;
- Use a língua em situações de comunicação oral e escrita;
- Vivencie, na aula de Língua Espanhola, formas de participação que lhe possibilitem estabelecer relações entre ações individuais e coletivas;
- Compreenda que os significados são sociais e historicamente construídos e, portanto, passíveis de transformação na prática social;
- Tenha maior consciência sobre o papel das línguas na sociedade;
- Reconheça e compreenda a diversidade linguística e cultural, bem como seus benefícios para o desenvolvimento cultural do país.

• Oportunizar aos alunos que demonstram interesse em conhecer o idioma espanhol uma visão mais ampla sobre as culturas de paises hispano-americanos e da Espanha para que eles aprendam a compreender e respeitar as diferenças.

• Proporcionar aos alunos participantes do curso de CELEM - espanhol uma opção a mais de escolha de Língua Estrangeira em concursos vestibulares e provas de suficiência.

• Facilitar inclusão no mercado de trabalho, pois esse aluno apresenta um diferencial diante de outros que não o possuem.

METODOLOGIA

O ponto de partida da aula de Língua Estrangeira Moderna será o texto verbale não verbal. Através do conteúdo estruturante “Discurso como prática social” serão trabalhadas questões linguísticas, sócio-pragmáticas, culturais e discursivas,incluindo as práticas do uso da Língua Estrangeira: leitura, oralidade e escrita, a partir da abordagem dos vários gêneros textuais, em atividades diversificadas, explorando: a intertextualidade,os recursos coesivos, a coerência etc. Serão também desenvolvidas atividades significativas que levem o aluno a vincular o que é estudado com a realidade que o cerca, despertando seu interesse no desenvolvimento de uma prática analítica e crítica, além de ampliar seu conhecimentos e levá-lo a implicações sociais, históricas e ideológicas presentes nos discursos. Parte-se, portanto, do princípio de que o texto é a manifestação do discurso, assim sendo deve ser considerado em suas situações de interlocução, por ser o resultado de trocas verbais que configuram a dinâmica de uma dada comunidade linguística.

Não se pode deixar de considerar o caráter ideológico dos discursos, pois,como afirma Bakhtin (1997, p. 31) “tudo que é ideológico possui um significado e remete a algo situado fora de si mesmo”, não desconsiderando também que a ideologia é um reflexo das estruturas sociais.

Assim, na sala de aula, objetiva-se que os alunos construam novos conhecimentos, indo além da leitura superficial e linear, apresentando intertextualidade e a reflexão que possibilitará a reconstrução da argumentação. A partir do momento que os alunos reconhecem que os textos são representações da realidade, eles terão uma posição mais crítica em relação aos mesmos.

Deste modo os alunos entenderão que um enunciado em particular deve conter as seguintes perguntas: quê, para quem, onde, quando e por que, percebendo as várias possibilidades de leitura de um texto. A leitura trará, assim, um conhecimento de mundo e que permitirá elaborar novo modo de ver a realidade,criando condições para que o aluno seja um leitor crítico, reaja aos textos com os quais se deparem e entenda que por trás deles há um sujeito, uma história, uma ideologia e valores particulares.

A gramática será utilizada quando necessário, para construção de significados possíveis das estruturas apresentadas, levando ao conhecimento do aluno que as formas linguísticas não são sempre idênticas, mas são flexíveis e variam conforme o contexto e a situação em que a prática social do uso da língua ocorre.

A escrita será vista como uma atividade significativa, o aluno produzirá textos (diálogos imaginários, e-mail, para os mais variados fins, elaborar entrevistas entre outros) na língua estrangeira, com ajuda dos recursos disponíveis na sala de aula e orientação do professor.

Nas atividades de oralidade os alunos trabalharão com pesquisas em livros, internet, conversas com pessoas experientes, entrevistas, aprofundando e confrontando informações. Nestas atividades os alunos poderão expressar-se em língua estrangeira, mesmo que com limitações, adequando às variedades linguísticas para diferentes situações.

Serão utilizados os materiais disponíveis, livros didáticos, dicionários, livros paradidáticos, vídeos, DVD, CD-ROM, internet, multimídia,dentre outros.

Propõe-se, portanto, que os encaminhamentos metodológicos nas aulas de língua estrangeira sejam um espaço para que os alunos conheçam e compreendam a existência das múltiplas determinações que envolvem a cultura do outro e não os conteúdos de outro. Conforme as Diretrizes,

[...] entende-se que a escolarização tem o compromisso de prover aos alunos os meios necessários, para que não apenas assimilem o saber como resultado, mas aprendam o processo de sua produção, bem como as tendências de sua transformação. A escola tem o papel de informar, mostrar desnudar, ensinar regras não apenas para que sejam seguidas, mas principalmente para que possam ser modificadas. (DCE 2008, p.18).

Reitera-se que todo o trabalho direcionado pelo professor deve ser realizado na língua materna, ou seja, comunicando-se pela língua que se está ensinando, facilitando, assim, o processo de aquisição 1 da língua estrangeira que, nos termos de Krashen (1982), difere do processo da aprendizagem 2.

Cabe ao professor criar condições para que o aluno não seja um leitor ingênuo, mas que seja crítico, reaja aos textos com os quais se depare e entenda que por trás deles há um sujeito, uma história, uma ideologia e valores particulares e próprios da comunidade em que está inserido. Da mesma forma, o aluno deve ser instigado a buscar respostas e soluções aos seus questionamentos, necessidades e anseios relativos à aprendizagem.

Ao interagir com textos diversos, o educando perceberá que as formas linguísticas não são sempre idênticas, não assumem sempre o mesmo significado, mas são flexíveis e variam conforme o contexto e a situação em que a prática social de uso da língua ocorre.

Para que o aluno compreenda a palavra do outro, é preciso que se reconstrua o contexto sócio-histórico e os valores estilísticos e ideológicos que geraram o texto. O maior objetivo da leitura é trazer um conhecimento de mundo que permita ao leitor elaborar um novo modo de ver a realidade. Para que uma leitura em Língua Estrangeira se transforme realmente em uma situação de interação, é fundamental que o aluno seja subsidiado com conhecimentos linguísticos, sociopragmáticos, culturais e discursivos.

Nesta perspectiva, o trabalho com diferentes gêneros textuais deve se dar por meio da oralidade, da leitura e da produção escrita, de maneira que o texto seja entendido como toda produção linguística significativa, falada ou escrita, ou seja, as mais diversas situações sociais e de produção de sentidos. Portanto, anúncios, receitas, folhetos, tiras, anedotas, poemas, músicas, textos literários, cinema, são alguns dos gêneros textuais que servirão de base para o desenvolvimento da linguagem e da aquisição da língua espanhola por parte do aluno.

A partir destas reflexões e de suas implicações no ensino de Língua Espanhola, serão apresentados alguns dos fundamentos teórico metodológicos que referenciam a DCE de LEM e os princípios que orientam esta escolha:

- O atendimento às necessidades da sociedade contemporânea brasileira e a garantia da equidade no tratamento da Língua Espanhola, em relação às demais obrigatórias do currículo;

- O resgate da função social e educacional do ensino de Língua Espanhola no currículo da Educação Básica;

- O respeito à diversidade (cultural, identitária, linguística), pautado no ensino de línguas que não priorize a manutenção de hegemonia cultural.

CONTEÚDO ESTRUTURANTE

O conteúdo estruturante da língua estrangeira moderna é o discurso como prática social que tratará de forma dinâmica, por meio das práticas de leitura, de oralidade e de escrita. O trabalho em sala de aula irá partir de textos com a intenção de construção de significados, enfocando a abordagem crítica de leitura e não a ênfase de estruturas linguísticas.

É muito importante que os textos abordem os diversos gêneros textuais e que apresentem diferentes graus de complexidade da estrutura linguística. A escolha dos textos será minuciosa para que os mesmos não ofereçam uma visão monolítica de cultura, que às vezes pode ocorrer de forma estereotipada.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS DA DISCIPLINA

Busca-se, também, superar a ideia de que o objetivo de ensinar Língua Estrangeira na escola e apenas o linguístico ou, ainda, que o modelo de ensino dos Institutos de Idiomas seja parâmetro para definir seus objetivos de ensino na Educação Básica. Tal aproximação seria um equívoco, considerando que o ensino de Língua Estrangeira nas escolas de língua não tem, necessariamente, as mesmas preocupações educacionais da escola pública.

De forma geral, os objetivos de uma escola de idiomas estão mais direcionados para a proficiência linguístico-comunicativa em situações de viagens, negócios e preparação para testes.

Desta forma, espera-se que o aluno:

- Use a língua em situações de comunicação oral e escrita;
- Vivencie, na aula de Língua Estrangeira, formas de participação que lhe possibilitem estabelecer relações entre ações individuais e coletivas;
- Compreenda que os significados são sociais e historicamente construídos e, portanto, passíveis de transformação na prática social;
- Tenha maior consciência sobre o papel das línguas na sociedade;

- Reconheça e compreenda a diversidade linguística e cultural, bem como seus benefícios para o desenvolvimento cultural do país.

Destaca-se que tais objetivos são suficientemente flexíveis para contemplar as diferenças regionais, mas ainda assim específicos o bastante para apontar um norte comum na seleção de conteúdo específicos.

Um dos objetivos da disciplina de Língua Estrangeira Moderna e que os envolvidos no processo pedagógico façam uso da língua que estão aprendendo em situações significativas, relevantes, isto e, que não se limitem ao exercício de uma mera prática de formas linguísticas descontextualizadas. Trata-se da inclusão social do aluno numa sociedade reconhecidamente diversa e complexa através do comprometimento mútuo.

CONTEÚDO ESTRUTURANTE: Discurso como Prática Social

CONTEUDO BÁSICO – P1

ESFERA SOCIAL DE CIRCULAÇÂO E GENEROS TEXTUAIS

No que tange aos conteúdos específicos, estes serão norteados por textos de diferentes gêneros nas diversas esferas sociais, conforme segue:

1º ANO – P1

COTIDIANA

Exposição Oral; Álbum de Família; Fotos: cartão Pessoal; Carta Pessoal; Cartão Felicitações; Cartão Postal; Bilhetes; Convites; Musicas/ Cantigas (Folclore); Quadrinhas; Provérbios; Receitas; Relatos de experiências vividas; Trava-línguas.

LITERARIA / ARTÍSTICA

Autobiografia; Biografias; História em quadrinho; Lendas; Letras de Músicas; Narrativas; Poemas.

ESCOLAR

Exposição Oral; Cartazes; Diálogo/ Discussão; Mapas; Resumo.

IMPRENSA

Artigo de Opinião; Caricatura; Cartum; Charge; Classificados; Entrevista (oral e escrita); Fotos; Horóscopo; Infográfico; Manchete; Notícia; Reportagens; Sinopses de Filmes; Tiras.

PUBLICITÁRIA

Anúncios; Cartazes; Comercial para TV; E-mail; Folder; Fotos; Slogan; Músicas; Outdoor; Paródia; Placas; Publicidade Comercial.

PRODUÇÃO E CONSUMO

Bulas; Regras de jogo; Placas; Rótulos/embalagens.

A avaliação é um dos recursos utilizados pelo professor para analisar e interpretar os dados da aprendizagem e do seu próprio trabalho, com a finalidade de aperfeiçoar e/ou sanar as dificuldades apresentadas no processo de ensino-aprendizagem.

As avaliações desta Instituição de Ensino são organizadas trimestralmente, sendo distribuídas da seguinte forma:

Trabalho – valor 4,0 (quatro vírgula zero) pontos, distribuídos em no mínimo dois trabalhos, ficando a critério de cada professor utilizar o método que julgar conveniente à sua disciplina e ao conteúdo desenvolvido. Podendo ser trabalhos individuais ou coletivos, pesquisas, leitura, interpretação e produção de texto, entre outros, registrando no LRC de forma a gerar uma sequência.

Prova – Valor 6,0 (seis vírgula zero) pontos. É o resultado da avaliação escrita, podendo esse valor ser distribuído em uma avaliação escrita (prova) ou duas se o professor julgar necessário desde que a somatória totalize 6,0 (seis vírgula zero) pontos. O registro dessa avaliação no RCO deve seguir a ordem dos trabalhos, de acordo com o número de trabalhos ofertados no trimestre.

MIDIÁTICAS

Chat; Desenho Animado; E-mail; Entrevista; Filmes; Telejornal, Telenovelas, Torpedos, Vídeo Clip.

PRÁTICA DISCURSIVA: Oralidade

Fatores de textualidade centradas no leitor

Tema do texto;

Aceitabilidade do texto;

Finalidade do texto;

Intencionalidade do texto;

Situacionalidade do texto;

Papel do locutor e interlocutor;

Conhecimento de mundo;

Elementos extralinguísticos: entonação, pausa; gestos;

Adequação do discurso ao gênero;

Termos de fala;

Variações linguísticas;

Fatores de textualidade centradas no leitor:

. Marcas linguísticas: coesão, coerência, gírias, repetição, recursos semânticos;

. Adequação da fala ao contexto (uso de distintivos formais e informais como conectivos, gírias, expressões, repetições);

. Diferenças e semelhanças entre o discurso oral ou escrito.

PRÁTICA DISCURSIVA: Leitura

Fatores de textualidade centradas no leitor:

. Conteúdo temático do gênero

. Finalidade do texto;

. Informatividade do texto;

. Intencionalidade do texto;

. Situacionalidade do texto;

. Papel do locutor e interlocutor;

. Conhecimento de mundo;

. Temporalidade;

. Referência textual;

Fatores de textualidade centradas no texto

- Intertextualidade;
- Marcas linguísticas: coesão, coerência, função das classes gramaticais no texto, pontuação, recursos gráficos (como aspas, travessão, negrito), figuras de linguagem;
- Partículas conectivas básicas do texto.

PRÁTICA DISCURSIVA: Escrita

Fatores de textualidade centrada no leitor:

. Tema no texto;

. Conteúdo temático do texto;

. Elementos composicionais do gênero;

. Propriedades estilísticas do gênero;

. Aceitabilidade do texto;

. Finalidade do texto;

. Informatividade do texto;

. Intencionalidade do texto;

. Situacionalidade do texto;

. Papel do locutor e interlocutor;

. Conhecimento de mundo;

. Temporalidade;

. Referência textual;

Fatores de textualidade centradas no texto:

 .Intertextualidade;

 Partículas conectivas básicas do texto;

 Vozes do discurso: direto e indireto;

 Léxico: emprego de repetições, conotação, denotação, polissemia, formação das palavras, figuras de linguagem;

 Emprego de palavras e/ou expressões com mensagens implícitas e explícitas;

 Marcas linguísticas: coesão, coerência, função das classes gramaticais no texto, pontuação, figuras de linguagem, recursos gráficos (como aspas, travessão, negrito);

 Acentuação gráfica;

 Ortografia;

 Concordância verbal e nominal;

2º ANO – P2

COTIDIANA

Exposição oral; Cartão Pessoal; Cartas (pessoal); Cartões (sociais); Convites; Adivinhas; Anedotas; Diário; Canções (culturais); Curriculum Vitae.

LITERÁRIA/ ARTÍSTICA

Biografias; Contos Fadas/ Contemporâneos; História em quadrinho; Lendas; Letras de Músicas; Narrativas; (Aventura, Ficção, etc) Paródias; Poemas; Romances; Textos dramáticos.

ESCOLAR

Diálogo/ Discussão argumentativa; Resenha; Exposição Oral; Mapas; Resumo; Relatos; Texto Argumentativo; Texto de Opinião; Verbetes de Enciclopédias.

IMPRENSA

Artigo de Opinião, Caricatura; Cartazes; Carta ao leitor; carta do Leitor; Cartum; Charge; Classificados; Crônica Jornalistica; editorial; Entrevista (oral e escrita): Fotos; Horóscopo; Infográfico; Manchete; Mapas; Notícia; Reportagens; Sinopses de Filmes; Tiras.

PUBLICITÁRIA

Anúncios; Caricatura: Comercial para TV; E-mail; Folder; Fotos; Slogan; Músicas; Outdoor; Paródia; Placas; Publicidade Comercial; Publicidade Institucional; Publicidade Oficial; texto Político.

PRODUÇÃO E CONSUMO

Bulas; Regras de jogo; Placas; Rótulos/Embalagens.

Embora apresentados oralmente, depende da escrita para exercitar.

Gêneros textuais com características das modalidades escrita e oral de uso da língua.

PRÁTICA DISCURSIVA: Oralidade

Fatores de textualidade centradas no leitor:

Tema do texto;

Aceitabilidade do texto;

Finalidade do texto

Informatividade do texto;

Intencionalidade do texto;

Situacionalidade do texto; Papel do locutor e interlocutor;

Conhecimento de mundo;

Elemento extra linguísticos: entonação, pausas, gestos;

Adequação do discurso ao gênero;

Turnos da fala;

Variação linguísticas.

Fatores de textualidade centradas no texto:

Marcas linguísticas: coesão, coerência, gírias, repetição, recursos semânticos;

Adequação da fala ao contexto (uso de distintivos formais e informais como conectivos, gírias, expressões, repetições);

Diferenças e semelhanças entre o discurso oral ou escrita.

PRÁTICA DISCURSIVA: Leitura

Fatores de textualidade centradas no leitor:

Tema do texto;

Conteúdo temático do texto;

Elementos composicionais do gênero;

Propriedades estilísticas do gênero;

Aceitabilidade do texto;

Finalidade do texto;

Informatividade do texto;

Intencionalidade do texto;

Situacionalidade do texto;

Papel do locutor e interlocutor;

Conhecimento de mundo;

Temporalidade;

Referência textual.

Fatores de textualidade centrada no texto:

Intertextualidade;

Léxico: repetição; conotação, denotação polissemia;

Marcas linguísticas: coesão, coerência; função das classes gramaticais no texto, pontuação figuras de linguagem, recursos gráficos (aspas, travessão, negrito);

Partículas conectivas básicas do texto;

Elementos textuais: levantamento lexical de palavras italicizadas, negritadas, sublinhadas, números, substantivos próprios;

Interpretação da rede de relações semânticas existentes entre itens recorrentes no título, subtítulo, legendas e textos.

Escrita

PRÁTICA DISCURSIVA:

ABORDAGEM TEÓRICO-METODOLÓGICA

Fatores de textualidade centradas no leitor:

Tema do texto;

Conteúdo temático do texto;

Elementos composicionais do gênero;

Propriedades estilísticas do gênero;

Aceitabilidade do texto;

Finalidade do texto;

Informatividade do texto;

Intencionalidade do texto;

Situacionalidade do texto;

Papel do locutor e interlocutor;

Conhecimento de mundo;

Temporalidade;

Referência textual.

Fatores de textualidade centrada no texto:

Intertextualidade;

Partículas conectivas básicas do texto;

Vozes do discurso: direto e indireto;

Léxico: emprego de repetição; conotação, denotação polissemia; formação das palavras, figuras de linguagem;

Emprego de palavras e/ou expressões com mensagens implícitas e explicitas;

Marcas linguísticas: coesão, coerência; função das classes gramaticais do texto, pontuação, figuras de linguagem, recursos gráficos (como aspas, travessão, negrito);

Acentuação gráfica;

Ortografia;

Concordância verbal e nominal.

PRÁTICA DISCURSIVA: Oralidade

Fatores de textualidade centradas no leitor:

Tema do texto;

Aceitabilidade do texto;

Finalidade do texto

Informatividade do texto;

Intencionalidade do texto;

Situacionalidade do texto; Papel do locutor e interlucutor;

Conhecimento de mundo;

Elemento extra linguísticos: entonação, pausas, gestos;

Adequação do discurso ao gênero;

Turnos da fala;

Variação linguísticas.

Fatores de textualidade centradas no texto:

Marcas linguísticas: coesão, coerência, gírias, repetição, recursos semânticos;

Adequação da fala ao contexto (uso de distintivos formais e informais como conectivos, gírias, expressões, repetições);

Diferenças e semelhanças entre o discurso oral ou escrita.

PRÁTICA DISCURSIVA: Leitura

Fatores de textualidade centradas no leitor:

Tema do texto;

Conteúdo temático do texto;

Elementos composicionais do gênero;

Propriedades estilísticas do gênero;

Aceitabilidade do texto;

Finalidade do texto;

Informatividade do texto;

Intencionalidade do texto;

Situacionalidade do texto;

Papel do locutor e interlocutor;

Conhecimento de mundo;

Temporalidade;

Referência textual.

Fatores de textualidade centrada no texto:

Intertextualidade;

Léxico: repetição; conotação, denotação polissemia;

Marcas linguísticas: coesão, coerência; função das classes gramaticais no texto, pontuação figuras de linguagem, recursos gráficos (aspas, travessão, negrito);

Partículas conectivas básicas do texto;

Elementos textuais: levantamento lexical de palavras italicizadas, negritadas, sublinhadas, números, substantivos próprios;

Interpretação da rede de relações semânticas existentes entre itens recorrentes no título, subtítulo, legendas e textos.

PRÁTICA DISCURSIVA: Escrita

ABORDAGEM TEÓRICO-METODOLÓGICA

Fatores de textualidade centradas no leitor:

Tema do texto;

Conteúdo temático do texto;

Elementos composicionais do gênero;

Propriedades estilísticas do gênero;

Aceitabilidade do texto;

Finalidade do texto;

Informatividade do texto;

Intencionalidade do texto;

Situacionalidade do texto;

Papel do locutor e interlocutor;

Conhecimento de mundo;

Temporalidade;

Referência textual.

Fatores de textualidade centrada no texto:

Intertextualidade;

Partículas conectivas básicas do texto;

Vozes do discurso: direto e indireto;

Léxico: emprego de repetição; conotação, denotação polissemia; formação das palavras, figuras de linguagem;

Emprego de palavras e/ou expressões com mensagens implícitas e explicitas;

Marcas linguísticas: coesão, coerência; função das classes gramaticais do texto, pontuação, figuras de linguagem, recursos gráficos (como aspas, travessão, negrito);

Acentuação gráfica;

Ortografia;

Concordância verbal e nominal.

METODOLOGIA

O ponto de partida da aula de Língua Estrangeira Moderna será o texto verbal e não verbal. Através do conteúdo estruturante “Discurso como prática social” serão trabalhadas questões linguísticas, sócio-pragmáticas, culturais e discursivas,incluindo as práticas do uso da Língua Estrangeira: leitura, oralidade e escrita, a partir da abordagem dos vários gêneros textuais, em atividades diversificadas, explorando: a intertextualidade,os recursos coesivos, a coerência etc. Serão também desenvolvidas atividades significativas que levem o aluno a vincular o que é estudado com a realidade que o cerca, despertando seu interesse no desenvolvimento de uma prática analítica e crítica, além de ampliar seus conhecimentos e levá-lo a implicações sociais, históricas e ideológicas presentes nos discursos. Parte-se, portanto, do princípio de que o texto é a manifestação do discurso, assim sendo deve ser considerado em suas situações de interlocução, por ser o resultado de trocas verbais que configuram a dinâmica de uma dada comunidade linguística.

Não se pode deixar de considerar o caráter ideológico dos discursos, pois,como afirma Bakhtin (1997, p. 31) “tudo que é ideológico possui um significado e remete a algo situado fora de si mesmo”, não desconsiderando também que a ideologia é um reflexo das estruturas sociais.

Assim, na sala de aula, objetiva-se que os alunos construam novos conhecimentos, indo além da leitura superficial e linear, apresentando intertextualidade e a reflexão que possibilitará a reconstrução da argumentação. A partir do momento que os alunos reconhecem que os textos são representações da realidade, eles terão uma posição mais crítica em relação aos mesmos.

Deste modo os alunos entenderão que um enunciado em particular deve conter as seguintes perguntas: quê, para quem, onde, quando e por que, percebendo as várias possibilidades de leitura de um texto. A leitura trará, assim, um conhecimento de mundo e que permitirá elaborar novo modo de ver a realidade, criando condições para que o aluno seja um leitor crítico, reaja aos textos com os quais se deparem e entenda que por trás deles há um sujeito, uma história, uma ideologia e valores particulares.

A gramática será utilizada quando necessário, para construção de significados possíveis das estruturas apresentadas, levando ao conhecimento do aluno que as formas linguísticas não são sempre idênticas, mas são flexíveis e variam conforme o contexto e a situação em que a prática social do uso da língua ocorre.

A escrita será vista como uma atividade significativa, o aluno produzirá textos (diálogos imaginários, e-mail, para os mais variados fins, elaborar entrevistas entre outros) na língua estrangeira, com ajuda dos recursos disponíveis na sala de aula e orientação do professor.

Nas atividades de oralidade os alunos trabalharão com pesquisas em livros, internet, conversas com pessoas experientes, entrevistas, aprofundando e confrontando informações. Nestas atividades os alunos poderão expressar-se em língua estrangeira, mesmo que com limitações, adequando às variedades linguísticas para diferentes situações.

Serão utilizados os materiais disponíveis, livros didáticos, dicionários, livros paradidáticos, vídeos, DVD, CD-ROM, internet, multimídia, dentre outros.

Propõe-se, portanto, que os encaminhamentos metodológicos nas aulas de língua estrangeira sejam um espaço para que os alunos conheçam e compreendam a existência das múltiplas determinações que envolvem a cultura do outro e não os conteúdos de outro. Conforme as Diretrizes,

[...] entende-se que a escolarização tem o compromisso de prover aos alunos os meios necessários, para que não apenas assimilem o saber como resultado, mas aprendam o processo de sua produção, bem como as tendências de sua transformação. A escola tem o papel de informar, mostrar desnudar, ensinar regras não apenas para que sejam seguidas, mas principalmente para que possam ser modificadas. (DCE 2008, p.18).

Reitera-se que todo o trabalho direcionado pelo professor deve ser realizado na língua materna, ou seja, comunicando-se pela língua que se está ensinando, facilitando, assim, o processo de aquisição 1 da língua estrangeira que, nos termos de Krashen (1982), difere do processo da aprendizagem 2.

Nesta perspectiva, o trabalho com diferentes gêneros textuais deve se dar por meio da oralidade, da leitura e da produção escrita, de maneira que o texto seja entendido

como toda produção linguística significativa, falada ou escrita, ou seja, as mais diversas situações sociais e de produção de sentidos. Portanto, anúncios, receitas, folhetos, tiras, anedotas, poemas, músicas, textos literários, cinema, são alguns dos gêneros textuais que servirão de base para o desenvolvimento da linguagem e da aquisição da língua espanhola por parte do aluno.

A partir destas reflexões e de suas implicações no ensino de Língua Espanhola, serão apresentados alguns dos fundamentos teórico metodológicos que referenciam a DCE de LEM e os princípios que orientam esta escolha:

- O atendimento às necessidades da sociedade contemporânea brasileira e a garantia da equidade no tratamento da Língua Espanhola, em relação às demais obrigatórias do currículo;

- O resgate da função social e educacional do ensino de Língua Espanhola no currículo da Educação Básica;

- O respeito à diversidade (cultural, identitária, linguística), pautado no ensino de línguas que não priorize a manutenção de hegemonia cultural.

A abordagem metodológica escolhida foi a Abordagem Comunicativa, uma vez que esta tem orientado o trabalho em sala de aula. Esta opção favorece o uso da língua pelos alunos, mesmo de forma limitada, e evidência uma perspectiva utilitarista de ensino, na qual a língua é concebida como um sistema para a expressão do significado, num contexto interativo.

Na Abordagem Comunicativa, o professor deixa de ser o centro do ensino e passa a condição de mediador do processo pedagógico. Do aluno, e esperado que desempenhe o papel de sujeito de sua aprendizagem. De acordo com essa concepção, as atividades pedagógicas devem priorizar a comunicação, por meio de jogos, dramatizações, etc. O erro integra o processo de ensino e aprendizagem, entendido como um estágio provisório de interlíngua, por meio do qual os alunos podem testar as possibilidades de uso da língua.

Conforme Gimenez, (2001, P 110):

> [...] a abordagem comunicativa, na tentativa de ensinar e se comunicar na Língua Estrangeira, deixou de lado a relação entre comunicação e cultura, e a necessidade de

> entender a comunicação entre falantes nativos e não-nativos como comunicação intercultural mais do que comunicação na língua-alvo (2001, p. 110).

Cabe salientar que a vertente mais crítica da abordagem comunicativa apresenta avanços na visão de cultura como prática social. Alguns autores trazem questões importantes para uma releitura crítica dos pressupostos subjacentes a essa concepção de ensino de língua, não dissociada do contexto histórico [...] noções basilares do ensino comunicativo como comunicação autêntica, abordagem natural, necessidades do aprendiz, interação e negociação do sentido, coroarias da ideologia norte-americana, que pressupõe a solução pacífica dos conflitos e a coexistência harmoniosa das diferenças.

Alguns dos fundamentos teórico-metodológicos e os princípios que orientam esta escolha são:

• o atendimento as necessidades da sociedade contemporânea brasileira e a garantia da equidade no tratamento da disciplina de Língua Estrangeira Moderna em relação as demais obrigatórias do currículo;

• o resgate da função social e educacional do ensino de Língua Estrangeira no currículo da Educação Básica;

• o respeito á diversidade (cultural, identitária, linguística), pautado no ensino de línguas que não priorize a manutenção da hegemonia cultural.

Partindo desses princípios, a pedagogia crítica e o referencial teórico, por ser esta a tônica de uma abordagem que valoriza a escola como espaço social democrático, responsável pela apropriação crítica e histórica do conhecimento como instrumento de compreensão das relações sociais e para a transformação da realidade.

As aulas de Língua Estrangeira Moderna devem se constituir como um espaço em que o aluno reconheça e compreenda a diversidade linguística e cultural, de modo que se envolva discursivamente e perceba possibilidades de construção de significados em relação ao mundo em que vive, bem como que o aluno compreenda que os significados são sociais e historicamente construídos e, portanto, passíveis de transformação na prática social.

Recursos como revistas, jornais, livros, TV, vídeo, DVD, jogos, devem ser utilizados na elaboração das tarefas pedagógicas, para vincular o que se faz em sala de aula com o mundo exterior.

Trabalhos em duplas e em grupos facilitam a conversação e estimulam o aluno ao diálogo e a leitura.

Na abordagem metodológica ainda serão contempladas as práticas de leituras e analises de textos de diversos gêneros, observando as relações dialógicas entre os mesmos. E muito importante que a partir dos textos trabalhados ocorra o momento de discussão e debate sobre o tema apresentado. De acordo com a realidade de cada turma, trabalhar a produção, a revisão e a reestruturação textual, ampliando os conhecimentos linguísticos e o domínio da língua espanhola. A partir do texto escolhido para desenvolver as práticas discursivas, definem-se os conteúdos específicos a serem estudados, norteados pelo gênero do texto.

Pensa-se que não há métodos prontos, acabados, mas uma variedade de opções pedagógicas que norteiam o processo educativo e que podem facilmente ser adaptado de acordo com o contexto, para atingir o objetivo esperado.

Referentes às Leis nº 10.639/03 – História e Cultura Afro-Brasileira e Africana; Lei nº 11.645/08 – História e Cultura Afro-brasileira e Indígena; Lei Ambiental nº 9.795/99 Decreto nº 4281/02; Lei nº 10.741/03 – Estatuto do Idoso; Lei nº 13.381/01 – História do Paraná; Lei nº 11.343/06 – Uso indevido de drogas; Lei 11.525/07 – Enfrentamento à Violência Contra a Criança e o Adolescente; Lei nº 8.069/90 – ECA; Decreto 1143/99 e Portaria 413/02 – Programa Nacional de Educação Fiscal e Tributária serão abordadas e trabalhadas durante o ano letivo com palestras, pesquisas bibliográficas e na internet, trabalhos individuais e coletivos, seminários, debates, entre outros.

Durante o ano letivo serão abordados os seguintes temas contemporâneos: Direitos das Crianças e Adolescentes – Uso indevido de drogas, Sexualidade Humana, Violência contra a Criança e o Adolescente, contextualizando-os com os conteúdos da Disciplina.

Através do texto escolhido para desenvolver as práticas discursivas, definindo os conteúdos específicos. A cultura Afro- brasileira e a Cultura Indígena e as discussões sobre educação ambiental, uso indevido de drogas e enfrentamento à violência contra criança e o adolescente, e a sexualidade serão abordados em diversos momentos. O

texto é uma unidade de sentido e deve ter um significado real para o aluno. Sendo assim, o aluno deve demonstrar compreensão geral de textos variados, selecionar as informações especifica do texto, demonstrar conhecimento da organização textual, consciência de que a leitura não e apenas um processo linear que exige a decodificação de cada palavra, mas acima de tudo assumir uma postura crítica aos objetivos do texto e possuir um conhecimento sistêmico fixado no mesmo.

AVALIAÇÃO

A avaliação tem por objetivo a orientação para a intervenção pedagógica, visando a aprendizagem de forma mais adequada para o aluno. E um elemento de reflexão continua para o professor sobre a sua prática educativa. É um instrumento para que o aluno possa tomar consciência de seus progressos, dificuldades e possibilidades.

Ao avaliar caberá ao professor observar a participação dos alunos considerando seu engajamento discursivo, retomando e analisando com os mesmos, os trabalhos desenvolvidos.

A avaliação oral, o professor levará em consideração se os alunos utilizam o discurso de acordo com a situação. Na avaliação escrita será observado se os alunos expressam suas ideias com clareza e os recursos textuais com coesão e coerência.

A compreensão do que lêem levando em conta se deduzem palavras e expressões a partir do contexto e se conseguem identificar o tema e a ideia principal do texto.

AVALIAÇÃO DA EXPRESSAO ORAL

- A avaliação dessa destreza aparece integrada, deve medir sobretudo a compreensão e a produção oral;
- Não deve castigar os erros formais;
- Respeitar os diferentes ritmos de aprendizagem;
- Gratificar e estimular o aluno como motivação para a aprendizagem.

AVALIAÇÃO DA EXPRESSÃO ESCRITA

- Precisa observar o contexto, a finalidade, motivação para seu uso;
- Permitir a prática de conteúdos linguísticos e funcionais;
- Aproximar o uso da língua à vida real;
- As outras destrezas.

AVALIAÇÃO DA COMPREENSÃO AUDITIVA

Os alunos devem compreender e responder de forma adequada ao tipo de língua que estão estudando.

AVALIAÇÃO DA COMPREENSÃO LEITORA

Será avaliada com uma resposta oral ou gráfica que o aluno usará para demonstrar seu entendimento. Poderá ser realizada através:

- Resumo de leitura;
- Comentário de texto;
- Debate;
- Texto com desenho;

Toda prática de avaliação na disciplina acontecerá com vistas a formar um leitor ativo e crítico da realidade.

A avaliação é um dos recursos utilizados pelo professor para analisar e interpretar os dados da aprendizagem e do seu próprio trabalho, com a finalidade de aperfeiçoar e/ou sanar as dificuldades apresentadas no processo de ensino-aprendizagem.

De acordo com o Projeto Político Pedagógico, Regimento Escolar, Instrução 01/17 e Ata 03/2017 do Colégio Estadual do núcleo Residencial Pindorama, as avaliações desta Instituição de Ensino são organizadas trimestralmente, o número mínimo de avaliações e recuperações serão de três (3,0), sendo distribuídas da seguinte forma:

Trabalho – valor 4,0 (quatro vírgula zero) pontos, distribuídos em no mínimo dois trabalhos, ficando a critério de cada professor utilizar o método que julgar conveniente à sua disciplina e ao conteúdo desenvolvido. Podendo ser trabalhos individuais ou coletivos, pesquisas, leitura, interpretação e produção de texto, entre outros, registrando no RCO de forma a gerar uma sequência.

Prova – Valor 6,0 (seis vírgula zero) pontos. É o resultado da avaliação escrita, podendo esse valor ser distribuído em uma avaliação escrita (prova). O registro dessa avaliação no RCO deve seguir a ordem dos trabalhos, de acordo com o número de trabalhos ofertados no trimestre.

No que se refere a leitura, oralidade e escrita, a avaliação se dará da seguinte forma:

LEITURA: Espera-se do aluno: Realização de leitura compreensiva do texto; Localização de informações explícitas e implícitas no texto; Posicionamento argumentativo; Ampliação do horizonte de expectativas; Ampliação do léxico; Percepção do ambiente no qual circula o gênero; Identificação da ideia principal do texto; Análise das intenções do autor; Identificação do tema; Dedução dos sentidos de palavras e/ou expressões a partir do contexto; Compreensão das diferenças decorridas do uso de palavras e/ ou expressões no sentido conotativo e denotativo. ESCRITA: Espera-se do aluno: Expressão de ideias com clareza; Elaboração de textos atendendo: às situações de produção propostas (gênero, interlocutor, finalidade…); à continuidade temática; Diferenciação do contexto de uso da linguagem formal e informal; Uso de recursos textuais como: coesão e coerência, informatividade, intertextualidade, etc.; Utilização adequada de recursos linguísticas como: pontuação, uso e função do artigo, pronome, substantivo, etc. Emprego de palavras e/ ou expressões no sentido conotativo e denotativo, bem como de expressões que indicam ironia e humor, em conformidade com o gênero proposto.

ORALIDADE: Espera-se do aluno: Utilização do discurso de acordo com a situação de produção (formal/ informal); Apresentação de ideias com clareza; Compreensão de argumentos no discurso do outro; Exposição objetiva de argumentos; Organização da sequência da fala; Respeito aos turnos de fala; Análise dos argumentos apresentados pelos alunos em suas apresentações e/ou nos gêneros orais trabalhados; Participação ativa em diálogos, relatos, discussões, quando necessário em língua materna; Análise de recursos da oralidade em cenas de desenhos, programas infanto-juvenis, filmes, etc.

A recuperação de conteúdos acontecerá durante todo o trimestre, sendo que a recuperação de notas dar-se-á após cada avaliação realizada. Fará a recuperação, os alunos que obtiverem a nota inferior a sessenta por cento da nota da avaliação. O número mínimo de recuperações deverão ser de três (03), sendo realizada após cada avaliações realizadas, ou seja trabalhos ou provas escritas.

A recuperação de estudos deve acontecer simultaneamente a partir de uma lógica simples: os conteúdos escolhidos para o ensino são importantes para a formação do aluno, é preciso investir em todas as estratégias e recursos possíveis para que o aluno aprenda.

A recuperação é o esforço de retomar, voltar ao conteúdo, de modificar os encaminhamentos metodológicos para assegurar a possibilidade da aprendizagem. A verificação da aprendizagem é feita através de provas e trabalhos escritos.

No que diz respeito aos alunos com necessidades especiais, cabe ao professor buscar técnicas e metodologias diferenciadas que beneficie e permita a aprendizagem dos conteúdos, tendo em vista a limitação de cada aluno, suas possibilidades levando em consideração o contexto inserido e a condição da aprendizagem do educando possibilitando atendimento individualizado.

Para que a avaliação cumpra sua finalidade educativa, deverá ser processual, contínua, formativa, e diagnóstica, levando em consideração as diferenças individuais e socioeconômicas da escola, alcançando a construção permanente do conhecimento.

Aos alunos com necessidades educacionais será proporcionada a flexibilização curricular e o processo avaliativo será ajustado segundo suas necessidades, cabendo ao professor adaptar o processo de avaliação quer seja modificando técnicas, aumentando o tempo disponível para resoluções ou diversificando os instrumentos a serem utilizados de modo que possibilitem a expressão do aluno segundo seu grau de compreensão. Possibilitar usando outra estratégia de avaliação como recurso diferenciado, tendo em vista a limitação de cada aluno, suas possibilidades, levando em consideração o contexto inserido e a condição de aprendizagem de cada educando com necessidades educativas especiais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Colégio Estadual do Núcleo Residencial Pindorama. EFM. **Projeto Político Pedagógico**. Quedas do Iguaçu, 2016.

Colégio Estadual do Núcleo Residencial Pindorama. EFM. **Regimento Escolar**. Quedas do Iguaçu, 2016.

Disponível em: http://www.lem.seed.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=140

PARANÁ. Secretaria de Estado de Educação. Departamento de Educação Básica. Diretriz Curricular de Sociologia. Curitiba – SEED/DEB _ PR**,**2008.

PARANÁ, Secretaria de Estado de Educação, Superintendência de Educação.

Departamento de Educação Básica. Diretrizes Curriculares de Língua Estrangeira Moderna para Educação Básica, Curitiba, 2008.

4.16.17 PROPOSTA PEDAGÓGICA CURRICULAR – AMPLIAÇÃO DE JORNADA

De acordo com a Instrução Normativa nº 03/2017, a Educação Integral em Turno Complementar é uma das propostas de ampliação de jornada escolar, que juntamente com a Educação Integral em Tempo Integral - Turno Único - ETI faz parte da Política de Educação Integral em Jornada Ampliada da Secretaria de Estado da Educação - SEED, cujo principal objetivo é ampliar tempos, espaços escolares e oportunidades de aprendizagem, visando à formação integral das crianças, adolescentes e jovens matriculados nas instituições da rede pública estadual de ensino do Paraná.

FINALIDADES DA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO INTEGRAL EM JORNADA AMPLIADA

a) Democratizar a oferta de atividades pedagógicas, por meio da ampliação da jornada escolar tanto em turno único como em turno complementar, para os estudantes da Educação Básica da rede estadual de ensino.

b) Viabilizar o aprofundamento dos conteúdos curriculares, por meio de atividades pedagógicas complementares, que possibilitem encaminhamentos metodológicos diferenciados e que favoreçam o desenvolvimento humano integral dos estudantes.

c) Criar um ambiente educativo que considere as experiências e os saberes dos estudantes, possibilitando-lhes a apropriação do conhecimento e o desenvolvimento do estudo e da pesquisa.

d) Possibilitar a ampliação do tempo para o aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico, por meio da Educação em Tempo Integral - Turno Único (ETI), tal como preconizado no inciso III do artigo 5° das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (DCNEM, 2012).

e) Promover a articulação entre a Proposta Pedagógica Curricular das Atividades dos Programas de Ampliação de Jornada ofertados em Turno Complementar com o Projeto Político-Pedagógico/ Proposta Pedagógica Curricular da instituição de ensino, regulamentando-os em Regimento Escolar.

f) Possibilitar a integração entre equipe gestora (direção, direção auxiliar e pedagogos) e profissionais da educação, envolvidos nas Atividades dos Programas de Ampliação de Jornada, na elaboração do planejamento, execução e avaliação das ações.

g) Envolver o Conselho Escolar na decisão da escolha das atividades dos

programas a serem ofertados, de forma a atender as necessidades da comunidade escolar para a melhoria do processo ensino e aprendizagem.

A proposta de Educação Integral em Turno Complementar em nosso Colégio está organizada da seguinte forma:

- jornada complementar de 4 horas-aula semanais: compreendendo quatro horas-aula, distribuídas em dois dias da semana, de segunda-feira à sexta-feira. Nessa jornada, é desenvolvido o seguinte programa: Programa Aulas Especializadas de Treinamento Esportivo – AETE (Futsal e Tênis de Mesa);

Proposta Pedagógica Aula Especializada Futsal

Estruturante: Esporte

Básico: Coletivo

Específico: Futsal

A proposta será voltada para o Futsal que é um dos conteúdos básicos da Proposta Curricular da Educação Básica da disciplina de Educação Física. Serão trabalhados conteúdos como: Fundamentação teórica do futsal; deslocamento com e sem a bola, formações ofensivas e defensivas; regras de competições e jogos.

OBJETIVO GERAL:

Proporcionar aos alunos da Escola Estadual Núcleo Residencial Pindorama um espaço atrativo que favoreça a permanência dos mesmos no contexto educativo, criando um ambiente saudável para o convívio escolar e comunitário, resgatando a cidadania através da prática do esporte, de forma educativa e salutar, vivenciando seus aspectos técnicos, táticos e regras desse esporte.

ENCAMINHAMENTO METODOLÓGICO

Jogos recreativos e desportivos de forma geral, aulas práticas, visualizações práticas (vídeos ou execução pelo Professor), educativos relacionados a prática pedagógica, exercícios de repetição para melhorar a coordenação motora fina e coordenação geral, com movimentos específicos, simulando as execuções práticas do esporte supracitado. Jogos entre a comunidade em geral, contra alunos de outras escolas, entre os alunos da mesma escola, aqueles não participantes do projeto específico.

LOCAL

Quadra de esportes da Escola Estadual do Núcleo Residencial Pindorama.

RESULTADOS ESPERADOS PARA O ALUNO:

Através da participação na proposta, que os alunos consigam socializar-se com maior facilidade, tenham autoconfiança em suas ações e percebam a necessidade da prática esportiva.

PARA A ESCOLA:

Despertar o gosto do aluno pela prática esportiva em horários alternativos e a redução da evasão escolar.

PARA COMUNIDADE:

Almeja-se que a participação dos alunos nesta proposta pedagógica possa facilitar a socialização entre comunidade e escola, influenciando as demais crianças e adolescentes do bairro, quanto a importância da prática esportiva.

REFERÊNCIAS

MELLO, Alexandre Moraes de. Psicomotricidade, Educação Física e Jogos Infantis. 2. ed. São Paulo: IBRASA, 1987.

VARGAS NETO, F. X. Deporte y Salud. Las Actividades Físico- Deportivas Desde na Perspectiva de la Educación para la salud: Síntesis actual. Tesis doctoral Barcelona: Universidad, 1995.

AVALIAÇÃO

A avaliação acontecerá de forma contínua e diagnóstica, valorizando o esforço e a participação dos alunos em todas as atividades propostas durante o desenvolvimento da proposta pedagógica.

Também será observado paralelamente a proposta, os resultados e o envolvimento dos participantes em sala de aula, nas diferentes disciplinas; o envolvimento e acompanhamento dos pais na vida escolar dos filhos e a participação em eventos realizados na escola.

Proposta Pedagógica Aula Especializada Tênis de Mesa

Estruturante: Esporte

Básico: Coletivo

Específico: Tênis de Mesa

Básico: Individual

Específicos: Tênis de Mesa - Fundamentos Básicos, Empunhaduras, Saque, Efeitos no saque, Expectativa e suas formas e regras, devolução de saque, posicionamento, trabalho de penas, defesa, jogos desportivos, jogos em duplas, regras diferenciadas da dupla, regras gerais, jogos de simples e de duplas. Golpes sem efeito – batida de esquerda e de direita. Golpes com efeito – Drive, Forehand, Back han, Enheque (Drop Shot). Golpes especiais – Kato, smash. Lob

OBJETIVO GERAL:

Promover a inclusão social e esportiva, de alunos da rede pública estadual; Proporcionar a prática, visando o gosto por alguma atividade física ou modalidades esportivas, para que tenhamos pessoas mais saudáveis e portadoras de conhecimento e habilidades necessárias; Melhorar a coordenação Óculo-visual, óculo manual e Viso-motora dos alunos da rede pública; Participar com mais frequência e igualdade de eventos esportivos entre as escolas;

ENCAMINHAMENTO METODOLÓGICO

No encaminhamento proposto pelas Diretrizes, esse mesmo conhecimento é transmitido e discutido com o aluno, levando-se em conta o momento político, histórico, econômico e social em que os fatos estão inseridos.

Utilizar como primeira estratégia aquilo que o aluno traz, do conhecimento a ser exposto, ou seja, aquilo que ele entende do tema a ser explanado, e, a partir daí, começa realmente a introdução do conhecimento específico a ser trabalhado.

Cabe ressaltar que tratar o conhecimento não significa abordar somente o conteúdo ‘teórico’, mas, sobretudo, desenvolver uma metodologia que tenha como eixo central a construção do conhecimento.

Provocar uma reflexão acerca do conhecimento popular X conhecimento científico sobre o fenômeno Esporte.

Discutir e analisar o Esporte nos seus diferenciados aspectos:

• enquanto meio de Lazer.

• sua função social.

• sua relação com a mídia.

• relação com a ciência.

• doping e recursos ergogênicos e esporte alto rendimento.

• nutrição, saúde e prática esportiva.

Portanto, as aulas serão teóricas e práticas, com organização de campeonatos, torneios, elaboração de Súmulas e montagem de tabelas, de acordo com os sistemas diferenciados de disputa (eliminatória simples, dupla, entre outros.

LOCAL

No saguão e no ginásio de esportes da escola. Para o bom desenvolvimento do Projeto, serão necessários tais recursos, bolinhas de tênis de mesa, raquetes de tênis de mesa, redes, uma mesa em tamanho oficial, giz, limpador, colchonetes, entre outros.

RESULTADOS ESPERADOS PARA O ALUNO:

Ao término do projeto, esperamos ter proporcionado àqueles alunos com dificuldades motoras, seja ela viso-motora, ou coordenação motora fina, uma melhoria substancial, nessas necessidades, e por outro lado, que todos compreendam o jogo, e possibilitar a prática dessa modalidade em seu cotidiano, na comunidade, clubes, ou sociedade em geral, tornando-os portadores do saber e de capacidades motoras necessárias, para uma melhor qualidade de vida. O projeto visa promover a participação do aluno com ênfase nos Jogos Colegiais do Paraná, em todas as suas fases, proporcionando assim, bagagem, crescimento e desenvolvimento intelectual e motor.

PARA A ESCOLA

A Escola já é destaque paranaense em tênis de mesa e já é um diferencial nas escolas do Núcleo de Laranjeiras do Sul, sendo que a cada ano que passa os profissionais envolvidos nesse projeto se empenham no que fazem para melhorar a cada dia esses resultados, contribuindo e favorecendo toda a comunidade escolar.

PARA COMUNIDADE

Serão selecionados aqueles alunos com maior vulnerabilidade social, ajudando a valorizá-los e tirando-os das ruas no tempo ocioso.

REFERÊNCIAS

MARINHO. Inezil Penna. Educação física, recreação e jogos. São Paulo: Cia Brasil Editora, 1981.

DCE- Diretrizes Curriculares Estaduais- Educação física Curitiba, 2007;

AVALIAÇÃO

A Avaliação será contínua e processual.

V AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

Com a principal função de inventariar, harmonizar, tranquilizar, apoiar, orientar, reforçar e de integrar a ação de formação, permite, assim, a identificação de possíveis problemas e ações para soluções dos mesmos. Entendemos que avaliação institucional deve ser conduzida como um processo global, orgânico, sistêmico e contínuo, em que a responsabilidade por sua consecução é atribuída aos sujeitos participantes da escola. A avaliação está, portanto, vinculada à qualidade, podendo possibilitar que a comunidade educacional desenvolva uma cultura de avaliação pautada e articulada no PPP.

O Colégio participa das etapas de avaliação em nível federal e também das avaliações em nível estadual. A avaliação dos profissionais da educação é feita através de reunião com a participação dos mesmos e levando-se em conta a assiduidade, pontualidade, produtividade e participação.

Para avaliação do currículo, são realizadas reuniões com a presença dos professores, direção e Equipe Pedagógica, ocasião em que ocorre o planejamento do mesmo.

Para avaliação do Projeto Político Pedagógico, são realizadas reuniões durante as capacitações nas semanas pedagógicas, ocasião em que são definidas ações de intervenção e adaptações necessárias. O Plano de ação do Colégio é elaborado na Semana Pedagógica que ocorre no início do ano letivo e avaliado e replanejado na Semana Pedagógica do 2º semestre, com vistas à melhoria da qualidade da educação.

VI ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DO PPP

O acompanhamento e avaliação do PPP são realizados nas reuniões pedagógicas e nas Semanas Pedagógicas, verificando o desenvolvimento das ações e realizando as alterações necessárias. Para tanto, são consideradas as sugestões que atendam as necessidades dos alunos de forma que o processo de ensino aprendizagem seja priorizado e que o aluno possa desenvolver suas habilidades.

Para atingirmos os objetivos do Projeto Político Pedagógico, apresentamos em linhas de ações gerais, os procedimentos que asseguram a racionalização do uso de recursos materiais, humanos, intelectuais e financeiros nos diferentes âmbitos, envolvendo os segmentos da comunidade escolar, bem como:

 Proporcionar a todos um ambiente de estudos e trabalho agradável, onde prevaleça a liberdade de expressão e a reflexão coletiva;

 Propiciar condições para que professores e alunos conheçam e conquistem seus direitos, assim como cumpram seus deveres de forma integrada, possibilitando a construção de uma aprendizagem capaz de transformá-los;

 Proporcionar a transmissão do conhecimento sistematizado, que é dever curricular, através da construção, apropriação e socialização de diferentes saberes, integrando todos os alunos e possibilitando o acesso e a permanência de todos na escola;

 Desenvolver no educando a capacidade de análise lógica e crítica, buscando o conhecimento em diferentes situações de vivências nas diversas áreas do conhecimento;

 Desenvolver o processo ensino-aprendizagem procurando dar ao aluno subsídios necessários para tornar-se um cidadão crítico e participativo na sociedade, conhecedor de seus direitos e deveres;

 Empenhar-se na busca de condições para que a recuperação de estudos aconteça de forma processual e simultânea, realizada através de avaliações diferenciadas, tais como: provas, apresentações de trabalhos orais ou escritos, visando à qualidade;

 Oferecer ao aluno oportunidades diversas de mostrar seu desempenho, evitando fazer do processo de ensino um mecanismo de se aplicar instrumento de avaliação. Lembrando sempre que o professor é um mediador do processo ensino-aprendizagem;

 Promover palestras, seminários, debates sobre adolescência, educação sexual, meio ambiente, valores, entre outros temas pertinentes.

 Valorizar e incentivar a formação continuada de todos os segmentos da comunidade escolar em prol de uma educação libertadora;

 Promover encontros pedagógicos para reflexões sobre a prática pedagógica, com registro das experiências positivas e negativas, buscando juntos as melhores soluções;

 Propiciar uma ação pedagógica onde ocorra uma aprendizagem plena, usando para isso instrumentos avaliativos, como meio para rever nossa prática, com caráter diagnóstico, contínuo e processual;

 Acompanhar o aproveitamento escolar do aluno, auxiliando e intervindo quando necessário.

As ações a curto prazo envolvem como desafio; Uma grande dificuldade na contextualização dos conteúdos; Maior variedade de utilização de estratégias e recursos; Os professores devem buscar estratégias e recursos diferenciados.

Como ações para enfrentar esses desafios, nosso colégio se propõe a: Oportunizar momentos para reflexão e análise da Proposta Pedagógica Curricular; Realizar momentos de reflexão entre professores e equipe pedagógica. Reforçar a união de todos os profissionais da escola para o desenvolvimento de atividades diferenciadas; A Equipe Pedagógica dar apoio aos professores em suas atividades diferenciadas; Professores devem planejar as atividades com antecedência, focando os objetivos a serem alcançados.

Já como ações a médio e longo prazo o colégio é contemplado com dois projetos de Treinamento Esportivo, sendo eles Futsal e Tênis de Mesa.

Também serve como reflexão para as ações realizadas com vistas a melhoria das próximas ações.

VII PLANO DE AÇÃO

7.1 Plano de Ação Pedagogas

COLÉGIO ESTADUAL DO NÚCLEO RESIDENCIAL PINDORAMA – ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO

PLANO DE AÇÃO DO PEDAGOGO - 2017

OBJETIVO GERAL: Coordenar e implementar as ações didático – pedagógicas do estabelecimento, em consonância com a política educacional e orientações recebidas da Secretaria de Estado da Educação, contempladas e definidas no Projeto Político Pedagógico e no Regimento Escolar.

ATIVIDADES PRINCIPAIS

-Fevereiro: Formação de turmas - verificar quanto a formação de turmas os seguintes itens: número de alunos nas turmas e os alunos inclusos quanto à distribuição nas turmas.

-Semana Pedagógica/fevereiro: Plano de Trabalho Docente - reunir com os professores para orientar sobre a elaboração do plano de trabalho docente. Acompanhar a efetivação

do plano de trabalho docente na sala de aula, auxiliando o professor realizar alterações sempre que necessário.

-Sempre que necessário realizar Capacitação - Formação Continuada: Preparar, organizar e coordenar a Formação Continuada oferecida SEED, com a finalidade da realização e o aprimoramento do trabalho pedagógico escolar.

-Fevereiro e Julho: conforme estabelecido em calendário escolar, quando se fizer necessário PPP PPC Regimento escolar - coordenar, participar de estudos coletivos sobre o PPP, PPC e o Regimento Escolar a partir das orientações da SEED e acompanhar sua efetivação realizando alterações sempre que necessário.

-Sempre que necessário atendimento à alunos estagiários, atende-los e acompanha-los quanto as atividades a serem desenvolvidas no estabelecimento de ensino.

-Acompanhar a frequência escolar dos alunos, contatando as famílias e encaminhando aos órgãos competentes. Acionar o serviço de proteção a criança e o adolescente. Elaborar e enviar relatórios para o Conselho Tutelar e Promotoria dos alunos.

-No decorrer do ano Olimpíada de Matemática Olimpíada de Língua Portuguesa: Organizar e acompanhar a aplicação Olimpíada de Matemática. Olimpíada de Língua Portuguesa Apresentar os resultados aos alunos.

-Pré Conselho, Conselho de Classe e Pós Conselho: Organizar, junto à direção da escola, a realização dos pré - conselhos e dos conselhos de classe, de forma a garantir um processo coletivo de reflexão-ação sobre o trabalho pedagógico desenvolvido. Coordenar a elaboração e acompanhar a efetivação de propostas de intervenção decorrentes das decisões do pré – conselho, do conselho de classe e pós-conselho.

-Apresentar gráficos de rendimento das turmas: Organizar dados levantados em pré conselho e no decorrer e término de cada bimestre elaborar o cronograma para o conselho de classe. -Trabalhar com os professores a questão do número elevado de alunos que passam por Conselho de Classe Final.

-Reuniões pedagógicas: Coordenar reuniões pedagógicas e grupos de estudos para reflexão e aprofundamento de temas relativos ao trabalho pedagógico. Organizar encontros de professores da educação especial, com o professor do regular para informações e troca de experiências.

-Estabelecidas em calendário acompanhar o cumprimento do Calendário escolar , organizar e acompanhar juntamente com a direção, as reposições e complementação de carga horária de dias letivos, horas e conteúdos aos discentes.

-Reunião de pais: Preparar e efetivar as reuniões, e estabelecer os assuntos. Convocar pais Informar sobre o rendimento escolar (entrega de boletins e outros).

-Alunos com necessidades educacionais especiais. Solicitar autorização dos pais ou responsáveis para realização da avaliação educacional, para identificar possíveis necessidades educacionais especiais. Coordenar e acompanhar o processo de Avaliação educacional no contexto escolar, visando encaminhamento aos serviços de apoio especializados da educação especial.

-Montar processo de Renovação de Autorização de Funcionamento de curso;

-Sempre que necessário Atendimento a comunidade escolar: atender, informar, orientar pais, alunos e comunidade sempre que solicitado.

-Auxiliar no processo de escolha do aluno representante de turma e efetivação do grêmio estudantil.

-No primeiro trimestre coordenar o processo de representação docente de cada turma.

-Participar da organização da biblioteca assim como do processo de aquisição de livros, revistas, fomentando ações de incentivo à leitura

-Quando necessário Adaptação, Classificação, Reclassificação e aproveitamento de estudos: Orientar, coordenar e acompanhar a efetivação de procedimentos didáticos pedagógicos referentes à avaliação processual e os seus processos.

-Livro Registro de Classe On line: acompanhar e vistar periodicamente.

-Acompanhar as atividades desenvolvidas nos laboratórios de Química, Física, Biologia e de Informática.

-Acompanhar a Hora Atividade do professor e orientar em sua prática pedagógica.

-Representar a equipe pedagógica no Conselho escolar

-Auxiliar na análise do desenvolvimento da aprendizagem dos alunos de 6ª ano, para encaminhamento de alunos com dificuldade de aprendizagem em Língua Portuguesa e Matemática para a Sala de Apoio a Aprendizagem.

-Orientar o professor da Sala de Apoio a Aprendizagem quanto ao preenchimento das fichas.

-Acompanhar o desenvolvimento dos alunos da Sala de Apoio a Aprendizagem para rodízio de alunos nesta turma.

-Organizar e acompanhar o processo de distribuição e recolhimento do Livro Didático Público.

-Plano de Ação do Colégio: Coordenar e participar do processo de elaboração do Plano de Trabalho do Colégio.

-Acompanhar e orientar professor das turmas de Celem, bem como o desempenho dos alunos, durante o ano letivo.

7.2 Plano de Ação do Diretor

1. IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE ESCOLAR

Colégio Estadual do Núcleo Residencial Pindorama - Ensino Fundamental e Ensino Médio.
Código: 00635
Endereço: Rua Indaiá, s/n
Telefone: (46) 3532-7040 ou (46) 3532-7042
Município: Quedas do Iguaçu - PR
Código: 2110
Dependência Administrativa: Estadual
Entidade Mantenedora: GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ
NRE: Laranjeiras do Sul
Código: 31
Ato de Autorização da Escola: Resolução nº 272/85 de 29/01/1985
Ato de Reconhecimento da Escola: Resolução nº 2567/89 de 02/10/1989
Ato de Renovação do Reconhecimento da Escola: Resolução nº 2457/02 de 18/07/02
Ato de Reconhecimento do ensino médio: Resolução nº 1397/2015 de 22/05/2015
Distância da Escola ao NRE: 68 km
E-mail da Escola: qigpindorama@seed.pr.gov.br

META

Desenvolver ações que possibilitem à efetivação dos objetivos propostos no plano de ação, avaliando constantemente as mesmas e replanejando as estratégias desenvolvidas.

INDICADORES	A ESCOLA QUE TEMOS		A ESCOLA QUE PRETENDEMOS

	POTENCIALIDADES	DIFICULDADES	
1.Gestão de resultados educacionais	- Professores graduados, pós-graduados e com PDE; - Formação continuada; - Reuniões pedagógicas; - Conselho de classe.	- Nem todos os professores sabem utilizar a sala de Informática; - Alunos iniciantes (5ª série “6º ano”) sem pré-requisitos para a série em curso; - Indisciplina; - Falta de compromisso por parte de alguns membros da comunidade escolar com o processo de ensino e aprendizagem.	- Envolvimento dos membros da comunidade escolar no processo ensino-aprendizagem. - Todos os docentes e discentes utilizando os recursos pedagógicos e tecnológicos disponíveis para a construção do conhecimento. - Alunos e professores desenvolvendo suas atividades em harmonia com respeito mútuo como seres cônscios de suas responsabilidades.
2. Gestão participativa / democrática	- Participação efetiva das instâncias Colegiadas; - Regimento Escolar e Projeto Político Pedagógico.	- Alguns pais ou responsáveis não participam do processo educacional dos filhos. - Alguns membros da comunidade escolar descumprem o Regimento Escolar	- Efetivar a gestão democrática na unidade escolar de maneira que todos sintam-se co-responsáveis pelas transformações assumidas pelo coletivo escolar em todos os aspectos, visando a melhores resultados;

		e não priorizam o PPP como norteador das ações na escola.	- Evidenciar para toda a comunidade escolar a necessidade de conhecer e cumprir o Regimento Escolar, visto que há a necessidade de regras para a convivência Mútua; - Melhorar o resultado do IDEB que foi de 4,4 (2013) para, pelo menos, 5 para ano de 2019.
3. Gestão pedagógica	- Sala apoio; - Conselhos de classe.	- Falta de compromisso de alguns pais de alunos com dificuldades de aprendizagem que são encaminhados às salas de apoio, mas não frequentam regularmente;	- Integração escola/família para melhorar a participação da comunidade escolar na gestão da escola, repensando o ensino e a aprendizagem dos alunos contribuindo na elevação da qualidade do ensino e nos melhores

			resultados da aprendizagem, formando profissionais éticos e responsáveis, aptos a interagirem na sociedade de maneira contributiva para torná-la mais justa, solidária e humana.
4. Gestão de inclusão /socioeducação	- Inclusão.	- Dificuldade que alguns professores apresentam para trabalhar com alunos portadores de deficiência.	- Uma escola que atenda alunos com deficiências, alunos indígenas e afrodescendentes visando a permanência e o sucesso desses alunos no espaço escolar e na sociedade, promovendo os direitos humanos e exaurindo qualquer tipo de discriminação.
5. Gestão de pessoas	- Gestores comprometidos com uma educação de qualidade; - Quase a totalidade dos professores e funcionários comprometidos com o PPP da escola; - Diálogo constante com	- Falta de estudo e de compromisso por parte de alguns em ter o Projeto Político Pedagógico Como elemento norteador das ações escolares.	- A totalidade dos educadores cumprindo o seu papel com competência e responsabilidade.

	os profissionais da educação; - Incentivo aos profissionais da educação a participarem de cursos de formação continuada (presencial e a distância).		
6. Gestão de serviços de apoio (recursos físicos e financeiros)	- APMF e Conselho Escolar atuantes; Integração entre direção, APMF e Conselho Escolar nas tomadas de decisões; - Transparência na aplicação dos recursos; - Amplo acervo bibliográfico; - Conservação do patrimônio escolar; - Salas de aula amplas com ventiladores e TV pendrive; - Laboratório de Química, Física e Biologia; - Laboratório de informática; - Quadra esportiva coberta;	- Falta de conscientização por parte de alguns alunos quanto à conservação do patrimônio escolar; - Funcionários pouco atuantes nos serviços de pátios, corredores, portões e serviços afins; - Salas muito quentes sem ar condicionado (apenas com ventiladores).	- Uma escola onde todos estejam comprometidos com a qualidade do ensino e com a conservação do prédio e dos ambientes, transformando-a em uma escola limpa e agradável; - Funcionários que desenvolvam um trabalho de qualidade nos ambientes por onde circulam alunos, orientando-os, organizando-os, etc. - Escola com salas de aula climatizadas ou com ar-condicionado para propiciar ambientes mais agradáveis e confortáveis.

FORMAÇÃO E CONDIÇÕES DE TRABALHO DOS PROFISSIONAIS DA ESCOLA

METAS DE MEHORIA DO PROCESSO EDUCATIVO - 2016 Á 2020

Prioridades	Objetivos	Ações	Público alvo	Recursos	Responsáveis pela ação	Resultados esperados
- Realizar um trabalho coletivo com ampla participação da família na escola.	- Trazer a família para participar mais ativamente na vida escolar dos seus filhos.	- Participação efetiva de toda comunidade escolar com realização de reuniões e eventos culturais.	- Toda comunidade escolar.	- Humanos e pedagógicos.	- Direção, equipe pedagógica, professores, alunos, funcionários, pais e demais membros inseridos no contexto escolar.	- Integração da comunidade, da escola, dos pais, dos professores, dos funcionários, da direção, da equipe pedagógica e dos alunos, efetivando as ações propostas no PPP para se atingir uma educação de qualidade.
- Participação efetiva na Formação Continuada.	- Incentivar A reflexão e ação dos problemas pedagógicos a fim de solucioná-los	Levantamento de dados e de informações da escola relativamente ao rendimento escolar e aos resultados finais.	- Professores, funcionários, direção e equipe pedagógica.	- Salas de aula, “data show”, TV “pendrive” documentos para estudo e análise.	Direção, equipe pedagógica, NRE e SEED.	Solução para problemas do cotidiano escolar; - Proporcio-nar formação pessoal e profissional aos partícipantes.
- Melhoria na qualidade da educação. - Participação nas avaliações externas.	Repensar o processo avaliativo na prática pedagógica; - Aperfeiçoar estratégias de aprendizagem aos alunos com dificuldades no intuito de melhorar o rendimento escolar.	- Estudo, análise e reflexão do processo de avaliação; - Estudo de textos que fundamentam a proposta de avaliação pre-vista no PPP e as práticas a-valiativas; - Retomada de conteúdos, empregando metodologias diferenciadas	- Direção, professores, Equipe pedagógica, pais e alunos.	- Textos do PPP e sobre avaliação; - Dados expressos em gráficos que mostram a realidade da escola a partir do SERE; - Salas de apoio.	- Direção, equipe pedagógica, professores, pais e alunos.	Compro-misso de todos os envolvidos no processo educativo para que se tenha uma escola com educação de qualidade. - Melhorar o resultado do IDEB: de 4,4 (2013) para, pelo menos, 5,0 para o ano de 2019.

Transparê n-cia na aplicação dos recursos; - Tomada de decisão com a comunidad e escolar sobre as prioridades da escola relativamen te à aplicação dos recursos financeiros da APMF, Fundo Rotativo e PDDE.	- Gerir com transparên-cia os recursos financeiros próprios e os repassados por meio de convênios. - Discutir com a comunidad e escolar as prioridades da escola.	- Reuniões com as instâncias colegiadas e direção.	- Direção, APMF, Conselho Escolar, professore s, funcionário s, pais, alunos e Grêmio Estudantil.	Prestaçõe s de contas.	- Direção, APMF, Conselho Escolar, professores, funcionários, pais, alunos e Grêmio Estudantil.	- Efetivação de uma gestão democrática com compromis-sos definidos Coletivamen-te para construção de uma nova realidade.

AVALIAÇÃO DO PLANO DE AÇÃO DO DIRETOR

A avaliação será constante e permanente. Assim que uma atividade for concluída, proceder-se-á a sua respectiva avaliação com o auxílio das pessoas envolvidas na realização da atividade, buscando os pontos fortes e fracos para ensejar melhorias.

O diálogo democrático e aberto para oportunizar as pessoas se manifestarem livremente com intuito de se obter uma avaliação mais próxima da realidade, sem falsas impressões, sem interpretações exageradamente emotivas que mascaram a realidade.

Em educação, a avaliação deve procurar o terreno da objetividade, sem rodeios, ou subjetivismos descompromissados com a realidade. Portanto, a qualidade será sempre o norte das ações avaliativas.

AÇÃO: Elaborar ao final de cada ano letivo um resumo das atividades previstas no Plano e Ação que foram concretizadas e entregar a todos os envolvidos no processo educativo para responder aos questionamentos de como foi vista esta ação para a escola.

7.3 Plano de Ação Escola

VIII CÓPIA DA ATA AO CONSELHO ESCOLAR PARA APROVAÇÃO DO PPP

Ata nº 015/2017

Aos onze dias do mês de outubro de dois mil e dezessete, reuniram-se nas dependências do Colégio Estadual do Núcleo Residencial Pindorama - Ensino Fundamental e Médio, a direção, professores, funcionários e membros do Conselho Escolar com o objetivo da Equipe Pedagógica apresentar ao Corpo Docente e Conselho Escolar o Projeto Político Pedagógico (PPP) 2017 com as devidas adequações a fim de apreciação pelos mesmos. Posterior a leitura do documento que foi aprovado pelos presentes, encaminhar-se ao Núcleo Regional de Educação o referido PPP. Sem mais, encerro e assino a mesma seguida dos demais presentes. Carlos Mario Dotto, Andréia da Rocha, Célia Maria Bay, Marcelo Rodrigo Gonçalves, Claudiane R. Budske, Márcia J. Veronese de Lara, Elizandra Simone Quintiliano, Simone P. de Mini, Sandra Regina Sobolski, Neli R. Faustino Lucília Pasicki, [illegible], Ivone, Eliane Joquetto, João Mendes Vitinar, Matuszek, Andréa Cristina Ferreira Tafariol, Angela Maria Kulesza, Terezinha S. Ribeiro, Sueli Ribeiro, Eliélli dos Santos Geron

REFERÊNCIAS

BRASIL. ***Constituição Federal de 1988***. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituição.htm>.

Colégio Estadual do Núcleo Residencial Pindorama. EFM. **Projeto Político Pedagógico**. Quedas do Iguaçu, 2014.

Colégio Estadual do Núcleo Residencial Pindorama. EFM. **Regimento Escolar**. Quedas do Iguaçu, 2014.

Disponível em: http://www.lem.seed.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=140.

PARANÁ. Secretaria de Estado de Educação. Departamento de Educação Básica. Diretrizes Curriculares. Curitiba – SEED/DEB – PR**,** 2008.

Plano de Ação do Diretor. Marcelo Rodrigo Gonçalves. Quedas do Iguaçu, Colégio Estadual do Núcleo Residencial Pindorama, 2015.

Resolução CNE/CP 1/2012. Diário Oficial da União, Brasília, 31 de maio de 2012 – Seção 1 – p. 48.

SEUD/SEED. Superintendência da Educação. Secretaria de Estado de Educação. **Instrução nº 003/2015.**

SEUD/SEED. Superintendência da Educação. Secretaria de Estado de Educação. **Instrução nº 01/2017.** Avaliação do Aproveitamento Escolar, Recuperação de Estudos e Promoção dos(as) estudantes das instituições de ensino da Rede Pública Estadual de Ensino do Estado do Paraná.

SEUD/SEED. Superintendência da Educação. Secretaria de Estado de Educação. **Instrução nº 03/2017.** Organização e funcionamento dos Programas que compõem a Educação Integral em Turno Complementar, ofertados nas instituições de ensino da Educação Básica da rede estadual do Paraná, mantidas pelo Governo do Estado do Paraná.

SEUD/SEED. Superintendência da Educação. Secretaria de Estado de Educação. **Instrução nº 08/2017.** Procedimentos para o processo de reclassificação de estudantes da Educação Básica das instituições de ensino vinculadas ao Sistema de Ensino do Paraná.